



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Instituto de Ciências Humanas – IH**  
**Departamento de História**  
**Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS**

**A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção  
do sujeito político *lésbica***

Maria Célia Orlato Selem

Brasília  
2007

# **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político *lésbica***

Maria Célia orlato Selem

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Navarro-Swain.

## **Banca Examinadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Navarro Swain (Orientadora)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diva do Couto Gontijo Muniz (HIS/UnB)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Berenice Alves de Mello Bento (SOL/UnB)

## **Suplente:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Susane Rodrigues de Oliveira (HIS/ESPAM)

Brasília  
2007

## Agradecimentos

À minha querida orientadora Prof. Dra. Tânia Navarro-Swain pela paciência, inspiração e coragem de ousar;

Às mulheres incríveis que aceitaram compor minha banca de defesa:

- Prof. Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz, especialmente pela amizade e apoio durante essa pesquisa;

- Prof. Dra. Berenice Bento, especialmente pela suavidade, solicitude e militância;

- Prof. Dra. Suzane Rodrigues de Oliveira pela disponibilidade e amizade;

A todas as amigas do Grupo de Estudos Feministas da UnB – GEFEM - pela amizade, partilha, aprendizado, alegrias e indignações;

A todas as incansáveis autoras feministas que contribuem para o estranhamento do nosso olhar;

Às pessoas que me acolheram durante o curso de mestrado, diminuindo minha solidão em Brasília: Raquel e Madalena, Cida, Berenice, Roney e Carol;

A todas as amigas feministas de Maringá, especialmente:

- Damaris, por sua liberdade e por me fazer acreditar em mim;

- Patrícia, pela coragem e incentivo;

À Elaine e Ângela pelo carinho e apoio;

A Valkíria e Carminha pela solidariedade e amizade;

Às integrantes e ex-integrantes da LBL que gentilmente deixaram-se aprisionar pelo meu gravador: Ana, Andrea, Carmem, Gorete, Marinalva, Leila e Synara.

À Maria Angelica (sem acento) pelas incansáveis imagens que ilustraram esta pesquisa, pela militância, por nossas linhas de fuga, pelo acalanto e pelo amor.

## Dedicatória

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres que contribuíram para os movimentos de lésbicas, especialmente às companheiras militantes da Liga Brasileira de Lésbicas: um amor que ousa dizer o seu nome.

**Resumo:** Este trabalho dedica-se à análise das produções discursivas da Liga Brasileira de Lésbicas no período que abrange desde a fundação do movimento até os dias atuais, ou seja: 2003 a 2007. A partir da leitura e seleção de superfícies discursivas de materiais impressos, imagens, entrevistas e depoimentos em vídeo-documentário sobre o movimento de lésbicas no Brasil, levantei matrizes de inteligibilidade que eram particularmente expressivas no que diz respeito às representações sociais e auto-representações das militantes auto-identificadas como lésbicas ou bissexuais na construção de um sujeito político nacional “lésbica”, objeto desse estudo. Por meio dessas matrizes foi possível perceber que as militantes, em suas práticas discursivas, apesar do atrelamento aos signos do presente, realizam dinâmicas de transformação do binário masculino/feminino que informa o imaginário social ancorado na evidência da heterossexualidade, a qual fundamenta as diferenças e a conseqüente subjugação das mulheres na sociedade.

**Palavras-chave:** movimento de lésbicas, lesbianidade, mulheres, feminismos, história, práticas discursivas, visibilidade lésbica, representações sociais.

**Abstract:** This work provides an analysis of the discursive productions of the Liga Brasileira de Lesbicas in the period that takes since the foundation of the movement to these days, or it is from 2003 to 2007. Starting from the reading and selection of discursive surfaces of pressed materials, images, interviews and video speeches about the lesbians movement in Brazil, I raised intelligibility matrices that were self-representations of the militants self-identified as lesbians or bisexuals in the construction of a national politic subject “lesbian”, this study’s object. By mean of these matrices it was possible to realize that the militants, in its discursive practices, besides the link to the signs of the present, work dynamics of transformation of the binary male/female that informs the social imaginary tied in the evidence of the heterosexuality, which fundamentals the differences and the consequent subjugation of the women in the society.

**Keywords:** lesbians movement; lesbianity; women; feminisms; history; discursive practices; lesbian visibility; social representations

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>Um breve esboço sobre a produção discursiva das diferenças</b>	<b>15</b>
<b>1.1) Perspectivas teóricas</b>	<b>15</b>
<b>1.2) A construção do objeto</b>	<b>20</b>
1.2.1) A escolha das fontes	22
1.2.2) Materiais Impressos	23
1.2.3) Materiais visuais	25
1.2.4) 1.2.4. Materiais audio-visuais	26
1.2.5) Falas em encontros	26
1.2.6) Entrevistas	26
1.2.7) outras fontes	27
<b>1.3) Considerações metodológicas</b>	<b>27</b>
<b>1.4) Algumas considerações sobre os mecanismos de produção e reprodução da heterossexualidade</b>	<b>32</b>
<b>1.5) A produção do binário sexual</b>	<b>40</b>
<b>1.6) Sexo e gênero como categorias sócio-históricas</b>	<b>44</b>
<b>Capítulo II</b>	
<b>Lésbicas em movimento</b>	<b>50</b>
<b>2.1) Movimentos sociais por uma perspectiva lésbica</b>	<b>54</b>
<b>2.2) O separatismo das lésbicas</b>	<b>62</b>
<b>2.3) Feminismo e lesbianidade: pressupostos teóricos</b>	<b>67</b>
<b>Capítulo III</b>	
<b>A emergência de um sujeito “lésbica” na cena política</b>	<b>77</b>
<b>3.1) As organizações lésbicas</b>	<b>88</b>
<b>3.2) A Liga Brasileira de Lésbicas e a busca de uma articulação nacional</b>	<b>97</b>
<b>3.3) A bandeira</b>	<b>112</b>
3.3.1) Os símbolos da bandeira	114

## **Capítulo IV**

<b>A Liga Brasileira de Lésbicas: estratégias de coalizão nacional</b>	<b>117</b>
<b>4.1) Visibilidade e sujeito político: alguns apontamentos</b>	<b>119</b>
<b>4.2) Não somos meninas gays</b>	<b>128</b>
<b>4.3) A busca por políticas públicas sensíveis às diferenças</b>	<b>132</b>
4.3.1) Políticas de Saúde	135
4.3.2) Políticas de educação	144
4.3.3) Políticas de assistência social, segurança, previdência e trabalho	149
<b>4.4) Lesbianidade e práticas discursivas: fluidez ou definição?</b>	<b>154</b>
<b>4.5) Maternidade lésbica</b>	<b>165</b>
<b>4.6) Visibilidade ambígua?</b>	<b>169</b>
<b>4.7) Lésbicas: um espaço de resistência das mulheres</b>	<b>175</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>184</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>188</b>
<b>Anexos</b>	<b>196</b>

## Introdução

*Receio começar a fazer um sentido, com a mesma mansa loucura que até ontem era o meu modo sadio de caber num sistema. (...)*  
(Clarice Lispector)

A feminista Tânia Navarro Swain (2000:13), ao afirmar que “o que a história não diz não existiu”, nos sugere a necessidade de pensar a história como uma trama de acontecimentos fragmentados, aos quais @s narrador@s atribuíram significações a partir do imaginário de cada época<sup>1</sup>. Assim, tudo o que fugiu às possibilidades daquel@s que a registraram ficou no silêncio ou foi contado de acordo com suas concepções e valores num determinado tempo e lugar, ou seja, de acordo com suas “condições de produção”<sup>2</sup>.

Nesse contexto, fatos envolvendo questões como a divisão de papéis pautada nas diferenças sexuais e a heterossexualidade permanecem ainda, na maioria das vezes, explicitadas de forma natural e incontestável. Os fatos históricos estariam acomodados sob o olhar de uma ciência construída a partir de uma perspectiva androcêntrica e transformada em verdade absoluta nas dinâmicas de produção e transmissão do conhecimento científico. A polarização naturalizada dos sexos nortearia o entendimento sobre as relações humanas com a oposição homem e mulher através de características fixas e diferenciadoras, constituindo uma dinâmica de legitimação para uma suposta supremacia masculina. Nesse esquema, os indivíduos seriam apreendidos a partir de esquemas tipificadores, que embasam as noções de ética e estética, as quais atravessam as percepções sobre amor, romance, beleza e erotismo, determinando sua localização no mundo.

Entretanto, apesar das amarras discursivas que aprisionam as múltiplas possibilidades dos seres através de noções ortodoxamente sedimentadas, várias

---

<sup>1</sup> Sobre a importância da consideração do imaginário como categoria de análise nas interpretações das fontes históricas ver o artigo de Tânia Navarro Swain, *Caminhos da História: identidade ou diferença?* Revista Sociedade e Estado, volume IX, n. 1 e 2, jan/dez, 1994.

<sup>2</sup> As condições de produção seriam, de acordo com PÊCHEUX citado por SPINK e FREEZA (2000:37), “definidas pelos lugares ocupados pelo emissor e receptor na estrutura de uma formação social”.



práticas cotidianas apontam para desestabilizações dos discursos, numa denúncia de que somos sujeitos de identidade plurais e efêmeras com lugares provisórios. Falar de *mulher e feminismo* tornou-se frágil. As teorias feministas já discutem os *feminismos*, os sujeitos múltiplos, pois, como disse Judith Butler (2003:20), *se alguém é uma mulher, certamente não é tudo o que esse alguém é*.

Nesse contexto, os movimentos sociais parecem encontrar limitações no próprio emergir, afinal, os processos de subjetivação atuam incessantemente nas representações que orientam nossa interpretação do mundo. Aos poucos os emaranhados de sentidos apontam para a ficcionalidade das identidades, pedindo cautela às definições e às categorizações, expondo a fragilidade dos conceitos totalitários como classe, gênero, raça e sexo.

Na busca pela especificidade, as mulheres auto-identificadas como lésbicas denunciariam o discurso hegemônico sobre “o homossexual” - o qual ainda estaria pautado nas diferenças biológicas produtoras de relações de hierarquia e poder, expressadas pela autorização de falar, divisão de papéis e visibilidade. Provocaria ainda incertezas nos discursos de alguns movimentos feministas, vindo ao encontro da necessidade de questionar a categoria “mulher”, uma vez que não seria mais possível tratar das desigualdades fundadas na materialidade corporal sob uma ótica simplista que pensa uma opressão com produções e dinâmicas hegemônicas.

Abordar as reivindicações das mulheres lésbicas convergidas em um movimento específico estaria além do intuito de instaurar supremacias ou essencializações. Resgatar teóricas que impulsionaram as reflexões sobre o feminismo lésbico das décadas passadas, buscar inspirações nas teóricas feministas que dialogam com a pós-modernidade, trazendo novas possibilidades para pensar os sujeitos e as categorias na produção do conhecimento, são tentativas de elaborar pensamentos menos pretensivos e mais provisórios sobre a localização das mulheres nas ciências, especialmente na história.

Entre o silêncio histórico que tenta situar as relações entre as mulheres na condição de invisíveis em um mundo atravessado por relações machistas e heterossexistas e a nomeação que instaura e mantém a diferença, alguns rumores:

paraíba, mulher-macho, sapatão, machorra, fanchona... Abjeções<sup>3</sup> narradas a partir do estranhamento que instaura as relações entre mulheres no campo do “não ser” e do “não dito”, necessárias para a manutenção das representações sobre a “verdadeira mulher”.

Quem são essas mulheres afinal? Na trilha dos seus passos as lentes das ciências determinaram os graus de suas possibilidades: focaram a anatomia, os hormônios, os neurônios, as relações familiares e diagnosticaram deformidades, distúrbios, disfunções, traumas e neuroses. A abjeção cooptada pelos discursos de verdade nos oferece perigosas evidências. Entretanto, se não nos interessa aqui fazer a “história do mesmo”, é preciso atentar para o processo histórico de produção de verdades sobre “o sexo” e “a sexualidade”. Assim, é possível dizer que os sentidos presentes na seleção e interpretação das fontes são constituidores do real. A história construiria um discurso sobre o passado, imprimindo aos acontecimentos significados atrelados às representações sociais e às subjetividades de quem se propõe a narrá-lo.

A partir do entendimento de que é preciso repensar as categorias fixas que dividem a humanidade em pólos distintos com funções e comportamentos específicos através de outras identificações e outras subjetividades, trago como objetivo desta pesquisa, pensar os sentidos produzidos pelas militantes da Liga Brasileira de Lésbicas na construção de um sujeito político “lésbica” e na busca pela “visibilidade” da lesbianidade - bandeira do movimento.

O recorte temporal da presente pesquisa é o ano da criação do movimento até a data atual, ou seja, o período de 2003 a 2007 e está dividida em quatro capítulos a seguir especificados:

**Capítulo I. Um breve esboço sobre a produção discursiva das diferenças,** onde apresento a pesquisa, seu objetivo, suas respectivas fontes e metodologia, realizando uma rápida discussão sobre a categorização dos indivíduos na sociedade, o uso político das diferenças e a naturalização das desigualdades pelo discurso historiográfico.

---

<sup>3</sup> Da teoria da abjeção de Judith Butler, onde os sujeitos são constituídos pela força da exclusão. O estabelecimento de modelos construídos e legitimados pelos discursos de verdade produziria seres abjetos, necessários para a manutenção desse sujeito legítimo. BUTLER, Judith. Cuerpos que importam. Sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

**Capítulo II. Lésbicas em movimento**, onde busco contextualizar a formação de grupos especificamente lésbicos no Brasil, culminando com a constituição da Liga Brasileira de Lésbicas. Trago algumas práticas discursivas de militantes de décadas passadas na proposta de transformação da sociedade androcêntrica e heterossexualizada pela afirmação da lesbianidade, aproximando-as das estratégias da LBL nesse processo.

**Capítulo III. A emergência de um sujeito “lésbica” na cena política**, onde procuro localizar os sentidos produzidos pelos discursos dos movimentos de lésbicas na construção de um sujeito político específico e diferenciado, pois estes se movem através do imaginário e atuam na produção/reprodução de conceitos e valores que nos informam sobre as possibilidades dos seres em determinado tempo e espaço. A produção de um sujeito identitário lésbica estaria atrelado ao resgate de signos utilizados pelos movimentos feministas e que quebram a invisibilidade das mulheres nos discursos históricos.

**Capítulo IV. A Liga Brasileira de Lésbicas: estratégias de coalizão nacional.** Neste capítulo, por meio de alguns instrumentais da metodologia da análise do discurso, procuro abordar a produção de sentidos presentes nas superfícies discursivas das militantes da LBL, suas representações e auto-representações no processo político de construção e efetivação da visibilidade lésbica, destacando suas proximidades e distanciamentos do binário sexual.

## Capítulo I

### Um breve esboço sobre a produção discursiva das diferenças

*Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos? (Donna Haraway)*

#### 1.1. Perspectivas teóricas

A idéia de utilizar a Liga Brasileira de Lésbicas como objeto desta pesquisa surgiu a partir de experiências como militante<sup>1</sup>, cujas vivências foram permeadas por discussões sobre o problema da fixação de identidade e a necessidade de reivindicação de sujeitos políticos no cenário de formulação/cumprimento de leis.

O estreitamento entre autora e objeto torna-se, muitas vezes, causa de desconforto @s adept@s da neutralidade científica. Sugiro desconfiarmos da neutralidade na seleção do objeto de pesquisa, lembrando que Michel Foucault (1997:38-40) atenta para a parcialidade das ciências no processo de produção de verdades através das formações discursivas. Dessa forma seria preciso o abandono do fetichismo das fontes documentais como caminho para uma pretensa verdade escondida no passado, pois estas são significadas a partir de signos do presente carregados de efeitos dos poderes que permeiam a busca do saber científico traduzida pela autoridade de falar.

O autor diz não ser mais possível “a pesquisa dos inícios silenciosos” (idem:04), instigando a busca do processo de construção das categorias historicamente instituídas como dados naturais. A esse processo ele chama “genealogia”.

---

<sup>1</sup> Atuação em movimentos de mulheres de Maringá (2002-2005), especificamente no grupo feminista Espaço Lente Lilás, o qual agregava o núcleo de Lésbicas e bissexuais Cássia Eller (2003-2004), membro do Conselho Municipal da Mulher de Maringá (2003-2005) e representante do Paraná na Liga Brasileira de Lésbicas, Região Sul (2003-2006).

Estas seriam perspectivas pós-modernas, com as quais proponho dialogar nessa pesquisa. Assim, esta não se trata de uma narrativa com estatuto de verdade com utilização das fontes como documentos comprovadores de hipóteses, mas tenho aqui como pressuposto que os conceitos são produzidos pelos sentidos que emanam das práticas discursivas em diferentes momentos e lugares de fala. É nessa perspectiva que Linda Hutcheon (1991:133), diz ser preciso contribuir para “desmascarar as continuidades que são admitidas como pressupostos na narrativa ocidental”. Isso porque as análises científicas também envolveriam ancoragens<sup>2</sup>, produzindo e mantendo discursos que naturalizam e eternizam a invisibilidade das mulheres na história como evidência incontornável da heterossexualidade. Estas são “ciladas científicas” que nos aprisionam em corpos e papéis determinados através da repetição do mesmo - as desigualdades fundadas nas diferenças sexuais. Seriam tais certezas produtoras de exclusões no processo de oposição entre conhecido e desconhecido, como mostra Ângela Arruda (1998):

“A diferença que surpreende – o inusitado perturbador – busca terreno conhecido para ser incorporado. Ela surpreende mais na medida em que, na verdade, o outro não é tão diferente, mas sim um semelhante que não conseguimos situar [...] torna-se imperativo, dessa forma, achar o ponto de ancoragem, aquele que vai permitir acomodar o desconcerto, neutraliza-lo de alguma forma.” (p. 19-20)

Como exemplo desse processo, temos os registros históricos, onde pouco se fala de relações entre mulheres, e quando se fala, na maioria das vezes as localizam em um contexto de categorização determinado, não se atentando para o processo histórico de produção de verdades sobre os sexos.

É possível argumentar, através de análises que ousam desafiar a “ordem do discurso”, fundadora de certezas, que as fontes históricas estariam cheias de indícios sobre as ações e relações das/entre mulheres, nos mais variados aspectos, as quais foram apagadas pelos historiadores - como desvela Tânia Navarro-Swain (1996:148):

“Mulheres sozinhas e aborrecidas sem a presença masculina é uma idéia extremamente difundida, que se perpetua no interdiscurso, e cuja simples enunciação significa sua evidencia até nossos dias. Os homens, por sua vez, entre eles se divertem, criam, trabalham, tais representações resultam em praticas sociais onde as mulheres vivendo entre elas demonstram uma anormalidade biológica e social.”

---

<sup>2</sup> De acordo com Jodelet (1998:37), ancoragem consiste na integração cognitiva do objeto representado – sejam idéias, acontecimentos, pessoas, relações, etc. – a um sistema de pensamento social preexistente e nas transformações implicadas.

Tais indícios até hoje permanecem atravancados pelo peso do imaginário constituído pelas representações das mulheres como seres frágeis, dependentes e incapazes. Nas cartas jesuíticas<sup>3</sup>, por exemplo, que narram a vida dos povos indígenas no Brasil colônia, é possível verificar que as mulheres combatiam, chefiavam e também relacionavam-se entre si, não por falta de homens, mas porque nas tribos não havia divisões de papéis pautadas nas diferenças sexuais. Através das interpretações informadas pelas representações dos viajantes da época em seus relatos, tais acontecimentos são apagados e/ou relegados para o domínio do fantástico. Esse é um exemplo de como as relações no mundo vão acomodando-se sob as certezas de olhares domesticados pelo imaginário social impregnado de normas e crenças adquiridas no processo civilizatório.

A mesma autora (2004:38) levanta consistentes indícios encontrados nas fontes documentais do século XVI de que a existência das Amazonas - mulheres guerreiras que amedrontavam índios e exploradores – é uma possibilidade histórica como qualquer outra. Entretanto, essa existência nos chega traduzida na condição de mito pelo discurso da historiografia tradicional, uma vez que não se adaptavam à concepção binária de feminino/masculino, baseada sobre representações fixas de gênero.

Dessa forma, torna-se importante atentar para o que é apresentado como “evidência histórica” sobre a diferença sexual e a divisão de papéis por ela pautada, a fim de evitar dar continuidade à “história do mesmo”, a qual exclui as múltiplas possibilidades dos seres, principalmente das mulheres. Isso porque partir de noções já amalgamadas pelos discursos históricos é limitar outras perspectivas de análises que possibilitariam a emergência de outros sujeitos e outras significações. Analisar os

---

<sup>3</sup> A partir de alguns relatos dos Jesuítas podemos encontrar indícios de relações fora do atrelamento ao um “sistema sexo-gênero” com definições de papéis e categorização/interdição de práticas sexuais:

*“E o pecado contra a natureza, que dizem ser lá muito comum, o mesmo é nessa terra, de maneira que há cá muitas mulheres que assim nas armas como em todas as outras cousas seguem officio de homens e tem outras mulheres com quem são casadas. A maior injuria que lhes podem fazer é chamá-las mulheres. Em tal parte lh’o poderá dizer alguma pessoa que correrá risco de lhe tirarem as frechadas”. (Azpilcueta Navarro e outros. Cartas Avulsas. Itatiaia: Ed. Usp, 1988. p. 123)*

*“[...] as quaes dizem que são tão más que ordenaram com que os índios vieram dar aqui guerra a uma parte que os brancos tem feita para resguardo das povoações dos brancos e assim os ensaiaram de maneira que deram tal salto estando descuidados, que levariam 30 índios que estavam em resguardo da terra e um homem branco, e os que ficaram, ficaram muito mal feridos de frechadas e também levaram a artilharia que puderam e puzeram fogo às casas de palha; só uma telha havia em que se salvaram os feridos de os não levarem, assim que isto diz que causaram estas mulheres com muitos maiores diabolidades que nestas terras se fazem”. (Idem:131)*

relatos em seus sistemas históricos de representações sociais, reinstaladas pelas repetições discursivas é uma estratégia dos pressupostos e metodologia dos estudos feministas, que agem buscando a rede de sentidos que permeia os discursos a serem analisados.

A história, como tantas outras áreas do conhecimento, é nesta ótica, um construto interpretativo e representacional, atravessado pelas relações de poder e seus discursos criam versões do passado que legitimariam práticas presentes, reforçando modelos e remetendo aqueles que deles escapam ao “não lugar”. Haveria nesse processo, uma “luta pela posse da história”, a qual está atrelada às significações dos e sobre os sujeitos nas relações sociais. Como sugere Jenkins (2001:41), a história está sendo constantemente retrabalhada e reordenada por todas as pessoas que, em diferentes graus, exercem ou são afetadas pelas relações de poder.

Nessa direção, Linda Hutcheon (1991:122), propõe que façamos leituras mais provisórias sobre a história que constrói “verdades” sobre o social em contextos “reais”, o que não significa uma negação do conhecimento histórico, pois

“ [...] o que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado [...]. Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses ‘acontecimentos’ passados em ‘fatos’ históricos presentes. Isso não é um ‘desonesto refúgio para escapar à verdade’, mas um reconhecimento da função de produção de sentido dos construtos humanos.” (idem:122)

Essa leitura ainda provoca veementes rejeições no meio acadêmico, sinalizando que o ato de fazer história envolve oposição de forças, com incessantes tentativas de recondução dos acontecimentos no mundo às linhas mestras, pois há uma profunda correlação entre história e política.

Os discursos que buscam verdades acabam produzindo e naturalizando as diferenças a partir de categorias estabelecidas através do pensamento assentado nas oposições: homem e mulher, certo e errado, emoção e razão, etc. Assim, devemos interrogar os sentidos que informam a divisão das ciências em áreas específicas e isoladas e os respectivos significados a elas atribuídos a partir de eixos definidos historicamente, como a economia e sexualidade.

Os discursos que hegemonomizam a história pela apreensão de acontecimentos atrelados aos eixos fixos definidos como base das relações sociais constituem a

pretensão de uma história global, que explica o mundo e esgota as possibilidades de interpretação. A insuficiência de tais fechamentos interpretativos muitas vezes provocaram reações dos sujeitos que permaneceram fora desse esquema explicativo ou foram desqualificados por meio de dinâmicas parciais envolvendo poder, como as mulheres, @s negr@s, @s indí@s, os territórios silenciados. Diva do Couto Muniz (2004:1050-1051), em sua análise do processo civilizatório de Minas Gerais, nos informa que

“No processo de construção das identidades que ocupam a posição dominadora de centro, da qual outras subordinam-se, aquelas recebem as marcas de universalidade, de unidade, de estabilidade, de referencia, de verdade e de não discriminação. Já as que ocupam a posição de margem, que estão de algum modo ligadas e associadas à de centro, as de particularidade, de diversidade, de instabilidade, de subordinação, de diferenciação e discriminação [...] nessa construção, a identidade referente – masculina, ocidental, branca, livre, proprietária, católica, heterossexual e letrada – constitui, supostamente, uma identidade sólida, permanente, confiável, paradigmática. Compreende a referência considerada central a que as outras posições identitárias subordinam-se nesse projeto de constituição de sujeitos civilizados [...].”

Certos recortes estratégicos são assim localizados paralelamente à insuficiência de uma “história global”, a fim de trazer outros sujeitos à luz das narrativas, como é o caso da história das mulheres. Entretanto, a repetição isolada de uma história “marginal”, localizada sempre como apêndice dos grandes acontecimentos não daria conta de questionar o status dos sujeitos centrais historicamente valorizados.

Joan Scott (1992:67), em sua preocupação epistemológica, sugere que a narrativa da história das mulheres é sempre uma narrativa política mas não deve contribuir para legitimar uma “verdadeira história” e seus apêndices. Nesse caso, pensando através da perspectiva foucaltiana, importaria menos buscar estabelecer “histórias de” e mais apontar a fragilidade das categorias e seus significados.

As categorias fariam parte das estratégias lingüísticas, sendo que estas são fundamentais para “organizar, classificar e explicar o mundo” (Spink, 2000:78), pois através delas falamos e pensamos. Assim, as conversas, em todos os níveis, pressupõem o “[...] emprego de categorias a partir dos usos habituais, pautados pelo uso do sentido mais hegemônico e cristalizado” (idem:81), mas que entretanto, podem ser usadas “[...] em novas combinações, gerando espaços de controvérsias” (ibidem)



Pensando no que sugere Foucault, sobre questionar as construções discursivas das categorias, Scott (1992:78) propõe algumas questões importantes que devem ser consideradas para evitar tais equívocos:

“Através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas como uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante? Que comparações não estabelecidas estão implícitas em termos como ‘história’ e ‘o historiador’? Que perspectiva estabelece os homens como atores históricos primários? Qual é o efeito sobre as práticas estabelecidas da história de se olhar os acontecimentos e as ações pelo lado de outros sujeitos, as mulheres, por exemplo? Qual o relacionamento entre o historiador e os sujeitos sobre os quais ele/ela escreve?”

Assim, tendo em vista a hegemonização dos discursos históricos sobre as relações humanas, a qual legitima alguns sujeitos em detrimento de outros, proponho a análise de um movimento de lésbicas, apontando para outras possibilidades de identificação que permita a desestabilização do sujeito central sobre o qual a metodologia tradicional da história se funda.

## *1.2. A construção do objeto*

Ao apontar o apagamento das relações entre mulheres dos discursos históricos, interessa-nos questionar: que perspectiva apaga a lesbianidade dos acontecimentos? Que ordem determina quais assuntos e / ou personagens são importantes e outros não? Assim, falar a partir de um lugar – de mulheres e homossexuais - denunciando seu apagamento pelo discurso androcêntrico das ciências, é um ato político, uma estratégia em desestabilizar a hegemonização das relações humanas de forma binária, pelas várias instâncias do social.

Isso porque “reivindicar a atuação das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros” (Scott:77), e por que não dizer, reivindicar a importância dos movimentos de mulheres que denunciam o caráter ficcional da heterossexualidade e sua eficácia na instauração das desigualdades significaria também questionar o binarismo constitutivo de um certo biológico que fixa papéis e identidades sócio-sexuais.

Através de uma perspectiva feminista, a qual rejeita os conceitos cristalizados pelo imaginário ancorado nas dicotomias, Tânia Navarro-Swain (2000:11) esclarece que

“ [...] falar de lesbianismo não é apenas descrever práticas ou elaborar definições; é sobretudo tentar observar como uma certa prática sexual se insere nas relações sociais, como é avaliada, julgada, denegrida, louvada ou silenciada no desenrolar da História. É também colocar questões relativas à identidade do humano, à delimitação das pessoas dentro de categorias sexuadas – mulher e homem – que as condicionam e as enquadram em modos de ser, maneiras de sentir, de perceber o mundo e a si próprias.”

Desta feita, com a problematização dos métodos historiográficos tradicionais – como a utilização de documentos como expressão da verdade, a busca de certezas sobre a totalidade dos acontecimentos e o apego à noção de fato histórico – percorre-se caminhos que possibilitam explorar a noção de agente histórico e sujeito político, ampliando os conceitos acerca do humano, retirando-o da condição de produto de um passado linear moldado e de semente de um futuro pretensamente previsível, em representações “naturais”.

Nesta perspectiva, a heterossexualidade perde seu caráter de evidência, que norteia a vida social e sela os acontecimentos em uma escala de valor onde as mulheres são significadas como complemento dos homens e a relação entre mulheres é inexistente. Maria Fernanda Almeida (2004:02) aponta para o fato de ainda haver “um silêncio abissal que envolve a prática homossexual feminina” sendo que quase não há “inscrição do discurso lésbico na cena pública brasileira”. A escassez dos estudos sobre lesbianidade no Brasil, no universo das relações humanas, denuncia o grau de importância atribuído ao tema na escolha acadêmica.

O silenciamento de tais possibilidades funcionaria como suporte para reiteração discursiva daquilo que é considerado possível, como mostra Tânia Navarro-Swain (2000:19):

“ [...] não se fala, logo, não existe. De tal forma que no século XVII a Inquisição, para julgar mulheres acusadas de práticas homossexuais, não dispunha de uma palavra com a qual nomeá-las: eram chamadas ‘sodomitas’. Isso é extremamente significativo, pois ao nomear cria-se uma imagem, cria-se um personagem no imaginário social. As mulheres homossexuais não tinham direito a um nome, logo à existência.”

Vislumbrando quebrar o silêncio sobre a lesbianidade e ainda questionando algumas formas pejorativas pela qual tem sido abordada nas mídias, em alguns movimentos sociais e muitas vezes também nos discursos científicos, utilizo as práticas

discursivas de um movimento de lésbicas específico e atual como tema de pesquisa – a Liga Brasileira de Lésbicas. Parto do entendimento de que, como vimos, é preciso repensar as categorias fixas que dividem a humanidade em pólos distintos com funções e comportamentos específicos através de outras identificações e outras subjetividades – interrogando o esquema androcêntrico e heterossexual naturalizado.

A Liga Brasileira de Lésbicas apresenta-se como um movimento nacional constituído exclusivamente por mulheres e que se pauta na busca pela visibilidade e construção de um sujeito político “lésbica” e “bissexual”. O que busco analisar nesta pesquisa são as suas práticas discursivas e as dinâmicas de suas atividades, atentando para os sentidos que nelas atuam na produção e/ou reprodução desses sujeitos, nas representações e valores que os compõem.

A escolha deste movimento se deu por dois fatores fundamentais: primeiramente, pelo seu crescente trânsito e atuação nos espaços de participação social - conselhos de direito, conferências municipais, estaduais e nacionais, comissões de elaboração de programas governamentais - e também devido a minha proximidade com as militantes, seja nos encontros específicos do movimento ou em outros espaços de militância feminista.

Sendo os movimentos de lésbicas um tema pouco abordado no nosso contexto acadêmico, utilizei vários recursos que me permitiram encontrar práticas discursivas dessas mulheres que fizeram e/ou fazem das suas vivências atos políticos. A princípio, selecionei como suporte para a presente pesquisa algumas produções impressas e imagéticas, explicitadas mais adiante; selecionei também publicações de grupos de lésbicas de décadas passadas a fim de buscar indícios sobre suas ações organizadas atentando para as proximidades e distanciamentos com o movimento pesquisado, em termos de significações sociais, valores e auto-representações.

### *1.2.1. A escolha das fontes*

Para a presente análise as fontes selecionadas estão dispostas em séries integrantes de uma formação discursiva, que segundo Orlandi (2003:43) seria “aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito”.

A partir da disposição das séries - materiais impressos, visuais, áudio-visuais, entrevistas e falas das militantes em encontros - procurei identificar possíveis “regras do discurso” presentes nas práticas discursivas das militantes. Assim, procuro identificar as matrizes de sentidos que informam as militantes sobre suas significações na construção de um sujeito político “lésbica” e as aspirações de integrarem grupos específicos de mulheres pautados na lesbianidade em uma sociedade falocrata e heterossexualizada.

As séries encontram-se destacadas sob critérios teóricos e compõem o corpus da pesquisa, pois “decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas” (Orlandi, 2003:63). O corpus resulta de uma construção de@ própria@ analista, sendo preciso que “a teoria intervenha a todo momento para reger a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação (Idem:64). Este trabalho, portanto, carrega minha própria bagagem interpretativa e explicativa em meus pressupostos.

Como seleção das séries pretendo compor um quadro discursivo que possibilite a extração das matrizes de sentido que orientam o movimento em questão. As fontes selecionadas para a presente pesquisa compreenderam materiais impressos, visuais, áudio-visuais e entrevistas.

### 1.2.2. Materiais Impressos

- a. Carta de Princípios da LBL – onde estão estabelecidos os critérios de participação definidos pelas militantes, os princípios que norteiam a organização.
- b. Carta Aberta da oficina de visibilidade lésbica ao III Fórum Social Mundial;
- c. Boletins de grupos de lésbicas pioneiros no Brasil – onde busco práticas discursivas das militantes de outras décadas (auto-representação, objetivos) a fim de identificar matrizes de sentidos cujos enunciados atravessam o movimento presente, no trânsito do interdiscurso<sup>4</sup>, abaixo especificados:

---

<sup>4</sup> Em Eni Orlandi (2003:34) temos que interdiscurso “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. Quando falamos, nos filiamos a uma rede de sentidos pré-estabelecida pelos discursos já elaborados anteriormente. ‘O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada [...] a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também

I. Boletim Chanacomchana. São Paulo:1981, n. 01; 1983, n. 03 e 1984 n.04;

II. Boletim Deusa Terra, ano I, n. 0, São Paulo, 1991.

d. Informativos: boletins e relatórios produzidos pela LBL em nível nacional e regional. Distribuídos em oficinas, encontros regionais e nacionais de mulheres (Conferências, Fóruns), narram as atividades desenvolvidas pelo movimento em um determinado período, como promoção de eventos, oficinas, encontros, reivindicações, seminários, manifestações, etc. Dentre eles selecionei dois, segundo as interpelações que produziram:

I. Informativos da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul: Ano 01, número 02. Porto Alegre, 2004

II. Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul. Ano II, Edição Comemorativa. Porto Alegre, 2005.

III. Informativo do Projeto Olhares. Ação para a visibilidade lésbica em Porto Alegre. Grupo Nuances, Porto Alegre, janeiro de 2005.

IV. Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul. Ano III. Porto Alegre, março de 2006.

e. Relatórios da Liga Brasileira de Lésbicas – Documentos que relatam atividades de destaque, como primeiros encontros regionais e nacionais e a participação em encontros mais amplos (como encontros feministas, conferencias, etc). Nesses documentos estão contidas interpretações das militantes sobre a importância da identidade política são eles:

I. Relatório Nacional da LBL 01 – Relatório do I Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas. São Paulo – SP, novembro de 2004.

II. Relatório da LBL Região Sul 01 – Relatório do I Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas Região Sul. Florianópolis SC: setembro de 2003;

III. Relatório do VI Seminário Nacional de Lésbicas – SENALE. Recife, Maio de 2006.

f. Jornais

I. Correio Brasiliense. Brasília, 17 de julho de 2004 – artigo sobre a participação da LBL na Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, com foco na entrevista da militante Carmem Lúcia Luiz.

---

provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos'. J. C. Anscombe e O. Ducrot em Dominique Maingueneau, 1997.

### 1.2.3. Materiais visuais

São materiais compreendidos como imagens. Para Martine Joly (1999:13) a palavra imagem indica “algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece”.

As imagens apresentam-se como importantes instrumentos de produção e reprodução de sentidos, sendo também da ordem das representações sociais. Como aponta Joly (1999:39), se a imagem

“ [...] parece é porque ela não é a própria coisa: sua função é, portanto, evocar, querer dizer outra coisa que não ela própria, utilizando o processo da semelhança. Se a imagem é percebida como representação, isso quer dizer que a imagem é percebida como signo.”

Entendendo que imagens também são discurso, utilizei algumas que me interpelaram por significarem sobre: o sujeito “lésbica”, a organização em torno desse sujeito, mulheres como sujeitos políticos e sobre a constituição de símbolos lésbicos para a visibilidade:

#### a. Fotografias

- I. 2 fotografias da oficina de lésbicas e caminhada lésbica, ambas no Fórum Social Mundial de 2003 em Porto Alegre;
- II. 1 fotografia do I Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul em setembro de 2003;
- III. 1 fotografia de reunião nacional da LBL, São Paulo, junho de 2004;
- IV. 2 fotografias da I Conferencia Nacional de Políticas Publicas para Mulheres em Brasília, 2004;
- V. 1 fotografia de reunião no X Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe em Serra Negra, outubro de 2005;
- VI. 1 fotografia na III caminhada de lésbicas e bissexuais em São Paulo, 2005;
- VII. 1 fotografia de manifestação das militantes em frente ao Congresso Nacional em Brasília, 2005.
- VIII. Fotografia do X Encontro Feminista, Bertioga, 1989.

#### b. Materiais de divulgação para a construção da visibilidade:

- I. Adesivo da campanha do movimento em prol da visibilidade lésbica (2005);

- II. Postal distribuídos pelas militantes para a visibilidade lésbica. Grupo Nuances – Porto Alegre (2004);
- III. Folder de divulgação da LBL (2005).
- IV. Campanha do dia das mães realizada pela LBL/DF em Brasília, maio de 2007.
- V. Campanha do dia das mães da LBL/DF, maio de 2007.

#### 1.2.4. Materiais audio-visuais

##### a. Vídeo-documentário:

Utilizei também alguns trechos de entrevistas das militantes da LBL registrados em dois vídeos sobre o movimento de lésbicas:

I. *Lésbicas no Brasil*. Produzido pela Ong COMULHER, dirigido por Maria Angélica Lemos, São Paulo, 2004 (45:00 min) – depoimento de 5 militantes da LBL, sendo 1 do Paraná, 1 do Rio Grande do Norte, 2 de São Paulo e 1 de Minas Gerais.

II. *Histórias Lésbicas*. Produzido pela Ong COMULHER, dirigido por Maria Angélica Lemos, São Paulo, 2003 (25:00 min.) - Depoimento de 3 militantes da LBL, sendo 1 do Distrito Federal, 1 do Rio Grande do Sul, e 1 do Rio de Janeiro.

##### b. materiais da internet:

I. Matéria sobre o II Encontro Nacional da LBL em PiauÍ, agosto de 2007. [www.45graus.com.br](http://www.45graus.com.br), agosto de 2007.

#### 1.2.5. Falas em encontros:

a. Fala de uma militante do Rio Grande do Sul, gravada na mesa do VI Senale, em Recife, maio de 2006 sobre a participação das lésbicas nos encontros feministas.

#### 1.2.6. Entrevistas

Realizei entrevista com seis integrantes da LBL de diferentes regiões. A escolha das entrevistadas foi pautada por alguns critérios que considerei importante como: a participação no processo de construção da Liga, ou seja, no Fórum Social Mundial de 2003 e VI SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas) no mesmo ano, quando o movimento se efetiva; a participação na elaboração de materiais do movimento como a bandeira, informativos, boletins, etc; e o envolvimento nos espaços de discussão para formulação de políticas públicas. Foram ouvidas: duas militantes da LBL do Rio Grande do Norte; uma de Alagoas; uma do PiauÍ; uma do Rio Grande do Sul; uma de Santa Catarina; e uma fundadora e ex-integrante atualmente do Distrito Federal.

### 1.2.7. outras fontes

- a. Boletim Informativo do VI SENALE, Recife, 2006, n. 01
- b. Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da igualdade e da integralidade. Rede Feminista de Saúde. Belo Horizonte, 2006.
- c. Anais da Primeira Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Brasília, 2004.
- d. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2004.
- e. Texto de fala sobre bissexualidade em mesa do I Encontro da LBL em São Paulo, 2004.

### 1.3. Considerações metodológicas

Para realizar as entrevistas recorri a alguns recursos metodológicos da História Oral, utilizados “para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social das pessoas” (Meihy, 1996:13). Essa metodologia tem sido utilizada em pesquisas que vão além dos objetos históricos tradicionais, pois “além de mexer no conceito de ‘personagem histórico’” (idem:11), a História Oral “promove juntamente com uma nova concepção de história, uma interpretação clara de que todos, cidadãos comuns, somos parte do mesmo processo”. Dessa forma

“ [...] os testemunhos, elaborados e divulgados, constituem o principal eixo da pesquisa participante, prática em que a colaboração acadêmica se vê confrontada com a urgência de se fazer uma história pública [...] valorizando a experiência de vida de membros da população em geral como agentes históricos, e não somente personalidades de destaque na vida pública. Nesta perspectiva, os entrevistados são pessoas que precisam ser ouvidas porque tem uma história própria, não são meros ‘documentos desconhecidos’ para a construção de um passado determinado *a priori* pelos historiadores.” (Santos, 1998:54)

Como expõe Thompson (1992:25-26), um mérito principal da oralidade é que ela consiste em “uma contestação ao relato tido como verdadeiro” (Idem:26). Assim, fazendo um cruzamento com algumas dinâmicas da metodologia da Análise do Discurso busco as significações expressas pelas militantes, destacadas nas superfícies discursivas que recortei para minha análise.

Como sugere Thompson (1992:258), quanto menos o conteúdo da entrevista seja moldado pela/pelo entrevistadora/entrevistador, melhor. Por esse motivo, através das orientações do autor, não segui um questionário inflexível, mas apenas estabeleci alguns focos, explicando às entrevistadas os objetivos da pesquisa e conduzindo as



questões segundo as perspectivas das mesmas. Adianto alguns temas que foram significativos, como: constituição de grupos específicos, atuação nos grupos locais, vivência lésbica, militância, formação da LBL, participação no movimento (ações, aspirações e frustrações).

Nenhuma imagem ou documento seria reflexo de um passado real, mas sua apreensão, interpretação e compreensão seriam componentes de um processo atravessado pela subjetividade, de quem produziu e de quem interpreta. Assim, atentando para a construção de subjetividades presentes em suas produções e ações pergunto-me em que medida suas práticas desestabilizam os signos sociais que concedem permanência às representações das diferenças entre sexo e gênero, ao mesmo tempo em que constroem identidades fixas carregada de valores socialmente pré-existentes.

Em Spink e Lima (2000:193) percebemos que “os sentidos não estão na linguagem como materialidade, mas no discurso que faz da linguagem a ferramenta para a construção da realidade. Assim, para as autoras, é fundamental para a análise das entrevistas, “capturar os sentidos da linguagem e não capturá-los em categorias já definidas” (idem:210)

Tendo em vista o princípio da autoria (Foucault, 1971:26), optei por não identificar as entrevistadas, pois me interessa aqui apontar para o processo de produção de sentidos/produção de si nas práticas discursivas, e para o fato de que o agrupamento de discursos pelo autor possui uma função restritiva e coercitiva. Como afirma Foucault (idem:28) “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real”. As reflexões acerca de processos de autoria permitem evidenciar que o autor se constitui a partir de um trabalho que o sujeito empreende discursivamente. Assim, o autor se constitui em relação a uma obra e a uma discursividade, não correspondendo, portanto, ao “indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (idem:26).

Se os discursos fundam e mantêm os “regimes de verdade”<sup>5</sup> através dos quais a ordem do mundo se constitui, utilizo as ferramentas conceituais do método da análise do discurso a fim de pensar o movimento dos sentidos na visibilização do sujeito político lésbico, seus possíveis “lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios” (Orlandi, 2003:10). Como afirma a mesma autora (2003:09), essa metodologia “permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”.

Ao trabalhar com as evidências constituídas pelos discursos científicos é importante atentar para o processo de constituição das formações discursivas seladas pelo interdiscurso. Isso implica no assujeitamento aos estatutos de verdade, nas repetições de enunciados que são amarras textuais na interpretação do mundo. Dessa forma, alguns recursos da metodologia da Análise do Discurso apresentam-se fundamentais para pensar a constituição binária da sociedade e suas implicações.

A análise do discurso para a perspectiva feminista seria fundamental, uma vez que

“Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento, que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.” (Orlandi, 2003:10)

As relações entre mulheres teriam sido silenciadas ou narradas a partir de categorias pré-estabelecidas, fundando e/ou reafirmando discursos totalizantes que norteiam as possibilidades interpretativas do mundo, fazendo a “História do Mesmo” ou contribuindo para as permanências de poderes e hierarquias. Dessa forma, a importância da pesquisa sobre as ações e falas da LBL está nas abordagens que trazem os sujeitos nomeados ou auto-nomeados “lésbicas” como constituidores da realidade imediata ao produzirem sentidos para si e para @s outr@s através de suas práticas discursivas, pois estas:

---

<sup>5</sup> Por regimes de verdade me refiro ao conjunto de enunciações historicamente constituídas em forma de verdade. Essas enunciações, para Foucault (1997:51) pressupõem relações complexas “estabelecidas entre instituições, processos, econômicos e sociais, formas de comportamento, sistema de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização”. São essas enunciações que permitem fazer o objeto aparecer, “justapor-se a outros objetos, situando-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreduzibilidade”, permitem ao objeto “ser colocado em um campo de exterioridade” (idem).

“ [...] implicam ações, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão. Constituem, dessa forma, um caminho privilegiado para entender a produção de sentidos no cotidiano.” (Spink e Freeza, 2000:38)

Esse processo metodológico de analisar a produção de sentidos pelas práticas discursivas<sup>6</sup>, como nos mostra Mary Jane Spink e Rose Mary Freeza (2000:28) nos possibilitaria perceber que “tanto o sujeito quanto o objeto são construções socio-históricas que precisam ser problematizadas”. Como sugere Spink e Medrado (2000:49), precisamos atentar para a construção dos repertórios interpretativos, retomar a linha da história entendendo “a construção social dos conceitos que utilizamos para dar sentido ao mundo”.

Ao trazer as práticas discursivas da Liga Brasileira de Lésbicas para o status de objeto de pesquisa busco analisar como este movimento atribui sentido aos eventos do cotidiano ao reivindicar a existência de um sujeito político *lésbica*. “Sentido” utilizado aqui como uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (Spink e Medrado, 2000:41)

A produção de sentidos seria uma prática social, dialógica, na qual a linguagem em uso é discurso em ação no social e assim:

“ [...] é tomada, portanto, como um fenômeno sócio-linguístico - uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido – e busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas) como os repertórios utilizados nessas produções discursivas.” (Spink e Medrado, 2000:42)

Os discursos sociais acerca da lesbianidade variam de acordo com suas condições de produção e se constituem a partir das regularidades discursivas, matrizes de sentido que nos apontam os indícios do real. Sendo assim, as práticas discursivas apresentam-se como “momentos de resignificação, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade” (ibidem). Dessa forma, essa análise tenta

---

<sup>6</sup> As práticas discursivas compreendem o “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições do exercício da função enunciativa”. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 1997, p.136.

perceber em que medida as práticas discursivas do movimento em questão instituem significações inovadoras na ordem do discurso.

A partir desse entendimento, é possível perceber que a compreensão dos sentidos está numa relação de confronto entre vozes distintas e que a “linguagem é ação e produz conseqüências” (Spink e Medrado, 2000:47). Linguagem aqui se compreende amplamente na produção discursiva de textos, imagens e seus meios de difusão os mais variados como a internet, a televisão, os jornais, etc.

Spink e Medrado (2000:56) refletem que “ao focalizar as práticas discursivas deparamo-nos também com a processualidade das construções identitárias” Nessa perspectiva, as lésbicas organizadas nesse movimento, através de seus atos e falas, constroem sentidos e realidades que pretendo auscultar.

Eni Orlandi (2003:19-21) apresenta a análise do discurso como uma metodologia que data dos anos 60 e objetiva, entre outras perspectivas, pensar os sistemas de significação onde a linguagem funcionaria como um processo complexo de constituição dos sujeitos e sua produção de sentidos. Não seria apenas transmissão de informação, implicaria em “processos de identificação dos sujeitos, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade, etc” (Idem:21) e assim, a autora (1990:19) propõe a Análise do Discurso como uma saída para evitar a reprodução das formas tradicionais de produção de conhecimento, que consiste em “modelos e teorias existentes preenchidos com dados específicos para engordar os paradigmas já definidos”. Assim, identifico aqui a pertinência da sua proposta de “uma relação conflituosa com os sentidos”, uma vez que esta metodologia “não trabalha com a linguagem enquanto um dado, mas enquanto um fato” (idem:25). Isso implica em perceber a distância entre trabalhar com a análise do discurso e análise de conteúdo, sendo que esta última “não faz senão ilustrar o que está dito anteriormente” (idem:27). Seria fundamental “compreender os efeitos de sentido a partir do fato de que é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia” (idem:36).

A análise do comportamento político de uma sociedade ou um grupo pressupõe o entendimento de que ele é “atravessado por uma prática discursiva determinada e descritível” (Foucault, 1997:220). Segundo o filósofo, esse processo não pressuporia o estudo de teorias políticas da época e suas determinações econômicas, mas definiria “o que pode se tornar objeto de enunciação, as formas que tal enunciação pode tomar,

os conceitos que aí se encontram empregados e as escolhas estratégicas que aí se operam”. (Idem), Sugere que analisemos o saber “na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas” (ibidem)

A análise do discurso visa então, a compreensão de “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (Orlandi, 2003:26). A autora apresenta a linguagem como mediação necessária entre o indivíduo e a realidade natural e social. Para ela, essa mediação “torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem (da pessoa) e da realidade em que ele (ela) vive<sup>7</sup>” (Idem:15).

#### *1.4. Algumas considerações sobre os mecanismos de produção e reprodução da heterossexualidade*

Ao abordar um movimento de lésbicas, é preciso atentar para os discursos sobre a sexualidade que circulam nos saberes sociais, a fim de não reproduzir conceitos estabelecidos ou tomá-los como um dado inflexível e acabado. Torna-se fundamental, antes de tudo, problematizar as “narrativas mestras” que, na maioria das vezes, narram as diferenças sexuais e a heterossexualidade como uma evidência natural.

“Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” A provocação de Donna Haraway (1995:25) chama a atenção para a violenta inadmissibilidade do múltiplo pelo olhar categorizado. Somos seres interpelados por um conjunto de signos constituídos sobre o que já foi dito, visto, interpretado e escrito. Nosso olhar não é livre, pois está domesticado pelas representações sociais que atravessam as formas de ser e fazer. Nesse processo, movimentado por correlações de forças, a instauração discursiva de uma “natureza feminina” traduzida pela procriação, cuidado, fragilidade e emoção, em oposição ao masculino naturalmente forte, racional e combativo, produz e mantém o estatuto da heterossexualidade como verdade absoluta que permeia o imaginário social, reprimindo e/ou apagando outras possibilidades da ordem do possível.

Cartoriardis (1995:87), diz que “o conceito de possível tem apenas sentido no interior de um sistema de determinações bem específicas”. Nesse sistema, a

---

<sup>7</sup> Destaques meus por entender que o termo “o homem” carrega apagamentos e supremacias não admissíveis na ótica feminista.

linguagem possui papel fundamental, pois é através dela que nos chegamos às representações sociais. A linguagem é também criada pelo imaginário social, que atua na produção das instituições e dos costumes. “O conhecer e o agir do ser humano são, portanto, indissociavelmente, psíquicos e social-históricos” (Idem:92).

Se somos seres constituídos social e historicamente, é preciso repensar os conceitos que narram os sujeitos e suas relações como naturalmente prontos e isso implica em desnaturalizar a idéia de homem, de mulher, de amor, de homossexualidade, de civilização, de beleza, de autoria e tantas outras categorias sociais. Através dos estudos sobre imaginário e representações sociais percebe-se que não somos sujeitos autônomos e neutros nas nossas interpretações, assim como também não o são as pessoas que falam em nome de uma ciência pretensamente imparcial. Isso porque “tudo aquilo que encontramos de social em um indivíduo, e mesmo a idéia de um indivíduo, é socialmente fabricado ou criado em correspondência com as instituições da sociedade considerada” (Castoriadis, 1995:92).

Judith Butler (2002:17) esclarece que “a diferença sexual nunca é simplesmente uma função de diferenças materiais que não estejam de algum modo marcadas e formadas pelas práticas discursivas”. É possível dizer então que, em uma sociedade heterossexualizada os signos que definem o binário masculino/feminino complementares estão estabelecidos no momento das enunciações pela “memória discursiva”, pelo interdiscurso (Orlandi, 2003:34). Os discursos são constituídos, embasados e legitimados pelas representações sociais, que seriam:

“ [...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para uma construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como o saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural [...], é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este [saber científico], devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais.” (Jodelet, 2001: 22).

Através das representações sociais os indivíduos dão sentido ao mundo, uma vez que “elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (Jodelet, 2001: 17-18).

A fim de ressaltar a importância das teorias sobre o imaginário para a presente pesquisa, trago as considerações de Tânia Navarro-Swain (1994:45), que apontam para as tentativas de desvendar “[...] a imensa força das representações e das imagens

na construção dos papéis e do intercambio social, na naturalização de situações/relações que, de outro modo, não seriam sequer questionadas” (Navarro-Swain, 1994:45). Isso porque, como mostra a mesma autora

“O imaginário trabalha um horizonte psíquico habitado por representações e imagens canalizadoras de afetos, desejos, emoções, esperanças, emulações; o próprio tecido social é urdido pelo imaginário – suas cores, matizes, desenhos reproduzem a trama do fio que os engendrou. O imaginário seria condição de possibilidade da realidade instituída, solo sobre o qual se instaura e é instrumento de sua transformação.” (Idem:48)

É a partir do imaginário que se organizam as formações discursivas<sup>8</sup>, pois a eficácia de um discurso está na sua capacidade de interpelação dos indivíduos no ato da interpretação. Como esclarece Maingueneau (1997:49), esse sujeito interpelado “não é apenas um indivíduo para quem se propõe idéias [...] é também alguém que tem acesso ao ‘dito’ através de uma maneira de ‘dizer’ que está enraizada em uma ‘maneira de ser’, o imaginário de um vivido”.

Assim, é possível suspeitar que as práticas discursivas das integrantes da Liga Brasileira de Lésbicas, apesar de estarem em constante diálogo com o interdiscurso, o qual informa-lhes sobre suas significações, estão também em uma posição de confronto com as representações fixadas nas categorias ancoradas nas diferenças sexuais. Esse movimento pode ser percebido nas produções das militantes, as quais carregam os sentidos que transitam nos seus processos de identificação.

Eni Orlandi (2003:30) sugere que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”. Segundo a autora, os sujeitos constituem-se a partir dos “modos como são afetados pela língua e pela história”, produzindo efeitos para si e para os outros. (Idem)

Maingueneau (1997:55) ressalta o equívoco da evidência da oposição “interior do texto e exterior das condições que o tornaram possível”. Para o autor “não existe relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e o de seu discurso, sendo preciso pensar, desde o início, em suas imbricações” (idem). Assim, os indivíduos produziram discursos ao mesmo tempo em que são por eles produzidos e as representações cristalizadas no imaginário social se traduzem em grandes

---

<sup>8</sup> Que, para Eni Orlandi (2003:43) são “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.

organizadoras nesse processo. Daí a importância em pensar os discursos na constituição do sujeito *lésbica* em uma sociedade informada pelo estatuto da heterossexualidade. Tânia Navarro-Swain (1994:49) aponta que:

“ [...] na medida em que estabelece estereótipos e paradigmas, absorvidos e normatizados socialmente em níveis básicos, como o status sexual dos indivíduos, o perfil da ordem familiar, a atribuição de deveres/direitos inerentes à uma suposta ‘natureza’ dos seres, bem como a divisão do trabalho social, o imaginário, através das mais diferentes linguagens, atua como um vigoroso caudal que atravessa obliquamente as formações sociais, penetrando todos os seus meandros, em todos os níveis, todas as classes sociais – interclasse – modelando conjuntos/pacotes de relações sociais hegemônicas, cuja duração compreende maior ou menor lapso de tempo.”

Como disse Maingueneau (1997:38), “um enunciado é sempre coerção”, pois envolve oposições de força e apagamentos. Os enunciados compõem as formações discursivas a partir do imaginário, agregando-se em torno do dito, do representativamente possível nas conjunturas históricas. Dessa forma, podemos supor que as produções textuais e imagéticas e os relatos contidos nas entrevistas das integrantes da LBL atuam em um duplo movimento na produção da identidade *lésbica*: produzem sentidos para o imaginário ao mesmo tempo em que elas são constituídas enquanto *lésbicas* por esses sentidos.

Em Foucault (1997:38-40) percebemos que os discursos científicos constituem as formações discursivas a partir dos reagrupamentos de enunciados descritivos envolvendo “identidade e persistência nos temas”. Esses enunciados se perpetuam em um regime de existência que alimenta e é alimentado pelos objetos de discurso, os quais variam de acordo com as condições sócio-históricas, que por sua vez produzem superfícies específicas de aparecimento, como “a arte, a sexualidade e a penalidade” (idem:47). Dessa forma, a emergência do sujeito político *lésbica* como fenômeno social adentrando os discursos acadêmicos visibiliza as ações e relações das mulheres, podendo contribuir para destituir o sujeito universal narrado como central.

Foucault (1997:29) questiona as continuidades que mantêm o uso ideológico da ciência, com a repetição das análises e dos problemas teóricos. Assim ele afirma que

“ [...] não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova [...] o objeto não espera nos limbos a ordem que vai libera-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade, ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações.” (idem:51)



Nesta perspectiva, a lesbianidade adquire suas significações específicas em suas condições de produção, ou seja, os discursos da LBL são constitutivos de sua própria existência e ação política.

A divisão dos seres a partir de um sexo é fundada e mantida pelos discursos científicos - inclusive os discursos historiográficos - localizando-a como palco de uma grande história, a qual nos chega ainda acomodada pelas certezas do século XIX. A repetição desses discursos através dos métodos tradicionais da ciência acabou por cristalizar formações discursivas, mantendo a idéia da dicotomia dos sexos e dos gêneros, instaurando a idéia da “verdadeira” sexualidade, e assim deixando pouca mobilidade para pensar as relações sociais fora dos engessamentos modelares da produção do conhecimento.

Através de Sandra Harding (1993:98), podemos observar que durante mais de três séculos, a ciência utilizou a “política de gênero”<sup>9</sup> como recurso moral e político para seu próprio progresso. Assim, a autoridade científica ocupou-se em respaldar a naturalização da subjugação das mulheres, num processo completamente tendencioso. Os inúmeros tratados sobre as diferenças (biológicas, hormonais, cerebrais, estruturais, sexuais, emocionais) entre homens e mulheres ocuparam por muitos séculos e ainda ocupam o pensamento dos cientistas. Por que seria tão relevante afirmar essas diferenças?

Nicole-Claude Mathieu (1991:133), desvela os discursos naturalizantes que opõem masculino e feminino como estratégias sociais de criação da diferença. Através de pesquisas antropológicas com sociedades diversas dos modelos ocidentais ela nos aponta outras possibilidades de organização fora do eixo sexo-gênero. Segundo a autora:

“ [...] A ambigüidade da noção de sexo, tal qual ela se manifesta na consciência comum, assim como nas análises das ciências sociais e dos movimentos de mulheres, vem também da dissimulação prescrita, pelo menos nas sociedades ocidentais entre sexo biológico e sexo social. Esta dissimulação está no centro tanto das polêmicas políticas nas análises e estratégias dos movimentos de mulheres quanto das omissões e distorções na análise “científica”. (idem:133)

---

<sup>9</sup> A política de gênero para Harding, constituída pelos mecanismos de demarcação das diferenças e entre homens e mulheres, estaria atrelada a um simbolismo de gênero, que respaldaria a divisão de papéis e sua importância na sociedade.

Mathieu (idem:133) faz uma crítica aos modos de conceituação ancorados em uma identidade sexual baseada em uma consciência individualista da vivência psico-sociológica, pois partem de uma

“ [...] bipartição absoluta do sexo, ao mesmo tempo natural e social. À “masculinidade” (maleness) corresponde (deve corresponder) o masculino; à “feminilidade” (femaleness), o feminino. O modelo é a heterossexualidade concebida no Ocidente como expressão da natureza (ou em outras sociedades como a de uma ordem desde agora fixada). Nas relações sociais corresponde a esta ótica, é claro, a estratégia da feminilidade, imposta às mulheres, e da masculinidade, ensinada aos homens. O gênero traduz o sexo. Entre sexo e gênero, é estabelecida uma correspondência homóloga. A diferença dos sexos é concebida como fundadora da identidade pessoal, da ordem social e da ordem simbólica.” (ibidem)

Kate Millet (1971:113), nesse sentido, promove a discussão sobre o caráter político da sexualidade. Ela fala sobre uma “política do sexo”, e para seu entendimento esclarece que devemos entender por política não apenas as relações que permeiam os partidos e os presidentes, mas que este termo “remete às relações de força, às disposições por meio das quais um grupo de pessoas controla o outro” (idem:114).

Michel Foucault (2005:76) analisou os discursos sobre a sexualidade e as redes de poder e saber que seriam por eles produzidas, disciplinando os corpos, dividindo-os, classificando-os, atribuindo-lhes funções e legitimando comportamentos, desejos e emoções. Ele mostra como os discursos médicos, nos séculos XVIII e XIX, vêm construindo verdades norteadas por uma “lógica do sexo”, onde os signos do humano estão atrelados a uma sexualidade ancorada biologicamente. Na concepção do filósofo, o sexo seria produzido pelo dispositivo da sexualidade, que o instaura na ordem do discurso, como eixo identitário. A criação do desejo do sexo estaria imbricada com o desejo de verdade e de poder, pois seriam construções discursivas inscritas sobre a classificação e disciplinarização dos corpos, emoções e comportamentos (idem:76).

As teorias feministas denunciam os processos de instituição de um mundo binário, “natural” - onde os sexos naturalmente estão determinados e separados com papéis e comportamentos específicos e opostos. Dessa forma, tais estudos apresentam-se imprescindíveis aos questionamentos das teorias tradicionais, como aponta Francine Decarries (2000:11), pela “refutação dos modelos teóricos dominantes, pela interrogação sobre a condição e posição das mulheres na história, na proposição de escritas alternativas para escapar da linguagem androcêntrica, bem

como pelas reflexões sobre os contextos políticos”. Buscam assim, refletir sobre sua instituição pelas práticas discursivas do social, a fim de transformar as representações sociais instruídas pelas “verdades” acerca da sexualidade e do sexo.

Como bem expôs a teórica Gayle Rubin (1975:27), conceitos clássicos e suas interpretações na constituição do saber acadêmico - como os elaborados por Freud e Levy-Strauss - embasam as certezas acerca relações humanas, fundadas em masculino e feminino imutáveis, polarizados hierarquicamente, cujo referente é o falo. Por exemplo, a troca de mulheres como base da cultura, analisa Rubin (Idem:35-39), tem como pressuposto “natural” a posse das mulheres pelos homens em uma perspectiva universalizante e totalmente a-histórica.

Esta questão nos remete às reflexões de Sandra Harding (1993:11), que mostram as oscilações das críticas feministas sobre a ciência entre duas tendências: uma reformista e uma revolucionária, ou seja, entre algumas análises “que daban la posibilidad de mejorar la ciencia que tenemos e la reivindicación de una transformación de los mismos fundamentos de la ciencia y de las culturas que outorgan su valor”. Dessa forma, a autora (idem:11) traz alguns questionamentos pertinentes a essa discussão: “Es posible utilizar com fines emancipadores unas ciencias que están tan íntima y manifiestamente inmersas em los proyectos occidentales, burgueses y masculinos?” Ela sugere que a saída não está em por um fim à investigação sistemática mas sim em por um fim ao androcentrismo das ciências. E isso, segundo a autora, “exige unas transformaciones de gran alcance em los significados y prácticas culturales de esa investigación” (idem:11).

A utilização de alguns recursos da Análise do Discurso alia-se aos objetivos dos Estudos Feministas de desestabilização dos métodos e conceitos reproduzidos ao longo do tempo e constituidores de um conhecimento atravessado por interpretações, permeadas por relações de poder. Como atenta Orlandi (1990:36), o imaginário que institui o discursivo é político e as evidências são cristalizações, naturalizações, uma relação da história com o poder.

Nessa perspectiva então, dizer que as mulheres nunca foram protagonistas da história sem a presença dos homens, ou que a divisão sexual e seus papéis estáticos e definidos são verdades eternas porque são evidências encontradas nas narrativas e

suas interpretações sobre o biológico deixa de ser argumento para a naturalização da hierarquia sexual e da heterossexualidade.

Como propôs Navarro-Swain (2000:15), é preciso

“ [...] desvirtuar as evidências, tirar delas a inocência da convicção e da certeza para se embrenhar na floresta de sentidos que criaram a condição humana e que fizeram de práticas socioculturais modelos definitivos de ser.”

Essa necessidade aproxima-se ao proposto por Foucault (1997:29), quando sugere que o rompimento com as continuidades discursivas torna-se fundamental a fim de questionar as evidências históricas, cabendo-nos

“ [...] mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises, algumas são legítimas, indicar as que, de alguma forma, não podem mais ser admitidas.” (idem)

Seria então preciso pensar quem diz o que, em que condições e a quem. Quebrar as palavras contidas nos discursos e revelar seus significados. Procurar as “brechas” que as fontes históricas deixam abertas para novas apreensões e significações sobre a atuação das mulheres.

Navarro-Swain (1996:153), nos mostra que as ciências, em especial as narrativas históricas, através de discursos fundadores, instauram e criam memórias, mediante a produção dos fatos, num processo que molda as observações aos seus conceitos. Assim, o ato de escolha/seleção da/do pesquisadora/r pelo seu objeto de estudo, em suas condições de produção, determina o que é importante na escala de “valor científico”. As tentativas de interpretação do mundo não seriam um ato neutro, e dessa forma, a perspectiva falocêntrica do conhecimento científico instaura a hierarquia na e da relação homem/mulher como natural e cultural, o que, através da repetição, passa ao domínio do verdadeiro.

Sobre a construção dos discursos sobre o mundo e sobre o humano, Michel Foucault (2005:56) analisa a necessidade de categorização do mundo no desenvolvimento de uma ciência positivista nos últimos três séculos. Nesse esquema de pensamento dito científico predominaria o mundo cindido em categorias – sexo, idade, raça, inteligência.

Assim, a classificação do humano de acordo com “um sexo”, um desejo, uma prática sexual, é instruída e mantida pelas redes discursivas que criam as diferenças e legitimam a circulação dos poderes. Uma teia discursiva onde as verdades sobre o sexo localizam as mulheres na condição do “outro” do homem, de “presa”, de procriadora da espécie, destituída dos poderes de protagonizar seu destino. Essa classificação é conduzida pela materialização do sexo a partir dos discursos e práticas e mantida através de sua reiteração. Como sugere Judith Butler (2000:154), a adoção de um sexo está vinculada à identificação atrelada ao discurso heterossexual, que desqualifica outras possibilidades. Nessa perspectiva, “o sujeito é construído através da força da exclusão e da abjeção” (Idem:156)<sup>10</sup>, assim, se a “materialização de um determinado sexo é uma adequação às normas regulatórias, uma identificação ao modelo, a identificação com a abjeção será sempre negada”. (Ibidem)

Nesse contexto, minhas análises buscam possíveis movimentos de auto-identificação lésbica em prol da visibilidade das relações entre mulheres, a qual possibilitaria a subversão dessa abjeção pelo sujeito positivado através dos discursos da LBL. Os textos, imagens e reivindicações políticas desenvolvidas pelas militantes são pensados aqui como facilitadores de certa movimentação da oposição centro/margem no sistema heterossexual.

### *1.5. A produção do binário sexual*

A identificação a um sexo instituído como natural seria fundamental para a auto-representação dos indivíduos. Desta forma, de acordo com Navarro-Swain (2002:326), é a prática da sexualidade “[...] que organiza o ‘eu’ e faz de mim uma identidade inteligível, jogo de ‘verdades’ que cria a ilusão de um sujeito ontologicamente definido por sua sujeição/resistências às práticas regulatórias”. Teríamos assim, “[...] mulheres e homens - identidades definidas num esquema binário, heterossexual, reprodutivo, ‘natural’, rodeados de uma multidão de práticas que traduzem identidades incompletas, incorretas, incômodas” (Idem, pp. 326-327). Como aponta a autora,

---

<sup>10</sup> Como considera Butler, pois o estabelecimento de modelos construídos e legitimados pelos discursos de verdade produziria seres abjetos, necessários para a manutenção desse sujeito legítimo. BUTLER, Judith. *Cuerpos que importam. Sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 156.

“ [...] a orientação do desejo e da sexualidade em uma só direção – o sexo oposto – cria núcleos identitários sexuais, construídos pelas ‘técnicas de mim’, pela produção contínua de representações e auto-representação em invólucros de carne nomeados pelo sexo. Nesse caso, a ‘posição sexual’ não diz respeito a práticas sexuais diversas, mas a lugares de fala onde emerge o sujeito sexuado e instituído hierarquicamente. Heterossexual superior ao homossexual, masculino ao feminino. Aqui a experiência de gênero feminino mostra que a ancoragem do gênero no sexo biológico é o fundamento dos mecanismos de divisão e controle de um sexo sobre outro.” (Navarro-Swain, 2002:331).

Essa sexualização do humano é resultado de um processo chamado por (Foucault, 2005:76-87) de dispositivo da sexualidade. A partir dos séculos XVI e XVII, na sociedade ocidental, teria ocorrido uma multiplicação de discursos sobre o sexo, com o objetivo de produzir uma “lógica do sexo” que legitimasse o exercício do poder. Assim, contrariando o senso comum que supõe o desejo do sexo (significado hoje) como totalmente instintivo, o autor denuncia o aparelhamento voltado para produção de estratégias de estandarização do sexo e a concomitante elaboração dos discursos de verdade sobre a sexualidade. Esse processo teria sido intensificado nos dois séculos seguintes, culminando nas formações de verdades científicas (afetadas por conceitos morais e religiosos) sobre o sexo e atreladas à elaboração de práticas médicas e pedagogias voltadas para o controle e disciplinarização dos corpos.

A partir daí, as tecnologias do sexo (Foucault, 2005:98) atuam na conformação dos corpos e desejos, inscrevendo-lhes normas e controlando-os, em nome do “natural”. Tânia Navarro-Swain (2006:01) nos aponta esta estratégia do poder do discurso sobre o sexo, ressaltando que

“ [...] O dispositivo, portanto, inventa os corpos e os possui, cria-os ao defini-los e moldá-los enfatizando o prazer, sem defini-lo nem questioná-lo, para melhor apagar os traços de sua construção e domesticação. Quem não sente este prazer, tão louvado, sem que se saiba exatamente do que se fala, acha-se doente, anormal; porque os consultórios estão tão cheios de “problemas” sexuais? Porque não tomar o desejo ou a emoção quando vêm, sem precisar de remédios, estímulos, análises?”

Isso porque esse processo envolveria ainda, por outro lado, as “tecnologias do gênero”, definidas por Tereza de Lauretis (2004:208) como “produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como práticas da vida cotidiana”.

As formas de conceber o gênero e o sexo dizem respeito aos significados das palavras, sua apropriação e re-apropriação como dinâmicas nos processos de pensar e repensar o mundo. E isso perpassa a produção do conhecimento, o pensamento

científico, que, em sua forma tradicional, engendra oposição, apropriação e dominação na formulação de verdades. Se somos herdeiras de uma ciência que pressupõe a vontade de verdade – como já disse Foucault (1996:20) sobre as redes de poder criadas e mantidas pelo discurso, torna-se necessário atentar para a forma de fazer ciência, para o ato de ver, significar e narrar as coisas, pois não há neutralidade nesse processo.

Questionar as formas tradicionais de pensamento e os métodos científicos diz respeito à incredulidade com relação às narrativas que se auto-conferem estatuto de verdade, a fim de libertar o conhecimento dos modos culturais dominantes que criam e sustentam as hierarquias. Esta perspectiva pós-moderna tende menos à busca de certezas e mais à interrogação dos enunciados e suas condições de produção que constroem as evidências sobre o mundo e os sujeitos. Seria preciso interrogar o dito, os discursos, pois eles forjam as identidades e a materialidade dos corpos.

Assim, é necessário romper com as evidências sobre sexo e sexualidade como dados naturais a fim de pensar a ficcionalidade da oposição homossexualidade/heterossexualidade e a materialidade dos corpos informada pelas noções de feminino, masculino, beleza e erotismo. Pensar sobre um movimento de lésbicas, nessa perspectiva, requer a investigação dos sentidos que transitam nas propostas das militantes, pensando a força das representações pautadas nas tecnologias do sexo e do gênero na constituição de suas práticas discursivas.

A perspectiva feminista estabelece essa discussão, uma vez que chama a atenção para o equivoco de pensar as mulheres a partir de um processo retilíneo e uniforme de opressão, traduzidos por um patriarcado a-histórico. Nessa direção, várias teóricas feministas, como Gayle Rubin (1975:14), Donna Haraway (1995:08) e Judith Butler (2003:20), vão se contrapor a algumas teorias que partem da idéia de opressão hegemônica. Tais autoras criticam o pensamento reducionista que verticaliza, simplifica e equipara os dispositivos de controle nas sociedades androcêntricas como universais.

Foucault (1997:140), diz que seria preciso interrogar os discursos até o ponto em que eles deixem de ser tesouros inesgotáveis, a fim de que apareçam “como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização. Um bem que coloca por conseguinte, desde

sua existência, a questão do poder, um bem que é por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política”.

A produção do conhecimento em suas leituras e escritas sobre o mundo funda discursos, reforça-os ou os subverte. Assim, torna-se importante pensar as formas através das quais a materialidade corporal e as relações humanas têm sido pensadas e instituídas no social, no qual alguns sujeitos são narrados e outros não. Como em um roteiro, alguns são centrais e outros figurantes e, nesse caso, a centralidade atrela-se a ordem do discurso e seu regime de verdade<sup>11</sup> que informam as concepções de sujeito de cada época. Isso porque os signos que norteiam as relações sociais não são fixos e os sentidos movimentam-se através do imaginário, modificando conceitos e práticas.

Se os discursos fundam, mantêm ou subvertem as interpretações do mundo e do humano, para Foucault (2005:30) não se deve fazer uma cisão entre o dito e o não dito, pois “é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros” (Idem:30)

Se utilizássemos a historiografia tradicional como fonte, por exemplo, poderíamos correr o risco de reproduzir os discursos acerca da heterossexualidade natural e a essencialização da maternidade como eixo definidor das mulheres, uma vez que estas silenciam a autonomia das mulheres em todos os aspectos, sobretudo sobre as relações amorosas entre elas.

Entretanto, a historicidade do humano aponta para o plural, para a instabilidade das “verdades” sobre o humano, suas emoções e prazeres que são produzidos permanentemente em um processo dinâmico. Rosi Braidotti (1998:30) enfatiza o momento de transformações e desestabilizações pelo qual a pós-modernidade tem problematizado as noções de humano no ocidente. Em um momento de flexibilização das relações sociais, diz ela, a negociação dos sujeitos com as representações convencionais traduzem-se em novas perspectivas da subjetividade humana. Isso implicaria em um outro estilo de pensamento, em uma criatividade teórica e política, que rejeita as verdades sobre um sujeito fixo, sobre uma coletividade única. Para essa mesma autora:

---

<sup>11</sup> Através de Foucault (2006:12) temos que "cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro".



“ [...] o sujeito mulher não é uma essência monolítica definida de uma vez para sempre, mas o lugar de um conjunto de experiências múltiplas, complexas e potencialmente contraditórias, definido por variáveis que se sobrepõem tais como a classe, a raça, a idade, o estilo de vida, a preferência sexual e outras.” (Braidotti, 1998:30).

É nessa perspectiva que as teorias feministas criticam a denominação “a mulher” que singulariza toda a multiplicidade do feminino em uma só categoria generalizante, essencializada, que contribui para a continuidade do esquema polarizado – a binariedade e a representação da supremacia masculina. Narrar as experiências das mulheres como algo intrínseco a uma categoria dada e não problematizada implica na aceitação dos discursos pautados na materialidade corporal, na aceitação da fixidez do sexo em oposição ao gênero. Sendo essa oposição reiterada continuamente pelos discursos, apresenta-se como a base das representações sobre as relações humanas, que vão ser definidoras na interpretação dos papéis e identificações de determinado grupo social. Entretanto, como se vêem as integrantes da LBL nesse esquema? Se “mulher” é uma categoria histórica, que sujeitos despontam neste movimento cuja denominação inclui e nega ao mesmo tempo o “ser mulher”? Estes são questionamentos que pretendo perseguir na seqüência.

### *1.6. Sexo e gênero como categorias sócio-históricas*

“Diga-me teu sexo, eu te direi teu gênero”. Nas palavras de Tânia Navarro-Swain (2000:15) uma crítica às cristalizações pautadas nos discursos científicos que reforçam a idéia de mundo polarizado. Sexo e gênero, termos tão problematizados nas teorias feministas, são pontos centrais nas discussões sobre categorias sexuais, sujeito e identidade, pois carregam significados atravessados pelas representações sociais binárias.

Como podemos observar através da análise de Francine Descarries (2000:14-20), os feminismos são plurais, se desdobram, se opõem e se complementam. As formas de pensar sexo e gênero variam de acordo com suas condições de produção. Condições que dizem respeito às maneiras de construir ou problematizar identidade e diferença. Por que, nessas teorias, há tantos “problemas de gênero<sup>12</sup>”?

---

<sup>12</sup> Referindo-me também ao título de uma obra de Judith Butler, “Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade”. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

É preciso pensar, como propõe Joan Scott (1990:05), que “as palavras, como as idéias e as coisas que elas são feitas para significar, tem uma história”. É propício então considerar que a palavra gênero começa a ser utilizada por alguns feminismos no final da década de 60, no intuito de romper com a noção de diferença sexual pautada em fatores biológicos, uma vez que, segundo Linda Nicholson (2000:10), “o conceito de ‘sexo’ colaborou com a idéia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudança”.

Se as diferenças de papéis sociais entre homens e mulheres encontravam legitimidade nos argumentos pautados nas distinções físicas/corporais, a utilização do termo gênero pelas teóricas feministas então, propunha repensar essa relação, denunciando a “constituição social do caráter humano”. Entretanto, cabe ressaltar que, como expõe Linda Nicholson (2000:11), na contramão dessa idéia, gênero acabou sendo significado como oposto a sexo - entendido como diferenças reais, biologicamente dadas sobre as quais ele atua.

É possível perceber, ainda hoje, que apesar da perspectiva revolucionária da proposta do gênero como categoria analítica, muitas teorias o trazem no sentido “domesticado”, atrelado às noções de diferenças sexuais numa visão biologista/construcionista. Estudos de gênero para muit@s estudios@s é sinônimo de Estudo das mulheres, definidas por um sexo biológico.

Assim, o termo gênero acaba sendo utilizado de maneiras variadas e até mesmo contraditórias, pois na maioria das vezes “é usado em oposição à ‘sexo’, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado” (Idem p.09). Nessa perspectiva, “gênero é tipicamente pensado como referencia à personalidade e comportamento, não ao corpo; ‘gênero’ e ‘sexo’ são, portanto, compreendidos como distintos” (Idem:09).

Esse entendimento seria um problema para as teorias feministas em suas proposições de desconstrução das hierarquias, pois traz a idéia do gênero (cultural) em apropriação do sexo (natural), em um pensamento tradicionalista sobre o social. Judith Butler (2003:25) elucida essa questão pontuando que:

“ [...] o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio

discursivo/cultural pelo qual a 'natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura."

Para a autora (idem:28) "não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior a marca de gênero", uma vez que sexo e gênero são livres ou fixos de acordo com o discurso hegemônico das possibilidades culturais. Assim, "a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero" (ibidem). Dessa forma, lésbicas são possibilidades que ultrapassam os limites do gênero feminino, significado no sistema heterossexual a partir da oposição e relação com o masculino.

Pensar o gênero como produto discursivo e manter a idéia de sexo como materialidade naturalmente imutável significa legitimar as categorias homem e mulher como dados anteriores aos signos sociais, isto é, a permanência de materialidades corporais que justificam comportamentos distintos e estanques. A idéia de sexo feminino atrelada à natureza traduz a condição de imutabilidade, uma vez que na perspectiva do conhecimento tradicionalista ocidental, natureza corresponde à passividade. Então, como aponta Judith Butler (2000:157), esse entendimento localiza o feminino numa relação hierárquica de apropriação. Por essa lógica, o sexo estaria para o gênero assim como o feminino estaria para o masculino, ou seja, a natureza apropriada pela cultura. Neste caso, a lesbianidade estaria marcada pela natureza do sexo, desestabilizando, porém, o gênero.

O gênero, diz Butler (2003:48), "não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero". A autora mostra que é preciso desconstruir a idéia de sexo como dado imutável, pois sexo e gênero seriam produtos ideologicamente discursivos. Compartilhando o pensamento de Monique Wittig, ela argumenta que sexo e gênero são indissociáveis, inscrições sociais. "O sexo é uma interpretação política e cultural do corpo, não existe a distinção sexo/gênero em linhas convencionais; o gênero é embutido no sexo, e o sexo mostra ter sido gênero desde o princípio" (Idem:165).

Wittig (1997:271) ao dizer que "uma lésbica não é uma mulher" discute a construção do sexo social e o assujeitamento das mulheres às tecnologias utilizadas para sua produção. Assim, não seriam "mulheres" todas aquelas que escapam ao

sistema de apropriação masculino. Isso porque, segundo ela, a “mulher” só existe em relação à oposição ao “homem”, base do sistema heterossexual. Nessa perspectiva, pela não adequação a este esquema as lésbicas não seriam mulheres e também não seriam homens, pois estariam fora dos esquemas de identificação produzidos e aprisionados no esquema heterossexual.

Butler (2003:197), utilizando como exemplo a *drag*, aponta que o gênero se instaura através de sua própria prática, de sua repetição:

“ [...] no lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser reconhecida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção.”

Assim, pensar sexo e gênero como construção social mantida pela repetição nos aproxima da possibilidade de concebermos masculino e feminino como categorias historicamente produzidas e hierarquizadas.

Como aponta Nicholson (2000:09), esse entendimento sobre o gênero “apareceu quando se percebeu que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece”. Então, “se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, o ‘sexo’ não pode ser independente do ‘gênero’; antes, sexo nesse sentido deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero”. (idem: 09-10).

Nesse sentido, os estudos feministas percebem ser preciso menos uma história das mulheres e mais uma nova epistemologia, que pensasse as dinâmicas do poder na produção do conhecimento, na definição do que é legítimo ou não, e isso se traduziria na necessidade de interrogar a história e sua legitimidade.

Seria preciso apontar a parcialidade das narrativas históricas, desvelando os processos de ancoragem dos historiadores em suas condições de produção a fim de desestabilizar as verdades sobre as desigualdades fundadas nas diferenças sexuais, com a invisibilização e/ou desqualificação das mulheres no processo histórico. Tânia Navarro Swain (2006:05), buscando desestabilizar a autoridade dos discursos naturalizantes sobre as mulheres, propõe uma “história do possível”, através da interrogação das evidências forjadas nos registros históricos:

“ [...] O papel d@s historiador@s, em meu entender, não é afirmar tradições, corroborar certezas, expor evidências. É ao contrário, destruí-las para reviver o frescor da multiplicidade, a pluralidade do real. Para encontrar uma história do possível, da diversidade, de um humano que não se conjuga apenas em sexo, sexualidade, dominação, posse, polarização. É criar a inquietação, a interpelação, é suscitar a mudança, é levantar questões e pesquisar incansavelmente a diversidade, para escapar à tirania do unívoco, do homogêneo, da monótona repetição do mesmo, que nos faz reiterar uma história sem fim de dominação e exclusão entre feminino e masculino. As próprias noções de sexo biológico, de gênero social, de diferença, enquanto sistema não passam de uma reafirmação constante da primazia do biológico como divisor de um humano desenhado em dois, cuja complementaridade “natural” é a naturalização do destino biológico das mulheres na reprodução. Da diferença extraímos a diversidade, do estranhamento, a poética da existência, que não é senão a pluralidade do humano, a possibilidade de ser sem as contingências das normas e nos modelos.”

Scott (1990:07), pensando a problemática das narrativas históricas já havia apontado que,

“ [...] na sua maioria, as tentativas de teorização do gênero não conseguiram sair dos quadros tradicionais das ciências sociais: elas utilizam formulações provadas que propõem explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado porque elas tem tendência a incluir generalizações reduzidas ou demasiado simples; estas destroem não somente a complexidade do sentido que propõe a história, como disciplina, da causalidade social, mas também o engajamento feminista na elaboração de análises que levem à transformação.” (Scott: 1990:07)

Gênero, em seu uso descritivo estaria apenas associado ao estudo das coisas referentes às mulheres. “O gênero “como um novo domínio de pesquisa histórica não tem a força de análise suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes” (Scott, 1990:08), ao contrário de uma história que se debruce sobre as múltiplas possibilidades de relacionamento humano.

Scott (1990:07) então propõe um exame crítico aos estudos que abordam as mulheres numa perspectiva essencializante e despolitizada, dizendo que a partir dessa crítica é possível propor uma “abordagem alternativa”. Seria preciso, para ela, perceber que a utilização do termo gênero pode trazer efeitos dúbios. Substituir apenas história das mulheres por estudos de gênero implicou em uma estratégia de “busca de legitimidade institucional para os estudos feministas nos anos 80”. Seguir com estratégias equivalentes poderia representar uma convivência com as representações binárias hierarquizantes que perpassam as instituições acadêmicas. A lesbianidade nessa perspectiva permaneceria silenciada pela noção domesticada de gênero associado a mulheres em oposição ao masculino, informando sobre uma categoria pronta e acabada.

Margareth Rago (2000:24) problematiza a questão da constituição do sujeito feminino/masculino na perspectiva de que “[...] o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito de determinações culturais, inscrito em um corpo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas” (Rago, 2000:27). Nesta ótica, as representações e valores inscritos nos discursos da LBL podem nos informar sobre o processo de construção de um sujeito político que reivindica diferenças para além do feminino e/ou heterossexual.

Haraway (1995:33-34) sugere que “[...] sejamos mais atentas à historicidade dos padrões que revelamos” pois “[...] explicações de mundo real não dependem da lógica da descoberta, mas de uma relação social de ‘conversa’ carregada de poder” (idem:37). Joan Scott (1990:15), por sua vez, diz que “[...] o desafio da nova pesquisa feminista é fazer explodir a noção de fixidez, é descobrir a natureza do debate ou da repressão que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária do gênero”.

Nessa perspectiva, Tânia Navarro-Swain (2002:340), aponta a importância da desestabilização das identidades na proposta feminista:

“ Num mundo de representações sociais onde os seres se definem pelo corpo sexuado e pelas praticas sexuais, uma identidade nômade desfaz as polaridades e hierarquias, solapa as bases do sistema sexo/gênero, desvelando as tragédias e a triste comicidade do assujeitamento ao ‘verdadeiro sexo’, as essências humanas instituídas e narradas em história. Não ha opostos, ha posições de sujeito; não ha binário nem múltiplo, pois não ha unidades. Numa identidade em construção que não visa um desenho final, o que importa é o movimento.”

Então, como narrar sujeitos “lésbicas” sem essencializá-los, sem fixar uma identidade? Como elas mesmas se representam? Mulheres? Lésbicas como categoria à parte? E neste caso, que sentido lhe atribuem? A que gênero pensam pertencer? Como disse Diva do Couto Muniz (2000:211), “entender o gênero como constituído/constituente da identidade dos sujeitos, implica atentar para as múltiplas dimensões dessa construção”. Isso significa inovações epistemológicas, um olhar menos fixo e mais de uma viajante, como propôs Guacira Lopes Louro (2004:18), vislumbrando a transformação das formas de significação do mundo.

## Capítulo II

### Lésbicas em movimento

*Lésbica é a palavra, a etiqueta, a condição que mantêm as mulheres na linha. Quando uma mulher ouve esta palavra ser lançada na sua direção, sabe que está a pisar o risco. Sabe que atravessou a terrível fronteira do seu papel sexual (Radicalesbians)*

A polarização dos sexos na sociedade brasileira, como em tantas outras, está naturalizada através das representações sociais, constituídas e reafirmadas por um sistema rígido de discursos que produzem sentidos e norteiam o entendimento sobre as relações humanas. Isso porque a realidade é construída socialmente a partir dos processos simbólicos dos indivíduos na interpretação do mundo (Castoriadis, 1992:89)

As evidências desses discursos integram as tecnologias de produção do sexo social<sup>13</sup>, as quais atuam nas tentativas de manter a categoria mulheres como natural, instaurá-la em contextos historicamente limitados, localizá-la indiscutivelmente em um espaço heterossexual, concebido como privado, de forma pacífica e hegemônica, tudo narrado como parte de um processo cultural lógico de evolução. Nesse sentido, Monique Wittig (1980:04), afirma que

“ [...] os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade. Estes discursos falam sobre nós e alegam dizer a verdade num campo apolítico, como se qualquer coisa que significa algo pudesse escapar ao político neste momento da história, e como se, no tocante a nós, pudessem existir signos politicamente insignificantes. Estes discursos da heterossexualidade oprimem-nos no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles.” (WITTIG, 1980:01)

Compartilhando do entendimento de Wittig, temos que o esquema heterossexual, produzido historicamente, estabelece a coerção normativa sobre os

---

<sup>13</sup> Esse conceito foi desenvolvido por Nicole-Claude Mathieu nos anos 70 numa tentativa de escapar da categoria gênero domesticada pelas representações sociais que reproduzem o pensamento binarizante: homem e mulher. Utilizo-a aqui para me referir à materialidade dos corpos e os comportamentos como construtos históricos e sociais: masculino e feminino compondo a sociedade heterossexualizada.

indivíduos principalmente através dos signos, instaurados especialmente pela linguagem e as dinâmicas que legitimam quem e sobre o que se pode ou não falar. Essas dinâmicas integram os procedimentos de exclusão, sendo o mais evidente, segundo Foucault (2004:09) a interdição, pois “sabe-se muito bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. E atualmente, as regiões onde essa dinâmica se opera, são as regiões da sexualidade e da política, afirma o filósofo (idem).

Assim, os discursos sobre a sexualidade são densos e talvez um dos mais naturalizantes, pois formam uma grade fechada de representações sobre a humanidade - limitadas à concepção de materialidade corporal como dado natural (nessa perspectiva entendida como imutável) - as quais informam os indivíduos sobre sua localização no mundo. Temos então a noção de “mulher” - traduzindo delicadeza, fragilidade e cuidado, - definindo formas corporais: gestos, adereços, maquiagem, tom de voz, roupas que comprimem e expõem certas partes do corpo fragmentado discursivamente. Emily Martin (2006:127) discute a fragmentação do corpo feminino em sua pesquisa sobre auto-representação das mulheres, apontando como o entendimento do “ser mulher” está também atravessado por representações substancializadas pelos discursos médicos, os quais contribuem para a fragmentação dos corpos necessária para a construção dos corpos em femininos. As mulheres sofreriam então

“ [...] uma alienação das partes de seu eu muito mais intensamente do que os homens. Em primeiro lugar, tornar-se um ser sexualmente feminino envolve uma fragmentação interior do ser. Uma mulher deve tornar-se apenas um corpo físico para ser sexual.” (idem:60)

Essas são constatações pouco exploradas pelas pesquisas que focam, por exemplo, os supostos “efeitos” da menopausa e as doenças nervosas ligadas à representação do corpo (como a anorexia e a bulimia)<sup>14</sup>. Comprova-se que as mulheres “sofrem” mais de determinados distúrbios nervosos, mas silencia-se sobre as

---

<sup>14</sup> Resumidamente, a anorexia consiste em uma “disfunção alimentar, caracterizada por uma rígida e insuficiente dieta alimentar (caracterizando em baixo peso corporal) e estresse físico. A anorexia nervosa é considerada “uma doença complexa, envolvendo componentes psicológicos, fisiológicos e sociais”. A Bulimia é também uma “disfunção alimentar e está associada à anorexia nervosa, com um diferencial: a pessoa bulímica tende a apresentar períodos em que se alimenta em excesso, seguidos pelo sentimento de culpa por causa do ganho de peso. Para “compensar” o ganho de massa, o bulímico exercita-se de forma desmedida, vomita o que come e/ou faz uso excessivo de purgantes e diuréticos”. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Bulimia\\_nervosa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bulimia_nervosa)



coerções discursivas que as conduzem à adoção de determinadas formas e comportamentos, mesmo que isso implique em sofrimentos físicos/psíquicos. Assim, se reitera mais uma vez a naturalização das diferenças sexuais, pelas quais as mulheres estão localizadas como suscetíveis às instabilidades emocionais.

Problematizar essas representações, como visto até aqui, é uma questão fundamental para os feminismos, pois possibilita desconfiar da noção de uma identidade feminina singular, simbolicamente imutável em oposição a um masculino construído sobre a apropriação das mulheres enquanto sexo, apropriação esta legitimada exatamente pela representação hierarquizada do sexo binário, naturalizada pelos discursos científicos e religiosos, constituidores das verdades sobre o humano. Sob essa perspectiva, é possível dizer que é um equívoco tratar da histórica opressão das mulheres na sociedade – apropriação do corpo sexualizado (estupro, prostituição, mercantilização dos corpos, tráfico de mulheres, aborto), diferenças salariais, divisão do trabalho pautada na diferença sexual, interdição de fala, invisibilidade histórica – sem pensar os mecanismos de construção do corpo significado em feminino e suas funções num esquema social pautado na heterossexualidade normativa.

Iniciando as considerações sobre os movimentos de lésbicas a partir desta percepção sobre a materialidade corporal como lugar de produção de exclusões ancoradas nas diferenças sexuais, compartilho das reflexões de Judith Butler (2002:54), que lembra não haver

“ [...] nenhum exterior singular, porque as formas requerem uma quantidade de exclusões; existem e se reproduzem em virtude daquilo que excluem: não sendo o animal, não sendo a mulher, não sendo o escravo; as propriedades das formas se obtêm através da propriedade, das fronteiras nacionais e raciais, o masculinismo e a heterossexualidade obrigatória.” (idem:90-91)

Os conceitos são passíveis de re-significações, pois ancoram-se em noções alimentadas pelas representações sociais, logo históricas e localizadas. Dessa forma, a maioria das categorias pode ser questionada quando interrogamos sua aplicabilidade em diferentes contextos e interpretações.

Assim, este capítulo propõe algumas considerações sobre a constituição da Liga Brasileira de Lésbicas: o contexto de seu surgimento e os sentidos produzidos e reproduzidos pelas militantes em suas condições de produção, trazendo algumas matrizes que perpassam outros movimentos de lésbicas de décadas passadas. Para

isso, utilizo algumas fontes que me informam sobre esse processo: o Boletim Chanacomchana de 1981 e 1984; o Boletim Deusa Terra de 1991; Carta Aberta ao III Fórum Social Mundial da oficina de visibilidade lésbica do Planeta Arco-íris de 2003; Carta de princípios da LBL; Relatório do I Encontro da LBL/Sul de 2003; Informativo do VI SENALE de 2006; entrevistas com as militantes da LBL (Alagoas, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) e ainda falas das militantes da LBL: do Paraná - recortada do Vídeo Lésbicas no Brasil de 2004; do Rio de Janeiro (2004) - retirada do site Mídia Independente e do Rio Grande do Sul - gravada de mesa no VI SENALE em 2006. Ainda a imagem de divulgação da festa “Sinta a Liga” da LBL/DF (2007) e da V caminhada de lésbicas e bissexuais de São Paulo (2007), bem como a fotografia do X Encontro Feminista em Bertioga, do livro Mulheres em Movimentos (2005) e da III caminhada de lésbicas e bissexuais de São Paulo (2005), que compõe o acervo da LBL.

Como não pretendo aqui falar de *lésbicas* a partir de conceitos fixos, ou traçar possíveis origens terminológicas, começo por apontar sua fragilidade na materialidade lingüística. Segundo a Enciclopédia Livre Wikipédia<sup>15</sup>, “uma lésbica é uma mulher homossexual e tem ou prefere ter romances e relações sexuais com outras mulheres”. Para definir o termo *Dyke*, a mesma enciclopédia diz que “Dyke significa lésbica, ou seja, mulher que sente atração por outras mulheres”. Já no “didático” dicionário *Aurélio* encontramos o termo *lésbica* assim descrito: “substantivo feminino. Mulher homossexual; lésbia, lesbiana, mulher - homem. E sob a denominação *Fanchona*: “substantivo feminino popular: Mulher de aspecto viril e hábitos ou predisposições próprias do sexo masculino; mulher - homem, lésbica”. (grifos meus)

Tal pluralidade conceitual utiliza os signos presentes no imaginário social para ancorar o estranho, ou seja, o que escapa à representação da heterossexualidade. O imaginário é responsável exatamente pela “faculdade originária de por ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção” (Laplantine e Trindade:1996:24). Assim, as definições acima transitam ora entre a idéia da lésbica atrelada à prática sexual, ora ao amor romântico e chegam à ancoragem pelo binário naturalizado: a lésbica “imita” o homem por não encenar os atributos “naturais” do feminino: a localização a partir da proximidade ao masculino, não havendo possibilidades fora do esquema

---

<sup>15</sup> <http://pt.wikipedia.org/wiki>

homem/mulher. Nesse sentido os questionamentos de Tânia Navarro-Swain (2000:34) respaldam essa análise:

“Amor ou sexo, qual desses itens define o lesbianismo? (...) O que é ser lésbica? Um sentimento, uma emoção? Ou a prática de uma certa sexualidade? Como criar uma identidade individual ou de grupo em torno de uma preferência sexual, eventual ou sistemática?”

Essas são questões que requerem menos respostas objetivas e mais atenção às interpretações possibilitadas pela atuação dos movimentos identitários. Os movimentos de lésbicas significam, reivindicam, apropriam-se, re-significam a palavra mulher e lésbica em suas múltiplas dinâmicas e algumas vezes podem propor uma identificação coletiva a ser utilizada no processo de busca pela visibilidade das mulheres fora da evidência heterossexual. Esse processo exigiria a positivação da palavra lésbica pela nomeação das relações afetivas/sexuais entre as mulheres a fim de desmistificar o silêncio que envolve as práticas femininas.

Ao analisar as práticas discursivas desses movimentos possivelmente nos colocamos frente às suas “incoerências”, pois as identidades, como têm mostrado a crítica feminista, “não aparece mais como um dado, mas como um processo, que constrói uma forma e faz sentido no interior de um regime de verdade singular” (Navarro-Swain, 2001:15).

## *2.1. Movimentos sociais por uma perspectiva lésbica*

A luta dos movimentos sociais pelo respeito à diversidade e pela equidade é muitas vezes embasada pelas convenções<sup>16</sup> e tratados internacionais<sup>17</sup>, dos quais o Brasil é signatário. A efetivação do Estado Democrático de Direito exige uma ampla

---

<sup>16</sup> O dicionário de Direitos Humanos define Convenção como: Acordo, ajuste, combinação, convenio; pacto entre partidos políticos, Convenção Social: padrão de comportamento observado por hábito. Convenção Pública: reunião de partido político para tratar de assunto relevante. <http://www.dhnet.org.br/inedex.htm>

<sup>17</sup> O tratado internacional é um acordo resultante da convergência das vontades de dois ou mais sujeitos de direito internacional, formalizada num texto escrito, com o objetivo de produzir efeitos jurídicos no plano internacional. Em outras palavras, o tratado é um meio pelo qual sujeitos de direito internacional – principalmente os Estados nacionais e as organizações internacionais – estipulam direitos e obrigações entre si. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado>

interpretação do texto constitucional<sup>18</sup> a fim de contemplar a complexidade da vida, pois a letra da lei está na ordem da linguagem e requer processos interpretativos, que, como já mencionado, envolve sobreposições e estão carregados de significação e atravessados pelos jogos de poder.

As noções de humanidade e proteção legal estão atreladas aos signos que informam as relações sociais, envolvendo oposições de forças, sujeitos apropriados e que se apropriam dos discursos de verdade. Assim, o papel atribuído ao Estado de reconhecer os sujeitos para além do imaginário heterossexual, formatado em homens e mulheres sexuados é um desafio que extrapola as questões legais, pois nunca é demais frisar que o “Estado” não é uma entidade incorpórea e que atua independente das relações sociais, econômicas e políticas. Basta lembrarmos as frustradas tentativas de inserir a questão da orientação sexual nas discussões da Comissão de Direitos Humanos da ONU<sup>19</sup>.

No Brasil não se proíbe legalmente a homossexualidade, assim como não se proíbe que as mulheres desempenhem certos papéis. Entretanto, o imaginário permite este feito: a normatização extrapola as paredes das instituições, está introjetada pela maioria das pessoas e lhes chega através dos discursos em maior ou menor grau de eficácia. As representações imprimem certas normas morais e são estas as mais difíceis de romper quando o assunto é reconhecimento do sujeito político: mulher e/ou lésbica. Nessa perspectiva, Guattari (1981:13) aponta que

“ [...] o tira e o juiz internos são talvez mais eficazes do que aqueles dos ministérios do Interior e da Justiça. A obtenção desse resultado repousa sobre o desenvolvimento de

---

<sup>18</sup> A Constituição Federal de 1988 no caput do artigo 5º diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

<sup>19</sup> Em abril de 2003, a delegação brasileira junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU apresentou uma resolução histórica que proíbe a discriminação com base na orientação sexual. Esta proposição suscitou vigorosa oposição por parte de diversos países, entre eles o Vaticano, Zimbábue, Paquistão (que lidera a Organização da Cooperação Islâmica ou OCI), Malásia, Arábia Saudita e Bahrain. O apoio a esta resolução veio do Japão e da União Européia, juntamente com uma gama diversa de muitos países da América Latina e da Europa Central e do Leste. Após um prolongado debate, a CDH resolveu, por votação, adiar o aprofundamento das discussões sobre a resolução para a sessão da Comissão em 2004. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/02/274038.shtml>. No dia 15 de abril de 2004 a Comissão de Direitos Humanos da ONU (UNCHR) decidiu por consenso adiar a Resolução Brasileira sobre “Orientação Sexual e Direitos Humanos” para a próxima sessão em 2005. [http://www.ilga.org/news\\_results\\_b.asp?FileID=40](http://www.ilga.org/news_results_b.asp?FileID=40). Depois de muita polêmica e pressões, o Brasil decidiu retirar a proposta da Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação Sexual, que seria apresentada para votação do atual congresso da Organização das Nações Unidas (ONU), que aconteceu na Suíça em 2005. <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=11595>.

um antagonismo reforçado entre um *ideal imaginário*, que inculcamos nos indivíduos por sugestão coletiva, e uma *realidade totalmente outra* que os espera na esquina.”

Nessa direção, os movimentos sociais contribuem para os deslocamentos da legitimidade dos sujeitos na sociedade, pois atuam no interior das grades interpretativas presentes nos discursos. Suas reivindicações têm papel fundamental na desestabilização da apropriação autoritária da produção do conhecimento e sua construção de estereótipos e modelos - sobretudo os movimentos lesbianos, pois abalam os alicerces da ordem falocêntrica que localiza as mulheres em espaços estrategicamente desqualificados, necessários para a evidência da heterossexualidade.

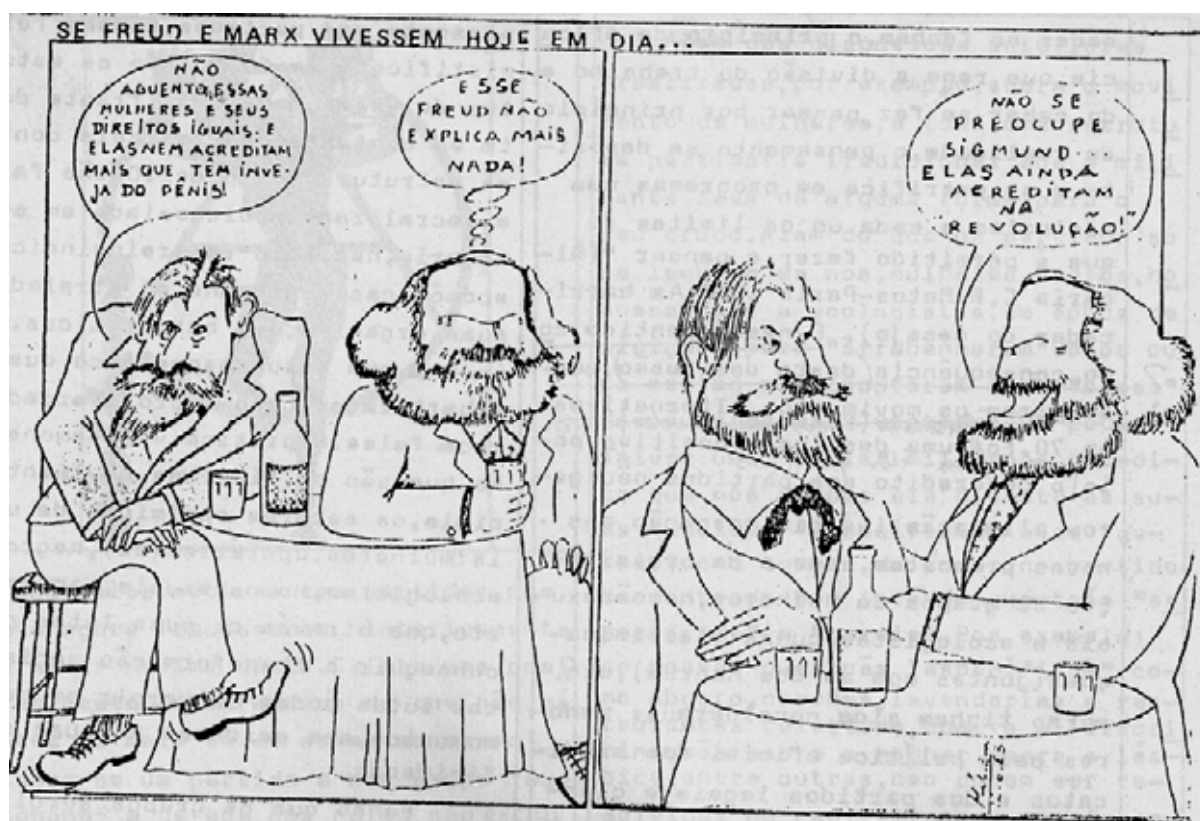
Os seres humanos têm sido narrados pelos discursos científicos e políticos (que são imbricados) através da designação geral do humano – o homem - e essas narrativas embasaram (e ainda embasam) muitas teorias sobre movimentos sociais. É comum a referência ao “camponês”, ao “operário”, ao “trabalhador” como definição de um sujeito hegemônico, narrado como produtor absoluto dos fatos históricos. Tais teorias, como aponta Joan Scott (1999:25),

“ [...] tomam como evidentes as identidades daqueles/as cujas experiências estão sendo documentadas, e, assim, naturalizam suas diferenças. Localizam a resistência fora de sua construção discursiva e reificam o agenciamento com um atributo inerente aos indivíduos, e dessa forma o descontextualizam.”

No Brasil, com o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, instaura-se, como explica Ana Maria Doimo (1995:38), uma “completa ausência de consenso quanto à denominação das novas experiências participativas não-oriundas das relações produtivas e não inscritas no universo operário-sindical”. Classificados como urbanos e populares, esses novos movimentos possuem diversas nomeações: movimentos sociais populares, movimentos populares urbanos, movimentos populares ou movimento popular. Como mostra a autora, até o início dos anos 60,

“[...] falar em movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado – entendido como classe determinada pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital – e acreditar em sua organização nacional, isto é, diagnósticos claramente baseados em premissas científicas, metas previamente definidas, além de regras e normas dotadas de eficácia para o alcance dos objetivos táticos e estratégicos. Os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista representariam, nessa perspectiva, a forma mais acabada desse tipo de organização, e tudo o que fugisse desse raio de ação sequer podia ser incluído sob a rubrica do verdadeiro movimento social; quando muito, seriam movimentos arcaicos e pré-políticos ou, então, meros ‘assuntos da classe trabalhadora’” (DOIMO, Ana Maria, 1995:39).

Ainda hoje, é possível observar que esses “outros assuntos” são silenciados em muitas organizações sociais, as quais, informadas por interpretações do pensamento marxista, vislumbram a superação das formas de exploração do trabalho pelo socialismo como único ponto para o fim das desigualdades, apagando outros tipos de relação de poder. Essa visão reducionista é parodiada pelo Boletim Chanacomchana (Boletim Chanacomchana. Grupo Ação Lésbica Feminista, São Paulo. 1984, N. 04, p. 05), produzido pelo grupo de Ação Lésbico-Feminista de São Paulo na década de 80, apontando para o uso de algumas interpretações para a manutenção das hierarquias fundadas nas diferenças sexuais.



O diálogo de Marx e Freud é forjado aqui para explicitar a utilização dos discursos científicos na manutenção da naturalização da supremacia masculina. As militantes utilizam as teorias feministas em suas críticas aos pressupostos instituídos por muito tempo como verdade absoluta nas ciências humanas: a inveja do pênis e a teoria da revolução focada nas relações exclusivamente econômicas. A conversa na mesa de bar e a postura dos personagens apontam para as representações dos espaços exclusivamente masculinos e a cumplicidade dos mesmos nas estratégias de apropriação das mulheres presentes no senso comum. Assim, a ciência é colocada como mais um instrumento a serviço dos homens enquanto categoria universal.

As transformações das formas de organização, dos objetos de agrupamento social e de suas abordagens teóricas, afetariam as perspectivas na produção do conhecimento. Importante aqui atentar para a estreita relação entre poder, subjetividade e conhecimento científico. Como disse Monique Wittig (1980:03), “[...] não há nada de abstrato acerca do poder que as ciências e as teorias têm de agir materialmente e na realidade sobre os nossos corpos e as nossas mentes, mesmo se é abstrato o discurso que produz esse poder”. Assim, o discurso da ciência comporia o que Guattari (2005:33) chama de “economia coletiva do desejo”, onde a produção de subjetividade seria “matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais ‘desenvolvidas’”. (Idem, p. 34).

Nesse sentido, Gayle Rubin (1975:14) questiona algumas discussões acerca da opressão das mulheres pautada no sistema econômico. Aponta para o problema de traduzir essa opressão de forma generalizada - como algumas interpretações marxistas, que vislumbram a divisão sexual do trabalho, mas não problematizam o sistema sexo-gênero, o qual transforma machos e fêmeas em “homens e mulheres, cada um com uma metade incompleta que só encontrará a completude quando unida à outra”. (Idem)

Assim, a imagem acima é ressaltada nessa análise pela sua força na desconstrução dos pressupostos falocêntricos instaurados e mantidos pelos discursos autorizados. Freud e Marx aparecem aqui representando a parcialidade autorizada de alguns discursos científicos no assujeitamento das mulheres.

Na caricatura de Freud com destaque para “direitos iguais” temos a referência ao feminismo na busca pela igualdade de direitos, promovendo a não apropriação das mulheres pelos homens, uma vez que público e privado estão dinamicamente imbricados. Na frase: “elas nem acreditam que mais que têm inveja do pênis”, as autoras apontam para a construção representacional da teoria freudiana, onde o termo “acreditam” vem interrogar a crença em sua legitimidade como verdade absoluta e inquestionável.

A fala atribuída à Marx traz também o termo “acreditam” por uma perspectiva generalizante do engajamento político feminino. O discurso revolucionário é abordado aqui como estratégia de cooptação das mulheres, uma vez que a idéia de revolução é muitas vezes apresentada por muitos movimentos sociais como a superação das

desigualdades pelo viés exclusivamente econômico, ignorando o problema da produção discursiva das diferenças para a legitimação da sociedade androcêntrica e heterossexualizada, a qual se sustenta pela localização das mulheres como corpos sexuados e naturalizados com funções específicas.

Esse processo envolveria mecanismos de assujeitamento, os quais naturalizam as desigualdades, domesticando as subjetividades a modelos pré-estabelecidos pelas formações discursivas atravessadas pelo desejo de verdade e de poder. Tânia Navarro-Swain (2006:10), nesse contexto, apresenta o “dispositivo amoroso” como um mecanismo complexo e eficiente na produção e manutenção das representações das mulheres como seres dependentes, dóceis e predispostos ao cuidado:

“ Nas fendas do dispositivo da sexualidade, as mulheres são « diferentes », isto é, sua construção em práticas e representações sociais sofre a interferência de um outro dispositivo : o dispositivo amoroso. Poder-se-ia seguir sua genealogia nos discursos – filosóficos, religiosos, científicos, das tradições, do senso comum – que instituem a imagem da « verdadeira mulher », e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e sobretudo, amorosa. Amorosa de seu marido, de seus filhos, de sua família, além de todo limite, de toda expressão de si. O amor está para as mulheres o que o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário. O dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem. As profissões ditas femininas partilham estas características: enfermeira, professora primária, doméstica, babá, etc. O dispositivo amoroso, por outro lado, as conduz diretamente para uma heterossexualidade incontornável, coercitiva, sem equívocos, já que a procriação é sua recompensa. Mesmo se o prazer é raro ou ausente, é uma sexualidade sem questões, sem desvios, é assim, ponto.” (idem)

Assim, há uma complexidade em torno da questão das desigualdades pautadas nas diferenças sexuais discursivamente estabelecidas, que não pode ser contextualizada sob abordagens econômicas e históricas sem a problematização das categorias sociais que informam certas noções de revolução. Isso porque

“Atualmente, os moldes que detém os contornos mulher / homem tornam quase impossível uma relação igualitária nos embates sexuais, atravessados de poder. Há, nas dobras dos lençóis, um maniqueísmo binário insidioso mesmo se os papéis pode ser, eventualmente, intercambiáveis. Onde há sexualidade abriga-se também a posse, a traição, a honra, a auto-estima, a emoção, valores que se confundem em torno de corpos definidos pelo poder de nomeação, pela performatividade dos comportamentos codificados pelo social, pelas condições de imaginação que esculpem modelos e referentes ideais.” (idem, 2006:12)

Teorias sobre movimentos sociais apenas sob certas interpretações totalizantes dos conceitos marxistas vão aos poucos sendo interrogadas por novas perspectivas de análise. Nessa direção, Doimo (1995:40) apresenta as mudanças verificadas a partir



dos anos 60 nas concepções rígidas sobre movimentos sociais, apontando que a partir de fatores como

“ [...] a crescente institucionalização do conflito de classes na sociedade de capitalismo avançado e, inclusive, com a crise do próprio pensamento racional, essas antinomias entre reformistas e revolucionários ou entre movimentos políticos e pré-políticos começaram a ruir, coincidindo com a ascensão do chamado pensamento pós-moderno, que pôs na mira da crítica outras tantas dicotomias clássicas, como sagrado-secular, comunidade-sociedade, tradicional-moderno, solidariedade-racionalidade burocrática, ideologia-ciência e assim por diante” (Id Ibidem).

Nesse contexto de dicotomias geradoras de instabilidades identitárias, propiciado também pelas reivindicações dos novos movimentos sociais, inicia-se algum reconhecimento de outros sujeitos nas dinâmicas das relações sociais atravessadas pelos jogos de poder. São movimentos, como os movimentos de mulheres, ecológicos e pacifistas, que partem de concepções menos hegemônicas sobre poder e exploração através de entendimentos menos materialistas. As teorias feministas, nesse sentido, tem propiciado o descentramento de um “verdadeiro” movimento, com características legítimas, denunciando a ausência de foco sobre as relações pautadas na naturalização das diferenças sexuais.

Ainda segundo Doimo (1995:47), também através das contribuições thompsonianas sobre experiência, as quais apresentavam-se como “uma crítica metodológica ao marxismo reducionista e economicista” (Idem. P. 47), a partir de 1982-1983, começa então a ganhar força no Brasil uma perspectiva de “inflexão cultural-autonomista”, a qual saiu em busca dos sentidos das práticas. Termo como “O Partido”, “O Movimento” vão então sendo encurralados pela recusa da idéia de um sujeito universal e de uma classe hegemônica. Como sugere a autora, também “esta vertente traz à tona a ‘pluralidade de sujeitos’ e uma ‘constelação de novos significados’, criados a partir da própria experiência” (idem:48).

É nesse processo que podemos localizar os movimentos ligados à sexualidade, onde os feminismos foram fundamentais na denúncia das explorações e opressões das mulheres na sociedade. A questão do corpo como superfície de inscrição de poderes começa a ser discutida, diminuindo a oposição público/privado, pessoal/político instalada pelo pensamento positivista. O entendimento da materialidade corporal, comportamentos e papéis sociais como ingredientes políticos que integram as correlações de força, abre espaço para a discussão da sexualidade no debate sobre democracia e cidadania.

Como já explicitado no capítulo anterior, a partir do século XIX a sexualidade sofre intensa transformação e passa a ser instrumento e alvo de uma política discursiva carregada de poder. Como parte dessa estratégia, a política do silenciamento ou do isolamento das questões legadas ao campo da sexualidade fica situada em uma esfera pretensamente privada<sup>20</sup> e a-política. Sobre essa questão Mirian Adelman (2000:165-166) explica que:

“ A intensa produção discursiva sobre a sexualidade não era monolítica nem livre de contradições. A “sexologia”, nova ciência do século XIX que se debruçou sobre a tarefa positivista de classificar os “tipos” e comportamentos sexuais, contribuiu para produzir a homossexualidade. Em grande parte, isto significou produzi-la como condição patológica. No entanto, houve também uma abordagem sexológica que tentava justificá-la, argumentando que se tratava de uma natureza diferente que algumas pessoas possuíam, contra a qual (sendo esta “natural”) não haveria porque lutar. Foi, pois, nesse momento que se instituiu o “personagem” do homossexual, figura que então entrou num cenário onde sua própria existência, e seu corpo, se tornariam objeto de pesquisa, escrutínio e vigilância, bem como de disputas sobre sua representação.”

Os movimentos pautados pela questão da orientação sexual surgem, nesse contexto, como proposta de transformar o “sujeito homossexual” patologizado pelas práticas e discursos higienistas em “sujeito de direito”, mas também, nesse processo, ocorrem dinâmicas subjetivamente políticas na apropriação ou rejeição das representações sobre esse sujeito. Como nos lembra Gayle Rubin (1998:100)

“ O âmbito da sexualidade (...) tem sua própria política interna, iniquidades e modos de opressão. Como acontece com outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade humana, num espaço e tempo determinados, são produto da atividade humana. Elas estão repletas de conflitos de interesse e manobra política, tanto de natureza proposital quanto circunstancial. Nesse sentido, o sexo é sempre politizado. Há, porém, períodos históricos nos quais a sexualidade é mais contestada e abertamente politizada. Nesses períodos, o domínio da vida erótica é efetivamente re-negociado.”

No entendimento de que o poder seria plural, o que estaria em jogo seriam as formas de ser, as maneiras de viver, as quais seriam expressões de todo um conjunto de forças difusas exercidas de acordo com determinados padrões introjetados nas pessoas desde sua infância, orientando seus comportamentos. Em contrapartida, porém, essa dinâmica possibilita ainda as singularidades, que permitem aos indivíduos significações para além dos padrões discursivamente fixados pelo imaginário. Os engendramentos de novas subjetividades em dinâmicas de libertação e apropriação dos/pelos modelos de humanidade simbolicamente disponíveis vão compondo redes

---

<sup>20</sup> A partir das teorias feministas entendo que não é possível pensar em público e privado como esferas distintas, pois estão imbricados. Ver Carole Pateman. *O contrato sexual*. Paz e Terra, São Paulo, 1993.

voláteis, marcadas pelas experiências traduzidas em identidades efêmeras, que compõem um incessante movimento de libertação e aprisionamento. E são através dessas possibilidades que emergem os movimentos de lésbicas.

## 2.2. O separatismo das lésbicas

A busca pela denominação comum, pela “montagem de território”<sup>21</sup>, atravessam os movimentos de lésbicas que se desenvolveram/desenvolvem no Brasil nas últimas décadas. São movimentos constituídos a partir de uma identificação a um sujeito discursivamente produzido, reproduzido, descartado e apropriado. A produção discursiva desse sujeito político determinado nos oferece pistas das representações sobre as mulheres e sobre a sexualidade através dos sentidos que transitam nos espaços de militância e onde eles ecoam. Trazer esses discursos para o status de objeto apresenta-se então como estratégica na explicitação de sujeitos outros, subjetividades moventes, ora fixas, ora subversivas, pois como disse Foucault (1997:28), “é preciso renunciar a todos esses temas que tem por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida”.

Judith Butler (2003:19) sugere que

“O ‘sujeito’ é uma questão crucial para a política (...) pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por vias de práticas de exclusão que não ‘aparecem’, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico ‘produz’ inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de ‘sujeito perante a lei’, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subseqüentemente, a própria hegemonia reguladora da lei.”

O emergir dos movimentos específicos de lésbicas apontam para a questão da hegemonização dos sujeitos dos/nos movimentos sociais e das/nas políticas públicas, possibilitando certas instabilidades de ordem filosófica sobre concepções

---

<sup>21</sup> Por montagens de território Sueli Rolnick (2005:15) refere-se à “possibilidade de produção dos inconscientes, suas cartografias e suas micropolíticas; linhas de fuga dos indivíduos no processo de “sucateamento dos modos de existência”.

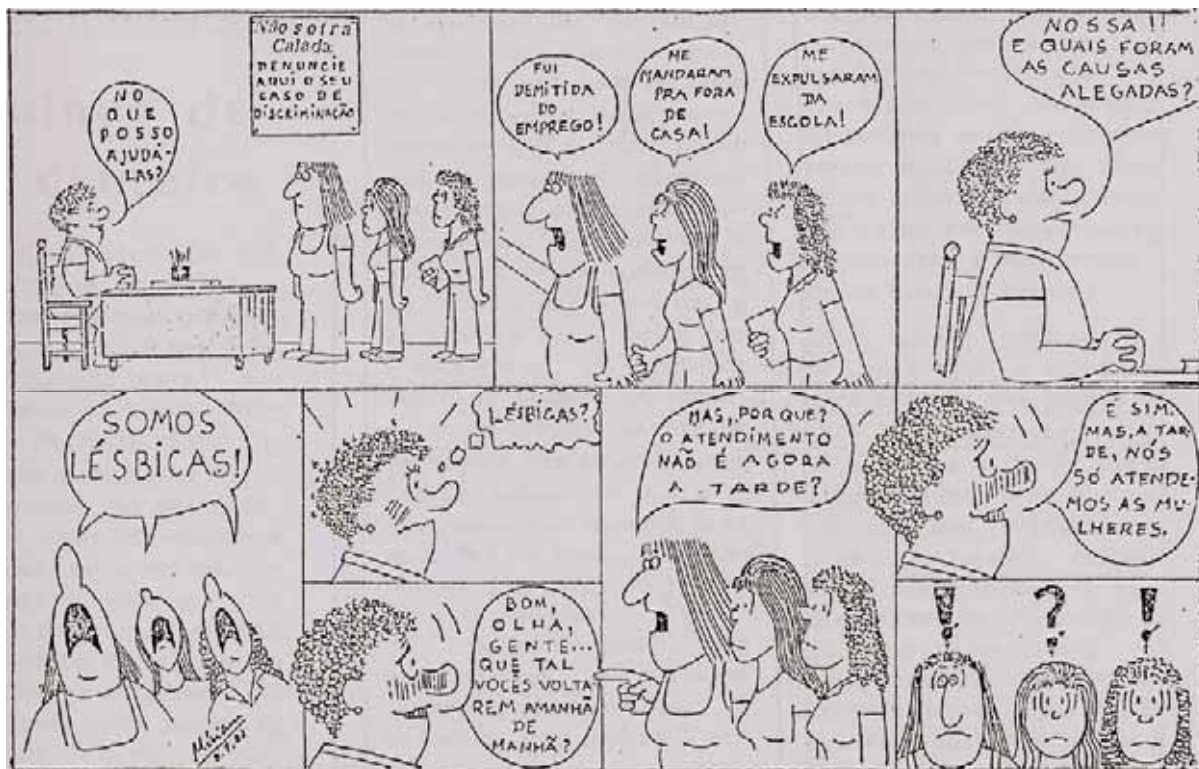
historicamente estabilizadas, e principalmente denunciando as dinâmicas de invisibilização das mulheres no campo político, logo científico.

Esses movimentos constituíram/constituem espaços exclusivos de mulheres, muitos dos quais se localizam em uma perspectiva lésbico-feminista para fomentar discussões sobre as relações pautadas pelo machismo e heterossexismo, pois essas relações envolveriam vivências permeadas por apagamentos, violências e exclusões na naturalização de um sujeito *mulher* criado e acorrentado pelo estatuto da heterossexualidade.

Entretanto, a identificação “lésbica” na maioria dos movimentos de mulheres encontrou algumas dificuldades, ora pelo atrelamento às representações pautadas na sexualidade binária como constituidora dos sujeitos, ora pelo objetivo de unificação de uma identidade *mulher* na luta pelo fim das desigualdades sexuais. Para Lenise Borges (2004:01) hoje é possível verificar que,

“O movimento feminista, como todo movimento social, é composto por várias tendências e sua trajetória tem sido marcada por aproximações e silenciamentos no que toca à sexualidade lésbica. De forma irregular, ora ele vem pautando na sua agenda política as questões sobre as mulheres lésbicas, ora não. O tema dentro da agenda do feminismo não era considerado aglutinador e era visto com restrições, tendo inclusive sofrido interditos dentro da própria agenda.”

O Boletim Chanacomchana (Boletim Chanacomchana. Grupo Ação Lésbica Feminista: São Paulo, 1981, n. 01, p. 03), em 1981, ilustra as dificuldades de acesso das mulheres auto-identificadas como lésbicas em alguns espaços de defesa dos direitos das mulheres. Os quadrinhos abaixo são emblemáticos os denunciar a exclusão das questões trazidas pelas lésbicas em alguns locais, como por exemplo, grupos, movimentos e mesmo as delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAM).



O local onde o fato se desenrola, provavelmente um centro de atendimento para mulheres vítimas de discriminação, é identificado pelo cartaz na parede: *não sofra calada, denuncie aqui o seu caso de discriminação*. A recepcionista, caracterizada pelo estereótipo da funcionária pública (postura, roupas, vocabulário, impessoalidade) permanece solícita até o momento em que a palavra *lésbica* é pronunciada pelas vítimas, quando o atendimento não é realizado pelo fato de lésbicas estarem fora das significações elaboradas pela atendente sobre mulheres e direitos.

Se por um lado, as lésbicas, com Monique Wittig (1980), diziam “a lésbica não é uma mulher”, recusando a conformação ao sistema heterossexual, por outro discursivamente realizam tal identificação na construção de um sujeito que extrapola a categoria política “gays” e reivindicam o sujeito “mulher” na busca por políticas públicas, chocando-se com muitos movimentos de mulheres que as excluem sob o entendimento de que não são “verdadeiras mulheres”.

É possível verificar, através de produções de grupos lésbicos da década de 80 e 90 (como os grupos Ação Lésbica Feminista e Deusa Terra de São Paulo), que os movimentos de lésbicas no Brasil vão conquistando visibilidade a partir de muitos embates durante esse período. Entretanto, nas pesquisas sobre movimentos sociais e

nas chamadas histórias das mulheres<sup>22</sup>, as atuações das lésbicas encontram-se dissipadas pelo silêncio. É comum encontrarmos pesquisas<sup>23</sup> sobre “movimentos homossexuais” numa perspectiva hegemônica ou “movimentos de mulheres” pela ótica da divisão do trabalho, com pouca discussão sobre a construção da categoria *mulher* e *homossexual*.

A lesbianidade constituindo objeto de pesquisa seria mais recorrente nos estudos sobre sexualidade numa abordagem médica ou psicanalista, reproduzindo a dicotomia público e privado, como se a sexualidade e a afetividade fossem dados naturais e escapassem ao político. Dessa forma, pouco se tem atentado para o apagamento das múltiplas subjetividades pela noção de “coletivo” nos muitos movimentos que invocam o direito à autonomia e à equidade.

Como já mencionado, o termo “mulher” pouco representa a diversidade de sujeitos e suas possibilidades e é preciso pensar que os mecanismos de opressão também são plurais. Judith Butler (2003:20) chama a atenção para as abordagens que apontam para a universalização da opressão da “mulher”. Essa perspectiva acabaria por instituir o patriarcado como forma de opressão hegemônica, ou seja, hegemoniza as estruturas de dominação, de forma a-histórica.

A fragilidade da categoria “mulher” é denunciada através da problematização do sistema sexo-gênero, que cria o binário - homens e mulheres - sem questionar a sexualização discursiva dos corpos pelas tecnologias e instituições. Tal significação expande-se em representações sociais, que constituem o campo do imaginário e assim, o que se entende por “gênero tem a função de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres” (Lauretis:2004:213). Como podemos ver em Diva do Couto Muniz (2000:212), por exemplo, “a constituição escolar configura-se em um dos espaços privilegiados na posição das identidades sexuais e de gênero, enquanto

---

<sup>22</sup> Refiro-me aos estudos que procuram visibilizar as ações das mulheres na história tendo em vista os apagamentos de uma ciência androcêntrica. Encontramos na obra de Michelle Perrot a expressão desse recorte, considerado por algumas teóricas como essencializante por não problematizar a construção binária do masculino e do feminino. Estes estudos as vezes são categorizados como estudos de gênero, equiparando gênero e mulheres. Joan Scott (1990:07) propõe um exame crítico aos estudos que abordam as mulheres numa perspectiva essencializante e despolitizada., dizendo que a partir dessa crítica é possível propor uma “abordagem alternativa”. Substituir apenas historia das mulheres por estudos de gênero implicou em uma estratégia de “busca de legitimidade institucional para os estudos feministas nos anos 80”. Seguir com estratégias equivalentes poderia representar uma conivência com as representações binárias hierarquizantes que perpassam as instituições acadêmicas.

<sup>23</sup> Refiro-me ao levantamento feito por mim em bibliotecas e pela internet.

espaço de poder que regula, normaliza, nomeia e inculca modelos de feminilidade e masculinidade e da sexualidade heterossexual”.

Desta forma, discutir papéis masculinos e femininos implica em olhar para a construção dos sexos e suas diferenças. Linda Nicholson (2000:12), nesse sentido, faz uma crítica a algumas considerações feministas que se referem ao “corpo como um cabide”, naturalmente pronto a vestir um gênero. Para ela, também “o feminismo precisa abandonar o fundacionismo biológico junto com o determinismo biológico”<sup>24</sup> (Idem:12). Assim, entender que o fato das mulheres partilharem aspectos corporais comuns transforma-as em uma categoria universal, é uma idéia próxima aos “biologismos”, que desqualifica as mulheres enquanto seres naturalmente/corporalmente inferiores. A autora sugere que “quem somos enquanto mulheres não difere só em relação a qualidades acidentais; difere também num nível mais profundo, pois não há aspectos comuns emanando da biologia” (Ibidem)

Essa é uma discussão propiciada pelas teorias feministas em seus diálogos com os movimentos de mulheres em um processo transversal. Nessa direção a relação entre os movimentos de lésbicas e os feminismos deve ser destacada nas dinâmicas do processo de formação dos grupos exclusivos de lésbicas. Ainda Tânia Navarro-Swain (2002:02), esclarece que os caminhos plurais do feminismo se entrecruzam, se opõem e se imbricam com o “lesbianismo”. Segundo a autora,

“[...] a história dos movimentos das mulheres mostra (...) a presença constante das lésbicas nas práticas políticas de reivindicação tanto quanto nas reflexões teóricas. No calor dos anos 70 viu-se mesmo algumas feministas heterossexuais quase se desculpar da escolha de seu companheiro, diante da avalanche de análises que demonstravam a violência implícita ou explícita da dominação, da apropriação dos corpos e da exploração sexual das mulheres em um mundo patriarcal.” (Navarro-Swain, 2002:02).

Em várias partes do mundo, a reivindicação dessa identidade “desviante” foi e ainda tem sido permeada por conflitos e questionamentos, a partir do momento em que os movimentos homossexuais apontam esse “separatismo” como desarticulador da

---

<sup>24</sup> Segundo Nicholson (2000:12), o determinismo biológico justifica certas constantes sociais a partir de certas constantes da natureza, resultando o entendimento de que “tais constantes sociais não podem ser transformadas” porque naturais. Já o fundacionismo biológico “permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento”, assim, apesar de considerar o corpo como algo natural e fixo, insere à discussão um viés social e possibilita pensar em diferenças.

“causa homossexual”; e também muitas feministas o percebem como uma dissolução – e por que não dizer negação - do “coletivo mulher”<sup>25</sup>.

A questão do separatismo enquanto ação afirmativa de um sujeito *lésbica* pede uma visita às discussões teóricas desenvolvidas por importantes e combativas militantes de décadas passadas e de outros países, as quais propiciaram o que é chamado por algumas autoras de “feminismo lesbiano”, o qual tem respaldado a organização de grupos de mulheres em várias partes do mundo.

### 2.3. *Feminismo e lesbianidade: pressupostos teóricos*

A fim de subverter o olhar sobre as representações das mulheres na sociedade, o feminismo lesbiano surge como uma corrente que propunha a busca de perspectivas mais combativas contra o sistema heterossexual sustentado pelas desigualdades entre os sexos. Essa corrente percebia “na heterossexualidade compulsória a manifestação da aculturação ao poder e à sexualidade masculina” (Descarries, 2001:17). Dessa forma foi também colocada como propiciadora de um “reexame crítico dos pressupostos e critérios do método científico” (idem:17), que possibilita perceber que não é mais possível destruir as relações de opressão sem questionar o sistema de pensamento que a justifica, como apontado anteriormente.

Situado historicamente no início dos anos 70 e classificado por Descarries (idem) como “feminismo radical”, o feminismo lesbiano pautava-se exatamente na explicitação da heterossexualidade obrigatória como mecanismo de apropriação das mulheres e de desqualificação das relações lesbianas. Nesse sistema, além da desvalorização das associações de mulheres, cujos lugares são instituídos a partir do biológico polarizado, o masculino é incontornável, o que faz de um grupo de mulheres sinônimo de “mulheres sozinhas”. Assim, a lesbianidade e suas associações são localizadas como um desafio e uma ameaça à ordem androcêntrica, pois escapam à tutela do “contrato sexual”, que reduz o feminino a uma condição “naturalmente” subordinada.

---

<sup>25</sup> Esses dois termos antagônicos foram utilizados propositalmente, uma vez que o termo *mulher* nunca implicaria na representação de coletivo, formado pelas multiplicidades.



Para Carole Pateman (1993:17), o “contrato sexual” seria a base do “pacto social” - defendido pelos teóricos contratuais positivistas como um estágio avançado da sociedade liberal onde a fraternidade (irmandade dos homens) supera o “poder do pai”, referência aos regimes autoritários. Tal teoria silencia a exploração das mulheres que esse contrato legitima. Para a autora,

“A sociedade civil patriarcal está dividida em duas esferas, mas só se presta atenção a uma delas. A história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. A outra esfera, a privada, não é encarada como sendo politicamente relevante. O casamento e o contrato matrimonial também são considerados, portanto, politicamente irrelevantes. [...] O patriarcado parece não ser, então, relevante para o mundo público. Ao contrário, o direito patriarcal propaga-se por toda a sociedade civil. O contrato de trabalho e o que chamarei de contrato de prostituição, ambos integrantes do mercado capitalista público, sustentam o direito dos homens tão firmemente quanto o contrato matrimonial. As duas esferas da sociedade civil são separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo.” (idem:18-19).

Nessa organização social - identificada como “evoluída” pelos conjuntos de disciplinas que congregam essa versão da história – como Direito e Economia, as mulheres estão excluídas desse pacto e só o integram (a irmandade dos homens) através da instituição do casamento. Assim, a partir dos argumentos contratuais, fica subentendido que todas as mulheres, ao adentrarem o pacto, assumem obrigações cujo objeto é seu próprio corpo (sexo e procriação) e seu trabalho não remunerado:

“ Quando uma mulher se torna uma “esposa”, seu marido ganha o direito de acesso sexual a seu corpo (já chamado de “direitos conjugais” na linguagem legal) e a seu trabalho como dona de casa. [...] As relações conjugais fazem parte de uma divisão sexual do trabalho e de uma estrutura de subordinação que se estende do lar privado à arena pública do mercado capitalista.” (Pateman, 1993: 170).

O contrato sexual teria a heterossexualidade obrigatória como suporte, pois ela é fundamental para a manutenção da exploração das mulheres pelos homens através do casamento e da reprodução. Nesse sentido, importante aqui invocar novamente as considerações de Foucault (1997:55), as quais nos apontam a necessidade de não apenas analisar a formação das palavras, mas também relacioná-las ao conjunto de regras que permite formar os objetos de um discurso e que “constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (idem). Assim, é preciso perceber que os acontecimentos do mundo são rapidamente aprisionados na estrutura androcêntrica e narrados como fatos históricos sob os quais devemos nos dobrar<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Sobre a pretensão de recuperar a verdade através do passado ver Jean Chesneaux em “Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores”. SP: Ática, 1995.

Monique Wittig e Adrienne Rich foram importantes teóricas para o feminismo lésbico na década de 70 e 80, desenvolvendo críticas à sociedade heterossexual que mantém e é mantida pela instituição do casamento - a qual nega a existência das mulheres fora desse esquema. A invisibilidade lésbica no mundo, para estas autoras, constitui a naturalização da heterossexualidade e as dinâmicas de opressão às mulheres. Para Wittig (1997:267), a lésbica na “recusa do poder econômico, ideológico e político de um homem”<sup>27</sup>, promove a possibilidade da autonomia das mulheres e denuncia o “mito da mulher” – a representação do feminino constituído discursivamente enquanto um corpo sexuado com práticas e funções específicas a serviço do sistema heterossexual.

Os escritos de Monique Wittig denunciam a heterossexualidade como instrumento de apropriação das mulheres, contribuindo assim para o fortalecimento do feminismo lésbico, o qual se apresenta ainda hoje como uma tendência importante na construção de movimentos e teorias que criticam e recusam a naturalização dos papéis sexuais e a dicotomia sexo/gênero.

A heterossexualidade compulsória<sup>28</sup> promoveria e garantiria então o acesso das mulheres pelos homens, num processo que envolve dinâmicas estratégicas e naturalizadas. Adrienne Rich (1996:131-132) a partir da análise de Kathleen Gough destaca oito características do poder masculino nas sociedades:

“1. *negar às mulheres (sua própria) sexualidade* – (por meio de extração do clitóris e costura da lábia vaginal; cintos de castidade; punições, incluindo morte, para o adultério feminino; punições, incluindo morte, para a sexualidade lésbica; negação psicanalítica do clitóris, normas contra a masturbação; negação da sexualidade materna e pós-menopausa; [...], fechamento de arquivos e destruição de documentos relatando existência lésbica).

2. *ou forçá-la (sexualidade masculina) sobre as mulheres* – (por meios de estupro – incluindo estupro marital- e espancamento de esposas; incesto de filhas e irmãs; [...]; idealização do romance heterossexual na arte, literatura, na mídia, propagandas e etc.; casamento de crianças; casamentos arranjados; prostituição; [...] descrições pornográficas de mulheres respondendo prazerosamente à violência sexual e humilhação [...]).

---

<sup>27</sup> “It is the refusal of the economic, ideological, and political power of a man”. (tradução livre)

<sup>28</sup> Como explica Tânia Navarro Swain (2000), a “heterossexualidade compulsória, apontada pelas teóricas feministas Adrienne Rich ou Monique Wittig no início dos anos 80, pode ser hoje compreendida como uma matriz de inteligibilidade, como um sentido condutor na constituição dos desejos e dos corpos. A lei normativa, as práticas discursivas e regulatórias definem as práticas sexuais e em torno delas cristalizam os indivíduos em sujeitos sexuais”.

3. *comandar e explorar o trabalho feminino para controlar seu produto* - (por meio de instituições como o casamento e a maternidade como produções não-remuneradas; [...] caftinagem).
4. *controlar ou roubar suas crianças* - (através de [...] esterilização forçada; infanticídio sistemático; tomada judicial das crianças de mães lésbicas; [...]).
5. *confinar as mulheres fisicamente ou prevenir seus movimentos* – (através de táticas para manter as mulheres fora das ruas; assédio sexual nas ruas; [...]).
6. *usá-las como objetos em transações masculinas* – (por meio de mulheres como “presentes”; caftinagem; casamentos arranjados; uso de mulheres como animadoras para facilitar acordos masculinos [...]).
7. *restringir a criatividade das mulheres* - (por meio de [...] restrição da auto-realização feminina ao casamento e à maternidade; [...] apagamento das tradições femininas).
8. *mantê-las à parte de grandes áreas de conquistas culturais e relativas ao conhecimento da sociedade* – (através da não-educação de mulheres; o “Grande Silêncio a respeito da existência das mulheres e especialmente das lésbicas na história e cultura; [...] discriminação contra as mulheres nas profissões)” (Rich, 1996: 131-132).

Nessa complexa rede de silenciamentos, as práticas misóginas que envolvem os processos de sociabilização promovem ainda o distanciamento e a rivalidade entre as mulheres. Estes sentidos estão atravessados pelas representações das mulheres como serem incapazes e inferiores, que necessitam da “proteção” masculina. Assim, justificase o contrato sexual como única forma de sociabilidade das mulheres.

Adrienne Rich (1981:22-23), a partir de suas teorias sobre a importância das relações entre mulheres para a desestabilização do esquema heterossexista/androcêntrico que as silenciam e localizam na condição de “outro”, cria o conceito de *continuum lésbico* e *existência lesbiana*. Informada pelas condições de produção de sua época (comunidades de mulheres, feminismo radical), ela diz que a palavra lesbianismo teria “ressonâncias clínicas e limitantes”, que desviaria o foco de sua interpretação. Para ela, seria preciso promover a sororidade entre mulheres a partir de outras perspectivas, fora do esquema heterossexual e suas instituições. O *continuum lésbico* teria como foco a inclusão de

“[...] uma gama de experiências identificadas com as mulheres através da vida de cada mulher e através da história e não simplesmente o fato de uma mulher ter tido ou desejado conscientemente experiência sexual genital com outra mulher.” (Rich, 2003:03)

Através dessas considerações, é possível apreender um pouco as implicações da produção discursiva do sujeito político *lésbica*. O desdobramento das ações das

mulheres organizadas sob essa perspectiva produziu uma série de possibilidades para os movimentos sociais.

## CAPITULO III

### A emergência de um sujeito “lésbica” na cena política

*“Hay una rebelde en mí – la Criatura de las Sombras. Es una parte de mí que se niega a aceptar órdenes de autoridades ajenas. Se niega a aceptar órdenes de mi voluntad consciente, desafía la soberanía de mi propio gobierno. Es la parte de mí que odia los constreñimientos de cualquier clase, incluso los autoimpuestos. Al mínimo amago de cualquier otro de limitar mi tiempo o espacio, patalea con ambas piernas, se desboca.”(G. Anzaldúa)*

Como vimos no capítulo anterior, muitos feminismos tem apontado que a constituição dos sujeitos pauta-se pelas representações sociais, que são movimentadas por imagens e pela linguagem. E como nos mostra Orlandi (2005:10), esta circula pelos discursos sociais, pois

“ [...] se, de um lado há imprevisibilidade na relação do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de interpretar (logo de ‘atribuir’ sentidos). Os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos. Diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico somos instados a interpretar. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá.”

Administrar a linguagem é, portanto, tocar as representações e ser por elas tocada. É percorrer o domínio do imaginário, o qual apresenta-se como “mobilizador e evocador de imagens”, que “utiliza o simbólico para exprimir-se e existir e, por sua vez, o simbólico pressupõe a capacidade imaginária” (Laplantine e Trindade, 2003:23-24). Escavar tais sentidos através de termos tão naturalizados como *lésbica* fragiliza nossas certezas e as possibilidades que emergem desse processo são múltiplas e surpreendentes.

Nesse sentido, Laplantine e Trindade (idem:10) esclarecem que

“ Não concebemos as imagens como passivas, pois de qualquer maneira constituem-se a forma como, em momentos diversos, percebemos a vida social, a natureza e as pessoas que nos circundam: construídas no universo mental, superpõem-se, alteram-se, transformam-se.”

Assim, as expressões do imaginário e suas representações constituem referencial teórico na análise das significações sociais bem como referente-objeto de pesquisa/análise.

Portanto, se as ações das mulheres sofreram apagamentos ou foram conformadas pelos discursos androcêntricos através da escrita tradicional da história, é a partir da resignificação do binário verdade/mito - que nos informa sobre o possível – que podemos encontrar pontos de fuga para além dos fatos estabelecidos e utilizados como justificativa da supremacia masculina.

Através das palavras de Tânia Navarro-Swain (2004:32) podemos questionar:

“ [...] de onde vêm as certezas em relação ao verdadeiro e ao falso, ao ilusório? As constelações de sentidos, as condições de possibilidade de enunciação e de representação, os regimes de verdade são formulações diferentes para explicar os esquemas de análise e de produção de discurso sobre a realidade, histórica ou outra qualquer [...]”

São as representações sociais informadas pelo binário masculino/feminino e seus papéis definidos que acabam por manter um não lugar das mulheres na história. Por isso a epistemologia feminista propõe perseguirmos os indícios de relações humanas não atreladas a um “sistema sexo-gênero” com definições de papéis. Mulheres guerreiras, por exemplo, significaram pouco para os viajantes que narraram o Brasil, os quais rapidamente as expropriaram do status de fato histórico. Isso denota que a pertinência atribuída aos acontecimentos está diretamente relacionada com as condições de produção no processo interpretativo de quem os registra.

As redes de sentido que se movem através do imaginário atuam na produção/reprodução de conceitos e valores que nos informam sobre as possibilidades dos seres em determinado tempo e espaço. São essas redes de sentido que “compõem o peso específico das imagens e conceitos veiculados pelo discurso, comunicam-se, na diacronia, com outras constelações de sentidos, fazendo com que as leituras sejam, finalmente, *releituras* dos textos possíveis” (Navarro-Swain, 1994:47).

As atuações dos movimentos de lésbicas no Brasil são aqui pensadas a partir do imaginário que “aflora nos mais diferentes tipos de discursos” (idem:48) e que é “um

forjador de sentidos, de identidades, de (in) coerências. (ibidem). A produção de um sujeito identitário *lésbica* está atrelado ao resgate de signos utilizados pelos movimentos feministas e que quebram a invisibilidade das mulheres nos discursos históricos.

O apelo à poetisa Sapho de Lesbos são recorrentes nas falas e produções das militantes de diferentes décadas, uma vez que buscam a posituação da palavra *lésbica*, desqualificada na nossa linguagem, como vemos no relato da coordenadora da LBL do Rio Grande do Sul:

“ [...] Consideramos importante para nosso empoderamento fazermos um resgate histórico das nossas origens. Ainda hoje, muitas mulheres lésbicas ficam ofendidas quando assim chamadas, pois desconsideram o significado histórico da palavra *lésbica*. Lesbos é uma ilha grega ao norte do mar Egeu. Lá, no século VII antes de Cristo, viveu a poetisa Sapho. Seus poemas são ardentes, sensuais e dirigidos às mulheres, fato sempre destacado em suas obras. Somos chamadas de Lésbicas, em referência ao lugar onde Sapho nasceu.” (Relatório do I Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas Região Sul. Florianópolis, setembro de 2003, p. 05 - grifos meus)

Através do discurso atrelado ao método tradicional de busca das origens, como é possível verificar pela expressão “nossas origens”, a militante promove o esvaziamento de sentido do termo *lésbica*, ideologicamente adensado, ao mesmo tempo em que faz emergir sentidos outros que estão próximos da proposta do movimento: a construção de um modelo identificatório percebido em “somos chamadas de lésbicas”. Ainda através do termo empoderamento, promove-se uma ânsia pela auto-representação positiva e potente. O uso de “nossas”, “somos” cria uma cena discursiva onde se instala a idéia de união, de coletividade.

A autora do texto retoma as interpretações totalizantes dos poemas de Sapho: ardentes e sensuais são possibilidades literárias recentes, atravessadas pela produção do desejo do sexo, mas através dessas fixações busca-se o desejo de identificação, a promoção de um espaço outro, distanciado do imaginário que as cerceia, onde as mulheres se expressam, vivenciam prazeres, possuem lugares de fala e sobretudo se relacionam entre elas.

A partir das análises de Laplantine e Trindade (1996:26-27), percebemos que esta superfície discursiva aponta para a transformação/criação de imagens, cujo peso ancora em uma tradição histórica esquecida.

“ Para construir o processo do imaginário é preciso mobilizar imagens primeiras, como dos homens, animais e flores conhecidas, libertar-se delas e modifica-las. Como processo criador, o imaginário reconstrói ou transforma o real. Não se trata, contudo, da modificação da realidade, que consiste no fato físico em si mesmo, como a trajetória natural dos astros, mas trata-se do real que constitui a representação, ou seja, a tradução mental dessa realidade exterior.”

A militante da LBL/PR, nos propõe uma re-significação do termo *lésbica* através do resgate da imagem de Sapho, opondo o termo negativo “muito feia” a “história poética” e “mulher maravilhosa”, atribuindo positividade à palavra *lésbica*:

“ Existem muitas barreiras para se auto denominar lésbica porque existe uma construção muito feia em cima desse nome, que a gente deve resgatar porque é belíssimo, tem toda uma história poética, de uma mulher maravilhosa por trás desse nome [...]”. (Do vídeo *Lésbicas no Brasil*, dirigido por Maria Angelica Lemos da Ong COMULHER, 2004)

Interessante observar que muitas publicações lésbicas das décadas passadas já propunham às leitoras a identificação com o sujeito *lésbica* resgatando os signos que compõem a representação de Sapho como uma mulher artista que amava mulheres em uma postura política de rejeição ao sistema androcêntrico e sobretudo, na construção de personagem histórico positivo, passível de uma identificação representacional:

“ [...] A palavra lésbica deriva de Lesbos, ilha grega, onde viveu uma das maiores poetisas da Antiguidade, Safo, cuja obra sobreviveu ao tempo e à repressão da misoginia cristã, embora fragmentariamente, mas que simbolizou e ainda simboliza, não só o amor entre mulheres, mas, também, principalmente, a revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução. Safo imortalizou o amor entre mulheres em poemas de extremo brilho, ultrapassando, em muito, os objetivos de preparação para o casamento propostos pelos círculos femininos onde se ensinava arte às mulheres, em sua época. De sua coragem e seu amor pelas mulheres, na Ilha de Lesbos, surgiu esta palavra tão “mal-dita” que o sistema patriarcal constantemente procura deturpar. Para nós, portanto, nos autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo.” (Boletim Chanacomchana. Grupo de Ação Lésbico-Feminista. São Paulo, 1983, vol. 03, p. 01-grifos meus)

A partir dos termos “opressão masculina”, “sempre”, “papel de escravas”, “maldita”, podemos constatar o anacronismo que perpassa a localização da opressão das lésbicas nas interpretações ancoradas nos signos do presente. O alinhamento de Sapho de Lesbos com a categoria *lésbica* naturalizada e rejeitada socialmente supõe uma opressão repetitiva, indeterminada, a partir de uma continuidade histórica.



Essa repetição, para Foucault (1997:09), é o efeito da elaboração metodologicamente organizada das séries, a qual acaba por efetivar a “história do mesmo”, tão conhecida da história tradicional, que integra a linearidade discursiva estabelecida pelo alinhamento de disciplinas conectadas entre si a partir de “eventos” valorizados pelos “eixos históricos” determinados temporal, local e ideologicamente.

Assim, Foucault (idem:07-08) nos propõe a descontinuidade da história, a fim de que possamos

“ [...] desligar a história da imagem com que ela se deitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças.”

A descontinuidade, para o filósofo, seria uma “operação deliberada do historiador” (idem:10), através da qual ele deve “distinguir os níveis possíveis de análise, os métodos que são adequados a cada uma e as periodizações que lhes convém” (ibidem). E dessa forma, através da descontinuidade discursiva da história tradicional seja possível reconhecer que as evidências das narrativas

“[...] não são o lugar tranquilo a partir do qual outras questões podem ser levantadas (sobre sua estrutura, sua coerência, sua sistematicidade, suas transformações), mas que colocam por si mesmas todo um feixe de questões (que são? Como defini-las ou limita-las? A que tipos distintos de leis podem obedecer? De que articulação são suscetíveis? A que subconjuntos podem dar lugar? Que fenômenos específicos fazem aparecer no campo do discurso?). Trata-se de reconhecer que elas talvez não sejam, afinal de contas, o que acreditavam que fossem à primeira vista. Enfim, que exigem uma teoria, e que essa teoria não pode ser elaborada sem que apareça, em sua pureza não-sintética, o campo dos fatos do discurso a partir do qual são constituídas.” (Foucault, 1997:29)

Como nos informa Tânia Navarro-Swain (2000:13), “quem diz história diz construção”, o que significa dizer que é impossível a determinação de um passado a partir das representações e evidências que informam o presente. Assim:

“[...] o que se sabe da História da humanidade depende de certa racionalidade impressa aos fatos, é uma *história*, uma narração cujas conexões são arbitrarias. Isso significa que os olhos vêem o que querem e podem ver através de uma ‘política do esquecimento’: apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são determinantes em determinadas época.” (idem:15)

A partir dessas considerações é possível localizar a resignificação de Sapho pelas militantes em suas condições representacionais do presente. A palavra “sempre” supõe o mesmo na história, numa infundável repetição. A busca de um “possível” na história descarta essa posição, pois se trata de romper com a continuidade discursiva

que localiza as lésbicas como categoria naturalmente abjeta, descartada a partir do eixo da heterossexualidade como evidência do mundo.

Para Tânia Navarro-Swain (2003:03)

“[...] a homogeneização das relações social/ sexual expressa pela universalização de um sistema sexo/gênero binário e hierarquizado não faz senão esconder as expressões da diversidade: é assim que mesmo a história das mulheres perde a perspectiva do possível das relações e trocas sociais [...]”

São essas determinações discursivas que as teorias feministas têm buscado subverter quando propõem outras epistemologias para pensar as relações humanas na história. Pensar na perspectiva de uma “história do possível”, como propõe Swain (2006: 05),

“[...] não é afirmar tradições, corroborar certezas, expor evidências. É ao contrário, destruí-las para reviver o frescor da multiplicidade, a pluralidade do real. Para encontrar uma história do possível, da diversidade, de um humano que não se conjuga apenas em sexo, sexualidade, dominação, posse, polarização[...]”

Na produção das militantes podemos, no entanto, localizar a proximidade de Sapho com as atuais representações sociais de lésbicas, como estratégia para a fundamentação de um discurso de posituação. O uso das palavras: “patriarcal”, “opressão masculina”, “papel submisso”, traz uma estreita ligação com as análises feministas que denunciam a sociedade androcêntrica e seus mecanismos de cooptação das mulheres. Quando mencionam os termos “desobediência”, “autonomia” estão falando a partir de uma posição ativa e criadora, através da desobediência à norma e o modelo heterossexual estabelecido. Na busca da autonomia elas propiciam uma modificação na auto-apresentação das mulheres auto-identificadas lésbicas e conseqüentemente nas representações sociais que compõem o imaginário heterossexualizado.

Através desses recortes, temos ainda exemplos da arbitrariedade das interpretações a partir das linearidades discursivas. Sapho de Lesbos teria vivido entre 620 e 580 antes de Cristo em Metilene, e lá formado sociedades de mulheres. Muitos registros trazem essas sociedades como literárias e/ou como culto à deusa Afrodite. Dos seus poemas restaram apenas alguns fragmentos, pois no início da Idade Média sua obra foi destruída pela Igreja Católica. A maioria desses fragmentos descreve seu amor e desejo por mulheres e a partir deles muitas análises constatarem que

“O assunto principal dos seus poemas foi o amor, sempre expresso com simplicidade natural, às vezes com ternura, às vezes com ardor apaixonado. Ela usou em seus poemas uma grande variedade de metros, um dos quais o sáfico, está associado especialmente, a seu nome. Sua poesia foi muito apreciada na Antiguidade, tendo sido elogiada por (...) muitos poetas da Antologia Grega [...] (Retirado do site <http://www.starnews2001.com.br/safo.html> em outubro de 2006)

Dessa forma, o que se conhece de Sapho é apenas o que nos foi permitido conhecer dela e mesmo assim, as interpretações de seus poemas apontam para inúmeras possibilidades, mas é possível verificar que constantemente sua obra é apropriada pelos discursos erotizados, masculinistas, ancorados na evidência da heterossexualidade. Algumas análises, nesse sentido, chegam a afirmar que a poetiza teria cometido suicídio devido ao amor não correspondido por um “belo jovem” (Do site <http://greciantiga.org/lit/lit04a-3.asp> em setembro de 2006). Tais interpretações apontam mais uma vez para as acomodações da diversidade presentes nas fontes históricas ao imaginário androcêntrico, o qual apaga as possibilidades das mulheres fora do esquema heterossexual. Inclusive a importância literária de Sapho, quando ressaltada, está sempre atrelada aos elogios de Platão, expressão da autoridade filosófica na ciência positivista.

Sapho poderia ter escrito sobre qualquer coisa, uma vez que, como sugerem algumas pesquisas<sup>29</sup> sobre sua obra, ela foi politicamente atuante, tendo sido inclusive exilada junto com outros artistas da época. Entretanto, através das condições de produção e imaginação patriarcais, que atuam na seleção dos discursos e lhes atribui um estatuto de verdade, a poetisa muitas vezes é significada apenas como uma mulher “pervertida”, que se relacionava compulsivamente com outras mulheres, como se no período entre aquela época e hoje permanecessem as mesmas significações sobre arte e sexualidade. Esse é um exemplo da fragilidade das evidências históricas, discutidas nas análises feministas.

O apagamento das produções artísticas das mulheres diz respeito às tentativas de silenciar outras representações que escapam à lógica androcêntrica e sua pretensão de dominação, pois, “aquele que tem o monopólio das visibilidades tem o poder sobre o imaginário e, portanto, sobre a própria vida do pensamento.” (Mondzain, 1996:VII). Assim, em outras épocas, as manifestações artísticas retratando relações fora das

---

<sup>29</sup> Como por exemplo: Safo, versos imortais, de S. Caticha Ellis verificado nos sites <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=18&rv=Literatura> e [http://www.brasileirosnoexterior.com/?q=Safo#Registros\\_hist.C3.B3ricos\\_e\\_biogr.C3.A1ficos](http://www.brasileirosnoexterior.com/?q=Safo#Registros_hist.C3.B3ricos_e_biogr.C3.A1ficos) em setembro de 2006.

grades da heterossexualidade obrigatória eram possibilidades entre tantas outras, as quais vão sendo aprisionadas pelas pedagogias normatizadoras intensificadas no século XIX. Como esclarece Bonnet:

“ [...] Esta lógica disjuntiva própria a toda institucionalização é particularmente evidente no século XIX, no qual se desenvolve um discurso médico normativo e moralizador, em contradição total com as obras de Coubert, Rodin ou Louise Breslau, tratando do mesmo assunto. Enquanto os médicos do Instituto vêem as lesbianas como doentes, viciadas e perversas, as/os artistas mostram-nas como seres sadios, dotadas de um Eros panteísta e portadoras de um ideal de emancipação feminina ; rompe assim, ao mesmo tempo, com o modelo estético de beleza ideal construído pela Academia e com a moral burguesa do casamento e da maternidade obrigatórias. Le Sommeil, de Courbet (musée d'Orsay), ou Les Métamorphoses d'Ovide, de Rodin (musée Rodin), são desmentidos geniais do pretense saber dos homens de ciência, reconhecidos pelas academias, faculdades e instituições masculinas [...]”. (Marie-jo Bonnet, 2003:08)

As qualidades de Sapho - que respaldam a denominação dada às mulheres que relacionam-se com outras mulheres – como a destreza literária e a ousadia são então invocadas pelas militantes para o fortalecimento da constituição política do sujeito *lésbica*. Temos aqui a fundação de um discurso de “positivação”, através do resgate de um início histórico, o qual se contrapõe ao imaginário da *lésbica* como a imitadora do homem, a mal amada, etc. Assim, cria-se também o desejo de identificação a esse sujeito: poeta, ousada, livre.

A proposta de positivação da palavra *lésbica* frequentemente esteve atrelada também à valorização do feminino como um dado natural, dando continuidade à noção binária do mundo. No Boletim Deusa Terra de 1991, produzido pelo grupo *lésbico Deusa Terra*, é possível perceber isso:

“Essa busca de raízes, esse resgate de nossa história durante tantos séculos ocultada e/ou deturpada, contribuirá para a (re) construção de uma identidade própria da e para a mulher. Foi tentando trazer esses elementos da história da mulher para o nosso trabalho que escolhermos DEUSA TERRA como nome do grupo(...) O nome Deusa Terra é pois a junção de vários elementos presentes nas sociedades pré-patriarcais e que resistiram por longo tempo nas semi-patriarcais(...)A escolha do nome Deusa Terra é, portanto, baseada antes de mais nada na valorização da mulher enquanto mulher.”( Boletim Deusa Terra, Ano I – n. 0, São Paulo, 1991, pp.03) (grifos meus)

O discurso do grupo Deusa Terra em suas condições de produção aponta também para a compreensão de um mundo eternamente cindido em masculino e feminino norteado pelo eixo “patriarcado”. O próprio nome do grupo aponta para a representação fixada na oposição naturalizada que associa mulher/natureza, onde a terra traz os signos da fertilidade, da nutrição. A construção de uma “identidade própria da e para a mulher” identificamos uma militância muito próxima do feminismo da

feminilidade<sup>30</sup>. A fixação no “ser mulher” é uma constante na publicação desse grupo, o que nos remete a Navarro-Swain (2001/2002:29) ao sugerir que muitas lesbianas estão mergulhadas no imaginário “que as constitui em torno da significação mulher”, já que “em nível de linguagem a sexualidade é o que as nomeia pois no ‘dispositivo da sexualidade’ o verdadeiro, a verdade do indivíduo se encontra no sexo. (idem).

Nicole Claude-Mathieu (1991:240), localiza o “feminismo cultural” e o “lesbianismo cultural” como uma espécie de “cultura de grupo”, através da qual alguns movimentos de mulheres essencializam o feminino. Nesses movimentos, segundo a autora, supõe-se que “uma certa contestação da ordem social elaborada sobre a ordem biológica possa ser pensada” (idem), embora “a referência segue sendo a bipartição biológica” (ibidem). Nas organizações, chamadas por Mathieu (idem:240) de feminismo cultural, “o problema é que a mulher não é suficientemente reconhecida e valorizada, mas a ‘cultura feminina’ parece provir de uma espécie de essência”. (idem). Nessa problemática da identidade pessoal fundada na noção de sexo, a autora nomeia tais identificações na esfera de uma “identidade sexuada”, que pode ser localizada como uma “tomada de consciência política de que os dois grupos de sexo (homem e mulher) são eventualmente injustamente socializados” (ibidem). Entretanto, nesse propósito, o processo de identificação pode muitas vezes promover a “anatomização do político” (Mathieu, idem:240).

Os feminismos muito têm problematizado a questão da identidade sexual, localizando-a como um discurso mantenedor da sociedade heterossexualizada pelas representações fixadas no binário. Assim, através de uma perspectiva desestabilizadora das verdades do sexo,

“[...] a questão não é mais “o que é uma mulher?”, uma identidade que poderia nos unir, mas sim: quais são os mecanismos produtores das pessoas, designadas pelo termo “mulheres”? A questão é, portanto, como se organizam as relações sociais e as imagens humanas, como seus corpos biológicos são produzidos como corpos sexuados, pelas representações e o imaginário das formações sociais.” (Navarro-Swain, 2003:03)

A mesma publicação traz ainda o compromisso de escrever uma “verdadeira história”, a qual teria sido apagada pelo patriarcado. Apesar da impossibilidade de uma

---

<sup>30</sup> De acordo com Francine Descarries (2000:14), essa corrente aparece na década de 80 “como visão alternativa para revalorizar a experiência concreta ou simbólica das mulheres e dar às dimensões privadas de suas vidas (maternidade, cuidados e educação das crianças, relações íntimas) uma expressão ética e estética”.

real apreensão do passado (como visto no primeiro capítulo), o discurso das militantes pode ser analisado como uma estratégia questionadora da história tradicional que localiza o masculino como eixo central do mundo. Entretanto, as lésbicas aqui se afirmam enquanto mulheres, ou seja, não contestam ou questionam a criação social do feminino. Seus discursos, nesse sentido, estão distanciados da dos questionamentos lançados por Monique Wittig (1980) à naturalização da heterossexualidade pela repetição das categorias homem/mulher:

“O que é a mulher? Pânico, alarme geral para uma defesa ativa. Francamente, este é um problema que as lésbicas não têm por causa de uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois "mulher" tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. As lésbicas não são mulheres.” (Wittig, 1980:03)

Por esse entendimento, as lésbicas não seriam mulheres dado a subversão dos signos que informam tais diferenças:

“[...] Não há nada de ontológico no conceito de diferença. É a única maneira como os senhores interpretam uma situação histórica de domínio. A função da diferença é a de ocultar a todos os níveis os conflitos de interesse, incluindo os conflitos ideológicos. Por outras palavras, para nós, isto significa que não podem mais existir mulheres e homens, e que enquanto classes e categorias de pensamento ou linguagem eles têm de desaparecer, política, econômica, ideologicamente. Se nós, lésbicas e homossexuais, continuarmos a falar de nós próprias(os) e a conceber-nos como mulheres e como homens, estamos a ser instrumentais na manutenção da heterossexualidade (...) Temos de produzir uma transformação política dos conceitos chave, isto é dos conceitos que nos são estratégicos. Porque há uma outra ordem de materialidade, a da linguagem, e a linguagem é trabalhada de dentro por estes conceitos estratégicos. A linguagem é, ao mesmo tempo, intimamente ligada ao campo político, onde tudo o que concerne a linguagem, a ciência e o pensamento se refere à pessoa enquanto subjectividade e à sua relação com a sociedade<sup>10</sup>. E não podemos deixar estas coisas no poder do pensamento hetero ou do pensamento de dominação.” (Wittig, 1980:03)

Entretanto, os discursos das lésbicas na afirmação do sujeito *mulheres* e na visibilização das relações entre elas apontam para a história do possível, narrando sociedades cujos vestígios abrem horizontes para outros tipos de relações humanas, não apenas a inevitável opressão das mulheres pelos homens. Esta retomada dos poderes das deusas em sociedades históricas foi estratégia muito difundida em muitos movimentos feministas para quebrar a noção de um patriarcado “natural”, a-histórico.

A afirmação da identidade “mulheres” pelas lésbicas, a partir da noção de experiência seria fundamental para esse objetivo, pois, como aponta Céline Perrin e Natacha Chetcuti (2002:02)

“[...] se as lésbicas escapam a esta forma de apropriação privada, deixam elas, por outro lado, de pertencer à classe das mulheres? O lesbianismo radical desenvolve a idéia que as lésbicas sofrem os efeitos da apropriação coletiva. De fato, se elas não mantêm relações privadas com os homens (por meio do casamento ou do concubinato), elas continuam, entretanto, remuneradas como mulheres no mercado de trabalho, podem ser o alvo da violência masculina, sob a forma de assédio ou de estupro (real ou sob a forma de ameaça), e geralmente são reconduzidas à sua posição sexuada em suas interações com o sistema heterossexual.”

O Boletim Deusa Terra, na sessão *depoimentos*, traz exemplos dos sentidos que afloram na construção do sujeito político *lésbica* através da valorização das associações de mulheres, quando as integrantes do grupo forjam impressões sobre a identificação ao sujeito *lésbica* ainda no início da década de 90:

“Lésbica é uma palavra forte, sonora e é exclusivamente feminina. Não há sentido em homem lésbico, mas o que há de mais bonito na palavra lésbica é sua história. É uma palavra secular. Me emociona saber que na antiguidade havia sociedade de mulheres.” (Boletim Deusa Terra, Ano I – n. 0, São Paulo, 1991, pp.17-18 - grifos meus)

Nesse fragmento, estamos novamente frente à exaltação do feminino que possibilita a construção de uma história do possível, onde as mulheres aparecem narradas em outros contextos que não o da apropriação masculina e as relações entre elas são descritas como naturais. Temos aí a criação de uma auto-representação positiva através dos termos “forte”, “sonora” atribuídos à lésbicas. Lembrando que Mathieu (1991:240) atenta para as estratégias dos movimentos de mulheres embasados pela “identidade sexuada”<sup>31</sup> quando estes promovem a valorização das potencialidades das mulheres apagadas pelo processo de masculinização da sociedade. A autora lembra que ao realizar tais estratégias de visibilidade, continua-se a ressaltar a existência natural de “dois sexos e dois gêneros” (idem)

No texto abaixo percebemos também a criação da auto-representação positiva, possibilitada pela organização das mulheres em torno da valorização de uma história que re-significa o termo *lésbica*. Na oposição antes/depois da convivência no grupo através dos termos “não gostava” e “aprendi a amar” as militantes, embora partindo de

---

<sup>31</sup> Nicole-Claude Mathieu (1991:227-266) em sua análise sobre a conceituação do sexo na prática das ciências sociais e nas teorias dos movimentos de mulheres, desenvolve três nomeações a partir da problemática da identidade pessoal pautada nas noções de sexo, as quais seriam “a organização mental das idéias (representações, mitos, utopias, etc: o sexo ‘pensado’) e de práticas (relações sociais entre os sexos: o sexo ‘agido’) frequentemente contraditórias. Propõe assim analisar a valorização e a ocultação dessas contradições. A autora nomeia três modos de conceituação de sexo: I - Identidade ‘sexual’: ‘baseada na consciência individualista da vivência psicossociológica do sexo biológico’; II – Identidade sexuada: onde “a pessoa não se situa somente individualmente em relação ao seu sexo biológico, mas a identidade pessoal é fortemente ligada a uma forma de ‘consciência de grupo’”; e III – Identidade de sexo: onde a “bipartição do gênero é concebida como estranha à ‘realidade’ biológica do sexo (que fica, por sinal, cada vez mais complexa de decifrar) mas não (...) à eficácia de sua *definição* ideológica”.

uma ancoragem nas representações do presente sobre as diferenças sexuais, realizam a recuperação de uma memória que valoriza as sociedades de mulheres e a importância do sujeito político *lésbicas* para a superação da opressão das mulheres assim categorizadas:

“Tempos atrás eu não gostava da palavra lésbica. Não gostava porque minha irmã a usava para me agredir. Depois de entrar para o grupo (...) essa imagem negativa mudou. Fiquei conhecendo a história da palavra lésbica, vendo a importância política, e vendo tudo o que estava relacionado com ela. Daí aprendi a amar a palavra.” (Boletim Deusa Terra, Ano I – n. 0, São Paulo, 1991, pp.17-18 - grifos meus)

A mesma interpretação podemos atribuir ao recorte abaixo, sendo a naturalização da lesbianidade aqui uma estratégia de denunciar o apagamento das relações entre mulheres nas sociedades androcêntricas:

“A palavra lésbica para mim, ao contrário do que a sociedade machista na qual vivemos se esforça em nos fazer crer, nada tem de pejorativo ou ofensivo. A origem da palavra lésbica está ligada à valorização da mulher; ao amor; à união e à criação entre mulheres. Por isso tenho orgulho de me autodeterminar lésbica.” (idem - grifos meus)

Através das matrizes discursivas amor, união, criação, mulher, percebemos o engendramento das militantes do grupo Deusa Terra pelas teorias das lésbicas radicais das décadas de 70 e 80 que exaltam o feminino essencializado por características intrínsecas e pontuam a separação contundente do masculino (Descarries, 2000:18). A busca de uma origem, onde as havia a valorização das mulheres é recorrente, nos remetendo novamente à idéia da diferença sexual como a-histórica, mas ao mesmo tempo, localizando as mulheres em um contexto diverso das representações das mulheres como seres desqualificados:

“É uma palavra totalmente feminina e que resgata uma história onde as mulheres ainda eram consideradas pela sociedade. É uma palavra tão completa que define minha sexualidade.” (idem - grifos meus)

No relato acima a sexualidade aparece de repente, pois quase não era mencionada na publicação. A militante apresenta-se então engendrada pelo dispositivo da sexualidade que define sua totalidade a partir de uma categoria sexual. Em outros fragmentos a interpretação à *lésbica* está na convivência coletiva entre mulheres:

“Gosto, contudo, dos elementos históricos que geraram essa palavra, porque a mulher que viveu em Lesbos foi uma intelectual que escrevia poesias para outras mulheres e se preocupava com uma (con)vivência coletiva já em tempos tão remotos.” (idem - grifos meus)



A elaboração de uma história para legitimar a emergência de um sujeito político é significativa – “antes” as mulheres eram consideradas pela sociedade, agora não mais – a promoção do retorno à época de valorização das mulheres efetiva-se através da invocação desse sujeito possível redimido em Sapho – quase um dever - expressão do feminino e suas possibilidades: força, amor, orgulho, autonomia.

A exaltação do feminino e as práticas fora do sistema dicotômico desenvolvida em alguns movimentos lésbicos podem ser pensadas como estratégias de desestabilização do binário sexual. Entretanto, Judith Butler (2003:55) vai além dessa perspectiva quando sugere que estes discursos não deixam de coadunar com certa performatividade obrigatória atrelada à materialidade corporal. Para ela

“[...] Quer a sexualidade feminina se articule aqui num discurso da biologia por razões puramente estratégicas, quer seja de fato um retorno feminista ao essencialismo biológico, a caracterização da sexualidade feminina como radicalmente distinta da organização fálica da sexualidade continua problemática. As mulheres que não reconhecem essa sexualidade como sua, ou não compreendem sua sexualidade como parcialmente construída nos termos da economia fálica são potencialmente descartadas por essa teoria, acusadas de ‘identificação com o masculino’ ou de ‘obscurantismo’.” (idem:55)

A autora (idem) entende que a sexualidade está em construção através de diálogos com os discursos de verdade que determinam o sujeito central, reafirmado continuamente pelo processo de abjeção daquele@s tant@s outr@as que estarão distanciadas dele, numa coexistência constitutiva. Dessa forma, por estar a sexualidade atravessada pelas representações sociais heterossexualizadas, centradas no masculino, simbolicamente localizado como superioridade, é que podemos apontar para as identificações sexuais como instrumento político de transformação social. Temos então que,

“A emergência de uma sexualidade construída (não determinada) nesses termos, no contexto lésbico, bissexual e heterossexual, não constitui, portanto, um sinal de identificação masculina num sentido reducionista. Não se trata de nenhum projeto fracassado de criticar o falocentrismo ou a hegemonia heterossexual, como se crítica política tivesse o poder de desfazer efetivamente a construção cultural da sexualidade das críticas feministas. Se a sexualidade é construída culturalmente no interior das relações de poder existentes, então a postulação de uma sexualidade normativa que esteja ‘antes’, ‘fora’ ou ‘além’ do poder constitui uma possibilidade cultural e um sonho politicamente impraticável, que adia a tarefa concreta e contemporânea de repensar as possibilidades subversivas da sexualidade e da identidade nos próprios termos do poder. Claro que essa tarefa crítica supõe que operar no interior da matriz de poder não é o mesmo que reproduzir acriticamente as relações de dominação. Ela oferece a possibilidade de uma repetição da lei que não representa sua consolidação, mas seu deslocamento.” (idem:55-56)

Assim, as superfícies discursivas presentes nas produções da LBL são desenvolvidas em um contexto já informado por atuações de grupos em torno de um sujeito lésbica, que atuaram durante décadas produzindo sentidos para os termos “lésbicas” e “mulheres”. Podem ser analisadas como possibilidade de deslocamentos frente às normas sociais que determinam os corpos e comportamentos. A fixação discursiva da identificação *lésbica* a partir de noções naturalizadas pode promover movimentos de distanciamento da hegemonia masculina e heterossexual, apontando para possibilidade de outras representações.

A reprodução discursiva das categorias nas falas dos movimentos de lésbicas são às vezes alimentadas por representações que estão atreladas à percepção da materialidade corporal. É preciso considerar que a identidade sexual está socialmente embasada na “consciência individualista da vivência psicológica do sexo biológico” (Nicole-claude Mathieu, 1991:232). Isso porque o referente

“[...] é logo uma bipartição absoluta do sexo, ao mesmo tempo natural e social. À masculinidade corresponde o masculino; à feminilidade, o feminino. O modelo é a heterossexualidade concebida no Ocidente como expressão da natureza (...) a estratégia da feminilidade é imposta às mulheres, a da masculinidade, ensinada aos homens.” (idem:232)

Sendo essa vivência um fator constitutivo das noções de pertencimento ou de exclusão a determinadas categorias e espaços, podemos localizá-la como ponto de convergência para a especificidade da identificação *lésbica*.

Para Celine Perrin e Natacha Chetcut (2002:02-03), ao falar de identidade lésbica é preciso nos desatrelar da binariedade que determina o entendimento sobre sexualidade e afetividade. Para isso, sugere uma diferenciação entre identidade designada, produzida pelo conjunto de discursos assujeitadores e identidade reivindicada. Uma pessoa significada em mulher pelos dados biológicos poderia ostentar uma materialidade corporal e uma performatividade socialmente designada como masculina, sem que isso implique em um completo assujeitamento às normas heterossexuais (Idem:08). Os movimentos de lésbicas que se fundamentam sobre uma identificação “mulher” associada à fertilidade e cuidado acabam por desconsiderar as lésbicas identificadas e/ou auto-identificadas como “masculinas”, endossando o senso comum que significa o corpo e o comportamento como dados naturais.

A partir da dificuldade na concepção da transexualidade feminina denunciada em um texto de Inês Orobio de Castro de 1987, Mathieu (idem,1991:236) exemplifica a imposição da feminilidade às mulheres como categorização naturalizada necessária para o exercício do poder masculino heterossexual:

“Para um homem-em-mulher, uma vez eliminado o diagnóstico da homossexualidade, será considerado que ele tem uma identidade de gênero ‘mulher’ real; uma mulher-em-homem, será considerada antes de tudo como homossexual ‘masculina’ ao invés de homem...parece que não podemos conceber uma ‘verdadeira’ masculinidade na mulher.” (idem:236)

Assim, é possível perceber que a questão da supremacia dos homens nas sociedades androcêntricas está respaldada na criação das categorias binárias incontornáveis homem e mulher, como explica a mesma autora:

“Na ótica sexualista das sociedades ocidentais, o sexo da mulher é sobretudo um não-sexo masculino. De fato a mulher não tem sexo, ela é não-macho. Um homem sem pênis é então obrigatoriamente uma mulher, ainda que o sexo artificial que lhe é fabricado não tenha nenhuma relação com o sexo feminino. Uma mulher sem vulva nem vagina não pode ser um homem, porque o pênis artificial não tem nenhuma relação com o sexo masculino.” (ibidem)

Muitos dos recortes acima destacados apresentam a fixação das militantes às concepções biologizantes de corpo e comportamento, com destaque para características que as endossam, como amor e natureza (concebida como sinônimo de fertilidade). As condições de produção dos grupos de lésbicas das décadas passadas, antenados aos movimentos internacionais, constituem terreno fértil para a produção de um sujeito lésbica fixado nas noções de feminino, embasadas nas concepções sociológicas de “classe”.

Essa perspectiva de “classe” está próxima ao esquema interpretativo nomeado por Mathieu (1991:239) de “identidade sexuada”, na qual sujeitos estão atrelados a uma “consciência de grupo”, onde

“[...] o sexo não é mais somente vivenciado [...] como um destino individual anatômico a seguir através da identidade de gênero conforme, mas o gênero é experimentado como um tipo de modo de vida coletivo. Temos aqui consciência da imposição de comportamentos sociais a pessoas com base em seu sexo biológico” (idem:239)

Para a autora, a partir dessa interpretação, os movimentos de mulheres adquirem a “consciência da imposição de comportamentos sociais a pessoas com base em seu sexo biológico (grupo dos homens/grupos de mulheres)” (ibidem). Entretanto, há aí uma correspondência análoga entre sexo e gênero, sendo que “os dois grupos

sociais continuam sendo pensados como fechados no biológico, mas interessa-se mais à expressão no social da diferença biológica dos sexos, à elaboração cultural da diferença”. (Mathieu, 1991:239).

Na perspectiva de Mathieu (1991:240), a interpretação com base na identidade sexuada, sugere que “é a consciência de grupo sexuada que preside as revoltas de mulheres contra sua condição” (idem:260), assim, há nessa interpretação uma tendência ao que a autora chama de “anatomização do político”, pelo atrelamento de alguns movimentos ao sistema de pensamento bi-categorizante. (ibidem)

Os discursos das militantes lésbicas, nesse contexto, realizam-se a partir das representações sociais que as informam sobre seu lugar no mundo, possibilitando-lhes que falem a partir dele, embora às vezes possam fixá-las em uma identidade sexuada. A consciência desse lugar e a percepção de sua condição de marginalização e invisibilidade seriam fundamentais para o empoderamento<sup>32</sup> das mulheres auto-identificadas como lésbicas na constatação das desigualdades fundadas no sistema heterossexual e no trabalho de construção de interpretações desse processo e estratégias contra os mecanismos que sustentam o sistema falocêntrico.

Se as categorizações são instrumentos para o exercício do poder através do uso político das diferenças por elas sustentadas, as identidades reivindicadas nos movimentos sociais vão encontrando pontos de dispersão nesse processo. A partir das análises de algumas superfícies discursivas da Liga Brasileira de Lésbicas, poderemos então duvidar do sistema categorizado que informa a sociedade heterossexualizada, apontando para a instabilidade dos conceitos que fornecem bases interpretativas sobre movimento social e identidade sexual, hegemonicamente pensados.

Os movimentos sociais vão se desdobrando na insuficiência das identidades de seus sujeitos, revelando sua efemeridade e sua insuficiência. E o reconhecimento desses sujeitos depende de um conjunto de fatores fortemente atrelados ao imaginário que traduz o possível, principalmente no campo da sexualidade, onde o masculino ainda detém lugares hierarquicamente estabelecidos.

---

<sup>32</sup> Para Ana Alice Costa (2007:07) empoderamento “é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”.

### 3.1. As organizações lésbicas

As organizações de lésbicas têm destaque na década de 70 nos Estados Unidos e no Canadá - época em que os movimentos feministas e lésbicos conquistam espaço e visibilidade através de suas ações e produções.

Chamadas de separatistas, tais organizações se multiplicam sob a proposta de fortalecimento das comunidades de mulheres a partir de uma “cultura feminista”. Como mostram Verta Taylor e Leila Rupp (1993:32), esse tipo de ativismo, também foi denominado de feminismo cultural por algumas feministas da época, pois compartilhavam a “crença de que as mulheres serão libertadas por meio de uma cultura feminina alternativa”<sup>33</sup>. A partir dessa perspectiva, o fortalecimento das organizações de mulheres era então pensado como possibilidade à opressão do sistema heterossexual.

A atuação dos grupos de lésbicas separatistas nos Estados Unidos teria sofrido críticas do próprio movimento feminista da época, pois, como lembram Taylor e Rupp (1993:32), algumas teóricas acreditavam que era uma “despolitização do feminismo radical”<sup>34</sup>. Entretanto, para as autoras (idem:34-35), a afirmação de uma cultura feminista lésbica baseava-se em quatro elementos que foram fundamentais para o movimento feminista nos “ [...] períodos de atividades enfraquecidas: os valores femininos, separatismo, primazia das relações entre mulheres e o ritual feminista”<sup>35</sup>. Isso porque ambos os movimentos constituíam sua territorialidade sobre uma categoria “mulher”. Embora as organizações de lésbicas invocassem a desestabilização do sistema androcêntrico, muitas vezes estavam atreladas ao discurso binário homem/mulher ou gay/lésbica. O GALF (Grupo de Ação Lésbico-feminista), um dos grupos atuantes no Brasil no final da década de 70, possui o seguinte registro sobre o separatismo:

“ [...] Nossa separação dos homens, naquela época em que se supunha haver uma igualdade no encaminhamento das questões das lésbicas e dos bichas, foi considerada

---

<sup>33</sup> “Cultural feminism is the belief that women will be freed via an alternative women’s culture” (Tradução livre).

<sup>34</sup> “Broke Williams with introducing the term *cultural feminism* in 1975 to describe the despolitization of radical feminism”. (Tradução livre).

<sup>35</sup> “we identify four elements of lesbian feminist culture that promote survival of the women’s movement during periods of waning activity: female values, separatism, the primacy of women’s relationships, and feminist ritual”. (Tradução livre)

separatista, divisionista e radical, adjetivos estes que ainda nos acompanham, agora em outras instâncias. Mas, acontece que já naquele ano, percebíamos a grande diferença entre ser uma mulher lésbica em nossa sociedade falocrática e ser um homem bicha nesta mesma instituição. A consciência de nossa opressão enquanto mulheres, em primeiro lugar, nos levou, podemos dizer que quase naturalmente, ao feminismo e o aprofundamento da análise da situação das mulheres num sistema que as nega constantemente enquanto sujeitos sociais, determinou nosso afastamento dos bichas e a aproximação com o movimento feminista onde também nos esperava outra batalha campal.” (Boletim Chanacomchana. Grupo Ação Lésbica feminista, São Paulo, 1983, n. 3, p. 2)

Segundo Blanche Cook (1977) citada por Taylor e Rupp (1993:35), o separatismo-feminista apresenta-se como uma separação em diferentes e variadas formas: dos homens, das instituições, relacionamentos, papéis e atividades desempenhadas e dominadas pelos homens e que operam em benefício e manutenção do privilégio masculino. Assim, ainda é possível atribuir a estes movimentos o caráter de insubordinação, que contraria a aceitação pacífica da binariedade como justificadora das desigualdades sociais.

A visibilização do relacionamento entre mulheres, nesse período, teria representado então, mais que a vivência da sexualidade, um ato político. As lésbicas organizadas denunciavam a heterossexualidade compulsória como um instrumento de controle das mulheres, responsável pela instituição da violência, do estupro e outras formas de dominação masculina. Blanche Cook (idem:35) apresentaram assim as uniões amorosas e apoiadoras entre mulheres “vitais para o ativismo político das mulheres no início do século XX”.

De acordo com Sandra Harding (1994:345), visibilizar a existência do relacionamento afetivo entre mulheres e a luta pela visibilidade denunciaria a sociedade sexista e androcêntrica que impede as mulheres de amarem a si mesmas e as outras. Isso seria uma contribuição inclusive para o pensamento feminista, pois o impulsionaria para o questionamento do feminino legitimado pela evidencia da heterossexualidade. Ela sugere ainda que algumas lésbicas nunca adquirem a feminilidade narrada como natural, o que pode torná-la um ponto de incerteza nas representações sobre a “verdadeira mulher”. Nesse sentido, propõe uma epistemologia do ponto de vista da vida das lésbicas, argumentando que isso traria contribuições para o pensamento científico ainda centrado na mulher universalizada. (HARDING, 1994:344)

Para a mesma autora, “partir de atividades diárias das lésbicas nos possibilita ver coisas que pode, de outra forma, serem vistas como invisíveis” (Idem:344). Isso porque os estudos e pesquisas geralmente pensam a partir da “visão dos homens notoriamente misóginos”, muitas vezes quando as próprias pesquisadoras são mulheres (Idem:15). Compartilhando as reflexões de Rosi Braidotti,

“ [...] precisamos aprender a pensar de maneira diferente sobre nossa condição histórica; precisamos nos reinventar. Este projeto transformador começa com a renúncia aos hábitos de pensamento historicamente estabelecidos que, até agora, tem fornecido a visão ‘padrão’ da subjetividade humana”. (Braidotti,2002:10).

Apesar dessas constatações, Marie-Jo Bonnet (2001:03) destaca que “a relação mulher/mulher permanece ainda um fato isolado, clandestino, não ultrapassando o quadro da experiência intersubjetiva. Diz que ainda hoje continua-se a

“ [...] desvalorizar os movimentos associativos feministas e lesbianos quando se trata de estruturas não mistas, sem que haja consciência que se está desqualificando assim as relações mulher/mulher, como vetor da socialização das mulheres”. (idem:03)

Isso porque as representações sociais instauram o modelo binário de masculino e feminino, atuando subjetivamente na materialidade constitutiva dos sujeitos. A identificação com as categorias pré-existentes “dá ao sujeito sua possível unidade enquanto eu” (Jovchelovitch, 2003:70), uma vez que “não há possibilidade de um desenvolvimento do eu sem a internalização de outros” (idem:70). Assim, a perspectiva lésbica realizaria dinâmicas antagônicas à realidade construída sobre os papéis sexuais. Como sugere Harding (1994:347), por exemplo, a re-elaboração do “viver sozinha”, sem a presença de homens, a percepção do corpo para além do olhar masculino.

Narrar as relações das e entre mulheres possibilitaria outras significações e identificações, as quais apenas seriam possível a partir do ponto de vista das próprias lésbicas em seus processos de subjetivação, pontos de ruptura com as representações forjadas pelos discursos sobre o humano. Tânia Navarro-Swain (2004:03) sugere que “a existência lesbiana por si só é um desafio e uma ameaça ao contrato heterossexual e a apropriação social e individual das mulheres, já que anuncia a rejeição de um modo de vida compulsório”.

Se a heterossexualidade obrigatória é parte de um sistema opressor que localiza as mulheres como “fêmeas” inferiores na escala de poder, sua evidência nas falas sobre o sujeito feminino pode ser um ponto de fragilidade. Assim, a participação das

lésbicas, enquanto identidade distinta reivindicada permeia os movimentos de mulheres como um ponto de incerteza do “ser mulher” cristalizado pela repetição. A reivindicação de uma especificidade lésbica nas lutas políticas das mulheres buscaria o reconhecimento da diversidade pautada na questão afetivo-sexual uma vez que muitas militantes feministas se enclausuraram na identidade heterossexual, resistindo em pensar o problema da heterossexualidade obrigatória e suas implicações no assujeitamento das mulheres.

Assim, a experiência das lésbicas torna-se importante na medida em movimentam os enunciados. Como visto em Butler (2003:174), tais atividades importam não apenas na reivindicação de direitos, mas suas ações e performances são destacadas por “opor-se à episteme heterossexista globalizante por meio de um discurso contrário de alcance e poderes iguais” (Idem:174). Afinal, se é possível que as mulheres pensem, vivam, produzam e transformem, é sinal de que as coisas podem se dar de outras maneiras fora das possibilidades ideológicas deixadas pelos regimes de verdade.

Os grupos exclusivos de lésbicas no Brasil foram aos poucos se multiplicando, sendo que nas últimas 3 décadas muitos grupos surgiram, muitos acabaram, foram esquecidos por falta de registros, muitos nem chegaram a ser conhecidos. Atualmente, ainda, muitos outros grupos existem virtualmente, na forma de sites, blogs, revistas on line e grupos de discussão. Evitando fazer uma linha cronológica, posso citar alguns desses grupos nas diferentes décadas: Grupo Lésbico Feminista (LF) – SP, Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF-SP), Grupo Terra Maria Opção Lésbica (SP), Grupo Libertário Homossexual (BA), Grupo Terceira Dimensão (RS), Grupo Gaúcho de Lésbicas Feministas (RS), Grupo Deusa Terra (SP), Grupo Afins (Santos, SP), Estação Mulher (SP), Coletivo de Feministas Lésbicas (SP), Grupo Lésbico da Bahia, Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro – COLERJ, Movimento D’Ellas (RJ), Associação Lésbica de Minas – ALEM, Grupo de Mulheres Felipa de Souza (RJ), AMAM (SP), Grupo Safos (PR), Movimento Lésbico de Campinas - MOLECA (SP), Secretaria de Lésbicas da Associação da Parada GLBT de SP, DIVAS – Grupo pela diversidade sexual (PE), Mulheres Rebeldes (RS), Mulheres de Keto (SP), Lésbicas Gaúchas – Legau (RS), Athena (SE), Umas e Outras (SP), Grupo de lésbicas negras MINAS DE COR (SP), Coturno de Vênus (DF), Maria Quitéria (PB), Núcleo Cássia Eller da Organização Espaço Lente Lilás (PR), Mulheres da Pedra Lilás (RS), Grupo Afirmativo de Mulheres



Independentes – GAMI (RN); ACARMO (RS), Grupo de Lésbicas de Goiás – GLG, Grupo Elas por Elas – GO, Articulação e Movimento Homossexual do Recife – AMHOR, RioLes – RJ (Dados com base nas informações do site da revista eletrônica Um Outro Olhar, disponível no endereço [www.umoutroolhar.com.br](http://www.umoutroolhar.com.br) e no site do grupo lésbico Athena <http://www.athenasergipe.hpg.ig.com.br/GRUPOS.htm>, acessados em setembro de 2006).

Interessante atentar para a diversidade presente na denominação dos grupos, pois alguns delimitam um território já pelo nome, sendo que outros sugerem generalização e pouco significam sobre a lesbianidade. Por exemplo: Lésbicas Gaúchas e Grupo Lésbico da Bahia, trazem, na nomeação, uma identificação específica: regional. Já Grupo Lésbico Feminista, apresenta uma informação explícita sobre o caráter feminista (ideológico) do grupo. Outros como: Deusa Terra, Estação Mulher, Movimento D'ellas, trazem referência ao feminino, às organizações de mulheres de forma geral, não explicitando a questão da homossexualidade.

A fim de possibilitar um espaço de discussão nacional, algumas militantes de grupos lésbicos organizam o Seminário Nacional de Lésbicas – SENALE. Bastante atento às discussões feministas, este passa a constituir-se um espaço de proposições e deliberações das lésbicas organizadas de várias regiões do país.

A primeira edição do SENALE foi organizada no Rio de Janeiro no dia 29 de agosto de 1996 pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro – Colerj – dentro do Movimento de Ação e Formação Coisa de Mulher. Através do Boletim Informativo do VI SENALE contata-se que “o objetivo do Seminário Nacional de Lésbicas é discutir de forma ampla e democrática as questões específicas das lésbicas”. (Boletim Informativo do VI SENALE, n. 01, Recife, 2006). Desde aquele ano, o evento já aconteceu na em Salvador (BA), Betim (MG), Aquiráz (CE) São Paulo (SP) e Recife (PE).

Apesar de algumas divergências<sup>36</sup>, o dia 29 de agosto passa a ser considerado a partir do V SENALE pela maioria das militantes lésbicas como o “dia nacional da visibilidade lésbica”, contando com muitos projetos de lei em vários estados e

---

<sup>36</sup> Um grupo lésbico reivindica que tal data comemorativa deveria ser 19 de agosto por ocasião da manifestação ocorrida no Ferru's Bar em São Paulo em consequência da proibição de distribuição das publicações lésbicas naquele local.

municípios<sup>37</sup>. A reivindicação de um dia específico vem de encontro à bandeira de luta dos movimentos de lésbicas que é a visibilidade.

A organização do SENALE é constituída por um grupo de militantes da região onde o evento acontece, composto para esse fim e, dessa forma, está sempre se modificando. Assim, “a presença de diferentes ponto de vistas na comissão organizadora do SENALE, ao mesmo tempo que dificulta o processo, tem promovido um grande amadurecimento para o movimento” (Boletim Informativo do VI SENALE, n. 01, Recife, 2006). A fim de discutir a programação e a dinâmica do seminário, todas as participantes dos últimos SENALES são cadastradas em uma lista virtual específica para consultas e informações.

Falar das experiências dos grupos exclusivos de lésbicas a partir das experiências das integrantes importaria na medida em que poderia contribuir para uma “história diferente, que questiona ao invés de adaptar-se, e que busca o novo, lá mesmo onde o peso hegemônico do tradicional impõe as suas contradições” (Guareschi e Jovchelovitch, 2003:17).

Propondo gerar incertezas sobre as narrativas e localizações dos indivíduos no mundo, Harding (1994:348) apresenta as experiências das organizações de lésbicas como inovadoras na perspectiva da autonomia das mulheres. Para ela é preciso denunciar o mundo heterossexual como um mundo masculino.

O ponto de vista lésbico “ [...] nos permitiria ver e imaginar comunidades que não precisam e não querem homens” (Idem:347). Como exemplo, as performances de lésbicas “masculinas” podem representar uma desestabilização das evidências de categorias pré-determinadas socialmente. Para Navarro-Swain (2004:05), a aparência de uma “butch”, sua maneira de se vestir, seu corte de cabelo e comportamento “aponta como o gênero pode se desvincular do sexo biológico e nesse sentido, todos somos fruto de uma manipulação social que nos construiu em corpos sexuais, dotados de características ditas ‘biológicas’”. Essas considerações ampliariam o foco de atenção sobre liberdade, igualdade e diferença dentro dos movimentos sociais, como aponta Fernanda Pompeu (2007:03):

---

<sup>37</sup> Em Campinas o dia 29 de agosto está oficialmente estabelecido pela Lei nº 12.372 de 21 de setembro de 2005.

“ No que toca aos grupos feministas, começa a ‘cair a ficha’ de que os direitos reivindicados pelas lésbicas são parte fundamental dos direitos humanos de todas as mulheres. Isso decorre também do fato de as mulheres lésbicas estarem sendo mais assertivas quanto à ocupação de espaços com temas prioritários de sua agenda política. O número de grupos não pára de crescer e a novidade é que esses grupos estão deixando o guarda-chuva das organizações gays, em busca da autonomia e de suas especificidades.”

A fixação de identidades específicas nos movimentos sociais tem gerado muitos debates, não só na academia, mas no interior dos próprios movimentos. Como visto em Nicole-Claude Mathieu (1989:231) é importante a atenção para a “politização da anatomia” nos discursos militantes, promovendo a historicização da construção social das categorias sexuais. Essa é uma direção oposta à “anatomização do político” (idem:240) numa completa submissão dos sujeitos políticos ao sexo social. Segundo a autora, “a auto-concepção da homossexualidade (...) é então a de uma estratégia de resistência” (idem:259).

Os relatos de muitas militantes lésbicas apontam para suas atuações nos movimentos feministas em prol de transformações na realidade social permeada pelas desigualdades pautadas nas diferenças sexuais. Essa presença tornar-se-ia, em muitos momentos, ponto de conflitos a partir do instante em que se passava a reivindicar a inclusão do sujeito lésbica no discurso feminista. Como relata a integrante da LBL de Santa Catarina:

“Nos anos 80 ainda era muito difícil essa discussão, eu me lembro em 85, que foi o terceiro encontro latino-americano, no Brasil, me lembro que alguém estava colocando cartazes pra chamar a discussão para uma reunião de lésbicas e os cartazes sendo destruídos por outras mulheres. Tinha pessoas fazendo filmes lá, filmando todo o evento, então, algumas achavam que se filmassem aqueles cartazes de lésbicas ia parecer que todo mundo era sapatão. A gente não tinha uma sala, a gente tinha que juntar as cadeiras de praia na beira da piscina pra poder discutir lá, afastadas, enfim, não tinha uma sala pra esse tipo de discussão, era bem atrapalhado, parece que as feministas não queriam se misturar porque tinham medo de serem identificadas como lésbicas.” (Trecho de entrevista realizada em 09/09/2006, às 19 horas, na Universidade de Brasília - grifos meus)

Se em 85 *ainda* era difícil a discussão sobre a lesbianidade, a militante nos informa que esse embate era uma questão conhecida no feminismo brasileiro da época. Ao falar que os cartazes eram destruídos *por outras mulheres* ela significa discursivamente as lésbicas e as *outras mulheres* através de uma diferença. Uma diferença reivindicada para além de simplesmente “mulheres”. Ao se instalarem do lado da diferença teriam menos acesso à estrutura do encontro: falta de cadeiras, sala, etc,

e nesse momento, as feministas deixam de ser significadas como “nós” para constituírem-se como as “outras” apesar do coletivo.

A expressão “medo” traz, nesse contexto, a idéia do assujeitamento das mulheres designadas pelas militantes como feministas às exigências da heterossexualidade - denunciada pelos movimentos de lésbicas como legitimadora da opressão edificada pelas diferenças sexuais – adequando-se à identidade designada (Perrin e Chetcuti, 2002:03). As militantes apresentam o sentimento que acreditam provocar nas participantes do encontro: o medo aqui se configura no estranhamento do diferente, no distanciamento da abjeção que legitima o centro *mulheres*.

As dificuldades para a incorporação da questão da diversidade sexual nas pautas feministas sugerem indícios do enclausuramento de muitas militantes feministas na identidade heterossexual - resistindo em tratar do problema da heterossexualidade compulsória e suas implicações no assujeitamento das mulheres. A militante do Rio Grande do Sul também lembra que:

“ Lá em 78, as integrantes do Grupo de Lésbicas Feministas (LF), no Segundo Congresso da Mulher Paulistana, algumas integrantes colocaram um painel no saguão de entrada com fotos e recortes que davam visibilidade a nossa existência, mas ele foi todo rasgado já na primeira hora da exposição [...]” (Fala na mesa Movimento de mulheres lésbicas como sujeito político: poder e democracia. VI SENALE, Recife, 2006)

Assim, expressa em sua fala a presença das lésbicas na militância feminista já em 78. O silenciamento da existência das lésbicas no encontro da Mulher Paulistana é um indício da hegemonização do movimento da época, como o próprio nome do evento sugere. Dar visibilidade à existência nesse caso seria nomear, resignificar o feminino fora do esquema heterossexual através das ilustrações, pois imagens também produzem sentidos. Esses relatos sugerem então que a reivindicação da diferença do sujeito lésbica nos movimentos de mulheres provocou tensionamentos e instabilidades ao discurso sobre o feminino hegemônico.

A fotografia abaixo que registra o X Encontro Feminista, realizado em 1989 em Bertioxa revela que os cartazes faziam parte das estratégias de visibilidade das militantes lésbicas dentro do encontro. A figura da mulher em seu espanto, de forma exagerada e cômica, traduz o provável estranhamento causado pela palavra *lésbica*. Os cartazes materializavam a presença de outras subjetividades para além das representações sociais produtoras de/produzidas por um sujeito *mulher*. Lésbicas

naquele contexto desestabilizaria a hegemonização discursiva da categoria *mulheres*, denunciando sua insuficiência.



Encontro Feminista, Bertioga, 1989. Fotografia de Cláudia Ferreira. In: Claudia Bonan e Cláudia Ferreira. "Mulheres em movimentos". Aeroplano Ed. e Consultoria, Rio de Janeiro, 2005.

Importante aqui a contribuição de Glória Anzaldúa para a problematização do feminismo hegemônico norte americano, atentando para a pluralidade que compõe a categoria mulheres: negras, lésbicas, judias, mulheres do Terceiro Mundo, marcando as reflexões intelectuais e práticas de militantes feministas na década de 1980, destacando a multiplicidade que perpassa os indivíduos no campo social explodindo o binário. Essa insubordinação às categorias pode ser percebida no texto abaixo:

" [...] Como mestiza, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a queer em mim existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. Soy un amasamiento, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados." (Anzaldua, 1999:102-103)

As pedagogias de adequação das mulheres aos modelos de feminilidade destilam-se através das várias instituições sociais: a família, a comunidade, a escola etc. Os discursos midiáticos, através dessa interpelação incessante, são importantes mantenedores do feminino heterossexual, representações difundidas no social, reafirmadoras das categorias. As constantes reiterações das normas regulatórias do sexo, para Butler (2002:18), denunciam a ficcionalidade da heterossexualidade, uma vez que necessitam de monitoramento e constantes reconduções. Seriam sinais de que os corpos nunca acatam natural e eternamente as normas mediante as quais se impõe sua materialização. Materialização, segundo a autora, seria o efeito das normas reguladoras do sexo, que “operam de uma maneira performativa para constituir a materialidade dos corpos e mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual e consolidar o imperativo heterossexual” (idem).

Assim, o que seria essa vivência lésbica afinal? Seriam práticas? Discursos? Através da perspectiva pós-moderna, temos que as identidades são efêmeras e fictícias e que muitas vezes, os discursos identitários estão fundamentados pela dicotomia sexo/gênero de forma naturalizada, ignorando sua produção histórica e social. Ao dizer que a lesbianidade seria “comum” a todas, faltamente supõe-se que essa vivência é a mesma para todas, o que é questionável tendo em vista as subdivisões do movimento: lésbicas negras, de periferia, bissexuais, feministas. Aqui faz-se importante os questionamentos de Navarro-Swain(2000:95):

“o que é finalmente ser lésbica? É o exercício da sexualidade que torna uma relação especial? De toda forma, a prática sexual nunca terá o mesmo perfil para todas, nunca responderá às mesmas expectativas, com os mesmos resultados.”

A pluralidade de sujeitos no interior do movimento de lésbicas apontaria ainda para a dificuldade de uma identificação coletiva, sugerindo a fragilidade identitária, pois não haveria um consenso sobre o sujeito lésbica, o qual estaria a todo momento sendo fragmentado – ideologia, condições econômicas, físicas, questões de raça, etnia, geracional, religiosa.

### *3.2. A Liga Brasileira de Lésbicas e a busca de uma articulação nacional*

No Brasil, muitas militantes lésbicas estavam então presentes nos movimentos feministas e diluídas no movimento homossexual, que se inicia organizadamente com a

abertura política no final da década de 70, atento aos movimentos internacionais. As discussões possibilitadas nos espaços feministas teriam impulsionado uma visão crítica acerca das relações de invisibilidade das mulheres dentro do movimento homossexual por parte das militantes.

É no contexto de crescimento e dispersão dos grupos de lésbicas no cenário nacional nesse início de 2000 que a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) vai se constituindo. Os grupos específicos de lésbicas encontravam-se espalhados pelo país em vários e diferentes Estados, e assim suas ações acabavam sendo pontuais e as atuações em prol dos direitos homossexuais muitas vezes permaneciam dissipadas em um movimento homossexual hegemônico, como explicita a ex-integrante presente na fundação da LBL:

“No Fórum Social Mundial em 2003 a gente estava muito agoniada como militante lésbica porque a ABGLT - que é a Associação Brasileira de gays, lésbicas, bissexuais e travestis -, não pautava as questões das lésbicas. Era sempre uma briga muito grande dentro da ABGLT [...]” (Trecho de entrevista realizada em 27/02/2007, às 15 h no Ministério da Saúde, Brasília).

O ponto do separatismo das lésbicas estaria então no fato de que muitas militantes não se sentiam representadas pelos discursos dos grupos mistos pela livre expressão sexual por acreditarem que estes invisibilizavam as questões referentes à desqualificação das mulheres nas sociedades androcêntricas e seus desdobramentos. Ainda questionavam a atuação do movimento feminista que acabava por não problematizar a questão da heterossexualidade compulsória nos seus discursos. Como entende a militante, as bandeiras feministas, muitas vezes, tratavam de temas considerados “gerais”:

“acho que de fato o movimento feminista tinha uma dificuldade de discutir a pauta lésbica, não por preconceito, acho que a agenda feminista tinha uma coisa internacional, que era a maior discussão, que era a legalização do aborto, a violência contra a mulher [...]” (idem)

Assim, é possível dizer que, para as militantes, tais movimentos silenciavam aspectos importantes de suas vidas, ou seja, a existência de outras possibilidades afetivo-sexuais para além dos sujeitos neles narrados: o masculino homossexual e o feminino heterossexual. Assim, esse “não lugar” carecia do reconhecimento do Estado, por meio de instrumentos de promoção da equidade e do respeito da sociedade através da reivindicação de um sujeito *lésbica* específico, como explicita esse trecho de um artigo elaborado por uma das militantes da LBL/RS :

“Nós, mulheres lésbicas, temos que lutar pela nossa visibilidade e empoderamento, para que através dos movimentos sociais, possamos exigir políticas públicas que nos enxerguem, nos respeitem e nos tratem com dignidade. Uma política anti-discriminatória dá visibilidade e garantia aos direitos fundamentais de todas as pessoas, independente da sua orientação e expressão sexual.” (Relatório do I Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas Região Sul. Florianópolis, Setembro de 2003. p. 04)

Essa expressão empoderamento (empowerment) surge com os Estudos de Gênero, entre 1970 e 1980, a fim de enfatizar “o processo pelo qual as mulheres podiam ganhar poder na sociedade reduzindo desigualdades históricas” (Furlani, 2004:02). O conceito também estende-se ao processo onde

“[...] grupos subordinados, num determinado contexto social e político, passem a ter mais capacidade de influir nas decisões e nos processos coletivos. Outra concepção de empoderamento considera a própria capacidade da pessoa de agir como sujeito de sua própria vida e do meio social, tomando consciência de suas decisões e buscando-as.” (idem:02)

Segundo as integrantes da LBL, a idéia de uma articulação nacional fazia parte de um processo que vislumbrava o fortalecimento das mulheres auto identificadas como lésbicas, silenciadas até então pelas práticas hegemônicas dos movimentos sociais no cenário político nacional de reivindicação de direitos. O Fórum Social, espaço de militância conjunta, teria possibilitado a articulação entre militantes lésbicas de vários lugares, como explica a militante da LBL de Porto Alegre:

“Em 2002 ou 2003, já vínhamos no processo de criação dessa rede nacional de lésbicas, primeiro era apenas uma idéia. E isso foi amadurecendo até o Fórum Social Mundial, em fevereiro de 2003. Lá no Fórum, nesse ano, houve uma oficina chamada Visibilidade Lésbica dentro do Planeta Arco Íris, que era o espaço para os debates sobre homossexualidades. Nessa oficina tiveram várias discussões, debates... a gente tirou uma listagem das mulheres presentes com uma primeira reflexão da Liga. A oficina foi de Visibilidade Lésbica, onde tinha umas 60 ou 70 lésbicas. O Espaço Planeta Arco Íris tinha sido anunciado na programação, tivemos material gráfico, TV, toda divulgação daquele espaço, que foi na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre. De lá as lésbicas saíram organizadas na caminhada do Fórum Social Mundial.” (Trecho de entrevista realizada em 20/05/2006, às 19 horas, no VI Seminário Nacional de Lésbicas em Recife)

O III Fórum Social Mundial em Porto Alegre no ano de 2003 teria propiciado a aproximação entre militantes lésbicas de várias partes do Brasil e também da América Latina. As atividades exclusivas das lésbicas dentro de um espaço de discussão sobre homossexualidade ainda causavam estranhamento e encontravam algumas dificuldades. Uma das organizadoras diverte-se ao lembrar dos esforços para garantir a participação exclusiva de mulheres na oficina:



“Lembro que foi uma dureza tentar impedir os homens de entrarem no local. A gente ficava na porta e dizia pra eles não entrarem, que era um espaço só para lésbicas. Muitos entravam e a gente tinha que pedir pra sair. A Mirian enquanto articuladora ficava em volta impedindo a entrada dos homens que queriam entrar (...) viram aquele monte de mulheres e queriam saber o que estavam discutindo, inclusive alguns gays...quanto mais a gente impedia, mais eles queriam entrar, foi uma coisa muito maluca...nós decidimos que não podiam entrar, assim como não podiam entrar na Liga.” (Trecho de entrevista realizada em 27/02/2007, às 15 h no Ministério da Saúde, Brasília)

As dificuldades na organização de espaços exclusivos denotam os mecanismos que constituem o processo de desarticulação das mulheres enquanto grupos de resistência ao sistema androcêntrico. Tais dinâmicas não são raras em uma sociedade onde um grupo de mulheres ainda significa mulheres sozinhas e sem maiores perspectivas, tendo em vista a representação destas como categoria desqualificada, oposta ao masculino, empoderado pelo imaginário heterossexual.

Através do relato da militante vemos que o binarismo masculino/feminino com suas dinâmicas de sobreposição, está presente inclusive no movimento homossexual, formado majoritariamente por grupos mistos. Segundo elas, nesses grupos, há tentativas recorrentes de silenciamento das mulheres para a promoção da superioridade masculina.

“Quando a Liga foi aprovada no Fórum Social Mundial, o foco central era...pra que a Liga? Pra visibilidade e empoderamento...porque nós não tínhamos através do movimento atual, dessas associações, pelo menos nesse olhar, um espaço onde as lésbicas pudessem debater suas políticas públicas, né...a gente poder estar encaminhando algumas coisas, através do empoderamento das lésbicas em espaços, e também visibilidade pra que a sociedade enxergasse a mulher lésbica, né, pra gente sair do armário, porque só os gays então ou as travestis, de alguma forma, conseguiram muito mais avanços em projetos, em formação e capacitação, enfim...seria uma forma de romper com essa questão patriarcal no movimento.” (Trecho de entrevista realizada em 20/05/2006, às 19 horas, no VI Seminário Nacional de Lésbicas em Recife)

Na perspectiva da militante, um movimento nacional seria necessário para o desconstrução da hegemonia no movimento homossexual, uma vez que há a imposição da supremacia masculina no cenário político. Ao falar da necessidade de “romper com a questão patriarcal” aproxima-se do discurso feminista, que denuncia as dinâmicas que retiram as mulheres dos lugares de fala e de decisões, lugares constituídos discursivamente como masculinos inclusive em muitos movimentos sociais.

As integrantes da LBL apontam para as dificuldades enfrentadas no movimento homossexual, onde permaneceria a oposição masculino/feminino e as supremacias

dela decorrente. A coordenadora da LBL de Santa Catarina aproxima a dicotomia homem/mulher e gays/lésbicas e atribui à organização da Liga Brasileira de Lésbicas uma condição necessária para o empoderamento das mulheres:

“A proposição da visibilidade era o maior argumento para a constituição da Liga, e também discutir um pouco a questão de gênero que está posta nos grupos mistos. Da opressão de gênero entre gays e lésbicas e diversos segmentos do movimento LGBT, tem uma hierarquia né, quer dizer, tentam fazer com que tenha uma hierarquia, e a gente queria quebrar essa hierarquia porque a gente estava entendendo que homens estão para mulheres assim como gays estão para lésbicas, se você for montar a equação, então essa era uma forma da gente sair do jugo dos gays e ter um espaço de prática, onde as lésbicas pudessem ser as protagonistas, eu acho que foi mais ou menos isso.” (Trecho de entrevista realizada em 09/09/2006, às 19 horas, na Universidade de Brasília)

Ao apontar para as dinâmicas de silenciamento das lésbicas no interior do movimento LGBT ela nos coloca frente a uma questão denunciada pelos feminismos: o poder masculino é alicerçado pelo imaginário e é reproduzido em várias e diferentes instâncias. Os questionamentos de Navarro-Swain (2005:339) complementam esta análise:

“De que servem as análises e denúncias, se, finalmente, é a representação de uma diferença sexual que alicerça e solidifica a inferiorização, a discriminação e outras violências de gênero? As representações sociais seriam uma forma de perceber, dar sentido, instituir e forjar relações; assim, a noção e a representação da diferença sexual no imaginário social são articuladoras de representações do feminino e masculino, cujo referente é esse último. Ancorada, portanto, no sexo biológico, mantém-se inalterada uma evidência, uma representação e uma auto-representação individual incapaz de desfazer as discriminações de gênero.”

A organização do Fórum Social Mundial teve início em 2001 e somente após dois anos de realizações incorpora as reivindicações dos movimentos pela livre orientação sexual, como aponta a integrante do Rio Grande do Sul:

“O movimento LGBT, agora que está despertando pra algumas inclusões em movimento social, de ir pra dentro dos movimentos sociais...e o Planeta Arco-Iris aconteceu após dois anos de Fórum Social Mundial, a gente implementou o primeiro acampamento e foi o primeiro ano que nós conseguimos realmente enquanto movimento LGBT, através de articulação internacional, nacional, etc e tal ter um espaço e um eixo sobre diversidade sexual no Fórum Social Mundial.” (Trecho de entrevista realizada em 20/05/2006, às 19 horas no VI Seminário Nacional de Lésbicas em Recife)

A militante, nesse momento, explicita seu lugar de militância junto ao movimento LGBT quando as reivindicações conjuntas se fazem necessárias. Como já apontado, as militantes lésbicas pontuam que estão constantemente presentes na organização e execução dos eventos em prol da igualdade de direitos, mas o fato de não terem sua

participação destacada através da reivindicação do sujeito político lésbica, entendem-se subsumidas pelo sujeito homossexual hegemônico.

Durante a oficina de Visibilidade Lésbica, as militantes elaboraram um documento denominado “Carta Aberta ao Fórum Social Mundial”, a fim de denunciarem o apagamento das diferenças forjadas pelos papéis sexuais/sociais, inclusive pelos próprios movimentos sociais:

### **CARTA ABERTA AO III FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**

Porto Alegre – Brasil, 27 de Janeiro de 2003

Na plenária realizada no dia vinte e seis de janeiro do ano de dois mil e três, logo após o término da oficina “Visibilidade Lésbica”, foi fundada a LBL – Liga Brasileira de Lésbicas. Formada por lésbicas independentes e grupos de mulheres bissexuais e de mulheres homossexuais, unidas pela luta por maior visibilidade e espaço político mais abrangente para as mulheres em toda a sociedade, seja no âmbito dos movimentos sociais como nas questões de cunho econômico e governamental do Brasil. A LBL pretende estender-se a ser uma liga Latino-americana e/ou quiçá intercontinental, contando com o apoio de partidárias de toda a Latino-América e Alemanha.

A reunião surgiu dos vários problemas ocorridos antes, durante e após o III Fórum Social Mundial, como problemas com agendamento de temáticas, locais para a execução de oficinas e discussões, e a participação das lésbicas nas conferências em geral. Esse fato retrata a marginalização existente às mulheres lésbicas no Fórum Social Mundial e no movimento GLTB.

Entendemos que não se pode construir um Fórum Social Mundial: “Um Mundo Outro é Possível” se não estamos pontuadas nas principais discussões do evento: gênero, saúde, educação, fome, problemas econômicos, diversidade cultural e tantos outros necessários e relevantes. Estarmos incluídas nos amplos debates aponta o reconhecimento de estarmos aqui e sermos muitas. Queremos que a marcha mundial de mulheres incorpore a luta contra a homofobia. E, inseridas nessas mesmas, reivindicamos NÃO À ALCA, NÃO AO MASSACRE NA PALESTINA, NÃO AO FMI, NÃO AO IMPERIALISMO, NÃO À VIOLÊNCIA MANIFESTA EM QUAISQUER FORMA.

Não basta termos um Planeta Arco-íris, mas sim ações afirmativas e construção de políticas públicas nas diversas agendas e eixos. É preciso lésbicas nas mesas, conferências e plenárias dos diferentes eventos do FSM. Sabemos que o mundo capitalista clama ao consumo para o aumento do PIB e o enriquecimento de grandes empresas e somos recordadas apenas de quatro em quatro anos como eleitoras. Não pode haver sociedade justa com a opressão e invisibilidade de vários grupos, em grande partes invisibilizados por outras minorias. Além de homossexuais somos mulheres e incrivelmente nem os movimentos de mulheres, nem os movimentos GLBT, nem o movimento de afro-descendentes, em grande parte do tempo, dão respeito e atenção às nossas questões.

Fundamos a LBL para explicitar nossas questões e reivindicações como visibilidade, saúde, direitos humanos, direitos econômicos, diversidades e vários outros. Entendemos o FSM com o espaço de luta e busca pela conquista de possibilidades para um mundo melhor, chamamos com urgência os Comitês Organizacionais do Fórum Social Mundial a incluir, a partir do IV FSM, as questões LBTTG- Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Gays no eixos de discussão.

Carta aberta aprovada na oficina de visibilidade lésbica ao Fórum Social Mundial. Porto Alegre, janeiro de 2003. Disponível na lista do grupo de discussão virtual <http://br.groups.yahoo.com/group/visibilidadlesbiana>

Aqui, através da afirmação “homossexuais” e “mulheres” as militantes fixam-se novamente pela binariedade que informa a sociedade heterossexual para construir o sujeito político “lésbicas”. E é exatamente tal fixação que expõe a dinâmica androcêntrica dos movimentos sociais, que invisibilizam a lesbianidade nos seus discursos e práticas, apontando que o silêncio também atua na produção de sentidos.

O discurso das militantes reunidas na oficina que daria impulso à formação da LBL denuncia então a apropriação dos lugares de fala pelos homens e fixa-se em um sujeito mulher, reivindicando sua diferença de “homossexuais”. Os sentidos que compõem a carta estão informados pelo atrelamento ao contexto do evento - o Fórum Social Mundial, que seria, segundo as pessoas responsáveis por sua organização,

“um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais (...) O Fórum Social Mundial se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização” (<http://www.forumsocialmundial.org.br>, consultado em março de 2007)

É possível identificar uma proximidade ideológica entre esta produção das militantes e os diferentes grupos e movimentos presentes no Fórum, os quais orientam-se a partir das representações de um “outro mundo possível”, isento de desigualdades pela superação do sistema capitalista. A maioria das militantes lésbicas presentes na oficina possuía histórico de atuações em movimentos engajados nesse ideal e não é difícil perceber que o processo de organização da Liga Brasileira de Lésbicas é frequentemente visitado por ele.

A carta de princípios da Liga Brasileira de Lésbicas foi construída a partir de três propostas elaboradas em três eventos regionais: I Encontro Regional da LBL da Região Sul (setembro de 2003), I Encontro Estadual da LBL São Paulo (abril de 2004) e

Primeira Reunião da LBL Nordeste (novembro de 2004). A proposta da carta, segundo o relato da Reunião da LBL Nordeste, era importante porque:

Para a afirmação do movimento de mulheres lésbicas e bissexuais como sujeito político é necessário que o maior número de lésbicas e bissexuais compartilhem da carta de princípios a ser consolidada durante o I Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas, realizado em São Paulo no período de 5 a 7/11 de 2004. Compartilhar dos princípios presentes na carta coletiva significa incorporar na prática política, na fala pública. A discussão precisa ser enfrentada politicamente, nos espaços coletivos de discussão. Para isso, é fundamental também que criemos uma cultura de sistematização dos nossos fóruns de discussão para ir contribuindo para a visibilidade de nossa história. (Relato da Reunião da LBL Nordeste. Terezina, 2006)

As propostas que instrumentalizariam a construção da Carta de princípios foram então apresentadas e discutidas no I Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas, ocorrido em novembro de 2004 na cidade de São Paulo, ficando com a seguinte redação:

## **CARTA DE PRINCÍPIOS DA LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS**

### Introdução

A história de mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com outras mulheres não representa nenhuma novidade em nossa sociedade, já que a origem do termo lésbica provém da ilha de Lesbos, ilha grega da Ásia Menor, marcada pela presença de Safo (século VII a. C), poetisa de talento excepcional cuja inspiração era insuflada pela paixão e desejo por mulheres. Sua obra foi queimada e reduzida a fragmentos, por sua orientação sexual e pela devoção às deusas gregas. As mulheres nascidas em Lesbos eram chamadas de lésbicas.

No Brasil, no século XVI, Felipa de Sousa foi denunciada ao tribunal do Santo Ofício, na Bahia, por “práticas diabólicas”. Entre essas práticas, fazer amor com mulheres. Sua punição foi severa: a humilhação e o açoite públicos seguidos pelo exílio. Essas e outras práticas punitivas continuaram nos séculos seguintes, mesmo com luta incansável dos movimentos de mulheres e de homossexuais pelos direitos sexuais, como a equidade entre gênero e a livre orientação e expressão sexual.

Hoje, no início do século XXI, pode-se dizer que muita coisa mudou, em decorrência das ações dos diversos movimentos, entre eles, os movimentos pelos direitos sexuais. No entanto, o preconceito e a conseqüente discriminação seguem impedindo o exercício de liberdades fundamentais e violando os direitos humanos das mulheres lésbicas e bissexuais.

A LBL pretende continuar a fortalecer o movimento de luta pelos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais, em nível nacional, regional e local, enquanto instância de articulação política e temática das mulheres lésbicas e bissexuais.

### Histórico da Liga Brasileira de Lésbicas

Criada e inspirada por mulheres lésbicas, ou seja, por mulheres que amam e fazem sexo com mulheres e que ousaram e ousam falar do amor entre mulheres, falar da lesbianidade como uma das formas de orientação, expressão e identidade sexual e desta como um direito sexual e, portanto, um direito humano, a LBL começou a ser

construída no III Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003, na cidade de Porto Alegre, durante a realização do Planeta Arco-Íris, na Usina do Gasômetro, em uma Oficina de Visibilidade Lésbica, que contou com a participação de dezenas de mulheres lésbicas e bissexuais vindas de vários estados do Brasil e com a presença de companheiras de outras partes do Mundo. No V SENAILE, que aconteceu em junho de 2003, em São Paulo, foram realizadas reuniões e uma plenária da LBL, no dia 22 de junho, em que construímos alguns princípios e escolhemos uma representante de cada região do Brasil, para compor a primeira coordenação executiva provisória, até o XIV Encontro Nacional Feminista, que foi realizado entre 13 e 16 de novembro de 2003, em Porto Alegre, quando a Liga realizou uma plenária onde ficou definida sua primeira coordenação e responsabilizou algumas regiões pelo estabelecimento de contato nas regiões do país em que a LBL não estava articulada.

**Definição** - A Liga Brasileira de Lésbicas é uma expressão do movimento social, uma articulação nacional, que se constitui como espaço autônomo e não institucional de articulação política, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica e de articulação temática de mulheres lésbicas e bissexuais, pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual; É um movimento que se soma a todos os movimentos sociais que lutam e acreditam que um novo mundo é possível, porque ele já é realidade nas mentes e corações de muitas pessoas que a ele buscam e nele acreditam. A Liga Brasileira de Lésbicas não pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dela participem.

**Pluralidade** - A Liga Brasileira de Lésbicas é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e suprapartidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades, movimentos e ativistas engajados em ações concretas, do nível local, regional, nacional e internacional, pela construção de uma outra sociedade. Pauta-se pelos preceitos da inclusão e da igualdade, inclusive de tratamento entre suas participantes, respeitando o direito à diversidade de posicionamentos e idéias, de etnias, de culturas, de gerações e às especificidades de cada pessoa e com garantia à acessibilidade universal, desde que respeitem esta Carta de Princípios.

A autonomia, autodeterminação e liberdade são princípios fundamentais para o exercício da sexualidade sem coerção. Nesse sentido, a Liga, espelhada na organização do movimento feminista, pretende contribuir para a conquista da autonomia, da autodeterminação e da liberdade sobre o próprio corpo e sobre o afeto das mulheres lésbicas e bissexuais. Defende, portanto:

1. Um mundo em que todas as fronteiras são quebradas pela comunicação e pelos encontros entre as pessoas e que possibilita a inspiração e a criatividade que pode vir de qualquer parte.
2. A defesa da vida, da liberdade de orientação e expressão sexual e da igualdade na diversidade;
3. Os direitos iguais e a equidade, bem como da autodeterminação dos povos, visando a garantia da transversalidade das questões de gênero, classe, raça/etnia e geracionais.
4. O reconhecimento do direito à liberdade de orientação e expressão sexual como um direito humano;
5. A defesa do feminismo e de suas bandeiras.

Democracia – a democracia é um princípio fundamental e nesse sentido é um aprendizado, é algo que se conquista no dia-a-dia e onde se constrói o pensamento coletivo e, portanto, um exercício permanente que deve nortear efetivamente a nossa prática política de forma que o exercício do poder contribua para a democratização dos espaços, decisões, respeito às diferenças regionais e locais, não servindo como ferramenta que oprime, exclui, sonega informações. Em consonância com este princípio, a Liga Brasileira de Lésbicas assegura, a entidades e conjuntos de entidades que participem dos encontros da LBL, o direito de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. Da mesma forma, respeitará as ações e posicionamentos das entidades, movimentos e ativistas que dela participem, desde que sigam os princípios aqui expostos, pois a LBL pauta-se pelo respeito à diferença de opiniões e garante o processo democrático, restringindo suas discussões aos aspectos políticos, evitando conflitos de ordem pessoal.

Solidariedade – A Liga Brasileira de Lésbicas valoriza a justiça e a solidariedade, promovendo a adesão ou apoio as causas, princípios e ações de outrem, por entender que a luta contra a discriminação e o preconceito constitui-se em uma luta maior contra a dominação de alguns indivíduos e/ou grupos por outros. Portanto, tem a compreensão de que a solidariedade com o conjunto dos movimentos sociais é método e finalidade na sua ação.

Transparência – A Liga Brasileira de Lésbicas guia-se pela transparência nas decisões, ações e informações que venha a elaborar, sendo comprometida com a ampla difusão dessas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido; compreendendo que para o fortalecimento desse espaço de articulação nacional é necessário que haja interlocução permanente e disseminação das informações.

Horizontalidade – evitar a constituição de hierarquias de poder. A Liga Brasileira de Lésbicas não se constitui em instância e poder a ser disputada pelas participantes de seus encontros, guia-se internamente pela horizontalidade, evitando a constituição de hierarquias de poder, sendo sua construção coletiva, de absoluto respeito às decisões das assembleias e plenárias em todas as instâncias.

Ela, a Liga, é suprapartidária, pautando suas ações pela ética pelos princípios democráticos da horizontalidade, da inclusão, da solidariedade. Assim, a LBL defende um mundo sem exploração e sem opressão.

Liberdade de expressão e orientação sexual – o reconhecimento da lesbianidade e da bissexualidade como formas de orientação e expressão sexual. Bem como, o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, portanto, dos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais como direitos humanos e da violência contra mulheres lésbicas e bissexuais como uma violação desses direitos.

Nenhuma forma de fundamentalismo pode coibir ou impedir as mulheres lésbicas e bissexuais da livre expressão de sua sexualidade, seja no trabalho, na família, nos momentos de lazer, na prática política em movimentos sociais ou em espaços partidários, sindicais e religiosos, na educação dos filhos e filhas (\*), no exercício da maternidade, dentre outros.

A LBL engaja-se na luta por um mundo em que o corpo seja espaço de expressão e vivência livre dos desejos.

Defesa do Estado Laico – “As mulheres decidem. A sociedade respeita e o Estado garante”. A defesa de um Estado laico, orientando para a Defesa dos Direitos Humanos e pautado por políticas públicas universalizantes.

Visibilidade Lésbica – A visibilidade lésbica é um princípio de afirmação de nossa existência enquanto mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres. É necessário que cada vez mais possamos naturalizar a expressão afetivo-sexual entre mulheres, para poder quebrar com a imposição da heterossexualidade compulsória, o que significa que mulheres e homens precisam ter garantidos os direitos de como querem exercer e expressar a sua orientação sexual. A visibilidade lésbica não é imposição.

Posição anti-capitalista (socialista, comunista, libertária, anarquista) – Este é outro princípio da Liga, pois a construção de outro mundo sem pobreza, sem miséria e sem fome e com direito à livre expressão sexual, ao trabalho digno, à moradia, à reforma agrária, ao lazer, à saúde, à educação, à cultura somente será possível se assumirmos cotidianamente em nossa fala pública a crítica contundente ao sistema capitalista. Acrescenta-se, portanto, que a não mercantilização das relações e dos corpos das mulheres, a não privatização do poder, a democracia como meio para liberdade, devem nortear o exercício de nossa prática política; A Liga Brasileira de Lésbicas compromete-se com a construção de uma sociedade justa e igualitária, que respeite as diferenças. Um mundo que respeita o seu ambiente e as pessoas que o habitam. Onde os valores humanos, éticos e espirituais são mais importantes que as coisas materiais. Portanto, um mundo sem pobreza, poluição, injustiça e corrupção. Um mundo onde não exista nenhuma forma de exploração de classe e de discriminação, tais como acesso à informação, de raça/etnia, de gênero, por pertencimento a uma categoria etária, por incapacidades ou por motivos de orientação, expressão e identidade sexual e de gênero e onde os direitos das mulheres lésbicas e bissexuais sejam garantidos.

A luta contra o capitalismo, os fundamentalismos, o patriarcado, a heteronormatividade e todas as formas de violência, discriminação, estigmatização e desrespeito; um mundo que funciona para todas e todos, em todo lugar, em que o humano não se funda no ter, mas sim no ser.

Carta de princípios da Liga Brasileira de Lésbicas, Sistematização LBL/SUL, Florianópolis, 2006.

No processo de constituição de uma coalizão de mulheres em prol da visibilidade lésbica há importantes diálogos entre as concepções que informam os movimentos sociais anti-capitalistas e alguns grupos pela livre expressão sexual, tendo em vista o trânsito das/dos militantes nesses movimentos. A instauração de um espaço específico para as discussões da homossexualidade – o Planeta Arco-íris – no Fórum Social Mundial aponta para a distância das noções de desigualdades/exclusão/diferenças entre os temas debatidos no evento, mas também para tentativas de aproximação, sugerindo que o afetivo/sexual também é político. O recorte *oficina de visibilidade lésbica* - onde surge a organização da LBL - dentro do espaço Planeta Arco-íris denuncia a insuficiência da identidade homossexual e acentuada exclusão das mulheres na maioria das questões envolvendo desigualdades sociais.



A partir do texto da Carta de Princípios, percebemos apelos gerais de transformação através dos termos: “sistema capitalista”, “privatização”, “democracia”, “exploração de classe”, “discriminação”. As militantes realizam sua inserção e ação política no mundo a partir de um lugar de fala: “lésbica” e “feminista”, identificação diluída pela ênfase atribuída no contexto geral e não necessariamente apenas fixada na lesbianidade.

Podemos perceber ainda que a atuação do movimento está informada pela perspectiva feminista que discute a transformação social focada na superação da dicotomia público e privado, apresentando assim a questão da opressão complexamente interligada por múltiplos aspectos, envolvendo o econômico, o afetivo e o sexual.

Após a oficina em Porto Alegre foi encaminhada a oficialização da LBL no V Seminário Nacional de Lésbicas que ocorreria em São Paulo em agosto do mesmo ano, uma vez que os SENALEs eram o espaço de discussão coletiva e decisão do movimento de lésbicas do Brasil. Muitas militantes reforçam as inovações possibilitadas pelo diálogo com outros movimentos a partir da articulação no Fórum Social Mundial, como o relato abaixo:

“ Eu me aproximei da LBL pelo discurso sobre a questão da opressão...não só o discurso, mas pela opressão mesmo que as mulheres sofriam dentro dos grupos mistos...e esse discurso é de norte a sul do país, com raríssimas exceções...eu acredito que foi um grande passo...pra mim aquele V SENALE foi o divisor de águas, né, onde nós começamos realmente sermos protagonistas do nosso movimento de forma mais visível e mais organizada, porque existia o protagonismo lésbico em todos esses espaços, mas a articulação da rede, que servia para a gente se organizar mais politicamente, unificar os discursos apesar de grandes divergências, mas principalmente pra dar visibilidade e estar falando do lugar de lésbica [...]”. (Trecho de entrevista com militante da LBL/AL, realizada em 30/03/2006, às 16 horas, no Encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisa: pensando gênero e ciência, em Brasília).

No processo de construção de políticas de prevenção e também da efetivação e conquista de direitos, “o homossexual” ainda era hegemonicamente o homem gay. Nesse cenário, a invisibilidade das lésbicas estava dada mais uma vez: não eram consideradas grupo de risco pelo discurso médico – nem ao menos sabia-se sobre o risco de contágio de DSTs entre mulheres, pois o pênis ainda determinava a existência da “verdadeira” relação sexual. A questão da violência contra as lésbicas também permaneceu mais velada, uma vez que eram menos significadas nas denúncias e estatísticas. A violência material ou simbólica contra mulheres ainda carrega um caráter

permissivo, tendo em vista a cultura masculinista a partir da qual alguns espaços ainda são predominantemente masculinos e alguns comportamentos discriminatórios ou agressivos são justificados pelos discursos androcêntricos que naturalizam violências. A militante da LBL/RJ, lembra que

“[...] a questão da Aids, por exemplo, deu mais visibilidade ao movimento homossexual masculino. Mesmo porque a maioria das lésbicas estava em grupos mistos e não possuíam um lugar de fala.” (Entrevista concedida em junho de 2004 e publicada no site: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/06/283142.shtml>, acessado em maio de 2006)

Para a militante de Alagoas, as políticas públicas voltada para os homossexuais no Brasil não contemplavam as lésbicas:

“[...] Essa visibilidade era dos gays, dos homossexuais masculinos e nós, mulheres, as transgêneros, as bissexuais, ficávamos bem aquém das discussões...eu vivi muito isso enquanto eu estava no grupo misto. Quem saía pra fazer as representações eram os homens e aí eles olhavam a partir da ótica deles, de gays...tanto é que a maior parte dos projetos aprovados, das discussões, são direcionados pra categoria homossexual, masculina.” (Trecho de entrevista realizada em 30/03/2006, às 16 horas, no Encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisa: pensando gênero e ciência, em Brasília)

As políticas de saúde seriam apenas alguns indícios da invisibilização das mulheres lésbicas na sociedade. Nas conferências e fóruns de saúde as questões estavam instauradas a partir do sujeito do discurso médico: o grupo de risco, o sexo com pênis. É possível dizer que os homens gays estavam legitimados pela condição de “vulneráveis” pelas práticas sexuais, entretanto, a condução das discussões envolvendo os homossexuais extrapola o movimento de AIDS, produzindo demandas e possibilitando o trânsito nos espaços governamentais e de participação popular. A forma homogeneizada de militância homossexual acabava por gerar insatisfações, uma vez que deixava de fora vários outros sujeitos que passam a extrapolar a identidade gay. Como destaca ainda a integrante de Alagoas:

“O discurso que eu tenho ouvido muito em relação a Liga, por parte dos gays, é que nós somos muito radicais. Eles falam de forma pejorativa...mas eu digo que somos radicais sim porque nós não ficamos na superfície, nos vamos na raiz da questão...então, ser apontada como radical não me incomoda, eu quero poder ter subsídios e argumentos pra ir na raiz do problema, onde é que está o X da questão. É necessário dizer: não existe só o gay, nós mulheres, lésbicas, existimos e também somos protagonistas.” (idem)

Nessa fala, através dos termos “radicais”, “raiz do problema”, identificamos a intenção do movimento específico de lésbicas de visibilizar o processo de produção das diferenças e seu uso político na manutenção das hierarquias. Esse objetivo,

paradoxalmente, vem efetivado pela fixação da diferença: mulheres, lésbicas. Seria essa identificação, esse lugar de fala, que possibilitaria a explicitação dessa dinâmica e sua transformação.

O sujeito *lésbica* reivindicado em um movimento específico instaura seu lugar no mundo a partir um feixe complexo de relações. Essas relações “lhes permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreduzibilidade” (Foucault, 1997:51). Assim, a busca da visibilidade através da organização da LBL viria de encontro também ao movimento de fixação, de produção de outros modelos identificatórios, pois os discursos que a reivindica são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (idem:56).

Nos discursos que perpassam as produções da LBL e os depoimentos obtidos através das entrevistas, temos então alternância de identificação, oscilando entre *lésbicas*, *mulheres* e *mulheres lésbicas*. O apelo à categoria mulheres, de forma geral, é predominante nos seus discursos e poderia aqui ser pensado como assujeitamento ao esquema binário sexual apesar de associado ao contra-imaginário *lésbicas*. Como já visto anteriormente, Monique Wittig apontou para a não identificação da lésbica ao esquema heterossexual, o qual em suas dinâmicas produz a materialidade “mulher”. Guacira Louro (2004:18) considera que a não identificação com o ideal de sujeito categorizado pode ser uma estratégia de desestabilização das categorias humanas instauradas, dizendo que com essa resistência e subversão das normas regulatórias os indivíduos “parecem expor como essas normas são feitas e mantidas”. Entretanto, essa reivindicação é uma constante nos movimentos e lésbicas, pois o sujeito político mulher ainda seria o ponto de referência das lésbicas, na contraposição ao heterossexual.

A escolha do nome do movimento, voltando ao momento da oficina de Visibilidade Lésbica no Fórum Social em 2003, traz indícios de um processo de “feminilização” do sujeito lésbica. Como narra uma das militantes presentes no momento da fundação, o nome Liga surge atravessado pelas representações sociais do feminino, perpassadas pelos signos que materializam as diferenças:

“A gente começou a discutir se seria articulação, mas aí achamos que era uma coisa muito das feministas, muito militante, muito partidária...Associação também não tinha a ver porque a gente queria ir contra a ABGLT...e aí surgiu a história da Liga, pensamos em Liga, também por causa da liga das escolas de samba, que reúne todas as escolas e não necessariamente tem uma pauta única (...) tem um regimento mas não tem uma pauta única e também porque liga tem muito a ver com mulher: cinta-liga...e aí saiu

essa história da Liga Brasileira de Lésbicas.” (Trecho de entrevista realizada em 27/02/2007, às 15 h no Ministério da Saúde, Brasília)

A idéia da Liga Brasileira de Lésbicas associada ao feminino pelo adereço fetichizado pode ser constatada através da imagem do panfleto de divulgação da festa de apresentação do movimento pelas integrantes da Região Centro-oeste em Brasília:



**SINTA A LIGA**  
A festa da LBL/DF - Liga Brasileira de Lésbicas Regional Distrito Federal

**Dia:** 21/02/2007 (quarta-feira)  
**Local:** Landscape Pub (SHIN GA 07 - Bloco F1 Loja 33  
Próximo à Administração do Lago Norte)  
**Ingressos:** R\$ 5 reais até as 24 horas

**Na som:**  
She-ra e Xena "Hits 80/90/00"  
Carol Silvério "Música de Preta"  
Delizia e Delicia "Electro Rock/Indie"  
\*\*\*Participação da MC Flora Matos\*\*\*

**\*\*\*GELATINA COM VODKA DE GRAÇA\*\*\***

**Com a participação dos grupos:** Klaus-0n8, Retome, Nada Frágil, Esquizofêmeas, Corpus Crísis e Confessionário  
**\*Performance de dança, vídeos, exposições fotográficas e material gráfico\***

**Traga a sua camiseta. SERIGRAFIA GRÁTIS!**

**Informações:** [lblbrasil@ymail.com](mailto:lblbrasil@ymail.com)

Folder de divulgação da festa da LBL do Distrito Federal em 21 de fevereiro de 2007.

A imagem, segundo Martine Joly (1999:13), “toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece”. Assim, a representação da lésbica, materializa-se sob “associações mentais sistemáticas (mais ou menos justificadas) [...], atribuindo-lhe um certo número de contornos socioculturalmente elaborados (idem:21). Dentro da cisão homem/mulher temos então lésbicas ancoradas no masculino.

Na figura acima o destaque está na feminilização das lésbicas pela materialidade discursiva da mulher: contornos corporais definidos e exagerados. Entretanto, ao mesmo tempo são adicionados elementos que colocam em dúvida essas representações, como os acessórios de luta nas mãos e nos pés e o duplo espelho de vênus na roupa – um dos símbolos do movimento lésbico. Seria possível dizer então que não estamos diante de pura reprodução, mas também de re-significação, pois a partir da passividade simbólica e mercantilizada da imagem

erotizada do feminino, recria-o a partir de características ativas: erotizado, mas em combate, embora atrelado ao dispositivo da sexualidade.

Em Linda Nicholson (2000:14), temos metaforicamente uma crítica à ideia de aspectos comuns unindo todas as mulheres como um colar de contas, onde estas, apesar das diferenças não deixam de ser a mesma coisa pela sua materialidade e representatividade. Para a mesma autora, há formas variadas de entendimento do corpo, o que o torna uma variável. Assim, “nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da ‘identidade sexual’ a partir do qual se possa interferir alguma coisa sobre as alegrias e opressões inerentes ao ‘ser mulher’” (Idem:15).

Importante então pensar sobre a identidade que significa os corpos em mulheres, auscultando os discursos que dividem o humano, para classificar e excluir. Na perspectiva pós-moderna, as identidades são máscaras sobrepostas a outras máscaras e dessa forma não se aceita naturalizações constituídas e constituidoras pelo pensar homens e mulheres, uma vez que existimos no social e na experiência de seus significados.

Nesta perspectiva, os movimentos lesbianos esboçam algumas estratégias de coalizão e a utilização de símbolos expressa a necessidade de agrupamentos, mesmo que provisórios. É assim que as integrantes da oficina de visibilidade lésbica no Planeta Arco-íris no Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2003, confeccionaram sua própria bandeira, a qual caracterizaria a Liga Brasileira de Lésbicas e também o movimento de lésbicas. Pintando os símbolos relacionados às lésbicas na tradicional bandeira do arco-íris - ainda na Usina do Gasômetro (local onde foi realizado o Planeta Arco-íris) - elas destacam a colisão das mulheres no símbolo da diversidade - a bandeira do arco-íris - diversidade esta que para as militantes, naquele momento não as incluía.

### *3.3. A bandeira*

A resignificação da bandeira do arco-íris - ícone do movimento homossexual - nesse contexto, busca subverter os mecanismos de invisibilização das mulheres lésbicas no processo político, atuando na esfera das representações sociais através dos símbolos lésbicos. Mais que uma denúncia da apropriação lingüística pelos

homens nos movimentos homossexuais, traz a ruptura das representações do feminino sustentado pela evidência da heterossexualidade.



Lésbicas organizadas na Caminhada do Fórum Social Mundial. Fotografia de Maria Angélica Lemos, Porto Alegre, janeiro de 2003.

Na fotografia acima é interessante observar que as militantes alardeiam a lesbianidade por uma perspectiva política entre as milhares de pessoas na caminhada do Fórum Social Mundial em 2003. A bandeira é percebida aqui como instrumento de identificação em torno do qual várias mulheres presentes no evento vão se agregando. Nota-se diferentes sujeitos (idades, etnias, materialidades corporais) que buscam autonomia e igualdade de direitos a partir da coalizão realizada entre as mulheres auto identificadas como lésbicas. A inscrição *Lesbianas e Lésbicas na bandeira* se deve à participação de lésbicas de vários países da América Latina na oficina de criação da Liga e no intuito inicial de transformar o movimento em um espaço possível de agregar mulheres lésbicas de toda América Latina e Caribe em prol da visibilidade.

### 3.3.1. Os símbolos da bandeira

Duplo espelho de Vênus:



Símbolos duplos femininos representam a união entre mulheres. São utilizados pelas feministas denotando irmandade e o símbolo triplo feminino tem sido utilizado para demonstrar a rejeição aos padrões masculinos de monogamia. (Com base nas informações disponibilizadas no site [www.arco-iris.org.br](http://www.arco-iris.org.br), acessado em setembro de 2006)



Triângulo negro invertido

A utilização deste símbolo pelos movimentos de lésbicas está relacionada com a época nazista, nos campos de concentração, onde, de acordo com a

Enciclopédia de Echizos:

“[...] @s prisioneiras eram marcad@s com um triângulo invertido sobre a roupa, sendo que a cor do triângulo dependia do crime do qual eram acusadas estas pessoas. O triângulo negro invertido era a marca para @s prisioneir@s cujo comportamento era considerado anti-social, entre el@s, as mulheres que não queriam ter filhos, as prostitutas e as lésbicas. Depois da segunda guerra mundial, a comunidade lésbica reivindicou este símbolo re-significando-o e adotando-o assim como um símbolo lésbico [...]” e também como um símbolo de compromisso de luta constante da comunidade lésbica para deter a injustiça e a discriminação [...]”. (do site [http://lesbianas\\_estadea.tripod.com/Enciclopediade\\_Hechizos.htm](http://lesbianas_estadea.tripod.com/Enciclopediade_Hechizos.htm)) .

Alguns grupos de lésbicas tem utilizado o símbolo como identificação, como é o caso do grupo colombiano *Corporacion Triangulo Negro*<sup>38</sup>.



Labrys

Significa em grego “dupla acha”, dupla lâmina, machado duplo. A figura do duplo machado seria atribuída aos cultos do feminino, à Deusa Demétria – Ártemis, Deusa da Terra. Muito utilizado pelos movimentos feministas e pelos movimentos lésbicos como sinônimo de força e auto-suficiência. Está associado às mulheres guerreiras, havendo indícios de antigas sociedades de mulheres que utilizavam esta arma nas batalhas, como por exemplo, as Amazonas.

A construção de bandeiras específicas é recorrente na maioria dos movimentos sociais, vislumbrando a constituição um símbolo que esteja diretamente associado às pessoas e ideais que os compõem. Realizam assim a criação de um espaço convencional de significação. Esse caráter, segundo Laplantine e Trindade (1996:13),

<sup>38</sup> <http://espanol.geocities.com/triangulonegrocolombia/cabezcont.html>

“ [...] coloca o símbolo no interior do funcionamento social com todas as suas ambigüidades, seu caráter sincrético, polissemântico, que caracterizam o movimento unitário e afetivo de todos os indivíduos de uma cultura sobre uma mesma figura sintética”.

Segundo os autores, o caráter substitutivo do símbolo ultrapassa seu referente e contem, “através de seus estímulos afetivos, meios para agir, mobilizar (...) e atuar segundo suas próprias regras normativas” (idem).

A bandeira como símbolo de uma organização fala por ela nos diferentes espaços uma vez que a ideologia de um grupo já está socialmente significada pela imagem nela estampada. Assim, a bandeira traduz a participação, demarcação de um grupo e seus objetivos políticos. A inscrição dos símbolos feministas na bandeira do movimento homossexual traz a proposta de visibilizar as mulheres no movimento homossexual muitas vezes hegemônico pelas práticas androcêntricas. O símbolo constitui representações e estas, como aponta Lapantine e Trindade,

“[...] não significam substituições puras dos objetos apresentados na percepção, mas são, antes, reapresentações, ou seja, a apresentação do objeto percebido de outra forma, atribuindo-lhe significados diferentes, mas sempre limitados pelo próprio objeto que é dado a perceber.” (idem:13-14).

Assim, na produção da bandeira, as representações da fragilidade das mulheres são também resignificadas através da invocação dos símbolos que traduzem força, luta e resistência. Navarro-Swain (1994:48) esclarece que

“Na medida em que estabelece estereótipos e paradigmas, absorvidos e normatizados socialmente em níveis básicos, como o status sexual dos indivíduos, o perfil da ordem familiar, a atribuição de deveres/direitos inerentes a uma suposta ‘natureza’ dos seres, bem como a divisão do trabalho social, o imaginário, através das mais diferentes linguagens, atua como um vigoroso caudal que atravessa obliquamente as formações sociais, penetrando todos seus meandros, em todos os níveis, todas as classes sociais – interclasse – modelando conjuntos/pacotes de relações sociais hegemônicas, cuja duração compreende maior ou menor lapso de tempo.”

Utilizando o exemplo da fotografia abaixo disposta, percebemos que as militantes proporcionam outras representações sobre feminino e sobre homossexual ao associarem os símbolos feministas - o espelho de Vênus duplo, a Labrys e o triângulo negro à bandeira do movimento homossexual. Dessa forma, temos o descentramento do sujeito homossexual também na explicitação *lésbicas* em letras garrafais sobre as cores do arco-íris. Atento ainda para o fato de que as apresentações corporais das militantes também integram suas práticas discursivas. Assim, algumas trazem os símbolos da bandeira inscritos nos corpos através de tatuagens, camisetas, bandeiras



amarradas ao corpo e a predominância da cor lilás representando o feminismo. Fato que nos informa que os corpos também podem ser instrumento para a visibilidade do sujeito político.



III Caminhada de lésbicas de São Paulo, junho de 2005. FONTE: arquivos da LBL/PR

Sorridentes, descontraídas, trazendo estereótipos físicos ou não, agrupando-se ao carregar a bandeira, as integrantes da LBL exibem uma militância alegre e desenvolta. Medo, vergonha, culpa - sentimentos que marcaram tantas vidas - aqui são afastados não ação do grupo, na visibilidade de uma coalizão. Afirmando um sujeito político, significam o que é ser lésbica. Eis o que procuro perceber na seqüência desta pesquisa.

As produções da Liga Brasileira de Lésbicas parece não ter uma estabilidade, uma vez que a constituição do movimento é plural, comportam diferentes grupos de regiões distintas, exclusivos de lésbicas ou lésbicas de grupos mistos, bem como lésbicas que não pertencem a nenhum grupo, chamadas de independentes. Está dividida por regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centroeste, sendo que cada região possui uma representante ou uma representação colegiada (um grupo composto de uma representante de cada Estado). As regiões são autônomas em suas atividades e produções, respeitando a Carta de princípios do movimento. Há muita diversidade na

sua constituição: alguns grupos apresentam caráter mais engajado na militância feminista, outros aproximam-se dos ideais socialistas, alguns possuem tendências mais próximas ao anarquismo, outros ainda associam várias militâncias (como movimento negro, movimento de pessoas com deficiência e movimentos populares) e há aquelas que não integram nenhum grupo. Ainda existem as que são partidárias, que trabalham na esfera governamental, que integram sindicatos. Assim, as formas de agir são diversificadas: algumas mais subversivas, outras com mais diálogos com o governo, pelo viés tradicional de fazer política ou através de dinâmicas alternativas (como a utilização da arte para reflexão política). A integrante de LBL/SC expõe que

“O movimento de lésbicas parece estar se expandindo bastante, e se a gente tinha a necessidade estar todas debaixo da mesma tenda para nos fortalecer enquanto lésbicas, hoje a gente já está conseguindo clarear posições, clarear formas de agir, então vários grupos estão surgindo, todos tem um objetivo comum, mas tem formas diferentes de percurso e eu acho que isso é bacana, isso é muito rico e sempre penso que temos formas diferentes de pensar, de agir, de trabalhar, mas temos que estar presente nos fóruns, todas as tendências, todas as formas de ser, e ali a gente clarear, discutir e convergir nas coisas que são comuns a todas e marcar posição nas diferenças, eu acho que é bacana, é muito legal que tenham vários grupos com diversas tendências, acho que fortalece, enriquece muito o movimento.” (Do vídeo *Lésbicas no Brasil* de Maria Angélica Lemos, 2004)

A militante nos informa que não existe um sujeito *lésbica* naturalmente pronto, acabado, natural. Percebemos um processo de construção dinâmico, que expõe o movimento incessante de produção de subjetividade, o nomadismo identitário que permeia os movimentos de lésbicas e o sujeito do seu discurso. A busca da unidade do movimento vem pautada pelos termos destacados: “objetivos comuns” que transita em lugares diversos: “formas diferentes de pensar, de agir, de trabalhar”, “diversas tendências”.

É possível perceber que o foco do movimento é a utilização do sujeito político como estratégia de transformação. A expressão mulheres lésbicas chama a atenção pela afirmação, uma vez que se trata da fixação no binário ao mesmo tempo que propõe múltiplas possibilidades para “mulheres” e “lésbicas”.

Tânia Navarro-Swain (2000:92) sugere a instabilidade das categorias ao questionar: “o que é uma lésbica? [...] mulheres que amam mulheres? Que fazem sexo com outras mulheres? Que se sentem atraídas mas não ousam o sexo? Que amam outras mulheres e fazem sexo só com homens?” Definição impossível a menos que se tome as categorizações construídas a partir dos discursos de verdades sobre a

sexualidade “natural”. Categorizações que podem ser percebidas como uma fragilidade nas formas de pensar um mundo fora do esquema binário naturalizado, o qual define sexo e gênero a partir da inflexibilidade e oposição.

A busca de uma articulação nacional teria sido uma finalidade inicial na constituição da Liga Brasileira de Lésbicas, pensada a partir de necessidades de políticas públicas específicas e em um contexto informado por reivindicações pautadas pelo viés econômico, como observado no trecho da Carta de Princípios citado anteriormente. A forma de atuação, sua estrutura e composição vão criando espaços em seu próprio emergir. Seria possível conciliar a pluralidade com uma organização nacional? Como definir as participações? Como dialogar com os outros movimentos e participar da elaboração de políticas a partir de um sujeito fluido, não fixado em limites identitários? Essas são questões colocadas no processo de constituição e atuação da Liga Brasileira de Lésbicas, as quais tentarei expor no próximo capítulo, a partir de suas próprias produções discursivas.

## Capítulo IV

### A Liga Brasileira de Lésbicas: estratégias de coalizão nacional

[...] Entre as máquinas desejanter e o corpo sem órgãos surge um conflito aparente [...] corpo é o corpo ele está só/e não tem necessidade de órgão/o corpo não é nunca um organismo/os organismos são os inimigos do corpo. Quantos pregos na sua carne, quantos suplícios. [...] (Gilles Deleuze e Felix Guattari)

#### 4.1. Visibilidade e sujeito político: alguns apontamentos

As reivindicações pelo reconhecimento de outros sujeitos para além do homem branco, heterossexual e adulto têm conquistado legitimidade no cenário político, e possibilitam a produção/ressignificação de categorias históricas e sociais silenciadas violentamente pelos atuais sistemas de explicação do mundo. O estabelecimento de políticas específicas que movimentem os regimes de verdade e apontam para as diversidades é fundamental, pois através delas as diferenças são confrontadas e as desigualdades denunciadas. Como expõe Judith Butler (2003:18), “as qualificações do ser sujeito tem que ser atendidas para que a representação possa ser expandida”. Assim,

“[...] o ‘sujeito’ é uma questão crucial para a política (...) pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não ‘aparecem’, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão (...) o poder jurídico ‘produz’ inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva.” (idem:19)

Dessa forma, as políticas específicas para grupos que se demarcam em relação à norma heterossexual podem ser compreendidas atualmente como fenômeno necessário na desarticulação das posturas autoritárias das leis, das religiões, dos discursos médicos e psicanalíticos, constitutivas das formações discursivas que produzem e/ou justificam as desigualdades criando a figura d@ anormal. Entretanto, no processo de reivindicação/elaboração de políticas públicas e formulação/modificação de leis, alguns discursos acabam reforçando a oposição centro/margem fixando-se em representações rígidas, produzindo e mantendo noções essencializadas sobre as

diferenças, reafirmando determinadas categorias/conceitos dominantes como referente. Mantém-se, dessa forma, as evidências sobre um sujeito central e o “outro”, informadas pelas noções cartesianas de explicação do mundo, pois, como já visto anteriormente, só se é diferente em face de um referencial, edificado a partir da negação do “outro”. Ângela Arruda (1998:109), lembra que a questão do outro é bastante discutida pelas teorias feministas e aponta a ficcionalidade dos parâmetros que determinam o referente. Nas suas palavras:

“O desenho do outro, mais que um retrato, talvez seja um holograma: uma projeção em movimento, e como tal, também um pedaço de mim, prestes a esvaecer. A representação aplaca instantaneamente o conteúdo perturbador do outro, retrabalhando-o. Torna-se assim, a diferença incorporada, dando forma ao holograma.” (idem: 17)

Pensar as diferenças a partir de identificações dinâmicas e fluidas que desconstróem o binário referencial quando focamos os sujeitos políticos é uma perspectiva próxima das propostas pós-modernas. Stuart Hall (1998:09) aponta para as transformações nas sociedades modernas, onde teria ocorrido a fragmentação das “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. Assim, o processo de identificação seria provisório e apresenta-se formado por vários centros (idem:15). Dessa forma, a identidade

“Muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela torna-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política da diferença.” (Hall, 1998:21)

A formatação do humano a partir das dicotomias e as maneiras tradicionais de narrá-lo vão sendo desestruturadas pelas análises informadas pelas teorias pós-modernas. Como aponta Rosi Braidotti (2002:02)

“Um dos paradoxos centrais da condição pós-moderna histórica é a base mutante na qual periferia e centro se contrapõem um ao outro, de uma maneira perversa e complexa, desafiando as maneiras de pensar dualísticas ou contrárias, e requerendo, ao contrário, uma articulação mais sutil e dinâmica.”

A construção de um sujeito político *lésbica*, analisado como produção de sentidos no âmbito do imaginário, confronta as formações discursivas que estabilizam as categorias definidas pelo eixo sexo/gênero. O imaginário, agente no dinamismo transformador das significações e representações sociais, atua nesse processo de

subjetivação com o emergir de novos significados constitutivos dos sujeitos. Isso porque

“O imaginário trabalha um horizonte psíquico habitado por representações e imagens canalizadoras de afetos, desejos, emoções, esperanças, emulações; o próprio tecido social é urdido pela imaginário — suas cores, matizes, desenhos reproduzem a trama do fio que os engendrou. O imaginário seria condição de possibilidade da realidade instituída, solo sobre o qual se instaura e instrumento de sua transformação.” (Navarro-Swain, 1994:48).

Ao resgatarm as representações normativas ligadas à lesbianidade, as militantes da LBL se constituem enquanto sujeitos, transformando as próprias condições de produção de sua existência, como pode ser visto a seguir. Falam a partir de um lugar comum através de textos e imagens que aos poucos vão transformando o estranhamento das relações entre mulheres em materialidade lingüística e visual, significando-as enquanto possibilidade no mundo domesticado pelos “discursos de verdade”.

Após a oficialização da Liga Brasileira de Lésbicas no V SENALE, seu primeiro encontro regional ocorreu em setembro de 2003 na Praia do Campeche, em Florianópolis. O encontro contou com as seguintes mesas temáticas: 1. Movimento de lésbicas e movimento feminista: panorama e; 2. Políticas públicas para lésbicas; e ainda com as seguintes oficinas: 1. Mercantilização do corpo da mulher, coordenada por Damaris de Oliveira e; 2. Maternidade lésbica, coordenada pela professora Mirian Pilar Grossi. No último dia aconteceu a indicação das coordenadoras dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As falas das mesas e as oficinas foram sistematizadas em artigos e disponibilizadas no Relatório do Primeiro Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul. Selecionei aqui um trecho do artigo produzido por uma então integrante da LBL Rio Grande do Sul, a qual abordou o movimento de lésbicas no Encontro, a fim de pensar o processo de apagamento das relações entre mulheres na sociedade atual, apontando o caráter sócio-histórico das desigualdades fundadas nas diferenças sexuais. A linguagem, nesse contexto, é denunciada pela militante como instrumento conformador, que precisa ser subvertido:

[...] Para falar de história, no ‘nosso’ jogo de palavras, vamos partir do inglês e da nossa invisibilidade:  
HISTÓRIA  
HIS TORIA  
HIS STORY  
HER STORY  
HERSTÓRIA

Na língua inglesa, o termo “HIS”, significa dele, e story conto. Na hora que “HER”, significa dela. Estaríamos modificando o conto deles pelo conto delas.

A proposta é começar a nos visibilizar, também a través da linguagem e construir nosso próprio conto, tão invisibilizado, apagado e porque não, modificado nas nossas trajetórias de vidas. Dos poemas da Safo, ficam muitos poucos porque foram destruídos, e ela por dar um exemplo, não aparece comumente entre os/as poetas.

Se não somos nós, mulheres, quem estejamos interessadas em resgatar nossa herstory, provavelmente no futuro se reitere a nossa invisibilidade ao longo do tempo.

Uma vida sem passado é como uma árvore que não tem raízes. Pode secar.” (Pessah, Mariana. Relatório do Primeiro Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas Região Sul, Florianópolis, setembro de 2003, p. 13 - grifos meus)

Através da oposição dele/dela, em um significativo jogo de palavras, realiza-se aqui a simulação de uma transformação da história contada no masculino, materializando na linguagem a possibilidade de inversão da “ordem do discurso” androcêntrico respaldado pelo processo de apagamento das mulheres da história. Embora a proposta seja fundamentada pelo discurso binário, traz um importante desvelamento da parcialidade da história no silenciamento das mulheres. Para Eni Orlandi (2003:09), precisamos perceber que estamos sujeit@s à linguagem, “saber que não há neutralidade nem mesmo no uso do mais aparentemente cotidiano dos signos”. Quando esquecemos quem disse, onde e porque, é sinal que a ideologia já exerceu sobre nós o efeito simbólico, o qual pode operar também pelo esquecimento (idem:49). Por isso a necessidade de ir para além das evidências e “compreender, acolhendo a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência” (idem:59). Como expõe Foucault (2006:27),

“A história será sempre ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos, dramatizará nossos instintos, multiplicará nosso corpo e oporá a si mesma. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim linear. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar.”

A capa do mesmo Relatório traz uma fotografia dos momentos finais do Encontro, destacando a aproximação entre integrantes dos três Estados do Sul após os três dias de discussão política para a construção do movimento: alegria, trocas e cumplicidade em frente ao painel de divulgação da Parada Livre de Porto Alegre de 2003 que trazia a figura da pintora mexicana Frida Kahlo, a qual, segundo as militantes, foi utilizada por ser um ícone da resistência e liberdade afetivo-sexual entre mulheres.



Foto do I Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul. Praia do Campeche, Florianópolis, setembro de 2003.

A fim de promover a visibilidade lésbica – bandeira do movimento – as militantes se fazem presentes nos diferentes espaços de sociabilidade (conferências, encontros, paradas, manifestações, fóruns e conselhos). Para pensar as condições de imaginação das militantes da LBL e sua produção de sentidos numa realidade normativa sobre a lógica da heterossexualidade na busca desse objetivo, trago aqui algumas superfícies discursivas retiradas de suas produções textuais e imagéticas. São informativos, fotografias, boletins e materiais de divulgação, com foco na constituição de uma coalizão nacional em prol da visibilidade lésbica, focadas pela presente análise.

Os Informativos são publicações alternativas, de baixo custo (duas páginas e formato A4), elaborados e reproduzidos pelas próprias militantes. Até o presente momento, a LBL produziu cinco informativos impressos, todos pela Regional Sul, os quais trazem informações sobre as ações desenvolvidas pelo movimento na busca pelo reconhecimento do sujeito político lésbica. São eles:

1. Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul – Ano I – n. 1 – A LBL e o XIV Encontro Nacional Feminista, Porto Alegre, janeiro de 2004.
2. Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul – Ano I – n. 2. Porto Alegre, 2004;
3. Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul – Ano II – Edição Comemorativa. Porto Alegre, 2005;



4. Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul – Ano III. Porto Alegre, 2006;

5. Liga Brasileira de Lésbicas – Ano IV, n. 02. Porto Alegre, 2006

O informativo elaborado em comemoração aos dois anos de existência da Liga Brasileira de Lésbicas (ANEXO I) é formado por um breve histórico do movimento, seus objetivos, com destaque para a importância da bandeira em prol da visibilidade lésbica, seguido de alguns pequenos fragmentos de suas ações e algumas notícias de eventos feministas. Nesse mesmo Informativo, as militantes focam a necessidade da visibilidade explicando que:

“A mais de 25 anos, muitas lésbicas lutam por visibilidade, direitos, enfim, para que os direitos humanos sejam realmente para todas as pessoas, não somente para os/as heterossexuais.

Em 1996 ocorreu o 1º SENALE – seminário Nacional de Lésbicas, no Estado do Rio de Janeiro, tendo por tema: “Visibilidade, saúde e Organização”. Aproximadamente 100 lésbicas de vários Estados do país participaram do evento, que discutiu a situação das lésbicas, suas necessidades e formas de conquista dos direitos. Desde então, o movimento lésbico tem crescido em participação no processo social e em conquistas de direitos, mas, infelizmente, o preconceito e a discriminação ainda são fatores de exclusão e opressão das mulheres que amam mulheres, o que nos leva a continuar em busca de mudanças.

No V SENALE, que aconteceu em 2003 em São Paulo, referendamos a data de 29 de agosto como significativa, e encaminhamos que faríamos em todas as Regiões do Brasil atividades que demarcassem este dia como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, em homenagem ao 1º SENALE.

[...]

a visibilidade é um princípio de afirmação de nossa existência enquanto mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres. É necessário que cada vez mais possamos naturalizar essa forma de expressão afetivo-sexual, para podermos quebrar com a imposição da heterossexualidade compulsória [...].” (Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul. Ano II, Edição comemorativa. Porto Alegre, 2005, p.02 - grifos meus)

As matrizes de sentido que informam tal produção podem ser aqui destacadas: *visibilidade, direitos humanos, conquista de direitos, afetivo-sexual, heterossexualidade compulsória*. A estratégia do movimento foca a naturalização da relação entre mulheres em um duplo eixo: afetivo e sexual. Naturalizar aqui indica a quebra do estranhamento, a aceitação social do múltiplo nas relações humanas. Diversidade sim, diferença não, pois a diferença instala a desigualdade política. “Nossa existência” sugere um lugar em comum a estas mulheres, constituído pelas matrizes de inteligibilidade que as interpelam – sexualidade e afetividade - e nessa dinâmica as militantes buscam subverter as evidências que imobilizam as possibilidades dos sujeitos, principalmente das mulheres. A naturalização premeditada das relações entre mulheres busca, através da visibilidade tornar-se corriqueiro o indispensável e confrontar a verdade da

heterossexualidade como eixo do mundo, cujos dispositivos atuam no controle das mulheres.

Monique Wittig (2006:03), como já visto anteriormente, nos apresenta a heterossexualidade enquanto um sistema que universaliza os conceitos sobre cultura e sociedade atrelados ao binário complementar de forma autoritária. Dessa forma, a matriz do poder ou da dominação não estaria na divisão de classes, como supõe algumas teorias econômicas, mas na heterossexualidade normativa através do contrato sexual envolvendo seres diferenciados em mulheres e homens. Esse entendimento nortearia um tipo de pensamento retilíneo, direto, direito (straight), o “pensamento heterossexual”.

“[...] fala-se de conceitos como a troca de mulheres, a diferença entre os sexos, a ordem simbólica, o Inconsciente, Desejo, jouissance, Cultura, História, dando um significado absoluto a estes conceitos, quando são apenas categorias fundadas sobre a heterossexualidade, ou sobre um pensamento que produz a diferença entre os sexos como um dogma político e filosófico.” (idem)

Entretanto, Butler (1999:49) pontua que essa pretensão linear de autoridade heterossexual nunca consegue atingir sua totalidade, constituindo-se apenas como um ideal inatingível, tendo em vista que, apensar da constante reafirmação da norma e controle dos corpos, verificamos a todo o momento corpos que dela “escapam”.

São essas dobras na linearidade do pensamento heterossexualizado que são evidenciadas nos discursos e práticas das militantes da LBL. Entretanto, ao proporem as desestabilizações das evidências do modelo heterossexual, as militantes, muitas vezes, estão atreladas ao sistema sexo-gênero e aos discursos históricos tradicionais nele ancorados, como é o caso desse fragmento retirado do Informativo do Projeto Olhares:

“A sociedade impõe às mulheres, através dos séculos, a obrigação de serem heterossexuais (...) muitas pesquisas já demonstraram que a violência contra as mulheres não tem época, nem fronteiras, ela existiu desde sempre em todos os lugares, em todas as culturas. Ela está inscrita em todas as leis, em todas as mentalidades, basta pensarmos nos pés bandados das chinesas, nas viúvas indianas imoladas sobre o túmulo de seus maridos, nas mulheres adúlteras sofrendo lapidação. (Informativo do Projeto Olhares. Ação para a visibilidade lésbica em Porto Alegre. Grupo Nuances, Porto Alegre, janeiro de 2005, p. 04 - grifos meus)

Esse texto, através das palavras destacadas “*existiu desde sempre em todos os lugares, em todas as culturas*”, toma como norma os discursos de verdade construídos e reproduzidos por uma história globalizante, a qual narra as relações humanas e os

acontecimentos a partir de interpretações carregadas de poder normativo. Os apagamentos históricos ignoram as subjetividade com base no binário sexual esquecendo as infinitas possibilidades históricas de interpretação e constituição dos corpos. Dessa forma, a ausência de outras perspectivas nas narrativas históricas resulta na legitimidade da supremacia masculina *ad eternum*. “Sempre foi assim”, em todos os tempos e lugares. Nada, senão a ignorância ou a arrogância pseudo-científica que apóia a dominação masculina na natureza das coisas. (Navarro-Swain, 2000:21)

Assim, é possível aqui pontuar que a contextualização da opressão das mulheres e a criminalização da lesbianidade nas análises feitas em alguns trechos do informativo acabam por naturalizar as diferenças e instaurar a heterossexualidade como sistema a-temporal e a-histórico, distanciando-se nesse aspecto das teorias de Wittig, que apontam para os mecanismos autoritários de produção do pensamento heterossexual, a partir de uma análise localizada e histórica.

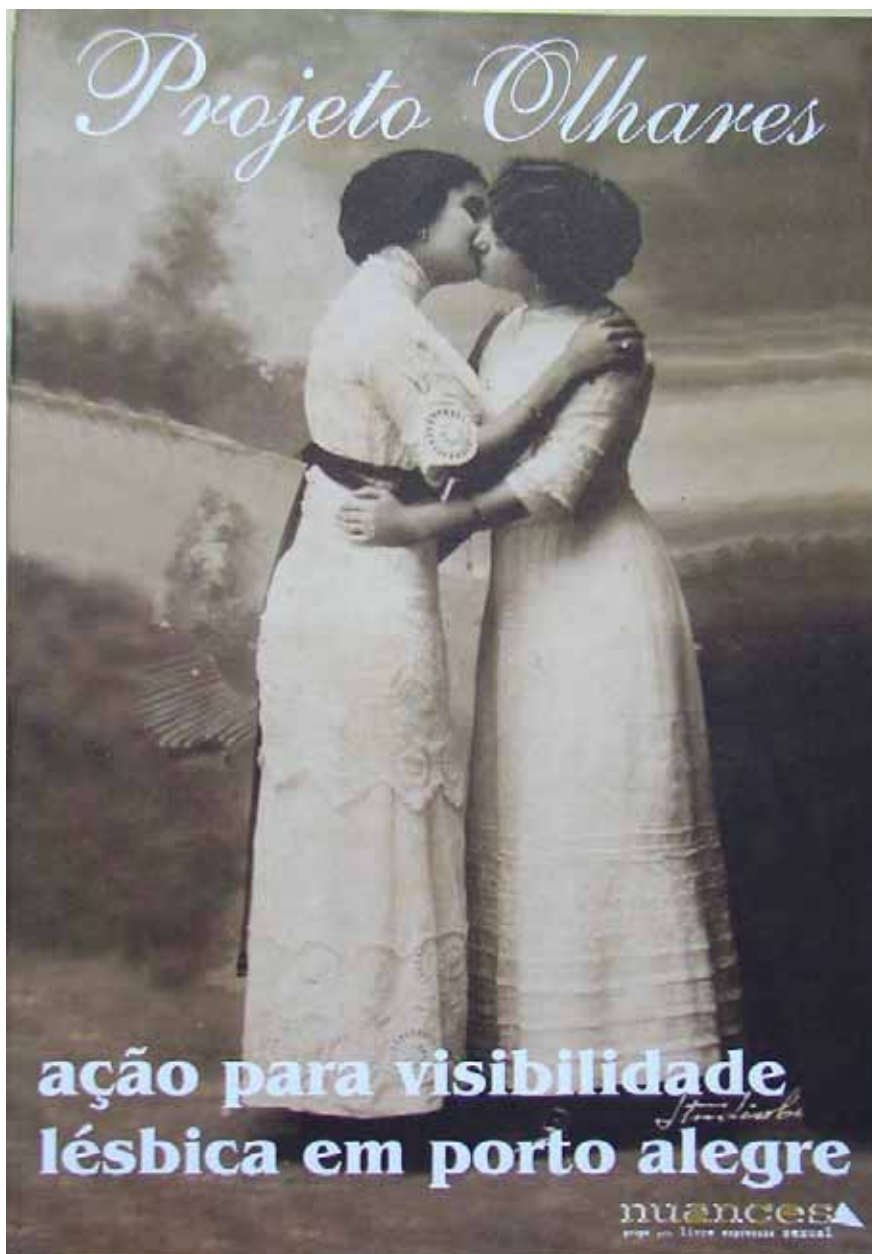
O *Projeto Olhares: ação para a visibilidade lésbica em Porto Alegre* foi coordenado pela responsável pela LBL/RS através do Grupo *Nuances* (Porto Alegre) e executado em janeiro de 2005 pelas integrantes da LBL de Porto Alegre com algumas parcerias. O projeto, de acordo com seu Informativo, é:

“[...] um caminho para que o combate a todas as formas de discriminação sofrida pelas mulheres lésbicas e bissexuais se torne cada vez mais eficaz, ao proporcionar um espaço de discussão sobre as questões de gênero, educação, direitos humanos, vivências/histórias de vida, raça/etnia, cultura. O objetivo é criar espaços para a construção da visibilidade, reforçando a auto-estima, as identidades e a autonomia das mulheres lésbicas e bissexuais.” (Informativo do Projeto Olhares. Ação para a visibilidade lésbica em Porto Alegre. Grupo Nuances, Porto Alegre, janeiro de 2005, p. 03)

O projeto propõe a ampliação do espaço de fortalecimento construído pelas militantes a fim de multiplicá-lo através de outras mulheres que não compõem o movimento. Percebemos pelos termos “proporcionar um espaço” e “criar espaços” um pouco da estratégia da LBL na difusão da proposta da visibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais e sua busca por direitos, através do falar suas vivências diversas da heterossexualidade e suas implicações em uma sociedade androcêntrica e heterossexual.

A capa do Informativo em questão, contrariamente à fala analisada anteriormente, choca com as certezas sobre uma coerção absoluta e atemporal da lesbianidade quando traz como ilustração a antiga imagem de duas mulheres em um contexto

romântico. A fotografia de stúdio apresenta características do início do século passado e não há maiores informações disponíveis sobre ela. Intitulada “Retrato de Moças”, está catalogada no Acervo do Museu Joaquim José Felizardo, em Porto Alegre e sugere a relação entre mulheres como possibilidade do passado:



“Retrato de moças” – fotografia de Virgílio Calegari. Acervo do Museu J. José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman, Porto Alegre. Ilustração da Capa do Informativo Projeto Olhares: ação para a visibilidade lésbica em Porto Alegre.

Pensar as relações entre mulheres - aqui tratadas como eventos que escapam às representações deixadas pela historiografia norteadas pelo discurso androcêntrico - requer o questionamento das asserções “científicas”. Isso porque, as ciências não são neutras na escolha dos seus objetos e métodos e seus pressupostos muitas vezes

atuam na criação de uma diferença ancorada nos corpos das mulheres para melhor inferioriza-las. Nesse sentido, Sandra Harding (1996:118), nos informa que

“Quando, em determinadas culturas modernas, observamos as relações entre gênero individual e as identidades e condutas sexuais, as divisões sociais do trabalho vigentes segundo o sexo e o gênero e as formas de simbolismo de gênero que essas culturas favorecem, podemos iniciar a explicação sobre a profunda e complexa participação da ciência no avanço da cultura androcêntrica. Podemos começar a compreender até que ponto é enganoso o discurso que a ciência faz sobre sua objetividade, como algo neutro, sem paixão, com respeito aos valores e, portanto, seu progresso intrínseco. Nas palavras de Virginia Woolf: ‘parece que a ciência não carece de sexo; é um homem, um padre e corrompido também’.”

Tendo em vista as narrativas pautadas em uma visão androcêntrica, a destruição das evidências históricas e a análise dos discursos são fundamentais quando o assunto é a naturalização dos papéis sociais das mulheres. Seria imprescindível não tomar “dados científicos” inquestionavelmente como suporte de afirmações. Os discursos científicos instauram um conhecimento masculino, branco, heterossexual e o que as mulheres pensaram, fizeram, como agiram, como sentiram no decorrer dos séculos permanece no silêncio, restando uma história que as conduz a uma dominação infinita, a - histórica, principalmente se essas mulheres fizeram, viveram, sentiram e amaram fora do esquema binário heterossexual, ou seja, sem a presença dos homens. Esta perspectiva, entretanto, muitas vezes, escapa às militantes, enredadas no discurso do “sempre foi assim”.

#### 4.2. *Não somos meninas gays*

A invisibilização das lésbicas no processo político do movimento homossexual integra as dinâmicas de apropriação masculina dos espaços de visibilidade e representação. Assim, “lésbica”, diferentemente de “gays”, quando dito, continua a representar a mulher mal amada, sisuda, caricatura do homem. O postal produzido pelas militantes expressa através da inscrição “não somos meninas gays, somos lésbicas”, a recusa do termo hegemônico, reivindicando o sujeito político exclusivo pautado na categoria mulheres.

O termo “Gay”, segundo o dicionário Michaelis significa alegre, divertido, jovial, vistoso, brilhante, vivo. A expressão teria surgido para subverter o termo homossexual, carregado de sentidos produzidos pelos discursos médicos e psicanalíticos que

instauraram a categoria homossexualismo como doença, desvio<sup>39</sup>, logo como obscuro, problemático, sofrido. Entretanto, encontra-se apropriado pelas dinâmicas hegemônicas remetendo-o instantaneamente ao homossexual masculino.

Em 2004 uma das campanhas elaboradas pelas integrantes da LBL e na época também integrantes do Grupo Nuances de Porto Alegre, vislumbrou a afirmação da denominação *lésbica* e a negação do termo gay.



Postal elaborado por integrantes da LBL/RS em parceria com o grupo Nuances de Porto Alegre. Fotografia de Mariana Pessah, Porto Alegre, 2004.

Como se nota, a partir da recusa da denominação “gay” – que embora tenha surgido também como estratégia de ressignificação do sujeito heterossexual – realiza-se também a recusa pela invisibilidade contida nesta denominação para as lésbicas, ou

---

<sup>39</sup> Apenas em 1973 a homossexualidade (no contexto denominada homossexualismo) deixou de ser classificada como doença pela Associação Americana de Psiquiatria e, na mesma época, retirada do Código Internacional de Doenças (CID). A Assembléia-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 17 de Maio de 1990, retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais, declarando que "a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão" e que os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade. Dessa forma, não é difícil constatar que a sociedade ainda está informada pelos discursos medicalizantes associando homossexualidade e doença. Apesar das recomendações da Conselho Federal de Psicologia do Brasil, ainda existem técnicos da saúde que vêem a homossexualidade como uma doença, perturbação ou desvio do desejo sexual - algo que pode necessitar, caso o "paciente" assim queira (ou os seus familiares), de tratamento ou reabilitação. FONTE: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Homossexualidade>

seja, reivindica-se um sujeito para além do “homossexual” generalizado, masculino. Diferenciam-se também da “mulher” reivindicada por alguns feminismos, uma vez que, em seu discurso político, afirmam-se fora do esquema heterossexual que traduz corpos sexuados/práticas sexuais em mulheres e homens.

Para Raquel Osborne (2006:12),

“En el contexto de un mundo en proceso de globalización, visibilizar las discriminaciones de las mujeres lesbianas desde la perspectiva de los derechos humanos es una vía válida y eficiente para promover el cambio cultural necesario en lo que atañe a las situaciones de desprotección e injusticia que en muchas ocasiones viven las mujeres que optan por una sexualidad al margen del sistema heteronormativo. Las mujeres lesbianas, al afrontar la invisibilidad, la misoginia y la lesbofobia, han jugado un papel muy importante en estos procesos de transformación, tanto desde el movimiento feminista como desde el movimiento de liberación de lesbianas, gays, bissexuales e transexuales.”

A campanha foi feita em forma de postal e claramente direcionada para o público jovem: “meninas”, sendo estruturado pela oposição gays/lésbicas, em uma recusa clara do desaparecimento sob a égide do homossexual masculino. A distribuição desse tipo de material geralmente é feita em espaços específicos, os quais propõem uma “cultura alternativa”: bares, boates, festas e também em encontros e oficinas para lésbicas promovidas pelas militantes. Pela imagem, faz-se a conscientização das cisões e apropriações feitas sob o gênero “gay”.

Tânia Navarro-Swain (2000:68) lembra a diferença na constituição social de homens e mulheres como problema na hegemonização de gays e lésbicas:

“[...] A não ser como meio de pressão, a junção de homossexuais mulheres e homens traz problema: que teriam em comum, além da exclusão e da rejeição social? Num mundo dividido entre homens e mulheres, os pererastas pretendem um lugar no mundo dominante dos homens, ao qual pertencem. Seus problemas de inserção e aceitação social não integram a realidade vivida pelas mulheres lesbianas, duplamente discriminadas [...]

Como aponta Joly (1999:59), é necessário atentar para a “função comunicativa de uma mensagem visual”, pois ela “determina com força sua significação” (idem). Assim, o discurso no postal promove pausas nas representações sociais que negativizam a lesbianidade, trazendo a idéia de alegria, amizade, carinho, cumplicidade a partir da imagem de meninas “comuns” em um espaço público – a rua - sugerindo ainda o rompimento com a idéia da lesbianidade associada a guetos. Há ainda a busca pelo distanciamento das representações fundadas na dicotomia geralmente atribuída às lésbicas: a masculinização e a erotização, pois as figurantes destoam um pouco dos

estereótipos da “lésbica masculina” e da imagem exageradamente sexualizada (femmes fatales) utilizados para representar as relações entre mulheres. Jovens comuns sem traços estereotipados: roupas e cabelos dentro dos padrões do “bom comportamento”, do socialmente aceitável. O postal atenta ainda para o recorte de raça/etnia, fruto das reivindicações das mulheres negras dentro do movimento, explicitando a diversidade dos relacionamentos entre lésbicas.

A feminista Adrienne Rich (2003:03), décadas atrás, atentava para a importância da diferenciação gays e lésbicas, problematizando a equiparação desses sujeitos nos discursos. Ressaltando as organizações exclusivamente lésbicas na subversão do sistema patriarcal a autora destaca que:

“Historicamente, as lésbicas têm sido privadas de uma existência política mediante sua suposta inclusão como versões femininas da homossexualidade masculina. Colocar no mesmo plano a existência lésbica e a homossexualidade masculina porque ambas são objetos de estigma é encobrir a realidade feminina mais uma vez.”

Para as militantes, as lésbicas teriam especificidades desconsideradas pelas políticas públicas, pela justiça e pela sociedade em geral, que as constituem em significados outros, atrelados às marcas do seu sexo social. A recusa da denominação *gay* propõe aqui a visibilidade das mulheres apagadas na linguagem que hegemoniza as pessoas através de algumas práticas sexuais. Como aponta Braidotti (2000:45),

“[...] el lenguaje es el medio y el lugar de constitución del sujeto, de ello se sigue que también es el capital simbólico de nuestra cultura. Si el lenguaje ya estaba allí antes de que ‘yo’ naciera, y estará allí después de que ‘yo’ desaparezca, la constitución del sujeto nos es una cuestión de ‘internalización’, sino más bien un proceso de negociación entre estratos, sedimentaciones, registros del habla, estructuras de enunciación.”

A identificação política *lésbica* seria fundamental para a promoção de lugares de fala que possibilitam repensar as concepções naturalizadas que informam o sujeito mulher narrado nos diversos espaços, principalmente nos espaços de formulação de políticas públicas. Assim, em imagens e em textos afirmativos, as lésbicas instauram um processo de subjetivação positivo, utilizado no fortalecimento da auto-estima de mulheres e meninas excluídas socialmente pelo não assujeitamento às normas sociais promotoras da heterossexualidade. A militante da LBL/PI traz algumas experiências das dinâmicas de afirmação desse sujeito utilizadas no trabalho com lésbicas:

“Fazemos palestras, oficinas, festas temáticas, agora mesmo na semana do orgulho LGBT nós vamos ter torneio de futebol com lésbicas, uma festa que vai ser realizada num bar predominantemente de lésbicas e o próprio show que a gente vai fazer no



encaminhamento da parada, a maioria são lésbicas e já tem uma trajetória de colaborar com a gente nessas atividades e a gente percebeu que é importante estar aliando questões lúdicas com as questões políticas porque nessa sociedade corrida e enlouquecida que a gente vive as pessoas não tem muita paciência pra ficar ouvindo palestra (...) então é preciso utilizar outras linguagens pra fortalecer a identidade, a auto-estima de algumas lésbicas, porque só palestras, só oficinas não dão conta dessa resistência, porque há uma resistência (...) por isso a gente tem que usar da criatividade e procurar fazer o debate político (...) o objetivo é fortalecer a auto-estima das meninas...muitas delas tem auto-estima muito baixa e isso a gente sabe que vem de um histórico de exclusão, de discriminação que elas sofrem em casa e outros espaços sociais, na escola, no trabalho, então assim...primeiro tem que fortalecer a auto-estima e segundo a questão da própria identidade, porque se elas não se vêem com a identidade delas de lésbicas fortalecidas também elas não vão estar empoderadas o suficiente para enfrentar a discriminação, os preconceitos e viver a lesbianidade sem culpa, sem medo, enfim, sem se angustiar.” (Trecho de entrevista com Marinalva Santana da Liga Brasileira de Lésbicas de Terezina – PI, realizada no VI Encontro Nacional de Lésbicas na cidade de Recife em maio de 2006 – grifos meus)

A militante expõe aqui as matrizes que informam o trabalho do grupo como estratégia de emancipação das mulheres diferenciadas no esquema heterossexual: *fortalecer, auto-estima, resistência, empoderamento*, em confronto com a situação de opressão explicitada pelos termos *exclusão, discriminação, preconceito, culpa, medo, angustia*. O trabalho do grupo é então localizado como propiciador da “consciência” dessa opressão, idealizando um sujeito autônomo e crítico através da afirmação de uma identidade lésbica.

#### 4.3. A busca por políticas públicas sensíveis às diferenças

Desde a sua criação, as militantes da LBL tem participado de diferentes espaços de controle social como as conferências de Políticas para Mulheres, os conselhos de direitos (saúde, mulheres, criança e adolescente e direitos humanos), fóruns e audiências públicas, sempre inserindo o sujeito político *lésbica* nos discursos de reivindicação das políticas públicas em diferentes esferas governamentais. Esses destaques podem ser percebidos em alguns materiais, como os Anais da Primeira Conferência de Políticas para Mulheres, textos produzidos pelo movimento e fotografias.

A participação da Liga na Primeira Conferência de Políticas para Mulheres em julho de 2004 foi bastante expressiva, sendo que, juntamente com outras militantes lésbicas de outros grupos, as integrantes da LBL propuseram a inclusão da

especificidade *lésbicas* e *bissexuais* nas propostas com relação à saúde, educação, previdência social e trabalho, encaminhando-as para deliberações da plenária.



Participação na I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres. Brasília, setembro de 2004. Fotografia do acervo da LBL

Como pode ser visto na fotografia acima, as militantes da LBL utilizaram da estratégia já conhecida nos espaços de participação política: organizadas em grupo e identificadas com a bandeira idealizada no Fórum Social Mundial de 2003. Dessa forma, são estes “estandartes” que marcam a diferença do grupo pelo recorte da sexualidade/afetividade na busca pela igualdade de direitos. Ali elas não são apenas mulheres, são “lésbicas”, uma diferença que soma a outras tantas que também se fragmentam naquele espaço coletivo: negras, índias, jovens, com deficiência, identidades que desestabilizam o centro (a mulher) ao mesmo tempo que o reafirma, num movimento dinâmico.

Também na fotografia abaixo verifica-se a convergência dos sujeitos políticos *lésbicas* na Primeira Conferência de Políticas para Mulheres em torno da bandeira, que nesse momento é significada como objeto de união, de objetivos comuns com foco na rejeição da heterossexualidade: uma diferenciação que movimenta o coletivo *mulheres* que informa o evento:



2004  
MILITANTES EM BRASÍLIA  
I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres  
Brasília 15,16 e 17 de julho  
Militantas na I Conferência de Políticas Públicas para Mulheres, Brasília, setembro de 2004.  
Fotografia do acervo da LBL Sul.

O planejamento estratégico das propostas políticas é realizado coletivamente através de discussões entre as militantes da LBL em reuniões restritas. As integrantes saíram como delegadas em diferentes Estados para a Conferência Nacional, algumas representando o próprio segmento de lésbicas e outras representando segmentos de mulheres diversos, como as mulheres negras e ainda outros movimentos de caráter feminista (como marcha Mundial de Mulheres e União Brasileira de Mulheres). O sujeito *lésbica* visibilizado na Conferência demarca as diferenças pelo recorte da diversidade afetivo-sexual, atuando discursivamente aqui sobre as representações que informam a produção da categoria *mulher* a partir do binário heterossexual.

Monique Wittig (2007:02), aponta para problemática da repetição do binário homens e mulheres nos discursos políticos feministas, inclusive em alguns discursos lésbicos. Dessa forma, necessitaríamos menos de uma política fundada no mito da mulher, edificado sobre a noção de natureza e mais de uma política de individualidades, que apontasse para a pluralidade humana e denunciasses a produção da categoria mulher por um sistema de dominação – a heterossexualidade. É nesse sentido que o discurso lésbico poderia contribuir para a desestabilização do construto

social mulher a partir de dados naturais. A autora diz ser limitado o entendimento das lésbicas apenas como mulheres que se relacionam com mulheres, uma vez que o sujeito mulher só existe sob o complexo sistema heterossexual produtor das diferenças sexuais. Para ela

“[...] Uma sociedade lésbica revela que a divisão com relação aos homens, dos quais as mulheres tem sido objeto, é política e mostra que temos sido ideologicamente reconstituídas como um ‘grupo natural’. No caso das mulheres, a ideologia vai longe já que nossos corpos, assim como nossas mentes, são o produto desta manipulação. Em nossas mentes e em nossos corpos, somos levadas a corresponder, característica a característica, a idéia da natureza que foi estabelecida para nós; tão pervertida que nosso corpo deformado é o que eles chamam ‘natural’, o que supostamente existia antes da opressão; tão distorcido que no final das contas a opressão parece ser uma consequência dessa “natureza”, dentro de nós mesmas (uma natureza que é somente uma idéia).” (Wittig, 2007:02)

Assim, as políticas específicas para mulheres devem ser discutidas, elaboradas e executadas, tendo em vista a desqualificação das mulheres na sociedade pensada a partir dos atributos masculinos. Entretanto, torna-se necessário o cuidado nessa tarefa a fim de não naturalizar o fenômeno que alimenta a divisão sexual e conseqüente opressão das mulheres: a evidencia da heterossexualidade como eixo das relações humanas. Na denúncia da invisibilidade das lésbicas na formulação e execução das políticas públicas, as militantes, ao reivindicarem o sujeito lésbicas e bissexuais, atuam na desestabilização dos discursos que naturalizam o sujeito mulher pensado a partir do biológico, com características e comportamentos estanques. A seguir, trago breves exemplos desse processo envolvendo a participação do movimento organizado de lésbicas em diferentes áreas: saúde, educação, assistência social, segurança, previdência e trabalho.

#### 4.3.1. Políticas de Saúde

Os problemas relacionados às políticas de saúde que emergem dos discursos das lésbicas organizadas dizem respeito às representações das mulheres com foco na maternidade ou os hormônios de forma isolada do contexto social e individual de cada ser humano. Para abordar essa questão, utilizei alguns trechos de entrevista com integrantes da LBL, publicação de entrevista da participação da LBL na Primeira Conferência de Políticas para Mulheres pelo Jornal Correio Brasiliense e o Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas da Rede Feminista de Saúde.

A integrante da LBL/SC e representante do segmento LGBT no Conselho Nacional de Saúde, em entrevista ao Jornal Correio Brasiliense, lembra que, no consultório ginecológico, por exemplo,

“[...] a mulher lésbica não tem nem como contar sua preferência porque não há abertura para isso (...) saem do consultório com o anticoncepcional debaixo do braço.” (Elas querem ser ouvidas. Correio Brasiliense. Brasília, sábado, 17 de julho de 2004, p. 19 - grifos meus)

Nessa fala, a militante destaca o problema da hegemonização das mulheres enquanto corpos discursivamente significados pela reprodução. Nessa mesma direção, uma ex-integrante da LBL relata algumas reclamações das lésbicas no seu percurso junto ao movimento:

“Acho que a primeira demanda de saúde das lésbicas que eu sempre ouvi dizer é a questão da discriminação no atendimento ginecológico, a primeira vez que eu ouvi isso foi no SENALE de 97 lá na Bahia e eu pedi pra me explicarem isso. Consulta ginecológica tem um padrão, o medico tem que fazer o toque, medir o útero, muitas militantes reclamam disso, que os médicos discriminam, que a mulher é um mero aparelho reprodutor e que você entra, o cara não pergunta absolutamente nada, pergunta se você menstrua e se você toma pílula, enfim, não pergunta sua prática sexual. Essa demanda ainda não foi sanada, os ginecologistas ainda têm uma visão muito sectária do corpo da mulher.” (Trecho de entrevista realizada em 27/02/2007, às 15 h no Ministério da Saúde, Brasília, grifos meus)

Importante destacar nas falas acima transcritas a movimentação dos discursos biologizantes sobre as mulheres representativamente localizadas pelo viés da reprodução. As matrizes *menstruação*, *pílula*, *útero*, *anticoncepcional* apontam para o atrelamento da perspectiva da saúde das mulheres unicamente à reprodução, problematizado nas reivindicações dos movimentos de lésbicas, cujas práticas discursivas começam a circular nos meios de comunicação, fomentando outras possibilidades para mulheres. A militante de Santa Catarina destaca a importância da LBL nessa desconstrução:

Lembrando que “quem não é lembrado não tem voz para nada”, denunciando o apagamento das relações entre mulheres e sua consequência na ausência de políticas sensíveis às diferenças. A matéria é ilustrada pela imagem de algumas militantes envoltas pela bandeira que as identifica.

Foto jornal

Considerando a discussão sobre os discursos biologizantes que justificam a heterossexualidade, o atendimento ginecológico é um ponto bastante focado pelas militantes na denúncia do apagamento das diferenças. O corpo constituído em feminino pelas tecnologias do gênero está colocado nesse debate como fundamento para a reivindicação da igualdade. Entretanto, há nesse processo uma produção de incertezas da evidência dessa materialidade a partir do desvelamento das dinâmicas discursivas de controle dos corpos e desejos, onde a constituição biológica determina a totalidade humana. Como aponta a pesquisa que informa o *Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da equidade e da integralidade*:

“A invisibilidade e a ausência de políticas adequadas afetaria os profissionais e serviços de saúde que, na ausência de informações sobre essa população, agiriam a partir de estereótipos socialmente disseminados. As mulheres, por sua vez, temendo o preconceito e despreparo dos profissionais, se afastariam dos serviços ou resistiriam a relatar aos profissionais questões ligadas à sexualidade.” (Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da igualdade e da integralidade. Rede Feminista de Saúde. Belo Horizonte, 2006. pp. 23-24)

O entendimento dos corpos constituídos em feminino patologizado pelos discursos médicos pode ser visto nos estudos de Emily Martin (2006:93), quando ela expõe a medicamentação dos corpos das mulheres associada ao sistema de produção industrial do século XIX. Assim, as mulheres nas diversas consultas médicas seriam freqüentemente abordadas com diagnósticos pautados na menstruação como eixo de sua existência: no intuito de gravidez ou na sua recusa, na menopausa e, até mesmo nos transtornos mentais. A dificuldade em pensar as mulheres para além da esfera da concepção e dos hormônios estaria relacionada ao fato de que:

“A menstruação não apenas traz consigo a conotação de um sistema produtivo que fracassou na produção, como também transmite a noção de uma produção desvirtuada, fabricando produtos sem uso, fora das especificações, invendáveis, desperdícios, sucatas. Por mais repugnante que possa ser, o sangue menstrual irá sair. Uma produção desvirtuada é também uma imagem que nos enche de horror e consternação [...] talvez uma das razões porque a imagem negativa de produção fracassada está associada à menstruação seja precisamente o fato de as mulheres ficarem, em um sentido de certa forma sinistro, fora de controle quando menstruam. Elas não estão reproduzindo, não estão dando continuidade à espécie, não estão se preparando para ficar em casa com o bebê, não estão providenciando um ventre quente para abrigar o esperma do homem.” (idem:94)

O imaginário social atrelado ao eixo da heterossexualidade determina as possibilidades sexuais dos indivíduos através de um conjunto de discursos e práticas que informam as noções de normalidade, cerceando outras subjetividades. Os preconceitos que circundam as afetividades, materialidades corporais e sexualidades

diferentes da heterossexualidade reforçam o receio das lésbicas de acessarem o consultório ginecológico ou de informarem sua orientação sexual, como aponta o dossiê:

“Entre as entrevistadas que relatam ao ginecologista sua orientação sexual, a maior parte o fez após uma indicação de tratamento do parceiro sexual, ou durante a anamnese, particularmente após perguntas que pressupõem a heterossexualidade. Boa parte não o faz, esperando alguma orientação ou conduta mais específica por parte do profissional, mas como maneira de encurtar uma lista de perguntas que percebem não lhes dizerem respeito.” (Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da igualdade e da integralidade. Rede Feminista de Saúde. Belo Horizonte, 2006. p. 29)

Os dados obtidos na pesquisa já mencionada apontam para a recorrência do silenciamento das lésbicas sobre suas atividades sexuais, comprometendo diagnósticos, orientações e tratamentos nos atendimentos de saúde. Esse fato, somado a invisibilidade histórica das relações entre mulheres, tornam suas demandas na área de saúde inexistentes, uma vez que não existem pesquisas sobre vulnerabilidades nas relações sexuais entre mulheres.

Ainda o dossiê traz o resultado de uma pesquisa com mulheres que relacionam-se com mulheres no Brasil no ano de 2006 sobre atendimento ginecológico. A pesquisa constata que, das mulheres entrevistadas:

“59,5% relataram sua orientação sexual ao profissional de saúde: 88,6% delas por iniciativa da paciente e 5,1% a partir de abordagem do médico. Destas, 18,3% relataram reação preconceituosa por parte do profissional; 7,9%, demonstração de surpresa; e 15,3%, alguma "situação desagradável" após o relato. Entre as que não relataram, 30,6% saíram do consultório com receita de contraceptivo; 19,4% com indicação de preservativo masculino; 3,2% com indicação de teste de gravidez e 4,8% tiveram hipótese diagnóstica associada a gravidez, ou seja, 58% foram avaliadas e receberam condutas como se tivessem orientação heterossexual, embora a maior parte delas praticassem sexo exclusivamente com mulheres.” (Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da igualdade e da integralidade. Rede Feminista de Saúde. Belo Horizonte, 2006. p. 26)

A visibilidade lésbica destacada nas reivindicações de políticas específicas de saúde objetiva o atendimento ginecológico desatrelado da concepção das mulheres enquanto útero para maternidade e dos hormônios como aspectos que se sobrepõem a todos os outros fatores, em uma visão reducionista do corpo humano, atrelada ao sistema heterossexual, o qual fragmenta, classifica, nomeia para melhor controlar.

O relato da integrante LBL do Rio Grande do Norte, a partir do trabalho com meninas da periferia de Natal através do grupo Gami – Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes - nos traz alguns dados sobre essa questão:



“[...] Como nosso público é todo na periferia, percebemos que a informação não chegava nessas meninas e a violência se dava dentro de casa, pelos pais, pela família, que tinha um tratamento diferenciado com elas. Elas colocavam pra nós que às vezes a mãe levava elas ao ginecologista e elas não se sentiam bem, muitas vezes não queriam mostrar o corpo, algumas tinham o corpo masculinizado [...] nosso próprio grupo era um grupo formado por lésbicas da periferia, a maioria desempregada, sem nenhuma orientação [...] começamos assim, do início mesmo, de torná-las sujeitos políticos [...] hoje, as meninas do grupo e algumas que se destacam lá na base já tem um conhecimento legal, mas antes elas não tinham. A maior reclamação que elas tinham era que quando chegavam ao consultório o médico perguntava: você tem vida sexual ativa? Muitas diziam que não e aí ele dizia: “nós podemos fazer um acompanhamento mais aprofundado se você disser qual é o seu problema”. As que eram masculinizadas não queriam dizer que eram lésbicas, tinham receio, e eles nem olhavam pra elas, já pelo estereótipo do corpo. Na maioria das vezes as meninas iam obrigadas pela mãe e não podiam dizer na frente da mãe que tinham relacionamento com outras meninas. Elas colocavam essa questão pra nós, quando retornavam: “é a última vez que eu vou, não gostei... Todo mundo tem que fazer aquele exame? Eu acho que não foi legal”. Teve várias que voltaram chorando, dizendo que tinham sido violentadas [...]”

Os sentidos produzidos pela militante a partir das vivências do trabalho com as meninas que vivenciam a lesbianidade na periferia de Natal, resumidos pelas matrizes: *corpo masculinizado, violência, desempregada, estereótipo, violentada, receio, problema*, nos direcionam para a violência social sofrida pelas meninas cujos corpos “escapam” aos efeitos das tecnologias do gênero. Essa violência é potencializada pela situação de pobreza devido aos contextos de pouca atuação do Estado, onde as populações encontram-se excluídas ou precarizadas com relação ao direito à informação, saúde, moradia, trabalho e lazer, como é possível perceber na seqüência:

Então (...) a rejeição é grande porque as que vão passar para aquelas que ainda não foram e elas ficam com medo de ir (...) elas contam que quando chegam ao ginecologista, ou elas dizem e ficam com medo da reação dele ou não dizem e se submetem a todos os procedimentos e se sentem agredidas [...] Os médicos não querem ter essa preocupação, de ter um cuidado com o corpo da mulher. Quando elas falam que são lésbicas eles não sabem como agir e dizem: “ah, você só precisa fazer esse exame depois dos 40 anos”...é como se tivessem se livrando de um problema. E quando a menina chega com algum problema real, um sangramento, na investigação eles já atendem como se fosse prática de aborto e fica forçando para que diga a verdade, muitas vezes querendo que ela afirme que foi aborto, sendo que ela é lésbica e não tinha nenhum risco de engravidar. E eles ficam pressionando, dizendo: “se você não disser nós vamos fazer um tratamento inadequado porque você não quer dizer a verdade”. Chega a ser uma ameaça (...) elas não dizem que só se relacionam com mulheres, e as que dizem acham que eles se fecham. (Trecho de entrevista realizada em agosto de 2007 no Seminário Nacional de Saúde LGBT em Brasília - grifos meus)

Ainda pelas matrizes *obrigadas, agredidas, medo, ameaça*, temos que as práticas discursivas de conformação dos corpos ao eixo da feminilidade se expressam aqui também no âmbito dos discursos médicos, os quais se constituem como instrumentos de coerção do biológico como determinante dos comportamentos. Nesse

contexto, as lésbicas vitimizadas pela pobreza acabam sofrendo maiores consequências com a prática médica preconceituosa, pois estão privadas de informações que lhes permitam entender os diagnósticos conferidos. Soma-se a este fator a impossibilidade de escolhas de profissionais preparad@s para trabalhar com as diferenças nos serviços de saúde. Dessa forma, submetem-se a procedimentos que lhes são disponibilizados ou muitas vezes desistem do atendimento, tendo sua saúde prejudicada e seus direitos básicos violados.

Nesse sentido, as políticas de saúde coletiva, apesar dos programas elaborados com a participação da sociedade civil através dos conselhos e conferências, estariam ainda distantes de efetivar medidas que contemplem a diversidade na constituição dos corpos e desejos dos indivíduos. Eloísa de Oliveira (2005:106), chama a atenção para essa questão, sugerindo que

“O corpo é clivado pelas relações sociais de sexo, que determinam que mulheres e homens, embora nasçam de maneira semelhante, tenham ‘modos de andar a vida’ sexualizados, levando-os a adoecer e morrer de formas diferentes.”

Os feminismos são importantes possibilitadores dessas problematizações sobre a visão estritamente biologizante sobre os indivíduos, cindidos em masculino e feminino, apontando para outras determinantes nos conceitos de saúde e doença. Assim, ainda através de Oliveira (idem:102) temos que:

“A construção dos discursos críticos sobre a medicina aponta a necessidade de repensar a tradição naturalista como fundamento teórico no campo da saúde, por um lado, e a onipotência do social sobre a saúde por outro. As contribuições dos saberes biológicos são irrefutáveis, porém insuficientes. Assim, é fundamental a introdução de saberes centrados na representação e na interpretação dos fenômenos que operam no campo da saúde e da doença, para tornar possível trabalhar com as diferenças, reconhecendo o relativismo e a singularidade das comunidades e individualidades como marcas fundantes da diversidade que se estabelece no registro do social, cultural e psíquico.”

Os Anais da Primeira Conferência de Políticas para Mulheres documentam a incorporação da reivindicação dos movimentos de lésbicas organizados no evento sobre a especificidade do segmento “lésbicas e bissexuais” no eixo saúde, como é possível observar nos trechos das diretrizes abaixo transcritos que orientam a formulação de planos de políticas para a igualdade:

“[...] 110. Garantir, efetivamente que o Estado cumpra os princípios e diretrizes da política nacional de atenção à saúde integral da mulher, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS, introduzindo os conceitos dos direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos humanos das mulheres, que se traduzam no direito de

escolha e no respeito às diferenças nos aspectos da promoção à saúde, ampliação do acesso aos serviços, humanização e melhoria da qualidade da atenção e recuperação dos agravos e reabilitação, através das seguintes diretrizes:

[...]

112. Garantir a universalidade e integralidade da política de saúde das mulheres, levando em conta todas as diversidades e especificidades, como das adolescentes, jovens e idosas; trabalhadoras domésticas, rurais, urbanas, extrativistas, ribeirinhas e quilombolas; profissionais do sexo; mulheres negras e indígenas; lésbicas e mulheres que fazem sexo com mulheres; usuárias de drogas lícitas e ilícitas; mulheres com deficiência; mulheres do sistema prisional, e adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas; mulheres vivendo com HIV/AIDS. Neste sentido, promover também políticas específicas para qualificar e adequar os serviços de saúde nas diferentes comunidades rurais, urbanas e periferias urbanas.

[...]

126. Promover e garantir a formação continuada das(os) profissionais de saúde para atendimento ético, respeitando os valores pessoais, a liberdade individual, a decisão informada, em especial no acolhimento e abordagem de profissionais do sexo, homossexuais, lésbicas e transgêneros, mulheres do sistema prisional, adolescentes, mulheres com deficiência, pessoas de religiões diversas e culturas diversas, pessoas vivendo com HIV/ Aids, mulheres com neoplasia de mama, doenças crônico degenerativas e portadoras de doença do trabalho.

127. Implementar a atenção à saúde das mulheres lésbicas e bissexuais, incluindo o quesito orientação sexual nos sistemas de informação e nos documentos do SUS, capacitando gestores e profissionais de saúde no atendimento destes grupos.

[...]

137. Garantir que o Estado efetive os registros e estatísticas, com ampla divulgação sobre o atendimento à saúde da mulher e óbito, como forma de reduzir a subnotificação, incluindo dados referentes à raça e etnia, deficiências, orientação sexual, local de residência (urbano/rural), violência e gênero.

[...]

142. Criar programas que previnam a violência contra grupos de maior vulnerabilidade: crianças e adolescentes, mulheres idosas, negras, indígenas, trabalhadoras sem terra, bissexuais e lésbicas.

143. Investir em pesquisas sobre violência contra as mulheres lésbicas, buscando um diagnóstico para garantir este recorte nas políticas públicas de combate à violência contra as mulheres [...]” (Anais da Primeira Conferência de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Brasília, 2004. pp. 110 a 130 - grifos meus)

Os trechos acima evidenciam a questão da lesbianidade como uma possibilidade junto à pluralidade de sujeitos que emergem nos movimentos de mulheres, destacando a necessidade da participação política das lésbicas para a produção discursiva da diversidade do sujeito mulher, explicitando assim que mulheres, numa narrativa descontextualizada, não da conta das múltiplas subjetividades das mesmas. Destaco então: “lésbicas e mulheres que fazem sexo com mulheres”, pontuando a diferenciação entre os termos, reivindicada pelo movimentos de lésbicas. “Mulheres que fazem sexo com mulheres”, é uma terminologia utilizada pelo Ministério da Saúde, e no entendimento das militantes “lésbicas” como sujeito político extrapolaria esta categoria, pois vai além da questão da relação sexual.

A própria redação das propostas de incorporação de sujeitos externos à noção de heterossexualidade provocou então discussões sobre conceitos e categorias sexuais no espaço político, sendo possível constatar a dificuldade em consolidar uma identidade a partir de um dado como a orientação sexual. Nas múltiplas expressões utilizadas no documento, percebemos a pluralidade de identificações: “homossexuais”, “lésbicas”, “bissexuais”, “orientação sexual”, “mulheres que fazem sexo com mulheres”, “orientação sexual”, “mulheres lésbicas”.

Entretanto, como evidencia as palavras da integrante da LBL/SC, a incorporação das deliberações das mulheres lésbicas nos espaços de participação social como as Conferências não significam mudanças imediatas nos procedimentos das políticas públicas:

“Uma das questões que as lésbicas reivindicam é fertilização assistida para mulheres lésbicas: banco de esperma, auxílio para a fertilização... algo que possibilite que as mulheres tenham bebês sem necessitar de relações sexuais com homens. O Ministério da saúde tem uma proposta de fertilização assistida no SUS para mulheres HIV positiva ou em sorodiscordância (quando o marido é HIV positivo e ela não ou vice versa). Em seu plano de metas, o Ministério propôs 37 centros de fertilização assistida no Brasil (..) mas apenas para mulheres HIV positivas ou sorodiscordantes...o mesmo centro é o que as mulheres lésbicas querem. Não precisa criar um sistema para nós, apenas dizer que esse sistema que o Ministério está propondo a criação, atenda também as mulheres lésbicas (..) mas nós, invisibilizadas, não entramos nessa coisa, embora a fertilização assistida tenha sido proposta já da Primeira Conferência de Políticas para Mulheres em 2004 e o Ministério da Saúde até hoje não abraçou.” (Trecho de entrevista realizada em 09/09/2006, às 19 horas, na Universidade de Brasília)

Embora os sentidos que informam tal reivindicação esteja reconduzindo o sujeito lésbica no discurso do desejo da maternidade, é válido perceber que a busca da maternidade desatrelada da relação heterossexual pode resignificá-la em um movimento contrário. Assim, se a gestação é ainda inerente às mulheres, esta passa a não pressupor a evidência heterossexualidade. A atuação das militantes pelo reconhecimento da diversidade na formulação de políticas movimenta necessariamente a significação do sujeito de direito, possibilitando outras noções de materialidade corporal, afetividade, sexualidade e família, onde a relação heterossexual é narrada menos como uma evidência e mais como uma nuance que compõe subjetivamente os indivíduos.

#### 4.3.2. Políticas de educação

Nas reivindicações da Liga Brasileira de Lésbicas está ainda um destaque para a educação inclusiva, com a não reprodução de discursos que reforçam a supremacia masculina. Muitas militantes que a compõem atuam na área da educação, como, por exemplo, a integrante da LBL/RS, que destaca a necessidade de políticas de educação opostas à formatação das crianças em categorias sexuais. Ela aponta para a subversão das representações que fixam e condicionam as pessoas aos modelos identitários tradicionais, dentre eles a heterossexualidade obrigatória:

“Acreditamos que a educação é uma das ferramentas de transformação desta sociedade que exige um padrão de “normalidade”, que acaba privilegiando quem é homem... branco... que tem dinheiro... que tem um padrão estético de beleza exigido pelas passarelas da moda vigente: Alto/a, magra/o, “boa aparência” (isto significa ser branca, magra e de cabelos lisos). Até quando vamos ser coniventes com esta hipocrisia que classifica as pessoas pela cor, pelas propriedades que possui, e pela sua orientação sexual?” (Opressão de gênero e lesbofobia: Até quando? Texto publicado pela LBL/RS no site [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/condim29.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/condim29.pdf))

O discurso da militante é fundado aqui na oposição “nós” e “a sociedade”, narrando esta última como um ente abstrato em suas dinâmicas de produção de determinado padrão de beleza. Tal fala denota o conhecimento informado por noções dicotômicas sobre o poder – problematizadas na obra de Foucault, o qual apresenta o poder fragmentado e dinâmico, contrariando as noções que o verticalizam. Nesse momento a militante coloca-se “fora” da sociedade, localizando as leitoras no lugar de abjeção quando identificadas ao sujeito *lésbica*. Entretanto, aponta-lhes a condição de partícipes do processo de construção das representações, chamando-as para a crítica sobre a materialidade corporal. Ao questionar “até quando vamos ser coniventes” (com a sociedade que exige tais padrões) ela faz um apelo para a partilha dos objetivos do movimento: que aparecem aí como contrários aos interesses hegemônicos da sociedade: a destruição do sujeito central do imaginário: homem, branco, heterossexual, proprietário.

Susan Bordo (2003:04) tem problematizado a materialidade corporal idealizada, discorrendo sobre a produção de “modelos de beleza” voltados para o consumo. Nesse contexto, há uma cooptação dos indivíduos cada vez mais intensa através da produção de imagens ideais globalizadas, fabricadas tecnologicamente. Para a autora:

“Os corpos são engenhosamente arrumados nos anúncios e vídeos, na moda que dissemina poderosas lições em como ver (e avaliar) os corpos, oferecendo também fantasias de segurança, autocontrole, aceitação, e imunidade à dor e ferimentos. Indicam para as jovens, não apenas como ser bonitas, mas como se tornar aquilo que a cultura dominante admira, como ser cool e se dar bem com os outros. Para garotas que sofreram abuso, discorrem sobre como transcender ou proteger a tão vulnerável carne feminina. Para grupos raciais ou étnicos, cujos corpos tem sido marcados como diferentes, mundanos, e primitivos, ou considerados pouco atraentes para os padrões anglo-saxões, podem apresentar a sedução da assimilação, a possibilidade (metaforicamente falando) do ‘branqueamento’”. (idem:04)

Os estereótipos são produzidos e circulam através das representações sociais, que atuam pelas palavras e imagens midiáticas. Como esclarece Denise Jodelet (2001:13), as representações sociais são importantes na vida cotidiana, uma vez que “nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva”. Ainda para a autora, as representações sociais “se inscrevem nos quadros de pensamento preexistentes e enveredam por uma moral social” (idem:13).

Assim, em sociedades onde não circulam informações e expressões suficientes que possam provocar reflexões que contrapõem-se às representações invocadas pelos discursos de verdade, forjam-se e palavras carregadas de representações negativas com relação às meninas e mulheres que extrapolam os limites da normalidade heterossexual: sapatão, mulher-macho, machorra, etc, cujo poder de evocação induzem as próprias vítimas a acatar a condição de desqualificadas, ao silenciamento frente a atitudes violadoras e ao desenvolvimento de sentimentos negativos como medo, vergonha, culpa. Como narra a militante da LBL/RN:

“[...] nosso publico é todo na periferia, e percebemos que a informação não chegava até essas meninas e a violência se dava dentro de casa, pelos pais, pela família, que tinha um tratamento diferenciado com elas (...) muitas praticam futebol feminino e por isso diziam que elas queriam ser “macho”, e isso era um problemática para elas, com 15, 16 anos. Elas precisavam de uma orientação, alguém que conversasse até com o pai e mãe, que aquilo ali era um esporte, mesmo porque muitas vezes, naquele momento elas nem se identificavam como lésbicas...era um despertar para um esporte que era tachado como esporte masculino. E a gente começou a conversar com elas, dizendo que aquilo era um direito que elas tinham, que elas podiam fazer o esporte que escolhessem fazer, ter a vida que quisessem viver, porque elas se sentiam muito oprimidas. Muitas deixavam até de fazer o esporte, ficavam escondidas dentro de casa, muitas vezes obrigadas a largar aquela vivência que fazia com que elas se sentissem felizes nessa época da adolescência (...) a informação não chega na periferia e as lésbicas elas estão lá, muitas desempregadas, que deixaram de freqüentar a escola porque são xingadas pelos colegas: sapatão, macho-femea, muitas não tem nem o segundo grau completo...quando chegamos lá vemos que elas não tem conhecimento escolar, informação pra que elas reconheçam seus direitos...muitas são autônomas,

montam um comércio pequeno, fazem faxina, não são do mercado formal [...]” (Trecho de entrevista realizada em agosto de 2007 no Seminário Nacional de Saúde LGBT em Brasília - grifos meus)

A fala da militante contextualiza o recorte da violência que perpassa o cotidiano das meninas que orientam-se por outras significações destoantes das normas heterossexuais na periferia de Natal – RN: *tratamento diferenciado, problemática, oprimidas, xingadas, macho-fêmea, sapatão, escondidas*. O trabalho do grupo, na contramão desse processo, vem desconstruir as representações que fundam a abjeção das meninas através da informação que possibilita a elas outras significações sobre si e sobre o mundo dicotomizado pelo cerceamento de práticas e comportamentos.

Tais atuação são fundamentais, pois as representações que informam as diferenças e o uso político destas em dinâmicas de opressão podem ser subvertidas na medida em que sejam elaboradas e disseminadas outras significações para os conceitos e práticas que informam os sentidos sobre o “normal” e “excêntrico”, culminando em uma visão ou visões que podem “entrar em conflito com a de outros grupos”, propiciando as “trocas cotidianas”, que compõem as dinâmicas das representações sociais. (Jodelet, 2001:15)

Nesse sentido, Tereza de Lauretis (1994:228) ao apresentar os discursos institucionais e o cinema como tecnologias de produção do gênero, argumenta que estas “tem o poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero”. Entretanto, a autora ressalta que tais discursos podem ser subvertidos, pois

[...] os termos para uma construção diferente do gênero também existem, nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micro-políticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível ‘local’ de resistências, na subjetividade e na auto-representação. (idem:228)

A participação organizada dos movimentos de lésbicas na Primeira Conferência de Políticas para Mulheres, em suas reivindicações, ao possibilitar a inclusão da questão “orientação sexual” e do sujeito lésbicas e bissexuais na construção do seu documento final, compartilha significações sobre afetividade e sexualidade, fragilizando a validade do feminino heterossexualizado nas políticas de educação. Entre as propostas sistematizadas no documento destaco:

[...] 197. Avaliar os livros didáticos e recursos pedagógicos, integrando a dimensão de gênero, raça, etnia, orientação sexual, de geração, deficiência e regionalidade, visando não só eliminar estereótipos e preconceitos, mas principalmente construir e orientar parâmetros de análise quanto aos textos e imagens veiculados, respeitando as diretrizes curriculares nacionais.

198. Equipar as escolas de ensino fundamental e médio, formando educadoras(es) na utilização de equipamentos audiovisuais nas escolas, incentivando a criação de videotecas e a produção de vídeo e cinema nacional que abranjam os temas transversais, incluindo deficiência e orientação sexual, devendo a responsabilidade de tais medidas ser da União, através do Ministério das Comunicações e governos estaduais e municipais, além dos recursos já vinculados.

199. Realizar um processo de capacitação e formação continuada de profissionais da educação (professores, orientadores, diretores, psicopedagogos, agentes escolares administrativos etc) e comunidade escolar, no sentido de eliminar atitudes preconceituosas em relação às lésbicas, demais orientações sexuais, as profissionais do sexo e em relação às pessoas com deficiência, sejam alunas (os) ou professoras (es) no ambiente escolar e fora dele.

201. Ampliar os programas de educação sexual abordando os seguintes temas: relações de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, autonomia sobre o corpo, sexualidade como um direito, prevenção da gravidez na adolescência, prevenção das DST/AIDS, aborto, violência doméstica e sexual e drogadição, assegurando a capacitação continuada de todas (os) as (os) educadoras (es) e demais profissionais da rede envolvidas (os) no programa [...]” (Anais da Primeira conferência de Políticas para Mulheres. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Brasília, 2004, pp. 134).”

Pelas deliberações aprovadas acima chamo a atenção para o fato de que a questão da educação é um tema bastante abordado pela Liga Brasileira de Lésbicas na reivindicação de políticas públicas. A partir dos termos: “sexualidade como um direito”, “eliminar atitudes preconceituosas em relação às lésbicas”, a LBL juntamente com militantes de outros movimentos de lésbicas, inserem a lesbianidade como diferença a ser observada no planejamento das pedagogias escolares. Isso porque a escola configura-se como uma importante ferramenta para a transformação das relações sociais através das representações nela fomentada. A heterossexualidade ainda embasaria a produção dos materiais pedagógicos como os livros didáticos e outras práticas discursivas, integrando as tecnologias de gênero e de sexo e atuando no controle dos corpos e comportamentos. A atenção à diversidade para além do masculino e do heterossexual no espaço escolar é fundamental nesse processo e a atuação dos movimentos de lésbicas, como pode ser visto, vem de encontro a essa necessidade, dialogando com os movimentos feministas e os movimentos homossexuais, os quais partilham de muitos pontos da pauta pela educação inclusiva.

A obra foucaultiana, como visto anteriormente, aponta para o processo de controle dos corpos e da sexualidade, intensificado a partir do século XVIII, sendo estas as áreas mais exploradas para o exercício do poder. Como aponta Foucault



(2005:179), a ordem matrimonial passa a ser o foco dos discursos médicos, os quais pretendem normatizar os prazeres, atribuindo ao sexo procedimentos e finalidades. Os corpos das mulheres, nesse contexto, são investidos por discursos produtores de diferenças e fragilidades como dinâmicas para a legitimidade do controle androcêntrico. Não precisamos ir muito longe para encontrar indícios das práticas de disciplinarização das meninas para o amor romântico e o casamento heterossexual: anúncios de “curso de noivinha” e “curso de mãezinha” em jornais de grande circulação das décadas de 50 e 60, currículos escolares diferenciados para meninos e meninas, dentre outras – práticas herdadas do processo de construção de espaços específicos com base nos dados biológicos, intensificado no século XIX, como pode ser visto em Diva do Couto Muniz (2005) em sua obra sobre a produção das diferenças pelas práticas pedagógicas.

As práticas pedagógicas são alvos das propostas dos movimentos feministas e também dos movimentos de lésbicas há algum tempo, uma vez que aquelas se constituem parte das tecnologias de gênero, construtoras de corpos e modelos de humanidade. Diva do Couto Muniz (2005:78) aponta que,

“ Com efeito, do conjunto de dispositivos institucionais, destiladores de poderes e saberes, a escola configura-se em um *locus* privilegiado na constituição das identidades sexuais e de gênero, pois se trata de espaço de poder que regula, normaliza e inculca modelos de feminilidade, de masculinidade e da sexualidade heterossexual. É na ação pedagógica ali desenvolvida que se processa a inscrição dos gêneros e da sexualidade nos corpos, onde estes ganham sentido socialmente ao serem modelados segundo padrões identitários construídos, a partir de uma lógica binária pela qual o ser humano é percebido sob uma perspectiva dualista [...]”

Nesse sentido, o gênero não seria algo inerente aos corpos, mas permanentemente construído e reafirmado através de uma complexa tecnologia política, envolvendo “um certo numero de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos” (Lauretis, 1994:208). Importante aqui destacar, que através de Lauretis (1994:209), temos que a construção do gênero perpassa necessariamente pelas representações sociais, elaboradas e mantidas pelas diferentes instituições, inclusive, “na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo.” (idem:209). Entretanto, para a autora, se o gênero é um construto histórico e social, paradoxalmente, sua construção

“[...] também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu

excesso, aquilo que permanece fora do discurso com um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação. (Lauretis, 1994:209)

#### 4.3.3. Políticas de assistência social, segurança, previdência e trabalho

Considerando que os estereótipos e preconceitos que emanam das representações sociais são determinantes na dificuldade de acesso aos bens sociais, as mulheres auto-identificadas como lésbicas, em contextos desfavorecidos, como já visto, possuem menos oportunidades de inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente sofrem com maior intensidade as privações de direitos básicos. De acordo com Ana Falu (2006:22)

“Algumas formas de discriminação que as lésbicas enfrentam no âmbito do trabalho parecem com as que vivem os homens homossexuais, particularmente, as relacionadas com o acesso aos auxílios, às implicações psicológicas e emocionais de permanecer “no closet”, e a imposição da exigência de que as mulheres exibam uma aparência convencionalmente feminina (ou masculina, no caso dos homens) [...] Como mulheres que vivem em economias patriarcais, as lésbicas estão submetidas a disparidades quanto ao salário, benefícios e tratamento em todos os setores, e costuma-se relegá-las aos setores onde tanto os salários como o reconhecimento e a segurança no trabalho são baixos, como resultado da divisão do mercado de trabalho de acordo com os gêneros. [...] Devido a esta subordinação de gênero sistemática, segundo as estatísticas e supondo que outros fatores (educação, capacitação, localização geográfica, etc) sejam equivalentes, uma família formada por duas mulheres que trabalham ficará no patamar econômico mais baixo, enquanto uma família cujos chefes sejam dois homens (ao menos em teoria) terá a renda conjunta mais elevada, inclusive maior que a de um casal heterossexual, visto que ambos são homens.”

Dessa forma, temos que os aparatos discursivos e tecnológicos construtores de homens e mulheres atuam também no âmbito econômico, sendo que a não identificação com os modelos de feminilidade ou modelos de beleza socialmente determinados muitas vezes determina a exclusão dos indivíduos da formação profissional e do mercado de trabalho. @s transexuais e travestis são mais intensamente afetad@s pela pobreza, uma vez que sua materialidade corporal desatrelada dos dados biológicos e registro civil são barreiras intransponíveis no acesso a trabalhos formais.

Importante destacar aqui o recorte da lesbianidade propiciado pela participação do movimento organizado de lésbicas na Primeira Conferência de Políticas para Mulheres, através do seu documento final como exemplo da importância política dessa organização na construção da diversidade. Dentre as propostas relacionadas à

assistência social, segurança, previdência e trabalho, aprovou-se coletivamente a necessidade de (Anais da Primeira conferência de Políticas para Mulheres. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Brasília, 2004 - todos os grifos meus):

“173. Ampliar e implementar ações afirmativas, especialmente para enfrentar a situação de desvantagens e diversidade de experiências e situações vivenciadas pelas mulheres negras, índias, jovens, adolescentes, idosas, lésbicas, bissexuais e mulheres com deficiência, mulheres privadas de liberdade, mulheres vivendo com HIV/AIDS, profissionais do sexo e residentes em localidades de difícil acesso ou distantes de centros urbanos.” (idem:109)

“Lésbicas”, “bissexuais”, “lesbofobia”, “orientação sexual”, “diversidade”: a partir da demarcação dessas diferenças, as militantes chamam a atenção para o fato de que a exclusão social e a violência contra as mulheres são amplas e perpassam os mais diferentes aspectos.

Dessa forma, a proteção aos direitos humanos, através dos órgãos competentes, necessitaria ainda atentar para a diversidade que perpassa a terminologia mulheres, a qual muitas vezes invisibiliza as opressões legitimadas pelo imaginário da heterossexualidade, como explicitado no destaque da deliberação abaixo:

175. Estimular a implantação e implementação/extensão de defensorias públicas específicas para as mulheres, promotorias de justiça e juizados especiais e fortalecer o Ministério Público, como forma de agilizar e garantir a devida reparação nos casos de crimes de violência contra a mulher, de direitos humanos, racismo, sexismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia e de todas as formas de intolerância religiosa, bem como promover o controle democrático sobre o poder judiciário. (idem:130)

A explicitação da invisibilidade das relações fora da evidência da heterossexualidade pode ainda ser verificada no item que trata das mulheres presidiárias através do destaque para a necessidade da observação das relações entre mulheres nas visitas íntimas, ou seja, vislumbrando a igualdade de direitos:

177. Assegurar às mulheres no sistema prisional ou egressas deste, a dignidade e proteção dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, em especial das regras mínimas para tratamento das detentas, aprovadas pelas Nações Unidas, respeitadas as especificidades decorrentes da orientação sexual e da maternidade. Oportunizar a visitação de seus familiares, especificamente no que se refere à visitação de filhos menores. Garantir a inclusão nas resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciárias, a visita íntima para as mulheres lésbicas. (idem:130)

Outra questão pontuada pelas militantes na Conferência foi o destaque para “lésbicas”, “bissexuais”, “diversidade de orientação sexual” na elaboração de políticas

assistenciais e previdenciárias, reivindicando o olhar do Estado para a proteção dos direitos constitucionais, ignorados quando se trata da lesbianidade:

184. Desenvolver mecanismos de promoção de respeito e legitimação à diversidade de orientação sexual, implementando políticas estratégicas e consolidando os direitos civis já constituídos para a construção e efetivação da plena cidadania de lésbicas, bissexuais e demais cidadãs que vivem em processo de exclusão, cumprindo determinação do Governo Federal no Programa “Brasil Sem Homofobia”, e garantindo os benefícios de assistência médica e previdenciária, direito à herança, pensão e registro de parceria civil entre homossexuais. (idem:131)

Assim, a atuação das militantes da LBL juntamente com outros movimentos de lésbicas nos espaços de controle social apontam para a necessidade de pensar essas diferenças na formulação e execução de políticas, pois, como já visto anteriormente, a sexualidade também é política e instrumento para o exercício do poder.

No processo de reivindicação de políticas específicas para o combate às desigualdades fundadas no heterossexismo, as militantes participam ainda de manifestações conjuntas com o movimento LGBTT. A fotografia abaixo registra a participação da LBL na reivindicação da criação e aprovação de lei nacional de criminalização da homofobia e lesbofobia.



Militantes da LBL em manifestação em frente ao Congresso Nacional. Brasília, novembro de 2005. Fotografia de Maria Angelica Lemos.

Novamente através da bandeira, as militantes pautam a participação das mulheres na manifestação, visibilizando as diferenças que perpassam a “orientação sexual” reivindicada como direito. Localizadas em frente ao Congresso Nacional explicitam a diversidade que compõe a expressão “povo” do qual, segundo a Constituição Federal, emanaria todo o poder.

Ainda a capa do Plano Nacional de Políticas para Mulheres abaixo, elaborado após a Primeira Conferência Nacional de Políticas para Mulheres é possível verificar a imagem das integrantes da LBL reunidas em torno da bandeira lésbica, as quais, juntamente com os outros sujeitos políticos ali destacados: índias, nordestinas, negras e feministas, compuseram a multiplicidade do sujeito mulheres que construíram a Conferência. A bandeira, dentro do contexto geral do evento, identifica assim uma outra perspectiva para mulheres fora da evidência da heterossexualidade.

**COPIA CAPA DO PLANO**

comentar

#### 4.4. Lesbianidade e práticas discursivas: fluidez ou definição?

As práticas discursivas da Liga Brasileira de Lésbicas pautam-se majoritariamente na bandeira do movimento: a visibilidade lésbica, objetivando levar a questão da lesbianidade nos mais diversos espaços possíveis. O vídeo “Lésbicas no Brasil”, dirigido por Maria Angelica Lemos através da Ong COMULHER – Comunicação Mulher em 2004, traz vários depoimentos das integrantes da LBL, dos quais realizei alguns recortes disponibilizados a seguir:

“Tenho dito sempre que sou lésbica, desde sempre fui lésbica, mas eu costumo dizer assim que já me relacionei com alguns homens por educação, porque a nossa formação ela é pra esse papel. É muito difícil romper esse processo [...] A gente está buscando a visibilidade e a gente tem encontrado isso no processo político, que ta sendo muito legal esse processo, que a gente está lutando pra ser livre, pra ser visível, pra não ser partidário, pra não ser sentimentalista, pra não ser violento, e tem conseguido.” (D. LBL/PR)

Esses recortes das entrevistas nos fornecem as matrizes de sentidos que informam a Liga Brasileira de Lésbicas na sua atuação política. A fixação em um sujeito “lésbica” como demarcação de diferenças e especificidades são aqui destacadas: “desde sempre fui lésbica”, “sou lésbica”, “dizer eu amo outra mulher”, são estratégias de produção de si exercitadas pelas militantes na produção de sujeitos políticos.

“ Me sinto muito feliz da gente estar construindo uma identidade nova dentro do movimento, com uma outra cara, uma outra forma de ver, mesmo com todas as diferenças que nós temos, ideológicas, estamos conseguindo nos fortalecer nesse sentido. Varias lésbicas jovens que estão se aproximando do movimento, sendo formadas e qualificadas para que nós tenhamos boas intervenções e boa participação no movimento feminista quanto no movimento de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. (...) Eu tenho muito orgulho de ser do Brasil, de estar nessa luta aqui, sabendo que essa luta não é só no Brasil, não é só na minha cidade, no meu estado, é uma luta internacional [...] A gente não quer continuar com esses estigmas, com essas caricaturas que fazem a nosso respeito, esses estereótipos, ne, então eu acho importante a gente ir quebrando esses valores.” (LBL/RN)

Ainda “estigmas”, “caricaturas”, “estereótipos”, são questões que as integrantes buscam desconstruir nos seus discursos, apresentando-as como instrumentos eficazes na desqualificação da diversidade e da liberdade e autonomia das mulheres; ao afirmar que silenciar sobre os aspectos afetivo-sexuais “fica subentendido que você é heterossexual” a militante aponta para ao fato de que a invisibilização e o silenciamento das afetividades também estão a serviço da heterossexualização da sociedade:

“ Eu precisava falar pras outras pessoas que eu era lésbica, não adiantava só eu saber pra mim mas as outras pessoas não saberem porque se você não diz que é lésbica fica subentendido que você é heterossexual. Não dá pra ficar aqui na minha escondidinha,

eu tenho que falar pras pessoas que eu sou lésbica porque tem que dar essa vazão política pra questão lésbica [...] Aí quando chegam lá que tem o grupo formado, e não tem só aquele grupo, tem grupos espalhados pelo Brasil e até pelo mundo, ficam muito mais felizes, acham ótimo participar de atividades como parada gay, como o dia da visibilidade lésbica, porque elas vêem que não estão sozinhas e detalhe, tem muita gente, tem muita gente trabalhando pra dias melhores.” (LBL/SP)

Como estratégias de ação as militantes, através dos termos: “identidade nova”, “processo não partidário”, “não sentimentalista”, “não violento”, “atuação política”, “movimento alternativo”, “construção coletiva”, “procurar uma igual”, “troca de experiências”, “crescimento”, expõem os sentidos que informam uma atuação política a partir de outra perspectiva para além do masculino, heterossexual, individual. Assim, a coalizão de mulheres que vivenciam afetividades e sexualidades diversas da heterossexualidade e materialidade corporais idealizadas é vislumbrada como fomentadora de informação, do empoderamento para a resistência aos ideais normatizadores e para a luta pelo reconhecimento das mulheres lésbicas e bissexuais enquanto sujeitos de direito:

“ O que a gente vem tentando fazer, né, ser um movimento de atuação política e é isso que a gente tem realizado né [...] Fundamental pra nós são alguns princípios que nós constituímos, essa questão da construção coletiva, essa questão da horizontalidade e essa questão de ter ideais em comum, mas ter a certeza que todas nós somos maravilhosas, empoderadas e que o céu é bastante grande e que a gente pode brilhar todas juntas. É uma postura mesmo, de construir nosso movimento coletivamente [...] Essa troca de experiência, da vivência lésbica, dos problemas que elas enfrentam, de todas essas questões, auxilia muito no crescimento dessa lésbica, na afirmação dela, na auto-estima dela, e essa coisa que eu queria deixar colocada, quer dizer, procurar uma igual pra discutir, pra trocar experiência, acho que isso é fundamental para o nosso crescimento.” (LBL/RS)

Como afirma Eni Orlandi (2005:35), “o modo de dizer não é indiferente aos sentidos”. Ao contrário, o “esquecimento” está atravessado pela ideologia, a qual nos afeta em vários níveis e instâncias, produzindo e sendo produzido pela linguagem. Esse “esquecimento ideológico”, como mostra a autora (idem), “é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes (...)”. Isso porque

“ Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e sentidos.”



O esquecimento estruturante no caso é constitutivo das representações sociais onde o masculino, hetero ou homossexual é tomado como centro gerador de sentidos. Dessa forma, a inclusão do sujeito político lésbica na ordem do discurso faz parte de um processo de desestabilização desses esquecimentos que constituíram, ao longo da história, sujeitos possíveis e de direito. Entretanto, a construção dessa identidade parece encontrar limites nos desdobramentos dos sujeitos que a compõem. Os questionamentos de Berenice Alves de Melo Bento (2006:82) são aqui apropriados: “como trabalhar com as diferenças e, ao mesmo tempo, forjar um programa de atuação política? Quais as ciladas da igualdade? Quais as ciladas da diferença?” Para a autora as organizações de lésbicas

“[...] põe a questão da sexualidade como um elemento de unidade, de construção de identidade coletiva, ao mesmo tempo em que aponta a questão de gênero como um ponto a mais, e não-exclusivo, para explicar as desigualdades e a produção das margens. No entanto, os movimentos que se organizam em torno das identidades sexuais, embora ponham em relevo uma ‘nova’ faceta da dominação do sistema, estruturam-se a partir de sujeitos que compartilham entre si os mesmos elementos identitários, reabilitando o tema das identidades essencializadas.” (idem:81-82).

Entretanto, a perspectiva das “coalizões” de Butler (2003:35) ou de serialidade, de Íris Young (1996:168), permitem pensar as estratégias de formação de grupos que contenham a perspectiva de uma fluidez identitária, sobretudo em se tratando de práticas sexuais. Ela propõe:

[...] compreender o gênero como referência a uma série social, um tipo específico de coletividade social [...] Entendendo gênero como uma serialidade, sugiro haver diversos valores que possibilitam uma maneira de pensar sobre mulheres como um coletivo social, sem que todas as mulheres tenham atributos comuns ou uma situação comum. O gênero como uma serialidade, além disso, não confia na identidade ou na auto-identidade para compreender a produção social e significação dos seus membros em coletivos.”<sup>40</sup>

Assim, os grupos formados por sujeitos políticos que rejeitam a heterossexualidade, como o caso dos grupos de lésbicas, são abordados aqui por sua potencialidade de intervenção sobre o social, pelo desejo de transformação da sociedade androcêntrica. Nessa direção, a construção do sujeito político *lésbica*, necessita desenvolver a compreensão da dimensão estratégica dessa reivindicação.

---

<sup>40</sup> “ I propose that we understand gender as referring to a social series, a specific kind of social collectivity[...]Understanding gender as seriality, I suggest, has several virtues It provides a way of thinking about women as a social collective, without requiring that all women have common attributes or a common situation. Gender as a seriality, moreover, does not rely on identity or self-identity for understanding the social production and meaning of membership in collectives.” Tradução própria.

Butler (2003:35), utilizando o exemplo das estratégias feministas que não buscam o encerramento em uma identidade feminina central observa que

“Alguns esforços foram realizados para formular políticas de coalizão que não pressuponham qual seria o conteúdo da noção de ‘mulheres’. Eles propõem, ao invés disso, um conjunto de encontros dialógicos mediante o qual mulheres diferentemente posicionadas articulem identidades separadas na estrutura de uma coalizão emergente. É claro, não devemos subestimar o valor de uma coalizão; porém, a forma mesma da coalizão, de uma montagem emergente e imprevisível de posições, não pode ser antecipada(...) Esforços correlatos para determinar qual é e qual não é a verdadeira forma do diálogo, aquilo que constitui a posição do sujeito – e, o mais importante, quando a ‘unidade’ foi ou não alcançada -, podem impedir a dinâmica de autoformação e autolimitação da coalizão.”

Assim, uma questão importante de ser observada nas organizações em torno de um sujeito político na busca por transformações sociais é o perigo do fechamento das identidades em si mesmas e suas dinâmicas de exclusão. Como questionou Guattari (1981:71), “por que sempre este ideal de uma coluna vertebral, de uma subjetividade englobante?” E nesse sentido o autor sugere a necessidade das multiplicidades, das individualidades (que difere do individualismo), em contraposição às noções massificantes, próprias das instituições, por nós absorvidas e reproduzidas, inclusive nas organizações sociais. Por isso talvez

“Os enunciados continuarão a flutuar no vazio, indecisos, enquanto agentes coletivos de enunciação não forem capazes de explorar as coisas na realidade, enquanto não dispusermos de nenhum meio de recuo em relação à ideologia dominante que nos gruda na pele, que fala de si mesma em nós mesmos, que, apesar da gente, nos leva as piores besteiras, as piores repetições e tende a fazer com que sejamos sempre derrotados nos mesmos caminhos já trilhados.” (Guattari, 1981:18)

A teoria dos sujeitos nômades desenvolvida por Rosi Braidotti (2000) é propícia à análise do processo de construção de uma identidade lésbica. Isso porque as dinâmicas de identificação desse sujeito promovem simultâneas desidentificações tendo em vista as múltiplas subjetividades das mulheres envolvidas nesse processo. As mulheres negras, por exemplo, trazem outros elementos a essa identificação, fundamentais para o seu reconhecimento enquanto sujeito político que extrapola a totalidade *lésbicas*. O mesmo ocorre com as jovens, com as mulheres com deficiência, de periferia, mães, transexuais, e assim por diante. Essa dificuldade na produção de uma identidade globalizante passa a ser abordada aqui como um ponto positivo para a subversão do sistema de pensamento sustentado pela classificação do humano a partir de características isoladas, físicas, comportamentais, tidas como imutáveis.

Nômade seria um estilo de pensamento, a partir de “saídas alternativas para a visão falocêntrica do sujeito” (Braidotti,2000:26). Esse movimento, possibilitado pelo imaginário, seria fundamental na desconstrução das representações sociais, as quais informam os lugares dos indivíduos no mundo: os corpos, os desejos, as falas, os impulsos, as possibilidades. Por isso, a autora (idem:12) lembra que “um dos paradoxos da pós-modernidade e não o menor, é que sustenta o papel da imaginação como uma prática social e uma área fortemente disputada”.

Ainda Braidotti (2000:30), reforça a importância do nomadismo identitário, ou seja, as identidades mutantes, que denunciam o caráter fictício das categorias e fornecem possibilidades imaginativas fora das identidades constituídas, adequadas e legitimadas pelas instituições sociais. Assim, propõe que

“O sujeito nômade é um mito, ou ficção política, que me permite pensar sobre e mover-me através de categorias estabelecidas e níveis de experiência. Implícita na escolha desta figuração é a crença na potência e relevância da imaginação, da construção de mitos como um meio de sair da crise política e intelectual destes tempos pós-modernos. Ficções políticas podem ser mais efetivas, aqui e agora, do que sistemas teóricos. A escolha de uma figura iconoclasta e mítica, tal como o sujeito nômade é, conseqüentemente, um passo contra a natureza estabelecida e convencional do pensamento teórico e especialmente filosófico.” (idem:30)

Nessa perspectiva, Tânia Navarro-Swain (2002:340), aponta a importância da desestabilização das identidades na proposta feminista:

“Num mundo de representações sociais onde os seres se definem pelo corpo sexuado e pelas praticas sexuais, uma identidade nômade desfaz as polaridades e hierarquias, solapa as bases do sistema sexo/gênero, desvelando as tragédias e a triste comicidade do assujeitamento ao ‘verdadeiro sexo’, as essências humanas instituídas e narradas em historia. Não há opostos, ha posições de sujeito; não há binário nem múltiplo, pois não há unidades. Numa identidade em construção que não visa um desenho final, o que importa e o movimento.” (idem:340)

A identidade política pensada por uma perspectiva nômade nos permite ir além das essencializações que atravancam a compreensão do movimento de produção das identidades a partir das representações sociais. Monique Wittig (2007:02) atenta para o perigo dos movimentos de lésbicas utilizarem da mesma ideologia que nos “escravizou”: o potencial biológico feminino. Para a autora, seria preciso romper com o mito da mulher “dentro e fora de nós mesmas” (idem) e isso implica em uma “reavaliação conceitual de todo o mundo social”.(ibidem)

Alguns aspectos do processo de constituição da LBL podem ser pensados aqui como exemplo das dinâmicas de reprodução dos mitos que constituem o imaginário

heterossexualizado sustentado pelo binário fundado no biológico e reforçado pelas tecnologias do sexo. Segundo o relato de uma das integrantes presentes na oficina de organização do movimento, os critérios para integrar a Liga, discutidos na Oficina de Visibilidade Lésbica no Fórum Social Mundial em 2003 foram definidos em meio a algumas intranqüilidades:

“[...] No começo foi definido que bissexuais não poderiam participar, só lésbicas. Eu me lembro que a gente falava: esse é um espaço só de lésbicas, nada de indecisas. E também nada de lésbicas de grupos mistos.” (Trecho de entrevista realizada em 27/02/2007, às 15 h no Ministério da Saúde, Brasília).

As militantes estavam nesse momento atreladas a uma identidade fixa, a qual definia o caráter político do movimento, dando seqüência ao discurso binário que institui as diferenças como dados naturais. O ato de nomear compreende interpretação e categorização, pois partimos de noções preestabelecidas pela linguagem. Eni Orlandi (2001:19) explica que

“O sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social. Nela está refletido o modo como o sujeito o fez, ou seja, sua interpretação pela ideologia. O sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes.”

Dessa forma, a militante expõe o processo “viciado”, formado pelo pensamento lógico, analítico, pautado na oposição: ou isso ou aquilo, verdadeiro ou falso, através do qual muitas integrantes vão classificar as aspirantes ao movimento. A compreensão da bissexualidade como “indecisão” aponta para o esquema de pensamento norteado pela necessidade de verdade, de explicação e classificação do humano a partir da prática sexual, do desejo do sexo, processo definido por Foucault como “dispositivo da sexualidade”, onde a lógica do sexo atua na definição do sujeito e determina sua totalidade. Por outro lado, ainda na fala ex-integrante, é possível encontrar o cuidado com a instabilidade dos lugares de identificação - tendo em vista a subjetividade mulheres que vivenciam a lesbianidade - ainda que destoante da sua percepção sobre o sujeito político *lésbica*, o qual deveria ser fixado em uma categoria específica:

“[...] eu era contra a entrada de mulheres não assumidamente lésbicas na Liga porque tinha que ser observada a questão da identidade lésbica...Aí começou a confusão porque disseram: Poxa, tem tantas meninas que não se sentem assim, que tem dificuldade de se assumir como lésbicas, que vão se dizer bissexuais mas na realidade são lésbicas, tem as entendidas...daí eu cedi...” (Trecho de entrevista realizada em 27/02/2007, às 15 h no Ministério da Saúde, Brasília).

A partir dos sentidos inferidos na fala da militante, é possível verificar que a convergência da pluralidade de mulheres agregadas ao movimento em torno do objetivo da visibilidade lésbica não permite a fixidez de uma identidade. Os termos: assumidamente lésbicas, identidade lésbica, bissexuais, entendidas, nos apontam que a identidade lésbica está próxima a uma zona de indiferenciação impossibilitada de expressar as subjetividades dos sujeitos que integram o coletivo. Dessa forma, o desafio do movimento está no acolhimento da diversidade de mulheres que rejeitam a heterossexualidade em uma serialidade *lésbicas*. Ainda importante observar que as experiências das militantes com as dinâmicas do movimento vão constituindo-as enquanto sujeito político. Pela expressão “daí eu cedi” temos a potencialidade de produção e transformação dos sentidos no processo político.

No ano seguinte, já em novembro de 2004, acontece o Primeiro Encontro Nacional da LBL na cidade de São Paulo intitulado “Coletivizando idéias e horizontalizando ações”. O nome sugere a necessidade de convergência das integrantes em torno de ações comuns, o que não significava dizer que necessitava de sujeitos identificados de forma unívoca. Nesse encontro foi prevista a mesa “O lugar do sujeito político: bissexuais e transgêneros na LBL” com uma militante da Associação da Parada de São Paulo e da LBL/SP e uma militante da LBL do Rio Grande do Sul, ambas na época auto-identificadas como bissexuais. O diálogo com a transexualidade (mulheres para homens) estava ainda bastante incipiente, fato que pode ser percebido pela ausência de representação dessa indentificação no encontro.

Como lembra uma ex-integrante, no Planeta Arco-íris em 2003,

“[...] fundou-se já uma Liga Brasileira de “Lésbicas” (...) e discutimos quem poderia participar da Liga...grupos lésbicos? grupos de mulheres? qualquer mulher independente? e qualquer lésbica independente? aí veio a discussão se as bissexuais poderiam enquanto LBL se assumir como bissexuais (...) Eu era radical, pra mim só poderia entrar as lésbicas. Por que a liga tinha uma pauta muito complicada de se articular e que se começasse abrir pra heterossexual, pra bissexual a confusão ia se dar como parece que tinha que se dar.” (Trecho de entrevista realizada em 27/02/2007, às 15 h no Ministério da Saúde, Brasília).

A partir dessa fala é possível verificar que o processo de construção do sujeito político lésbica fatalmente envolveu o confronto de representações e auto-representações sobre a lesbianidade, muitas vezes pautada pela binariedade heterossexualidade/homossexualidade.

O objetivo do Primeiro Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas, dentre outros, era a construção da Carta de Princípios que norteasse a composição e as ações do movimento, e nesse contexto, um ponto de discussão era a inclusão da denominação bissexuais na Carta da LBL, o que não havia sido consensuado no momento da formação do movimento no ano anterior.

O caráter histórico e social constitutivo das materialidades corporais foi bastante abordado pelas integrantes da mesa e, algumas presentes chegaram a propor a inclusão do termo “mulheres heterossexuais” na composição da organização, o que foi rejeitado pela maioria, pois a presença dessa auto-identificação acabaria por descaracterizar o movimento, o qual se apoiaria na construção de um sujeito político para além da heterossexualidade.

As mesas facilitaram algumas reflexões sobre identidade e sujeito político, possibilitando o debate sobre as concepções de sexualidade e identidade, ainda pouco problematizadas no movimento homossexual. A integrante da LBL/SP, em sua fala pela inclusão das bissexuais na Liga, lança algumas provocações na mesa sobre bissexualidade:

“Queremos sim respeito, queremos que as pessoas tenham mais informação sobre bissexualidade, que deixem de pensar em bissexualidade através de estereótipos que a associam necessariamente a traição, perigo, promiscuidade, enrustimento. Mas não acreditamos em afirmação identitária específica desligada do movimento como um todo. Não queremos criar um gueto bissexual no movimento. Não acreditamos que a situação de pessoas que se sentem ou afirmam como bissexuais possa melhorar sem que a heteronormatividade, o machismo, o preconceito contra as homossexualidades e a invisibilidade das lesbianidades sejam combatidas. Por isso estamos aqui. E por isso também não precisamos de uma Liga Brasileira de Lésbicas e Bissexuais, estamos aqui a partir de um objetivo que é comum a todas nós: visibilizar e fortalecer o movimento de lésbicas no Brasil. Mas acreditamos também que o movimento homossexual de modo geral e o movimento lésbico em específico serão muito mais fortes quando tiverem claro que sua luta não é contra heterossexuais e bissexuais, mas contra a heteronormatividade, o machismo, o preconceito contra as homossexualidades e a invisibilidade das lesbianidades.” (FACCHINI, Regina. Contribuição para a mesa: "O lugar do sujeito político: bissexuais e transgêneros na LBL". São Paulo, 2004. <http://www.paradasp.org.br/modules/articles/article.php?id=16> p. )

A partir dos trechos: “estereótipos que a associam necessariamente a traição, perigo, promiscuidade, enrustimento”, temos que a militante expõe a carga negativa atribuída à bissexualidade por estar localizada fora do binário norteador das relações humanas para em seguida apresentá-la como estratégia política de contestação da normatização binária do mundo.

As palavras da militante estão orientadas pelas teorias e/ou experiências que propõem a ficção das identidades e seu caráter provisório. Temos aqui a tentativa de subverter a localização do sujeito lésbica como identidade naturalizada utilizando a negação, onde ela aponta o que a bissexualidade “não é e não quer”, muito mais do que seus objetivos e sua definição. Vislumbra através da linguagem uma dinâmica de desconstrução da identidade lésbica e identidades em geral, denunciando a fragilidade de sua materialidade e suas possíveis dinâmicas de exclusão na classificação da bissexualidade: traição, perigo, promiscuidade, enrustimento - opressão exercida muitas vezes pelo próprios movimentos de lésbicas em nome de uma “verdadeira lesbianidade”. Na proposta de constituição de “lesbianidades” temos a idéia de diversidade.

Ao final das discussões, foi definido por meio de votação, que a LBL seria constituída por “mulheres lésbicas e bissexuais”, sendo que a proposta de participação das mulheres auto-identificadas como heterossexuais não foi aprovada pelo coletivo, e assim poderiam participar apenas como ouvintes dos encontros da Liga, porém sem direito a voto ou lugar de representação. Em meio às discussões sobre o sujeito constituidor da LBL, as mulheres auto-identificadas como bissexuais que reivindicavam a participação na Liga propuseram integrar o movimento abrindo mão da inserção da palavra bissexual na sua denominação, de modo que permaneceria *Liga Brasileira de Lésbicas*. (Anotações no I Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas, caderno de campo, novembro de 2004).

Assim, pela Carta de Princípios ficou estabelecido que:

a LBL pretende continuar a fortalecer o movimento de luta pelos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais, em nível nacional, regional e local, enquanto instância de articulação política e temática das mulheres lésbicas e bissexuais. (Carta de princípios da Liga Brasileira de Lésbicas, p. 01 - grifos meus)

A incorporação dessa outra identificação “bissexuais” surge como um indício da insuficiência do sujeito “lésbica” como limite identitário. Importante aqui as considerações de Judith Butler (2003:57) sobre a questão da reivindicação de identidades atrelada ao pensamento informado pelo binário heterossexual:

“[...] a ‘unidade’ do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de ‘heterossexualidade’, ‘homossexualidade’ e ‘bissexualidade’, bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação. O fato dos regimes de poder do

heterossexismo e do falocentrismo buscarem incrementar-se pela repetição constante de sua lógica, sua metafísica e suas ontologias naturalizantes não implica que a própria repetição deva ser interrompida – com se isso fosse possível. E se a repetição está fadada a persistir como mecanismo da reprodução cultural das identidades, daí emerge a questão crucial: que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora da identidade?”

Nesse sentido, Tânia Navarro-Swain (2002:01), sugere que

“[...] seria necessário buscar a inserção das práticas sexuais nas redes de poder que nos domesticam e instituem enquanto corpos sexuados, sujeitos sexualizados, escravos de um mestre que se tornou nós mesmos. Deste modo, a homossexualidade ou bissexualidade não é resposta ou solução, pois se atrelam ainda à sexualidade enquanto identidade e, sobretudo, a um esquema de sexualidade binário, tomado como o referente.”

O eixo da sexualidade como definidor do ser é problematizado na obra focaultiana (2005:22) quando o autor nos informa que os discursos sobre a sexualidade estabeleceram regiões de exercício de poder. Assim, falar de sexo não constituiria subversão, mas cumprimento da “ordem” da “sociedade confessada”, onde o ato de dizer, a si mesm@ e a outrem, constitui o “rito da palavra”, aprisionando desejos em discursos (idem:24).

Assim, os discursos de verdade do sexo estão circulando através das representações sociais, instaurando o sexo no campo da racionalidade, promovendo a crença equivocadamente ingênua de que somos seres autônomos na realização de nossos desejos, levando-nos a “colocarmo-nos, inteiros – nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história – sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo”. (Foucault, 2005:76)

Dessa forma, através dos discursos que compõem as produções das LBL, é possível verificar que o eixo do sexo está muitas vezes dissolvido pelas múltiplas nuances dos sujeitos que a compõem. Como exemplo, desde sua formação, a Liga conta com mulheres que integram o movimento negro, as quais passam a reivindicar o recorte para a questão étnico/racial, como aponta este trecho de um boletim da LBL:

E o movimento lésbico brasileiro? Até que ponto debate seriamente a questão do racismo, até que ponto nós LBT negras, não passamos de trampolim para a classe dominante? Se formos contar o numero de LBT negras, lideranças do movimento LGT, não passamos de uma dúzia assumida perante os movimentos sociais e ainda ‘muito de pouca de nós’, conseguem trabalhar articuladamente enquanto LBT negras para avançar nos debates internos do movimento lésbico e feminista, tampouco para o movimento negro, quiçá nos demais movimentos sociais [...] necessitamos [...] conquistarmos algo maior que uma oficina no canto das conferencias, seminários...mas, sim nossas especificidades serem apontadas como bandeiras de luta e conquistarmos o



direito de sermos lésbicas e bissexuais sem medo de críticas e retaliações veladas no interior dos demais movimentos. (Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul. Ano III, março de 2006, Rio Grande do Sul, p. 03 - grifo meu)

As militantes negras, ao pontuarem “nossas especificidades” apontam para o preconceito intensificado no acúmulo da dupla categorização que estão submetidas em uma sociedade ocidentalizada e heterossexualizada pelas representações sociais construídas em um processo colonizador autoritário. Assim, falar em lésbicas e bissexuais ou mesmo “mulheres” não esgota as subjetividades e particularidades das vivências de violência e exclusão das mulheres negras, que teriam características específicas devido a questão racial que as diferencia e o uso político dessas diferenças na produção das desigualdades e subjugações. Assim, as lésbicas negras estariam ainda em um contexto de tripla discriminação (por serem mulheres, negras e lésbicas), sendo as maiores vítimas da pobreza, da violência familiar e do próprio Estado (violações de direitos básicos, violência policial, etc).

O recorte racial adentra então a LBL denunciando as diferentes estratégias que compõem o sistema de apropriação das mulheres. Em suas reivindicações as mulheres negras promovem um sujeito que está fora da identidade lésbica unificada, pois, além da sexualidade/afetividade, a questão racial seria outro fator determinante para sua deslocalização no mundo normatizado pelos modelos identificatórios.

A desqualificação das mulheres negras pelo discurso eurocêntrico e masculinista compõem os aparelhos de regulação dos corpos materializados em femininos e negros, acomodando-os lugares específicos, desqualificando-os e mercantilizando-os. A socióloga e militante do movimento de mulheres negras, Sueli Carneiro (2003:06), aponta que

Em relação ao tópico da violência, as mulheres negras realçaram uma outra dimensão do problema. Tem-se reiterado que, para além da problemática da violência doméstica e sexual que atingem as mulheres de todos os grupos raciais e classes sociais, há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a auto-estima. Esses são os efeitos da hegemonia da “branquitude” no imaginário social e nas relações sociais concretas. É uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas. Tal dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume em relação às mulheres dos grupos raciais não-hegemônicos vem despertando análises cuidadosas e recriação de práticas que se mostram capazes de construir outros referenciais.

A pluralidade que perpassa o sujeito *lésbica, mulher e negra* possibilita o emergir da insuficiência das categorias discursivas. Nas palavras de Gloria Anzaldúa (1999:41):

Pensando uma lésbica de cor, a rebelião definitiva que ela pode fazer contra sua cultura nativa é por meio de seu comportamento sexual. Ela vai contra duas proibições morais: sexualidade e homossexualidade. Sendo lésbica e educada para ser católica e heterossexual, eu escolho ser *queer* (do que ser algo geneticamente inerente). Este é um caminho interessante, algo que muda continuamente dentro e fora do branco, católico, mexicano, indígena, instintivo. Dentro e fora da minha cabeça. Construo pela *loqueria*, a loucura. Este é um caminho para o conhecimento – algo de sabedoria (e aprendizagem) da história da opressão de nossa raça. Este é o caminho da balança, da mitigação da dualidade.

Dessa forma, a reivindicação do recorte de raça/etnia adentra o movimento de lésbicas e promove mais uma vez o olhar para a ficcionalidade do pensamento binário e totalitário que norteia os processos identificatórios e legitima as supremacias sociais.

#### 4.5. Maternidade lésbica

A questão da maternidade no contexto da lesbianidade também é abordada pelas militantes da LBL em suas ações, uma vez que muitas possuem filh@s. Por exemplo, o Primeiro Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas em setembro de 2003, na cidade de Florianópolis, contou com uma oficina sobre maternidade lésbica, ministrada pela professora Mirian Grossi da Universidade Federal de Santa Catarina. Grossi, a partir de sua pesquisa sobre maternidade conclui que

“[...] a experiência de ser mãe e lésbica é uma experiência muito importante, só que muitas mulheres que nós temos conversado em nossa pesquisa vivem essa experiência como se fossem as únicas, como se não houvesse outras mulheres nessa situação (...). tem momentos da vida delas que são muito dramáticos, um deles é na escola das crianças, também é muito complicada a relação com os pais, os avós das crianças (...) também uma questão de geração que a gente tem observado muito, para mulheres com mais de quarenta anos a maternidade em geral não foi uma coisa muito planejada, prevista, aconteceu por acaso e agora, a gente vê com as meninas mais jovens é que a maternidade é uma experiência que elas querem ter e que elas vão atrás dela de diferentes formas. (Trecho de entrevista retirada do vídeo *Lésbicas no Brasil*, de Maria Angelica Lemos, 2004).

Haveria uma diferença, portanto, entre a maternidade vivenciada pelas mulheres anteriormente à vivência da lesbianidade e a maternidade desejada no decorrer do relacionamento entre mulheres, sendo esta última mais freqüente nos últimos anos propondo uma nova concepção de maternidade. Para a militante da LBL/RS, a discussão de família extrapola a esfera familiar:

“[...] A questão das novas famílias não é para dentro da nossa casa, não é para dentro da extensão da nossa família, que é o pai, mãe, tio, seja lá quem for. É uma questão para essa sociedade.” (idem)

A partir dessa fala, provoca a sociedade a repensar as noções sedimentadas de família a partir da heterossexualidade, explicitando novamente a dimensão política das questões afetivas e familiares.

A partir da experiência da adoção de sua filha juntamente com sua companheira, a integrante da LBL/RS no vídeo *Lésbicas no Brasil*, expõe as dificuldades enfrentadas pelos casais de lésbicas no processo de adoção. A legislação brasileira não reconhece ainda a união homossexual e não preconiza a adoção conjunta de pessoas do mesmo sexo, o que é um obstáculo à efetivação da igualdade. Nas palavras da integrante do Rio Grande do Sul:

“[...] A gente pensa na falta de uma como é que fica, então a gente procura se resguardar, a gente precisa mesmo é que seja reconhecido oficialmente a união para que na falta de uma a outra assuma a responsabilidade na criação.” (idem)



A militante das LBL/DF Jandira e sua filha, material em homenagem ao dia das mães. Produção da LBL/DF, maio de 2007. Fonte: <http://lbdof.clickblog.com.br/>

Na fotografia acima, a militante da LBL/DF posa ao lado da filha na campanha do dia das mães elaborada pelo grupo, buscando subverter as representações sobre maternidade atrelada à heterossexualidade. Mãe e filha trazem sobre a boca máscaras em forma de lábios gigantes, que sugerem uma mordança, significando a repressão, o silenciamento sobre as relações entre mulheres, que acaba privando-as de seus direitos de guarda de filh@s, dentre outros. Ao mesmo tempo propõem a publicização da lesbianidade conjunta com a maternidade através das inscrições: *Direitos iguais nem mais nem menos* sobre os lábios da mãe e sobre os da filha a afirmação que sugere a normalidade dessa convivência, ainda inimaginável para muitas pessoas: *Minha mãe ama uma mulher e eu amo minha mãe.*

O texto constitucional em seu parágrafo 3º do artigo 226 prevê que “para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Assim, apesar das reivindicações dos movimentos sociais, a lei máxima brasileira ainda está informada pela heterossexualidade compulsória enquanto limite interpretativo na aplicação dos princípios constitucionais igualdade e liberdade, obstando o reconhecimento da relação entre pessoas do mesmo sexo para efeitos jurídicos.

A imagem em questão, pedagogicamente propõe a modificação das representações sociais que informam o conceito de família, explicitando outras formas de organização familiares que constitucionalmente devem ser reconhecidas pelo Estado em sua previsão de igualdade. Assim, os discursos do movimento apontam para a ilegalidade da não observância dos direitos básicos das mulheres que vivenciam relações afetivo-sexuais diversas da heterossexualidade pautada em questões morais e religiosas.

O planejamento da maternidade através da concepção ou da adoção também é narrado como um direito por muitas militantes em suas produções. Apesar de aproximarem-se do sujeito mulher biologizado pelo viés da reprodução, quando reivindicam a condição de mães, acabam contrariando as representações das lésbicas como mulheres que rejeitam todos os papéis instituídos socialmente, como sugere esse trecho do fanzine produzido pela LBL/DF em maio de 2007:

“ Muitos casais de lésbicas desejam ter filhos e filhas, no entanto a lei não reconhece esse tipo de união, não aceitando esses casais como ambas mães de um filho ou filha, seja biológico, seja adotado. Apenas uma pode registrá-lo como mãe solteira. Pare e pense: a materialidade é obrigatoriamente heterossexual? (Zine da Liga Brasileira de Lésbicas do Distrito Federal, Brasília, maio de 2007, n. 01, pp. 01-02)

A interrogação no final desse texto é totalmente subversiva na medida em que desatreia maternidade e heterossexualidade. Dessa forma, a idéia de sexo para procriação é desestabilizada quando se abre outras possibilidades para a figura da maternidade.

## 6. *Visibilidade ambígua?*

Na busca pela especificidade, as militantes apresentam a visibilidade lésbica como estratégia de transformação da sociedade androcêntrica e heterossexualizada, destacando a atuação das mulheres como sujeitos políticos nas mais diferentes instâncias. Nesse contexto, algumas vezes, falar a partir de mulheres acaba levando as militantes a significar mulheres pelo corpo inscrito em feminino pelas práticas sociais, fragmentado e erotizado, como é o caso do adesivo da campanha disposto abaixo:



Campanha “visibilidade lésbica”. Adesivo produzido pela Liga Brasileira de Lésbicas, 2005

A “visibilidade lésbica” nessa campanha da LBL é realizada a partir da reprodução das representações mais arraigadas do feminino na sociedade heterossexual: os lábios com batom em forma de “biquinho”: uma expressão difundida pelo cinema hollywoodiano. Apesar de estas representações estarem subvertidas pela inscrição: visibilidade lésbica, não provocam a identificação das mulheres que não se percebem dentro destas representações.

Céline Perrin e Natacha Chetcuti (2002:02) lembram que uma “identidade lésbica” é “tributária das concepções dominantes, tanto da homossexualidade quanto das categorias homens e mulheres” e sendo assim, seria preciso fazer a distinção entre “identidade designada” e “identidade reivindicada” (idem), tendo esta última um caráter

subversivo das normas assujeitadoras, seja em busca de prazer, proteção ou rejeição do feminino imposto.

Judith Butler (2002:13) vai além nessa discussão, apontando que, contrariamente às noções humanistas, é importante perceber que o sujeito não decide sobre seu gênero, mas “o gênero é parte do que determina o sujeito”, sendo que a materialidade do sexo é construída “através da repetição ritualizada de normas” (idem:13). Sendo assim, a noção de artificial, fabricado, seria uma limitação para as análises sobre identidade, as quais deveriam focar a materialidade corporal como efeito do poder, pois

“As normas reguladoras do sexo operam de uma maneira performativa para construir a materialidade dos corpos e mais especificamente para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual e consolidar o imperativo heterossexual.” (idem:18)

As teorias feministas colocando em dúvida a própria materialidade corporal, a qual é menos um produto da natureza e mais o fruto de experiências pessoais e normas regulatórias edificadas pelos discursos de verdade. Como propõe Guacira Louro (2003:03-04):

“ Como um projeto, o corpo é construído. A marcação que sobre ele se executa é cotidiana; supõe investimento, intervenção. Processos que se fazem ao longo da existência de cada sujeito, de forma continuada e permanente. Processos que estão articulados aos inúmeros discursos que circulam numa sociedade e que podem ser compreendidos como pedagogias voltadas à produção dos corpos. [...] É indispensável admitir, ainda, que o sujeito não é um mero receptor de pedagogias exteriores a ele, mas sim que ele participa, ativamente, deste empreendimento. Os discursos produzidos e veiculados pelos institutos oficiais de saúde, pelas revistas e jornais, pelo cinema, pela internet ou pela moda certamente tem efeitos sobre seus corpos e mentes, mas seus efeitos não são previsíveis, irresistíveis ou implacáveis. Os sujeitos não somente respondem, resistem e reagem, como também intervêm em seus próprios corpos pra inscrever-lhes, decididamente, suas próprias marcas e códigos identitários e, por vezes, para escapar ou confundir normas estabelecidas.” (Louro, 2003:03-04).

A Liga Brasileira de Lésbicas realizou seu segundo encontro nacional em agosto de 2007 na cidade de Terezina, Piauí. Importante ressaltar a preocupação do movimento em pensar uma organização com realizações para além do eixo Rio-São Paulo como até algum tempo atrás acontecia com as organizações lésbicas.

O encontro teve cobertura de várias emissoras de TV da região que o apresentou como um evento político, longe de estigmas e interpretações pejorativas. A coordenadora da LBL do Estado do Piauí, na matéria abaixo, atua pela bandeira da visibilidade lésbica com a expressão “as lésbicas colocam cada vez mais a cara na rua”:

## Teresina sedia o II Encontro Nacional da LBL

**27-07-2007 - 12:48:00**

Teresina é a sede do II Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas (LDB), que reúne mulheres de 13 estados brasileiros, com o intuito de discutir temas como preconceito, violência contra a mulher e homofobia, além de promover a execução de políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade, fortalecendo tanto a liga, quanto o movimento feminista de um modo geral.



### [Assista ao vídeo](#)

Segundo Marinalva Santana, coordenadora do grupo de apoio às lésbicas Matizes de Teresina, esse evento é de suma importância para o avanço do movimento. "Esse debate é cada vez mais presente, porque a cada dia que passa, as lésbicas colocam mais a cara na rua". Dessa forma, se tornam cada vez mais necessários debates desse tipo para conscientização da população.

Marinalva também afirma que serão discutidos outros temas como os direitos reprodutivos da mulher: "Quem decide se a mulher quer abortar, é ela, e não o Estado ou a Polícia."

O evento teve início hoje, 27, e encerra-se no domingo, dia 29.

*Da redação do 45graus.com.br*

Fonte: <http://www.45graus.com.br/clipping.php?idnoticia=16996>

Interessante perceber na reportagem acima a pauta geral abordada pelo II Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas em Teresina - PI: "preconceito", "violência contra a mulher", "homofobia", termos que denotam a busca pela integralização das ações do movimento, antenado às lutas feministas de direito ao corpo e as atuações em prol do fim da violência contra as mulheres.

Exemplo disso é a incorporação da reivindicação pela descriminalização do aborto pela LBL, interpretada pelas militantes como uma questão fundamental para a



autonomia das mulheres, como pode ser visto na reprodução da frase: “Quem decide se a mulher quer abortar, é ela, e não o Estado ou a Polícia”.

O reconhecimento político do trabalho da LBL por alguns canais de comunicação são fundamentais na divulgação de suas propostas de transformação do heterossexismo e masculinismo sociais, promovendo a movimentação das representações fundadas nos conceitos de heterossexualidade e feminilidade. Nessa entrevista sobre o Segundo Encontro Nacional da LBL, a militante de Pernambuco explica que

“[...] Ser sujeito político significa estarmos dizendo para a sociedade que a muito mais do que nos relacionarmos com outra mulher, nós temos direitos, porque nessa sociedade sexista, patriarcal e machista, é imposto pra gente desde criança que nós temos que exercer a heterossexualidade como norma e nós estamos dizendo não a essa heterossexualidade compulsória e dizendo que nós somos sujeitos políticos (...) e temos o direito de termos nossos direitos sexuais, reprodutivos, nossos direitos humanos respeitados. Então, o Segundo Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas tem esse objetivo: empoderar as mulheres para dizer não a toda forma de preconceito e discriminação que a gente possa viver: ou na família, ou no trabalho, ou nos espaços de articulação política; e chamar a sociedade para a responsabilidade de não comungar com essa forma de preconceito e chamar também a atenção do Estado no sentido de não se omitir mais frente à questão das políticas públicas. Queremos políticas públicas que nos incluam enquanto mulheres que tem o direito de amar outra mulher (Trecho de entrevista disponibilizada no site 45TV de Piauí. [www.45tv.com.br](http://www.45tv.com.br) em agosto de 2007).

Na fala acima citada destacamos as matrizes que informa o discurso das militantes na construção do sujeito político lésbica: *empoderar*, *dizer não*, são os objetivos do trabalho da LBL nos embates sociais permeados pelas dinâmicas de exclusão, explicitadas pelos termos *preconceito*, *discriminação*. Importante também destacar que o foco do movimento está no reconhecimento das diferenças, o que o distancia da afirmação de uma identidade com um fim em si mesma.

A LBL, como um movimento que pretende integrar nacionalmente mulheres de várias e regiões e diferentes militâncias congrega uma pluralidade de experiências constitutivas. Dessa forma, a discussão sobre legitimidade de representação do sujeito lésbica não acontece sob um processo tranqüilo e pacífico. As práticas políticas de algumas militantes está informada por reflexões acadêmicas e/ou dos movimentos feministas sobre identidade de gênero, outras a partir de vivências em comunidades, grupos de intervenção, outras ainda em experiências pessoais de discriminação, violência e exclusão. Acrescento ainda os fatores: militância em grupos mistos, em grupos específicos de mulheres, em movimentos populares, movimento estudantil,

cargos governamentais, sindicatos, partidos políticos, órgãos de defesa de direitos, maternidade, experiências afetivas e/ou políticas, artísticas. Essa diversidade muitas vezes é palco de dinamismo dentro do movimento, sobre o que a militante de Alagoas tem o seguinte entendimento:

“[...] eu não acredito que as divergências sejam dificuldades, porque a partir do momento que nós temos divergências é porque o espaço está aberto pra discussão, questionamentos, proposições, e é dessa forma que a gente constrói democraticamente.” (Trecho de entrevista realizada em 30/03/2006, às 16 horas, no Encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisa: pensando gênero e ciência, em Brasília)

Nesse entendimento de que divergências não constituem impossibilidades de coalizão, o movimento trabalha no sentido de uma coletividade em permanente construção, uma vez que a diversidade de tais sujeitos não é passível de ser dissipada pela reivindicação de um sujeito político específico, em torno da sexualidade e afetividade. Como aponta a integrante da LBL de Santa Catarina:

“[...] Foi lançado aquele Programa Brasil sem Homofobia e a gente estava discutindo com algumas pessoas sobre esse tema e eu acho que a gente tem um papel muito importante enquanto movimento de estar pautando isso no campo das políticas públicas, porque quando você trata da questão da homossexualidade, da lesbianidade, parece que só tem uma faixa etária, um grupo que vive essa lesbianidade e na verdade nós temos lesbianidades, quer dizer, é uma diversidade muito grande e a gente tem que pautar isso.” (Trecho de entrevista retirada do Vídeo “Lésbicas no Brasil”, dirigido por Maria Angelica Lemos, Comunicação Mulher, 2004 – grifos meus)

Pelas matrizes *lesbianidades* e *diversidade*, nos defrontamos com a desestabilização das representações sobre um sujeito lésbica fixo. A militante propõe ampliar a concepção sobre lesbianidade como algo inerente a apenas um grupo específico de pessoas.

A partir das pluralidades, constituídas pelas práticas discursivas das militantes, é possível dizer que o processo de construção de um sujeito político que propõe uma coalizão nacional não é retilíneo, pacífico, determinante e/ou determinado. As próprias dinâmicas das militantes nos diferentes grupos e movimentos apontam para o caráter múltiplo dessa experiência. Por exemplo, as militantes que atuam em sindicatos trazem algumas práticas e experiências diversas daquelas próximas do movimento anarquista, as quais acabam rejeitando os métodos tradicionais de organização política (Trechos de entrevistas retiradas do Vídeo “Lésbicas no Brasil”, dirigido por Maria Angelica Lemos, Comunicação Mulher, 2004 – grifos meus):

“Eu acho que a gente tem que ser lésbica assumida e tem que estar dando uma batalha pra acabar com o machismo dentro do sindicato. Eu acho que de uma certa forma eu

estou lutando, ainda não digo que consegui, mas estou lutando ainda, mas o fato de eu ser uma direção sindical já é uma prova disso.” (S/MG)

“Eu vejo que aumentou bastante o numero de pessoas novas, não necessariamente pessoas jovens, mas pessoas com outra cabeça e que estão trazendo outra idéia de movimento, que é esse movimento alternativo, que é usar a arte como instrumento pra dar visibilidade para homossexual, mais precisamente a lésbica.” (B/SP)

“Sou lésbica e represento essa cultura hip-hop, mas só que na própria cultura hip-hop é um mito, isso não existe.” (A/SP)

Dessa forma, o diálogo muitas vezes é complexo e carregado de discordâncias, o que demanda esforços de todas e a retomada permanente dos objetivos de desmistificação da heterossexualidade sem perder de vista a diversidade das integrantes, como prevê a Carta de Princípios:

A Liga Brasileira de Lésbicas (...) articula de forma descentralizada, em rede, entidades, movimentos e ativistas engajados em ações concretas, do nível local, regional, nacional e internacional, pela construção de uma outra sociedade. Pauta-se pelos preceitos da inclusão e da igualdade, inclusive de tratamento entre suas participantes, respeitando o direito à diversidade de posicionamentos e idéias, de etnias, de culturas, de gerações e às especificidades de cada pessoa e com garantia à acessibilidade universal, desde que respeitem esta Carta de Princípios.” (Carta de Princípios da Liga Brasileira de Lésbicas, p. 02)

A partir dos termos “descentralizada”, “rede”, “entidades, movimentos e ativistas”, “diversidade”, “posicionamento de idéias, de etnias, de culturas, de gerações”, as militantes expõem a multiplicidade presente na organização do movimento. A distância entre as regiões onde os grupos que compõem a LBL estão localizados dificulta o diálogo entre as integrantes, sendo que as listas de discussão acabam sendo uma alternativa de comunicação para planejamento de ações.

Uma prática comum entre as integrantes da LBL são as reuniões concomitantes a eventos nacionais dos quais participam, como as conferências, os encontros feministas, seminários e fóruns.



Reunião nacional da Liga Brasileira de Lésbicas no X Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. Fotografia de Maria Angelica Lemos, Serra Negra, outubro de 2005.

A fotografia acima retrata uma das conhecidas reuniões da LBL em eventos nacionais. Podemos perceber a diversidade de mulheres que integram o movimento: negras, brancas, jovens, de diferentes idades, sugerindo a impossibilidade de determinação de um sujeito *lésbica* ou a determinação de um fim em si mesmo.

Como visto em Tânia Navarro-Swain (2002:05), “confrontar-se com um vazio identitário, lá onde se pensava haver um núcleo ontológico, é perturbador”, e é com essas incertezas que passamos a desconfiar de que as coisas não estão postas no mundo sem a convivência do nosso olhar”. A formação política, acadêmica e vivências em comunidades e contextos sociais diversificados trazem o desafio do trabalho em torno das necessidades das mulheres auto-identificadas como lésbicas e bissexuais através de um grupo que consiga conciliar coesão e diversidade.

#### *4.7. Lésbicas: um espaço de resistência das mulheres*

O processo de constituição e organização da Liga Brasileira de Lésbicas, como qualquer organização social de eixo identitário, encontra problemas decorrentes da fragilidade das identidades fixadas em recortes específicos em torno de um sujeito central. Da mesma forma, os desejos e anseios que impulsionam as mulheres pela

coletividade *Liga Brasileira de Lésbicas* são plurais, instáveis e transitam entre a coerência e a incoerência das definições edificadas pelas representações que constituem o imaginário das militantes.

Os limites impostos aos corpos socialmente significados em mulheres e homens pelos aparelhos de assujeitamento permanecem determinantes até a percepção e/ou realização de possibilidades de ruptura produzidas e produtoras dos gestos desejantes de transformação. Esses momentos são pessoais e diversificados, mas afetados pelos discursos que se movimentam pelas instâncias sociais e nesse processo os movimentos de lésbicas são importantes aliados na banalização das normas assujeitadoras das mulheres em seres heterossexuais traduzidos em femininos e maternais. Em suas condições de produção, diversificadamente, trazem instrumentais que contribuem para “modificar a face do mundo, das relações humanas sexualizadas, em seus traços hierárquicos, assimétricos e profundamente injustos” (Navarro-Swain, 2002:01).

A identidade lésbica, para a maioria das militantes, estaria ligada à compreensão da vivência da sua sexualidade e/ou afetividade em uma sociedade norteada por valores masculinistas e heterossexistas, como aponta a integrante de Natal – RN:

“[...] nós andamos juntas com essa identidade, a vivência lésbica é que faz essa identidade, porque dentro da LBL tem pessoas muito diferentes (...) Então, o que nos liga, é a identidade e o que constrói a identidade é a vivência lésbica...o que nos aproxima é isso, apesar de outras coisas que são diferentes...esse é o grande ponto, que a gente percebeu que era comum entre todas...por mais que a gente tivesse divergências políticas, etc, mas a gente tinha uma coisa que nos ligava, que era a nossa vivência lésbica, a nossa vontade de construir uma forma diferente de ver as lésbicas no Brasil [...]. (Trecho de entrevista retirada do Vídeo “Lésbicas no Brasil”, dirigido por Maria Angelica Lemos, Comunicação Mulher, 2004 – grifos meus)

Na fala acima, as matrizes destacadas “vivência lésbica” e “identidade” se repetem e se misturam no entendimento sobre a união das mulheres para a formação de um sujeito político. A militante aqui fixa-se na especificidade de vivências no contexto social heteronormativo para marcar as diferenças que as constituem coletivamente. Na mesma fala é possível verificar que “divergências políticas” e “pessoas muito diferentes” descontroem a idéia de uma identidade fixada nas vivências. No final, ao pontuar que o que une as militantes é a “vontade de construir uma forma diferente de ver as lésbicas no Brasil”, a militante abandona a noção de identidade e nos remete a uma estratégia política pautada na transformação das representações sociais que evidenciam a norma heterossexual.

Joan Scott (1999:25) atenta para a armadilha de pensar a experiência como “evidência incontestável e como um ponto originário de explicação que enfraquece a investida crítica das histórias da diferença”. A “naturalização” da experiência como algo autônomo, independente dos construtos históricos e sociais sugere é questionada, pois há que se levar em conta as constituições discursivas dos sujeitos. Para a autora:

“[...] quando a experiência é considerada como a origem do conhecimento, a visão do sujeito individual (a pessoa que teve a experiência ou o/a historiador/a que a relata) torna-se o alicerce da evidência sobre a qual se ergue a explicação. Questões acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, constituídos de maneira diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada – acerca da linguagem (ou discurso) e história – são postas de lado. A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que vêem e agem no mundo.” (Scott, 1995:26)

Assim, nos questionamentos sobre a invisibilidade não basta tornar uma experiência “visível”, pois tal simplificação “impede a análise do funcionamento do sistema e de sua historicidade: ao invés, reproduz seus termos”, diz Scott (idem:27). Segundo ela,

“[...] tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica (...) não são os indivíduos que têm a experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência.” (ibidem)

Scott (1995:27) sugere então que é preciso historicizar a experiência e as identificações que ela conduz, pois essa historicização “implica em uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas”. Nesse sentido, é possível dizer que as militantes estão constituídas individualmente a partir de uma rede discursiva em torno da sexualidade, em um movimento de inclusão e exclusão através do confronto dos discursos que operam na sociedade informada pelo estatuto da heterossexualidade, estando essa dinâmica presente inclusive no interior do próprio movimento na busca pela visibilidade.

A identidade, para Scott (1995:40), está “amarrada à noção de experiência”, pois ambas são entendidas equivocadamente como auto-evidentes e

“[...] tratar da emergência de uma nova identidade como um evento discursivo não significa introduzir uma nova forma de determinismo linguístico, ou destituir sujeitos de sua capacidade de agenciamento. Significa recusar a separação entre 'experiência e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso. Sujeitos são constituídos discursivamente, mas existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, múltiplos sentidos possíveis para os conceitos que usam. E sujeitos

têm agenciamentos. Eles não são indivíduos unificados, autônomos, que exercem o livre arbítrio, mas, ao contrário, são sujeitos, cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhes são conferidas.” (Scott, 1995:42)

Os signos sociais interpelariam as mulheres a partir de sua afetividade/sexualidade, atribuindo-lhes formas semelhantes de abjeção e possibilitando-lhes espaços de rompimento com as verdades estabelecidas, os quais seriam mais significativos na medida em que as mulheres aproximam suas vivências. Assim, a proximidade entre as mulheres por meio da organização de movimentos específicos - suas falas, gestos, afetos e desafetos – propicia trocas de informações a partir de suas perspectivas, auto-conhecimento, percepção de situações de violência através dos relatos das outras, etc, direcionando suas ações para o rompimento dessas representações. Como aponta a militante da LBL/SP, os espaços para lésbicas são alternativas de fortalecimento frente às adversidades do mundo informado pelo imaginário heterossexualizado:

“[...] quando elas chegam lá e tem o grupo formado, e não tem só aquele grupo, tem grupos espalhados pelo Brasil e até pelo mundo, ficam muito mais felizes, acham ótimo participar de atividades como parada gay, como o dia da visibilidade lésbica, porque elas vêem que não estão sozinhas e detalhe, tem muita gente, tem muita gente trabalhando pra dias melhores.”. (Trecho de entrevista retirada do Vídeo “Lésbicas no Brasil”, dirigido por Maria Angelica Lemos, Comunicação Mulher, 2004 – grifos meus)

A militante da LBL/Sul pontua a necessidade de criação de um espaço específico de mulheres enquanto estratégia de sair do controle das representações sociais que mantém a supremacia masculina:

“[...] Um espaço só de mulheres é muito importante, penso que é um processo...a gente quer um espaço só de mulheres hoje, a gente talvez amanhã não precise mais ter essa segregação, que a gente possa junto com todas as pessoas fazer coisas...mas hoje é preciso ter esse espaço de visibilidade das mulheres, de práticas, de ações, de atitude, enfim...acho que hoje é importante ter um lugar só de mulheres.”. (Trecho de entrevista realizada em 09/09/2006, às 19 horas, na Universidade de Brasília)

Assim, os espaços construídos pelo movimento são traduzidos como espaços de criação de si, de quebra de imagens e estereótipos. Muitas militantes apontam ainda para a importância da união das mulheres em torno do sujeito político *lésbica* a fim de promover o conhecimento sobre a construção das diferenças e sobre as dinâmicas de apropriação das mulheres pelo heteropatriarcado<sup>41</sup> para subvertê-lo:

---

<sup>41</sup> Tomando como base a teoria de Monique Wittig (1981) que critica o sistema heterossexual justificado pelo pensamento que produz a diferença entre os sexos como um dogma político e filosófico, promovendo e sustentando a supremacia masculina, eixo deste sistema.

“Nós, como lésbicas feministas, temos muito o que desafiar neste sistema. Primeiro, entendo que, na hora em que nos assumirmos enquanto lésbicas, já estamos assumindo a nossa revolução. Que é revolução senão querer modificar e transformar o mundo... embaralhar e dar as cartas de novo. Nós estamos desafiando a sociedade do heteropatriarcado. E nós, como militantes e feministas, temos consciência disto. Coisa que, se por um lado nos dá poder, porque sempre o conhecimento empodera, por outro lado, nos exige maiores cuidados pelas responsabilidades assumidas.” (Pessah, Mariana. Herstoria. Relatório do I Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas Região Sul. p. 15)

A militante aqui aproxima-se das teorias de Adrienne Rich e Monique Wittig que subvertem o heteropatriarcado percebido como sistema. O “desafio” colocado por ela seria o de solapar a apropriação masculina através da recusa da heterossexualidade. A identificação *lésbicas* é significada como um ato político de resistência. Nessa fala temos a desconstrução da representação do amor romântico e da maternidade como características femininas e previsíveis:

“Nossa revolução é também sexual. Estamos desafiando nada menos que um dos primeiros conceitos aprendidos quando crianças. Não acreditar no príncipe azul, senão na princesa. E até desafiar essa crença também, porque não somos todas que achamos que vamos viver eternamente com o ‘nosso amor’. Nosso dia mais feliz não vai ser o casamento. Provavelmente não tenhamos filhas/os e, se decidirmos que queremos tê-las/os, será com outra mulher e não com o homem. desafiamos a afirmação que diz que o sexo é para nos reproduzirmos. Nós nos colocamos como seres sexuais, mas não como reprodutoras. Somos produtoras de um outro sistema, um sistema de inclusão.” (Idem:15-16)

Trechos como estes: “desafiando conceitos aprendidos”, “não acreditar no príncipe”, “provavelmente não tenhamos filhas/os”, “não somos seres reprodutores”, traduzem a resistência às noções de feminino atrelado à heterossexualidade, ao casamento, ao amor e ao cuidado. Afinal, as representações do casamento, do príncipe encantado e do “felizes para sempre” fazem parte constitutiva do destino das mulheres nas representações sociais tradicionais, marcadas pela biologia e apropriadas pelo assujeitamento à heterossexualidade compulsória. Este desafio, que nega a necessidade do binário natural, aponta para a desestabilização de uma ordem fundada no par dominação/submissão. É a “revolução” interna/externa da “ordem do pai”. Nas palavras de Adrienne Rich (2003:02), a ideologia do amor heterossexual, transmitido às meninas desde a infância “pelos contos de fadas, pela televisão, pelos filmes, pela propaganda, pelas canções populares, pelas cerimônias nupciais”, é um instrumento incontestado nas mãos do sistema patriarcal.

A partir do relato de uma oficina no informativo do Projeto Olhares, elaborado por militantes lésbicas de Porto Alegre, é possível perceber algumas matrizes de



sentido que emanam das propostas do movimento. As palavras: “vivências”, “coletivo”, “pares”, “parceiras”, “guerreiras”, “pertencentes ao mesmo grupo”, sugerem a construção de espaços/territórios de cumplicidade entre as mulheres, historicamente desqualificados pelo sistema patriarcal e heterossexista:

“[...] Mais de 50 mulheres compartilharam suas histórias de vida, suas alegrias, suas experiências boas e ruins em relação ao amor e desejo por outras mulheres. Cada uma com seu histórico familiar, vivências sociais, expectativas, lutas e sonhos. ‘Bárbaras guerreiras’, construtoras de uma nova possibilidade. Construimos um espaço vivo, onde todas puderam expressar o que sentiam, transformando idéias e sentimentos em conhecimento, e por conseqüência, em ferramenta de poder. Muitas ‘saíram do armário’, muitas se tornaram ativistas e militantes! Muitas passaram e não voltaram. Muitas estiveram naquele espaço, onde éramos um coletivo, éramos pares, parceiras, pertencentes do mesmo grupo. Mulheres que por muito tempo viviam sozinhas, soltas na multidão.” (Projeto Olhares. Ação para visibilidade lésbica em Porto Alegre. Porto Alegre, 2005, p. 07)

Nessa superfície, as militantes apresentam outras matrizes que nos informam sobre os sentidos produzidos no movimentos: “experiências”, “novas possibilidade”, “espaço vivo”, “expressão”, “transformação”, “poder”. Assim, propõem, a constituição de espaços de fortalecimento das mulheres na busca do empoderamento das mesmas a partir da visibilidade de suas ações e relações na conquista de outras possibilidades para subverter a ordem social.



Reunião nacional da Liga Brasileira de Lésbicas., São Paulo, junho de 2004. Fotografia de Maria Angelica Lemos

Essa idéia de pertencimento pode ser observada na fotografia que nos informa sobre esse “espaço de mulheres” na luta política pelo reconhecimento de direitos. Como visto em Barthes (1980:145), “cada foto é lida como a aparência privada de seu referente” e, assim, opondo essa imagem às tradicionais representações que nos chegam sobre movimentos sociais, temos possibilidades outras de pensar os espaços políticos elaborados por mulheres em suas subjetividades. Marcadas pelo sorriso e pelo múltiplo corporal, longe dos estereótipos que as negativizam.

Os discursos e práticas das militantes, na busca pela visibilidade das lésbicas, aponta para o caráter político da auto-identificação *lésbica*. Em seu artigo “Heterossexualidade obrigatória e existência lésbica”, Adrienne Rich (1980:23), define o conceito de *continuum lésbico* como “uma gama de experiências ginocêntricas”, ao longo da vida de cada mulher e da história. Assim, a heterossexualidade é apresentada como uma instituição política, onde as mulheres existem sempre em relação ao homem. É através das trocas entre mulheres que estariam as possibilidades de re-significação e aprendizado de si, possibilitado pelo exercício de pensar e falar sobre e para si, independente da coerção ao binário heterossexual que instaura o masculino enquanto eixo da sociedade.

Essa possibilidade pode ser identificada nas palavras da militante de Santa Catarina:

“[...] Eu acho muito bacana construir com mulheres, praticar com mulheres, praticar tanto a fala quanto a atividade, o pensamento...na Liga, pelo menos no grupo mais próximo a mim, no grupo que eu mais me relaciono mais de perto, a gente estuda, a gente troca idéias sobre conceitos, então eu tenho achado muito bacana, eu gosto muito dessa atividade que a gente realiza na Liga e essa busca que a gente tem de ter uma atitude democrática...essa coisa das ações serem horizontalizadas...não que seja sempre, a gente não é perfeita, mas é o que a gente busca, pelo que a gente tem trabalhado pra fazer...eu tenho achado muito legal, gosto muito da Liga.”

Como informa os termos “construir com mulheres”, “praticar com mulheres”, “fala”, “atividades”, “pensamento”, essa troca entre mulheres realiza a idéia de “sororidade” pensada por Rich (1980:24) e é sugerida em alguns materiais produzidos pelas militantes, os quais, mais que expor a sexualidade como eixo da lesbianidade, trazem as possibilidades de fortalecimento das mulheres pela ação política conjunta.

As imagens estão carregadas de sentidos e por isso, por mais simples que seja, “constituirá um mensagem muito complexa”.

“Considerar uma imagem como uma mensagem visual composta de diversos tipos de signo equivale (...) a considera-la como uma linguagem e, portanto, como uma ferramenta de expressão e de comunicação. Seja ela expressiva ou comunicativa, é possível admitir que uma imagem sempre constitui uma mensagem para ou outro, mesmo quando esse outro somos nós mesmos.” (Joly, 1999:55)



As militante pintam os símbolos lésbicos na bandeira do arco-íris, momento da oficina de visibilidade lésbica no Planeta Arco-íris (Fórum Social Mundial) - fotografia de Maria Angelica Lemos, Porto Alegre, janeiro de 2003.

A fotografia acima registra o momento de construção da bandeira do movimento de lésbicas, sendo que o ato de pintar é destacado aqui enquanto experiência constitutiva, produtora de sentidos para as próprias militantes enquanto sujeitos políticos. Assim, os espaços de lésbicas são importantes em termos de auto-representação e interpretação do mundo representado no masculino pelo recorte do olhar a partir das subjetividades das mulheres. Como o olhar que focou o ângulo exageradamente ampliado da fotografia acima apontando para o que foi significativo para a coesão do grupo: a tessitura conjunta de uma história, de um lugar de autonomia e publicização das ações das mulheres: a materialização da especificidade até então subsumida pela idéia do “homossexual”, o trabalho das mãos para a visibilidade: uma “aventura” das mulheres. Roland Barthes (1980:36) fala que “o princípio da aventura” é o que permite “fazer a fotografia existir”. E é essa aventura que nos toca o olhar, pois o interesse pela fotografia deriva do sentimento e por isso há o desejo de aprofundá-la “não como uma questão (um tema), mas como uma ferida: vejo, sinto, portanto noto, olho e penso”. (idem:39)

A atuação da Liga Brasileira de Lésbicas, pensada como um espaço construído por mulheres e para mulheres a partir do recorte da sexualidade/afetividade pode ser localizada como um espaço extremamente produtivo para a subversão do sistema heterossexual pautado na dicotomia sexo-gênero. Isso porque as reivindicações de “identidades desviantes”, como o sujeito político *lésbica* promove deslocamentos das categorias indentitárias fixadas em um feminino universal com características opostas ao masculino, produzindo discursos movimentadores das certezas acerca das diferenças sexuais e desvelando o apagamento das relações entre mulheres da memória social.

## Considerações finais

*Entende-me: escrevo-te uma onomatopéia. Convulsão da linguagem. Transmito-te não uma história, mas apenas palavras que vivem do som [...] Mas bem sei o que quero aqui: quero o inconcluso. Quero a experiência de uma falta de construção. Embora este meu texto seja todo atravessado de ponta a ponta por um frágil fio condutor – qual? O do mergulho na matéria da palavra? [...] (Clarice Lispector)*

A Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) é um movimento social formado especificamente por mulheres auto-identificadas como lésbicas ou bissexuais que buscam, através da convergência de grupos lésbicos específicos, núcleos de lésbicas em grupos homossexuais mistos, ou mulheres lésbicas ou bissexuais independentes, uma coalizão nacional ancorada em um sujeito político *lésbica*.

A construção desse sujeito compõe um processo de afirmação e positivação da afetividade e da sexualidade entre mulheres para além da norma heterossexual sustentada pelas tecnologias do sexo e do gênero que perpassam todas as relações sociais, ditando normas, composições corporais, desejos e comportamentos. Nesse processo, as práticas discursivas que materializam essa diferença – produções textuais, imagéticas, manifestações públicas por direitos, falas em entrevistas e matérias jornalísticas - produzem sentidos que podem afetar as representações sociais cerceadas pelo sistema heterossexual, movimentando-as incessantemente junto a outras tantas outras forças que as compõem.

Assim, no processo político de busca de reconhecimento, o foco de destaque da militância da Liga Brasileira de Lésbicas é a bandeira da visibilidade, a partir da qual as militantes colocam-se na ordem do excêntrico, opondo suas vivências e auto-representações aos discursos de verdade e rejeitando muitas vezes o pretense controle dos corpos e desejos dos indivíduos, principalmente das mulheres - pelo dispositivo da sexualidade visto em Foucault (2005), e pelo dispositivo amoroso, conceituado por Tania Navarro-Swain (2006) – através dos discursos que naturalizam o desejo do sexo e predispõem as mulheres ao amor e ao cuidado.

Destaco aqui algumas matrizes de sentidos que me interpelaram nas produções da LBL, como: empoderamento, lesbianidade, mulheres lésbicas, sujeito político, diversidades, feministas, transformação, através das quais podemos perceber estratégias de deslocamentos do dispositivo da sexualidade, uma vez que seus discursos focam a reivindicação de direitos, não se estruturando pelo viés da homossexualidade naturalizada, dicotômica. Nas citadas matrizes temos a desestabilização do sujeito mulher adentrando inclusive no interior dos movimentos feministas através da participação das militantes e suas reivindicações de diferenças e pela negação da heterossexualidade como evidencia.

Importante perceber a que o processo de construção do sujeito político da LBL não esteve sempre definido linear e pacificamente. Na produção e convergência dos seus discursos, as militantes, a partir de suas condições de produções diferenciadas, foram constituindo a si mesmas e as outras nas suas trocas de experiências. A significação de ser lésbica não se apresentou uniformizada e definitiva para todas, sendo construída no decorrer da consolidação do movimento. No processo de realização dos encontros a sociedade que queremos extrapolou o que somos e assim, temos a lesbianidade significada no campo do político e não apenas no campo pessoal.

Em alguns momentos, as militantes encontram-se engendradas também pelos sentidos produzidos pelos discursos classificatórios ao auto representar-se dentro do binário masculino/feminino, reproduzindo muitas vezes imagens e textos conduzidos por teorias naturalizantes como a eterna bi-partição do mundo com papéis e valores diferenciados. Assim, a partir de algumas teóricas críticas como Monique Wittig, Judith Butler e Tânia Navarro-Swain, observamos que a ancoragem das ativistas lésbicas em “mulheres que amam mulheres”, apesar de romper com as evidências da heterossexualidade acaba por manter uma categoria que algumas vezes, pode ser significada dentro do sistema heterossexual. Entretanto, tais dinâmicas de demarcação de espaço dentro do movimento homossexual são vistas aqui como significativas para a produção de outras significações para além das representações do gay, do masculino autorizado à fala e as dinâmicas de apropriação dos espaços. Nesse processo, ao reivindicar a visibilidade, as militantes denunciam o patriarcado e a sexualidade como pontos de exclusão das mulheres e das lésbicas na sociedade mesmo nos espaços de militância homossexual.

Destaco ainda na presente pesquisa a auto-representação elaborada e difundida pelas militantes e a criatividade na construção do sujeito político lésbica, propiciando imagens positivas sobre as relações entre mulheres e a produção de subjetividades que desarticulam as definições fixas e naturalizadas sobre a lesbianidade como algo negativo, sem atrativos, guetificado.

As diferenças materializadas no discurso político das militantes em torno de um sujeito “lésbica”, adentram os movimentos feministas nos diferentes espaços de participação social como as conferências, encontros feministas e fóruns de mulheres, subvertendo o sujeito mulher pensado pelo viés da heterossexualidade. Adentram ainda os movimentos homossexuais, demarcando a questão do apagamento das ações e falas das mulheres sob o termo “homossexual” e atribuindo um caráter feminista à discussão da heterossexualidade compulsória ao explicitá-la como base da subjugação das mulheres através de suas vivências.

A Liga Brasileira de Lésbicas, a partir da formação feminista da maioria das militantes, apresenta ainda uma atenção considerável para o debate da escrita da história, questionando o silenciamento das mulheres na historiografia e trazendo o recorte da sexualidade/afetividade para o cenário político, denunciando os mecanismos de exclusão que compõem a produção do conhecimento com vistas a manutenção das supremacias.

Assim, a presente pesquisa aponta menos para certezas sobre as relações humanas no mundo ontem, hoje e amanhã e aponta e mais para o emaranhado de sentidos que foram produzidos, esquecidos, apreendidos e subvertidos no processo de apreensão do mundo em registros históricos. As militantes auto-identificadas como lésbicas não produzem uma identidade fixa nacional determinando o que é uma lésbica. Pautam-se pelo caráter político de negação da heterossexualidade e do androcentrismo da sociedade em suas mais diferentes instâncias e nesse processo produzem sentidos para si e para @s outr@s na materialização do sujeito do movimento, antenadas às atuações dos movimentos de lésbicas passados e presentes e aos feminismos em uma serialidade discursiva, envolvendo uma outra história que valoriza signos femininos e as relações entre mulheres, contrapondo o masculinismo científico e seu status de verdade absoluta.

A atuação coletiva das integrantes da Liga Brasileira de Lésbicas, ou seja, a organização exclusiva de mulheres em torno dos objetivos de empoderamento, visibilidade e destruição da sociedade androcentrica, pode ser pensada aqui como facilitadora de outras discursividades para o sujeito dos feminismos, muitas vezes atrelado ao binário heterossexual.

Os movimentos de lésbicas em suas dinâmicas de visibilização, possibilitam a suavização das fronteiras que demarcam as diferenças e categorizam os indivíduos: classe, raça/etnia, gênero, sexo, nacionalidade. O conhecimento do processo irregular da constituição da Liga Brasileira de Lésbicas nos aproxima ainda da multiplicidade que perpassa as relações humanas, sinalizando que somos menos produtoras de nossas experiências e mais seus resultados. Não seria mais possível assim, pensar os indivíduos a partir do conhecimento embasado pelas dicotomias: certo/errado, homem/mulher, homossexual/heterossexual. As práticas discursivas das militantes são exemplos da constante dinâmica dos sentidos que atuam na interpretação do mundo: movimentam as representações sociais, possibilitando outras significações apagadas da memória social pelos discursos androcêntricos, etnocêntricos e heterossexistas no processo de sociabilização. Apontam para o múltiplo contido nos mecanismos de conformação dos corpos e desejos e nos possibilitam vislumbrar a constante movimentação dos conceitos com os quais nos percebemos e construímos nossas certezas.



## Referências Bibliográficas

### FONTES:

#### Materiais Impressos

- Carta de Princípios da Liga Brasileira de Lésbicas. Sistematização. Florianópolis, 2005.
- Boletim Chanacomchana. São Paulo:1981, n. 01; 1983 n. 03; 1984 n.04;
- Boletim Deusa Terra, ano I, n. 0, São Paulo, 1991.
- Informativos da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul: Ano 01, número 02. Porto Alegre, 2004
- Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul. Ano II, Edição Comemorativa. Porto Alegre, 2005.
- Informativo do Projeto Olhares. Ação para a visibilidade lésbica em Porto Alegre. Grupo Nuances, Porto Alegre, janeiro de 2005.
- Informativo da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul. Ano III. Porto Alegre, março de 2006.
- Relatório Nacional da LBL 01 – Relatório do I Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas. São Paulo – SP, novembro de 2004.
- Relatório da LBL Região Sul 01 – Relatório do I Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas Região Sul. Florianópolis SC: setembro de 2003;
- Relatório do VI Seminário Nacional de Lésbicas – SENALE. Recife, Maio de 2006.
- Elas querem ser ouvidas. Correio Brasiliense. Brasília, 17 de julho de 2004

#### Fotografias

- Oficina de visibilidade lésbica, Fórum Social Mundial de 2003, Porto Alegre. Autoria: Maria Angelica Lemos.
- Caminhada lésbica, Fórum Social Mundial de 2003, Porto Alegre. Autoria: Maria Angelica Lemos.
- I Encontro da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul em setembro de 2003. Autoria: desconhecida.
- Reunião nacional da LBL, São Paulo, junho de 2004. Acervo da LBL.

- I Conferencia Nacional de Políticas Públicas para Mulheres em Brasília, 2004. Acervo LBL.
- Reunião no X Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe em Serra Negra, outubro de 2005. Autoria: Maria Angelica Lemos.
- III caminhada de lésbicas e bissexuais em São Paulo, 2005. Autoria: desconhecida.
- Manifestação das militantes da LBL em frente ao Congresso Nacional em Brasília, 2005. Autoria: Maria Angelica Lemos.
- X Encontro Feminista, Bertioga, 1989, Mulheres em Movimento. Autoria: Claudia Bonam, do site: [www.mulheresemmovimentos.com.br](http://www.mulheresemmovimentos.com.br)

#### Materiais de divulgação para a construção da visibilidade:

- Adesivo da campanha do movimento em prol da visibilidade lésbica (2005);
- Postal distribuídos pelas militantes para a visibilidade lésbica. Grupo Nuances – Porto Alegre (2004);
- Campanha do dia das mães realizada pela LBL/DF em Brasília, maio de 2007.

#### Materiais audio-visuais

- Lésbicas no Brasil. Produzido pela Ong COMULHER, dirigido por Maria Angelica Lemos, São Paulo, 2004 (45:00 min).
- Histórias Lésbicas. Produzido pela Ong COMULHER, dirigido por Maria Angélica Lemos, São Paulo, 2003 (25:00 min.).

#### Materiais da internet:

- Campanha do dia das mães da LBL/DF, maio de 2007. [www.lbl.df.clickblog.com.br](http://www.lbl.df.clickblog.com.br)
- Divulgação da V caminhada lésbica em São Paulo, junho de 2007. [www.comuniles.org.br/lbl](http://www.comuniles.org.br/lbl)
- Depoimento de Rosangela Castro (LBL/RJ) no site [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)
- Matéria sobre o II Encontro Nacional da LBL em Piauí, agosto de 2007. [www.45graus.com.br](http://www.45graus.com.br)
- Contribuição para a mesa: "O lugar do sujeito político: bissexuais e transgêneros na LBL". Texto da militante Regina Facchini registrando sua fala na mesa sobre bissexualidade no I Encontro da LBL em São Paulo, 2004. <http://www.paradasp.org.br/modules/articles/article.php?id=16>

Falas gravadas em encontros:

- Fala de uma militante do Rio Grande do Sul, gravada na mesa do VI Senale, em Recife, maio de 2006 sobre a participação das lésbicas nos encontros feministas.

Entrevistas

- duas militantes da LBL do Rio Grande do Norte;
  - uma de Alagoas;
  - uma do Piauí;
  - uma do Rio Grande do Sul;
  - uma de Santa Catarina;
- e uma fundadora e ex-integrante atualmente do Distrito Federal.

Outras fontes

- Boletim Informativo do VI SENALE, Recife, 2006, n. 01
- Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da igualdade e da integralidade. Rede Feminista de Saúde. Belo Horizonte, 2006.
- Anais da Primeira Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Brasília, 2004.
- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2004.

OBRAS DE REFERÊNCIA

ADELMAN, Miriam (2000). Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. **Revista Sociologia Política**, n.14. UFPR, Curitiba: p. 163-171, jun.

ALBERTI, Verena (1989). **Historia oral. A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 202p.

ALMEIDA, Maria Fernanda Vasconcelos de (2004). A desconstrução do feminino no discurso lésbico. **Labrys, Estudos Feministas**. Ago/dez, numero 06.

ANZALDUA, Gloria (1999). **Borderlands. La Frontera. The New Mestiza**. Aut Lute Books: San Francisco.

ARRUDA, Ângela (1998). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes.

BENTO, Berenice Alves de Melo (2003). **A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond.

BONNET, Marie-Jo (2002). As relações entre mulheres: o impensável. In: **Labrys, Estudos Feministas**. Numero 1-2, julho/dezembro 2002.

BORDO, Susan. (2003). No Império das Imagens: Prefácio para o Décimo Aniversário da Edição de “Este Peso Insuportável. In: **Labrys, Estudos Feministas**. Numero 4. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

BRAIDOTTI, Rosi (2000). **Sujeitos nômades. Corporización y diferencia sexual em la teoria feminista contemporânea**. Paidós: México.

\_\_\_\_\_ (2002). Diferença, diversidade e subjetividade nômade. In: **Labrys, Estudos Feministas**. Numero 1-2, julho/dezembro. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

BUTLER, Judith (2003). **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ (2000). Corpos que pesam. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado. Pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Atlantica.

\_\_\_\_\_ (2002). **Cuerpos que importan. Sobre os limites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós.

CASTORIARDIS, Cornelius (1995). **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Terra e Paz.

CHAMBERLAND, Line (2002). O lugar das lesbianas no movimento das mulheres. In: **Labrys, Estudos Feministas**. Numero 1-2, julho/dezembro. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento.

[http://www.agende.org.br/docs/File/dados\\_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf](http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf) Acessado em maio de 2007.

DE LAURETIS (2004), Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa B. de (org). **Tendências e impasses**. Rio de Janeiro: Rocco.

DESCARRIES, Francine (2000). Teorias Feministas: liberação e solidariedade no plural. In SWAIN, Tânia Navarro Feminismos: teorias e perspectivas. **Textos de História**. Revista da pós-graduação em História da UNB. Volume 8.

DOIMO, Ana Maria (1995). **A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. ANPOCS, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 353p.

FACCO, Lucia e LIMA, Maria Isabel de Castro (2004). Protagonistas lésbicas: a escrita de Cassandra Rios sob a censura dos anos de chumbo. **Labrys, Estudos Feministas**. Agosto/dezembro, no. 06. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

FALU, Ana. (2006). **A invisibilidade e o ganha-pão. Lésbicas no trabalho na Colômbia, Bolívia, Brasil, Honduras e México**. Argentina: Agencia Periodística CID (Posfacio)

FLORES, Valéria (2003). **La ignorancia institucionalizada de las lesbianas**. Site [http://www.creatividadfeminista.org/articulos/lesb\\_2003\\_ignorancia.htm](http://www.creatividadfeminista.org/articulos/lesb_2003_ignorancia.htm) em setembro de 2006.

FOUCAULT, Michel (1996). **A ordem do discurso**. Loyola: São Paulo.

\_\_\_\_\_ (1997). **A arqueologia do saber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

\_\_\_\_\_ (2005). **História da sexualidade. A vontade de saber**. 16 Ed. Graal: São Paulo, 2005

FURLANI, Jimena. (2004). **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana: subsídios ao trabalho em Educação Sexual**. Florianópolis, CEPEC Editora.

GUARESCHI, Pedrinho e JOUCHELOVITCH, Sandra (2003). In: GUARESCHI, Pedrinho e JOUCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes.

GUATTARI, Felix (1981). **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. (2005). **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Editora Vozes: Rio de Janeiro.

JODELET, Denise (2001). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdURRJ.

KRONKA, Graziela Zanin (2005). **A encenação do corpo: o d i s curso de uma imprensa (homo ) erótico -pornográfica como prática intersemiótica**. Tese de doutorado, Unicamp.

LOURO, Guacira Lopes (1997). **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (2002). Currículo, gênero e sexualidade – refletindo sobre o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. **Labrys, Estudos feministas**, n. 1/2, julho/dezembro. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

\_\_\_\_\_ (2004) **Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autentica

HALL, Stuart (1998). **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A: Rio de Janeiro.

HARAWAY, Donna (1995). Saberes Localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilegio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas.

HARAWAY, Donna (1991). **Ciência, cyborgs y mulheres. La reinvencción de la natureza**. Ediciones Cátedra, Universitat de València, Instituto de la Mulher.

HARDING, Sandra (1994). Thinking from the perspective of lesbian lives. In: HERRMANN & STEWART. **Theorizing feminism: parallel trends in the humanities and social sciences**. Oxford: Westiew Press.

\_\_\_\_\_ (1996). **Ciência y Feminismo**. Madrid: Ediciones Morata.

HILAIRE, Colette St (2000). A dissolução das fronteiras de sexo. In: **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília, vol. 8, n. 1/2.

HUTCHEON, Linda.(1991). **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

IRIGARAY, Luce (1997). **Ce sexe qui n en est pas um**. Editions de Minuit: Paris.

JENKINS, Keith (2001). **A história repensada**. São Paulo: Contexto.

JOUCHELOVITCH, Sandra (2003). In: GUARESCHI, Pedrinho e JOUCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes.

LAPLATINE & TRINDADE (2003). **O que é imaginário**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

LOURO, Guacira Lopes (2004). O normal e o “abjeto”: Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. **Labrys, Estudos Feministas**, numero 6, ago/dez. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

MAFFESOLI, Michel (2000). **Máscaras do corpo**. Casper Líbero, Ano III, v. 3, nº 6, p. 44-49.

MANGUENNEAU, Dominique (1997). **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas.

MARTIN, Emily. (2006)

MATHIEU, Nicole-Claude (1989). “**L’anatomie Politique**”: **categorizations et ideologies du sexe**. In: DAUNE-RICHARD at all. Aix-en-Provence, Université de Provence.

MAYNE, Judith (1991). A parallax view of lesbian authorship. In: In: FUSS, Diana. **Inside/out. Lesbian theories, gays theories**. New York and London: Routledge.

MILLET, Kate (1970). **La politique du male**. Paris: Stock.

MULVEY, Laura (1989). **Visual and other pleasures: language, discourse, society**. Londres: MacMillan.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (2000). Meninas e meninos na escola: a modelagem da diferença. In: NAVARRO-SWAIN, Tania (org). **Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História**. Revista da Pós-graduação em História da UNB. volume 8, n. 1/2.

\_\_\_\_\_ (2004). Civilizar o sertão: a construção de diferenças e identidades de gênero e sexuais (Minas Gerais, século XIX). **Fragmentos de cultura**. Goiânia, v. 14, n.6.

\_\_\_\_\_ (2005). Mulheres, trabalho e educação: marcas de uma prática política. In: Navarro-Swain, Tânia e Muniz, Diva do Couto Gontijo. **Mulheres em ação**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres.

NAVARRO-SWAIN, Tânia (2000). **O que é lesbianismo**. Brasiliense: São Paulo.

\_\_\_\_\_ (1996). A construção imaginária da história e dos gêneros: O Brasil no século XVI. **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UNB, Brasília, vol. 4, n. 2.

\_\_\_\_\_ (1999). Amazonnes brésiliennes? le discours du possible et de l'impossible. **Recherches Qualitatives - L'approche qualitative dans la recherche féministe**, Trois Rivières, Québec, Canadá, v. 19, p. 79-92. Tradução da autora.

\_\_\_\_\_ (2002). Feminismo e lesbianismo: quais os desafios? **Labrys, Estudos feministas**, n. 1/2, julho/dezembro. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

\_\_\_\_\_ (2000). A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília, vol. 8, n. 1/2.

\_\_\_\_\_ (1994) Caminhos da história: identidade ou diferença? **Sociedade e Estado**. Vol. IX, UNB, Dep. de Sociologia, jan/dez.

\_\_\_\_\_ (1993) Você disse imaginário? In: NAVARRO-SWAIN, Tânia (org). **Histórias no Plural**. UNB:Brasília.

\_\_\_\_\_ (2004). O normal e o “abjeto”: a heterossexualidade compulsória e destino biológico das mulheres? **Labrys, Estudos Feministas**, n. 6, agosto/dezembro. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

\_\_\_\_\_ (2002) Feminismo e lesbianismo: quais os desafios? **Labrys, Estudos feministas** n. 1/2, julho/dezembro. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

\_\_\_\_\_ (2002) Identidade nômade. Heterotopias de mim. In: ORLANDI, Luiz B. Lacerda e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs). **Imagens de Foucault e Deleuze**. Rio de Janeiro. DP&A.

\_\_\_\_\_ (2001/2002) Feminismo e práticas sexuais: quais os desafios? **Caderno Espaço Feminino**, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, v. 9, n. 10/11.

NICHOLSON, Linda (2000). Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis:UFSC, v. 8, n. 2.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (1990). **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. Cortez Editora: Campinas.

ORLANDI, Eni P (2003). **Análise do discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes.

PATEMAN, Carole. (1993). **O contrato sexual**. Paz e Terra, São Paulo.

PÊCHEUX, M. (1999). Papel da memória. In: ACHARD, P. et al . **Papel da memória** (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). Campinas : Pontes.

PERRIN, Céline e CHETCUTI, Natacha (2002). Além das aparências. Sistema de gênero e encenação dos corpos lesbianos. In: Texto do dossiê “Teorias e movimentos”. **Labrys, Estudos Feministas**. n. 1/2 julho/dezembro. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

POMPEU, Fernanda. (2007) Os direitos das lésbicas são direitos das mulheres. **Saploide.com**. Matéria para o Jornal da Rede. [http://www.saploide.com/arquivos/html/informativos/inf\\_20060403\\_1.htm](http://www.saploide.com/arquivos/html/informativos/inf_20060403_1.htm) acessado em abril de 2007.

RAGO, Margareth (1995). As marcas da pantera: Foucault para historiadores. In: **Revista Resgate**. Campinas: Papius.

RAGO, Margareth (1998). Epistemologia feminista, gênero e historia. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam e outras. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis:Ed. Mulheres.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In: JACKSON, Stevi & SCOTT, Sue. **Feminism and Sexuality: a Reader**. 1996, Columbia University Press, pp. 130-143.

RUBIN, Gayle (1975). The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of sex. In: REITER, Rayl. **Towards an anthropology of women**. New York: Mon Rewiew Press.

\_\_\_\_\_ (1998). Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, P. M. & SCHNEIDER, B. E. **Social perspectives in lesbian and gay studies**. London : Routledge.

SCOTT, Joan (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre. V. 16, n. 02, p. 5-22, jul/dez.

\_\_\_\_\_ (1992) Experience. In BUTLER, J. & SCOTT, J. **Feminists theorize the political**. Routledge, London/New York, p. 22-40. Tradução de Ana Cecilia Lima (mimeo).

SPINK, Mary Jane (1999). Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI & JOVCHELOVITH (org). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes.

SPINK, Mary Jane e FREEZA, Rose Mary (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, Mary Jane (org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez.

STRAAYER, Chris (1996). Desviat eyes, desviat bodies. **Sexual re-orientations in film and video**. Columbia university press: New York.

TAYLOR, Verta and RUPP, Leila J (1993). Women's Culture and Lesbian Feminist Activism: **A reconsideration of cultural feminism**. In: **Journal of Women in Cultural and Society**. V. 19, nº 01, The University of Chicago.

THOMPSON, Paul (1992). **A voz do passado. Historia Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

YOUNG, Íris (1996). *Gender as Seriality Thinking about Women as a Social Collective*, in Ruth-Ellen B. Joeres and Barbara Laslett (editors) **The Second Signs reader, Feminist Scholarship 1983-1996**, University of Chicago

WATREMEZ, Vanessa (2002). Aplicação do quadro de análise feminista da violência doméstica masculina através do estudo da violência nas relações lesbianas. Texto do dossiê "Teorias e movimentos". In: **Labrys, Estudos Feministas**. n. 1/2 julho/dezembro. [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem), acessado em março de 2005.

WHITE, Patricia (1991). Female spectator, lesbian specter: the haunting. In: FUSS, Diana. **Inside/out. Lesbian theories, gays theories**. New York and London: Routledge.

WITTIG, Monique (1981). **O pensamento hetero**. Tradução retirada do site [www.geocities.com/girl\\_ilqa/textos](http://www.geocities.com/girl_ilqa/textos) em 13/12/2002.

\_\_\_\_\_ (1997). One is not born a woman. In: NICHOLSON, Linda. **Feminist theoretical writings**. New York: Routledge.